

JEANE DOS SANTOS CALDEIRA

**A INFÂNCIA DESVALIDA INSTITUCIONALIZADA EM PELOTAS/RS:
CONTROLE E ORDENAMENTO SOCIAL NAS PÁGINAS DOS
PERIÓDICOS LOCAIS – DÉCADAS DE 1910 A 1940**

Tese de doutoramento apresentada na linha Filosofia e História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE-UFPel) como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Giana Lange do Amaral

Pelotas, 2020.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas

Catálogo na Publicação

C146i Caldeira, Jeane dos Santos

A infância desvalida institucionalizada em Pelotas/RS : controle e ordenamento social nas páginas dos periódicos locais – décadas de 1910 a 1940 / Jeane dos Santos Caldeira ; Giana Lange do Amaral, orientadora. — Pelotas, 2020.

272 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Infância desvalida. 2. Instituições asilares. 3. Jornais.
4. Controle e ordenamento social. I. Amaral, Giana Lange do, orient. II. Título.

CDD : 370.9

Jeane dos Santos Caldeira

A infância desvalida institucionalizada em Pelotas/RS: controle e ordenamento social
nas páginas dos periódicos locais – décadas de 1910 a 1940

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação,
Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 21 de fevereiro de 2020.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Giana Lange do Amaral (Orientadora)
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica
Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Profa. Dra. Elisa dos Santos Vanti
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Elomar Antônio Callegaro Tambara
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

Alguns pais te dão a vida. Outros te ensinam a vivê-la. Obrigada por me ensinar a viver. Essas foram as palavras de Collen Hoover no livro “Um caso perdido – Hopeless”, que utilizo para dedicar este trabalho à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

“Se me esqueceres, só uma coisa, esquece-me bem devagarinho”, escreveu o poeta Mário Quintana, e assim, começo meus agradecimentos com um gosto de despedida. Foram 13 anos fazendo da Faculdade de Educação minha segunda casa. Eu vivi intensamente minha graduação como aluna e bolsista de iniciação científica, me dediquei de forma exclusiva ao Curso de Mestrado e senti o gosto doce, salgado, amargo e azedo de um Curso de Doutorado. Aos mestres, que acompanharam minha caminhada tanto na Licenciatura em Pedagogia, quanto na Pós-Graduação em Educação, meu muito obrigada. Estou partindo, cansada, mas feliz!

À minha orientadora Profa. Dra. Giana Lange do Amaral com quem mantenho uma parceria por quase 12 anos, só quero agradecer pelas oportunidades, confiança, carinho, dedicação e acima de tudo, por nunca ter desistido da orientação. Me deste a oportunidade de começar como aluna de iniciação científica e estou saindo como pesquisadora, historiadora da educação, tendo a consciência que estarei eternamente em processo de formação.

Aos professores que me acompanharam desde o curso de graduação, Dra. Elisa Vanti e Dr. Elomar Tambara pela disponibilidade de compor as bancas de qualificação e de defesa desta tese, e principalmente, pelas considerações, críticas e sugestões para qualificar meu estudo. Aos professores Dr. Alessandro Carvalho Bica e Dra. Maria Augusta de Oliveira que muito me inspiraram desde a Iniciação Científica, quando estes ainda cursavam o Curso de Doutorado, e gentilmente aceitaram o convite para compor as bancas de qualificação e defesa.

À CAPES pelo financiamento do último ano da pesquisa.

Aos colegas do grupo de pesquisa CEIHE – Centro de Estudos e Investigações em História da Educação, em especial, às amigas Hardalla do Valle e Jezuína Schwanz pela amizade, pela parceria acadêmica e pelas correções dos textos desta tese. Aos colegas Bruno Carvalho Vieira, Fernando Ripe, Lislaine Cansi e Tânia Teixeira (carinhosamente chamada de Taninha) que tornaram os momentos de estudos mais leves para além dos “muros” da faculdade.

Ao historiador e estagiários da Bibliotheca Pública Pelotense que foram essenciais para realização da pesquisa nos jornais.

À minha família, pelo apoio e incentivo, em especial ao pai Antenor Caldeira e à minha mãe Ironi, merecedora de todos os agradecimentos e a quem dedico esta tese.

Às amigas do Curso de Licenciatura em Pedagogia UFPel 2011/1, que muito torceram pelo sucesso da minha trajetória acadêmica, em especial, Aline, Ariane, Fabiana de Moraes, Fabiana Volz, Hosane, Priscila, Rita, Rosane, Suélen e Valéria. À amiga Paola Camargo pela leitura e correção da tese.

À todos aqueles que de forma direta ou indireta estiveram ao meu lado ao longo de cada capítulo desta tese. Ao meu companheiro, amigo e incentivador que foi incansável em me motivar até a finalização deste trabalho. Também deixo um agradecimento especial às minhas amigas que eu carinhosamente chamo de “minhas pretas”, companheiras fiéis que sempre me incentivaram.

Ao sobrinho Eduardo, aos afilhados e todas as crianças que convivo e me chamam de “tia Jeane”. Vocês me motivam diariamente para pesquisar os temas alusivos à infância.

Menor abandonado

*Me dê a mão
Eu preciso de você
Seu coração
Sei que pode entender
E o calçadão é meu lar, meu precipício
Mesmo sendo sacrifício
Faça alguma coisa pra me socorrer
Eu não quero ser
Manchete em jornal,
Ibope na TV
Se eu ficar por aqui
O que vou conseguir
Mais tarde será um mal pra você
Não ser um escravo do vício
Um ofício do mal
Nem ser um profissional
Na arte de furtar
Quero estudar, me formar
Ter um lar pra viver
E apagar esta má impressão
Que em mim você vê*

(Mauro Diniz, Pedrinho da Flor e Zeca Pagodinho)

RESUMO

Esta pesquisa, tem como enfoque o levantamento de aspectos políticos e administrativos que envolvem o acolhimento e instrução de meninos e meninas e as práticas de controle e de ordenamento social de crianças desvalidas na cidade de Pelotas/RS, no período de 1910 à meados de 1940, que resultou na institucionalização desta infância. São investigadas as práticas que visavam normatizar e moralizar comportamentos e condutas infantis através das regulações previstas pela legislação da época. A delimitação temporal deste estudo é justificada por conta de mudanças pontuais que dizem respeito à Igreja Católica em Pelotas e região com a criação da Diocese de Pelotas em 1910, pela criação de instituições de acolhimento e instrução para infância pobre na década 1920, a legislação promulgada em 1927 que culminou nas medidas aplicáveis de assistência e proteção da infância no Brasil, resultando na chamada escola de reforma em Pelotas na década de 1940. Nesse sentido, a presente tese buscou discutir sobre os encaminhamentos para a infância desvalida através da instituição da polícia e da família, posteriormente, sobre a fundação de instituições de acolhimento para a infância, até a criação de uma instituição própria para acolher menores, considerados como um problema para a sociedade. O estudo está embasado na bibliografia sobre a temática, na legislação vigente durante a periodização elencada e nos jornais locais, considerando que a imprensa periódica era o maior veículo de informação da época. Através da metodologia da análise documental, foram examinados os jornais locais *Diário Popular* e *A Alvorada*, a produção referente à educação e os encaminhamentos para a infância desvalida, uma vez que os impressos locais são importantes divulgadores da problemática. Busca-se saber como a cultura de internação se deu de forma efetiva na cidade de Pelotas. Dessa forma, constatou-se que a imprensa foi um agente importante na institucionalização da infância, principalmente dos sujeitos infantis enquadrados como “menores”. A representação da imprensa sobre os menores, corroborou para que se constituísse um imaginário social que levava a considerá-los como um mal para sociedade. Sendo assim, tanto para a infância desvalida não corrompida, quanto para menores abandonados, delinquentes e infratores, era necessário instituições asilares voltadas para o ensino moral e profissionalizante que formasse corpos dóceis, úteis e submissos.

Palavras-chave: Infância desvalida. Instituições Asilares. Jornais. Controle e Ordenamento Social.

ABSTRACT

This research has as objective the survey of political and administrative aspects that involve the reception and instruction of boys and girls and the practices of control and social ordering of destitute children in the city of Pelotas / RS, in the period from 1910 to the middle of 1940, which resulted in the institutionalization of this childhood. Practices that sought to standardize and moralize children's behaviors and conduct through regulations provided for in the legislation of the time are investigated. The temporal delimitation of this study is justified by changes in the Catholic Church in Pelotas and the region since the creation of the Diocese of Pelotas in 1910, the creation of foster care institutions and education for poor children in the 1920s. Legislation enacted in 1927 culminated in the applicable measures of assistance and protection of children in Brazil, resulting in the so-called reform school in Pelotas in the 1940s. In this sense, this thesis investigated the referrals to childhood devaluated through the police and family institutions, later analyzed the foundation of childcare institutions, until the creation of its own institution to welcome minors, considered as a social problem. The study is based on the bibliography on the subject, on the legislation in force during the investigated period and on local newspapers, considering that the press periodic was the greatest means of information of the time. Through the documental analysis methodology, the local newspapers *Diário Popular* and *A Alvorada* were examined, the production referring to education and referrals to underprivileged children, since the local presses are important disseminators of the problem. It seeks to know how the culture of internment took place effectively in the city of Pelotas. In this way, it was found that the press was an important agent in the institutionalization of childhood, especially for children considered as "minors". The representation of the press about minors corroborated for the constitution of a social imaginary that led to considering them as a danger to society. Thus, both for the uncorrupted underprivileged childhood and for abandoned, delinquent and offending minors, asylum institutions focused on moral and professional education were necessary, forming docile, useful and submissive bodies.

Keywords: Disadvantaged Childhood. Asylum Institutions. Newspapers. Control And Social Order.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 -	Dário Popular Orgam do partido republicano	79
Figura 2	A Alvorada Periodico Litterario, Noticioso e Critico	86
Figura 3 -	Flagrantes urbanos: cenas de rua	119
Figura 4 -	Internos no dormitório do Patronato Agrícola Visconde da Graça ...	196
Figura 5 -	Orfanato Espírita Dona Conceição	212
Figura 6 -	Dois aspectos do edifício onde funcionará o Abrigo para Menores ..	223
Figura 7 -	Internos do Abrigo de Menores	225
Figura 8 -	Internos do Abrigo de Menores e oficinas de trabalho	228

LISTA DE SIGLAS

BPP	Bibliotheca Pública de Pelotas
CEDOC	Centro de Documentação
CEDOV	Centro de Documentação e Obras Valiosas
CEIHE	Centro de Estudos e Investigações em História da Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DNCr	Departamento Nacional da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAPERGS	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
IMDAZ	Instituto de Menores Dom Antônio Zattera
NDH	Núcleo de Documentação Histórica
NPH	Núcleo de Pesquisa em História
NEPEC	Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PPGMP	Programa de Pós-Graduação Memória Social e Patrimônio Cultural
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAM	Serviço de Assistência aos Menores
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: O AUTOR, O TEMA E AS ESCOLHAS DO PESQUISADOR	27
1.1 Reflexões sobre a identificação com a temática de pesquisa.....	29
1.2 Delimitando as categorias de análise.....	38
1.2.1 Infância desvalida e legislação de assistência e proteção.....	38
1.2.2 Instituições educativas de acolhimento da infância desvalida.....	50
CAPÍTULO 2: GARIMPANDO FONTES E LAPIDANDO OS ACHADOS: OS PERIÓDICOS LOCAIS COMO PROTAGONISTAS DAS PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	59
2.1 A fonte e seus usos na análise documental.....	60
2.2 Os impressos locais como ferramenta de pesquisa.....	65
2.2.1 Garimpando fontes e lapidando os achados.....	71
2.2.2 O jornal <i>Diário Popular</i> : “Orgam do partido republicano”	77
2.2.3 O semanário <i>A Alvorada</i> : “periodico litterario, noticioso e critico”	81
2.3 As imagens através da imprensa.....	94
CAPÍTULO 3: A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL REPUBLICANO	99
3.1 A educação como problema social.....	104
3.2 Da “Princesa do Sul” à “Princesa Maltrapilha”	112
3.2.1 A representação e o imaginário sobre a questão social a partir do discurso propagado pela imprensa local.....	120

CAPÍTULO 4: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA DESVALIDA EM PELOTAS	133
4.1 A institucionalização da infância no Brasil: um panorama geral	135
4.2 O controle e o ordenamento social da infância em Pelotas.....	145
4.2.1 O menor como caso de polícia.....	159
CAPÍTULO 5: A INFÂNCIA DESVALIDA E AS INSTITUIÇÕES ASILARES PELOTENSES	176
5.1 Patronatos, asilos e orfanatos: instituições para a infância desvalida de Pelotas	176
5.2 A situação dos menores como um problema a ser enfrentado.....	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
REFERÊNCIAS	243
ANEXOS	264
ANEXO A.....	265
ANEXO B.....	266
ANEXO C.....	267
ANEXO D.....	270
ANEXO E.....	270
ANEXO F.....	271
ANEXO G.....	271
ANEXO F.....	272
ANEXO G.....	272

INTRODUÇÃO

*É tão triste ser criança abandonada!
Ser anjo e não ter ceo... não ter luz sendo aurora!
Só por haver no mundo infância desgraçada
Merece a humanidade as lágrimas que chora.
D. Branca de Gonta Colaço
(Diário Popular, 27/08/1913, p. 2)*

A presente tese, em nível de Doutorado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPel), na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, consiste em uma pesquisa historiográfica no campo da História da Educação. Lembrando as palavras de Lopes e Galvão (2001, p. 41) quando afirmam que “enxergar o ‘outro’ continua exigindo um grande esforço principalmente para os que não ocuparam o lugar dos que pouco puderam falar ou escrever ao longo da história”, é que o enfoque deste estudo está, sobretudo, centrado no levantamento de aspectos políticos e administrativos que envolvem o acolhimento e instrução de meninos e meninas e as práticas de controle e de ordenamento social de crianças desvalidas na cidade de Pelotas/RS, que resultou na institucionalização desta infância. Do mesmo modo, interessa perceber como essas práticas visavam normatizar e moralizar comportamentos infantis através da regulação prevista por leis voltadas à proteção do menor.

Metodologicamente, utiliza-se a análise documental. O objeto central de interesse é a produção impressa sobre a educação e os encaminhamentos para a infância desvalida presente nos periódicos locais, bem como a própria problematização do contexto, efetuada através de referências bibliográficas. Nesse sentido, a análise do semanário *A Alvorada*, jornal produzido por intelectuais negros, voltado para a comunidade negra pelotense, foi fundamental neste estudo. Da mesma forma, utilizou-se o periódico local *Diário Popular*, autodeclarado “Orgão do partido republicano”. Sendo assim, os jornais foram utilizados na tentativa de “enxergar o outro”, “ver” os menores, “olhar” estes desvalidos, já que se tratavam de

sujeitos invisíveis como cidadãos de direito e visíveis no que se refere à mendicância, delinquência e vadiagem.

Algumas questões marcam a delimitação temporal desta investigação que compreende a década de 1910 até meados da década de 1940. A escolha pela periodização se deve a alguns fatores. O primeiro consiste em mudanças pontuais que dizem respeito à Igreja Católica em Pelotas e região, como a fundação da Diocese de Pelotas, em 1910, e o início do bispado de Dom Francisco de Campos Barreto (1911-1920). Neste período, a caridade religiosa ganhou novo fôlego a partir da reestruturação da Igreja Católica na cidade e região. Em 1921 a Diocese passou a contar com um novo bispo, Dom Joaquim, sendo ele fundamental na articulação entre a Igreja e a institucionalização da infância desvalidada.

Outro fator que levou à escolha dessa temporalidade é a criação de três importantes instituições de acolhimento e instrução para infância pobre em Pelotas. Uma em 1923, de iniciativa do governo federal a partir do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio junto aos representantes locais – O Patronato Agrícola Visconde da Graça – e duas por parte da Igreja Católica – o Asilo de Meninos Desvalidos e o Asilo Bom Pastor. Este último foi fundado para acolher moças cujo encaminhamento social não condizia com os padrões impostos pela época. As instituições justificam a possível preocupação que havia com as crianças ociosas que perambulavam pelas ruas da cidade nas primeiras décadas do século XX.

Por último, destaca-se a legislação promulgada em 1927 e as ações de proteção à criança no Brasil, bem como, as mudanças nas constituições para a população pobre durante o período vigente e as Leis Orgânicas do Ensino em 1942 (ensino industrial, comercial e agrícola). Elas estruturaram o ensino técnico-profissional destinado, principalmente, ao desenvolvimento de uma ocupação e, conseqüentemente, a profissionalização de grupos menos abastados.

Isto posto, cabe aqui destacar a relevância e a justificativa de uma pesquisa historiográfica. Barros (2005) assinala que o historiador escreve a partir dos olhares possíveis da sua época. O autor enfatiza que nem sempre escrevemos o que consideramos ser pertinente, mas também escrevemos sobre o que tem importância para os nossos próprios contemporâneos. Nessa perspectiva, Gonçalves Neto (2018) no Prefácio da obra intitulada *Instituições, Histórias e Culturas Escolares*, afirma que:

Os clássicos da História sempre nos ensinaram que o estudo do passado tem a marca do presente, pois toda investigação histórica, em última instância, vai ao passado para entender o presente, para compreender a trajetória do homem até o ponto em que estamos (GONÇALVES NETO, 2018, p. 12).

Tendo por base as ideias desses autores, também busco aqui justificar minhas escolhas a partir dos acontecimentos do tempo presente. Para tanto é necessário voltar o olhar para o nosso tempo e identificar a abordagem e o tratamento destinado ao que hoje denominamos como infância e adolescência em situação de vulnerabilidade social, em especial, por parte do Estado e da família. Esse também é um dos fatores para o sucesso e aceitação de um projeto, que “depende em parte da capacidade do seu proponente em conciliar seus interesses pessoais com os interesses sociais mais amplos” (BARROS, 2005, p. 26). Tais ideias são complementadas por Gonçalves Neto (2018, p. 12), quando salienta que:

Todos que buscam o passado procuram elucidar como certos problemas do presente têm suas raízes em períodos anteriores; ou perceber por que, apesar de tantas tentativas anteriores, os mesmos permanecem nos dias atuais; ou, ainda como certas iniciativas antecedentes alcançaram relativo sucesso ou fracassaram, apesar de premissas de recursos e boas intenções.

Como exemplo entre a relação passado e presente e tendo como enfoque os menores desvalidos, a discussão da redução da maioridade penal no Brasil, ganhou força com a Proposta de Emenda à Constituição nº 171-A, de 1993, (PEC 171/93), tema polêmico e que voltou a ter destaque através da PEC 115/2015. Atualmente, legisladores, juristas e a sociedade em geral têm se manifestado a favor ou contra à prisão de jovens com idade entre 16 e 17 anos que cometem crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. Ressalta-se que no Brasil o encaminhamento e a punição de crianças, jovens e adolescentes infratores, oriundos em sua maioria das classes menos favorecidas, esteve presente em diversos períodos, necessitando de uma legislação própria, como o Código de Menores, que em 1927 fixou a maioridade penal para os 18 anos de idade.

Foi no contexto de encaminhamento social das crianças e dos jovens infratores que surgiram instituições disciplinares fundadas com a intenção de corrigir, disciplinar, reabilitar ou internar menores que estavam à margem da sociedade, muitos deles iniciando no mundo da criminalidade infantil. É importante frisar que, assim como no passado, estas questões são tencionadas de acordo com os projetos

dos governos vigentes. Elas oscilam entre medidas reparativas, por meio de políticas sociais visando à reabilitação de menores infratores através da educação e da profissionalização, ou punitivas, com penas mais severas, propostas principalmente durante os mandatos de governos considerados “radicais”, por exemplo, daqueles que acreditam que “bandido bom é bandido morto”, “violência se combate com violência” e incentivam a letalidade policial, deixando as questões sociais em segundo plano¹. Nesse sentido, o contexto local e a educação dos menores é um importante aspecto a ser considerado.

Durante o período em que fui bolsista PIBIC/CNPq no Curso de Licenciatura em Pedagogia e no decorrer do curso de Mestrado em Educação, que resultou em uma dissertação na qual o objeto de estudo foi o Asilo de Órfãos São Benedito, fundado em 1901, tendo como finalidade acolher e instruir meninas desvalidas da cidade de Pelotas, principalmente as meninas negras, pude perceber o quanto ainda havia para ser estudado sobre a institucionalização da infância desvalida na cidade. Da mesma forma constatei a potencialidade do uso de periódicos locais como importantes fontes para respaldar aspectos que envolvem essa questão de pesquisa.

Em Pelotas, no século XIX, os meninos desvalidos eram acolhidos pela Santa Casa, que prestava os primeiros atendimentos, até encaminhá-los à ama de leite e posteriormente à ama criadeira ou mãe criadeira até os sete anos. Ao atingirem essa idade, eram enviados para a instituição militar em Porto Alegre, o Arsenal de Guerra. Tendo sua construção iniciada no século XVIII, em 1819 foi instalado o Trem de Guerra, que posteriormente foi denominado como Arsenal. Constituído por um conjunto de oficinas, a instituição admitia na condição de aprendizes, meninos oriundos de famílias pobres, indígenas e órfãos indigentes ou expostos (SANTOS, 2018; VANTI, 2004).

O serviço da Santa Casa de Misericórdia para acolhimento das crianças desvalidas era feito através da Roda dos Expostos², sistema que gerou muitas

¹ Um exemplo ocorrido no Brasil é o da “Chacina da Candelária”. Trata-se de um triste episódio, que teve como cenário a Igreja da Candelária, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Na noite do dia 23 de julho de 1993, um grupo de milicianos formado por policiais militares, atiraram contra crianças, adolescentes e jovens que dormiam nas proximidades da igreja. Ao todo foram 8 óbitos de meninos e homens entre 11 e 19 anos de idade.

² A Roda de Expostos era um sistema de formato cilíndrico giratório de madeira, com uma divisória, fixado em um muro ou janela no andar térreo das Santas Casas. Primeiramente o bebê exposto é colocado em um tabuleiro pela abertura externa da Roda, em seguida o expositor, ou seja, aquele

polêmicas no Brasil, em função do alto índice de mortalidade infantil, do contrato de amas de leite e voluntários que ficavam com a tutela dos menores e pela própria manutenção do sistema, entre outros fatores. Após anos de discussões, o sistema foi sendo extinto no país de forma gradual.

Em Pelotas, algumas questões ocorreram de forma diferente para a extinção da Roda dos Expostos. Durante o período de funcionamento, os Mordomos da instituição alegavam a falta de mulheres para cuidar dos menores e da escassez das amas de leite, já que a Santa Casa terceirizava o cuidado com os desvalidos, uma vez que o hospital não era uma instituição própria para abrigá-los, além dos recursos financeiros gastos com os expostos. Na primeira década do século XX, o número de enjeitados foi diminuindo gradativamente, tendo os serviços do sistema encerrados provavelmente em 1908 (VANTI, 2004).

Apresentadas as principais justificativas para a elaboração desta tese, enfatizo que esta investigação ocupa uma espacialidade que envolve o nacional e o local, a infância desvalida, as leis de proteção ao menor, as instituições educativas, os “agentes de normatização” (Igreja, família e Estado), as tecnologias de governo e os dispositivos de controle da infância como principais categorias de análise, além das questões étnicas e da representação da infância desvalida para a sociedade local.

Dessa forma, destaco como proposta de tese:

A institucionalização da infância desvalida em Pelotas resultou da necessidade de controle e de ordenamento social por parte dos poderes públicos, religiosos e das classes sociais mais favorecidas, sendo os periódicos locais importantes divulgadores dessa problemática.

No decorrer do processo de garimpagem das fontes, os impressos tornaram-se os principais protagonistas para a elaboração deste estudo. Durante a coleta e análise dos periódicos, as principais questões de pesquisa foram sendo respondidas, uma vez que estes eram veículos de divulgação e constituição de

que deposita a criança, gira o mecanismo e o exposto passa para o interior da instituição. Logo após, o expositor toca uma sineta para avisar da chegada de mais uma criança. O exposto é recolhido pela pessoa responsável pela vigilância da Roda, sem que o expositor possa ser identificado. O objetivo da criação da roda era o de evitar as práticas de abandono em lugares de risco, infanticídio e de aborto (MARCÍLIO, 1998; VANTI, 2004).

ideias sobre a institucionalização da infância desvalida e de representação sobre esses indivíduos durante o período investigado. Cabe frisar que são os grupos sociais menos favorecidos os principais alvos no que se refere à questão do controle e do ordenamento social, elementos importantes para a sustentação da tese. No entanto, estes grupos acabam sendo ocultados por alguns segmentos da imprensa periódica, o que por si só já instigou muitos questionamentos.

No contexto local, grande parte desses grupos são compostos por famílias negras³. Nesse sentido, percebeu-se certo silenciamento por parte da imprensa negra, evidenciado através do jornal *A Alvorada*. Mesmo demonstrando preocupação com a educação e encaminhamento dos jovens considerados o “futuro da raça”, nos exemplares consultados para esta pesquisa, não foram identificadas propostas nas discussões sobre as instituições ou a institucionalização destinada à maioria das crianças e jovens negros, ou seja, aquelas que visavam os desvalidos, órfãos, abandonados e delinquentes. Esta é uma constatação que levou estranhamentos e sinalizações abordadas neste estudo.

Entre os periódicos locais, especialmente os que circulavam junto aos grupos sociais mais abastados, como revistas e almanaques publicados em Pelotas, a preocupação era passar a imagem de uma cidade moderna, urbanizada e avançada nas questões educacionais. Os prédios escolares construídos pelos governos municipais e as ações educacionais das escolas privadas eram constantemente divulgadas na imprensa local⁴. Conforme aponta Oliveira (2012), trata-se de uma propaganda governista municipal, intensificada na década de 1920, durante os governos de Pedro Luis Osório (1920-1924) e Augusto Simões Lopes (1924-1928), ambos intendentess oriundos de famílias que faziam parte da elite local.

Em Pelotas, além do investimento educacional no perímetro urbano, destaca-se também, a criação de escolas rurais. Segundo Castro (2017), as escolas rurais surgiram a partir da década de 1910, sendo expandidas principalmente durante a intendência de Augusto Simões Lopes na década de 1920. A autora ao analisar os

³ Cita-se como exemplo o estudo realizado por Moura (2006), intitulado *Habitação popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*, no qual a autora aborda temas como habitação popular, segregação social e segregação urbana. De acordo com a autora, na cidade de Pelotas, a população negra era frequentemente mencionada como principais moradoras dos cortiços. Os cortiços eram alvos de visitaçã do delegado de polícia, como justificativa de encontrar pessoas sem ocupaçã.

⁴ Essa é uma temática abordada na Tese de Doutorado (2012) intitulada *Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910 -1930): imagens e imprensa*, de autoria de Maria Augusta Martiarena de Oliveira.

relatórios deste intendente, encontrou nestes documentos 17 imagens referentes à construção de prédios escolares rurais, constatando assim, a necessidade de investimentos educacionais que atendessem àquelas comunidades. Estas instituições tinham como público principal imigrantes europeus, entre eles, alemães, italianos e franceses. Segundo os estudos da pesquisadora, os imigrantes estabeleceram-se na região de Pelotas para preencher espaços vazios, neste caso as colônias, e diversificar a economia local, antes impulsionada pela indústria do charque produzido pela mão de obra de negros escravizados. Parte dessa população estava amparada por uma política de imigração favorável. É relevante mencionar que apesar de terem passado por ações de repressões, em especial no período de nacionalização pós década de 1930, a imigração de europeus não era algo indesejável no país, uma vez que fortalecia a ideia de branqueamento da nação, também constituída por um grande número de negros e pardos descendentes de pessoas escravizadas⁵.

Isto posto, cabe destacar que os avanços na área da educação do município atingiam e beneficiavam aos interesses de alguns segmentos sociais mais privilegiados. As efetivas ações destinadas às camadas mais vulneráveis, tanto no âmbito educacional, quanto nas questões de infraestrutura, de saúde, entre outros, sinalizavam mais para a exaltação da benemerência individual ou práticas dos poderes públicos e da Igreja Católica, no sentido da necessidade de uma “higiene social” via controle e institucionalização de indivíduos.

A ocultação, descaso e/ou silenciamento por parte da imprensa sobre a temática estudada, poderia fazer com que alguns objetivos aqui propostos não fossem alcançados, uma vez que há poucas manifestações escritas, objetivas e pontuais que corroborassem com as problematizações aqui levantadas. O desafio foi trabalhar com esses silenciamentos, fundamentá-los e contextualizá-los. Esteve sempre presente a ideia de que por maior preocupação que os grupos sociais tivessem com a infância pobre, essa situação nem sempre foi divulgada ou colocada de forma explícita nos periódicos, em especial nos impressos destinados aos grupos étnicos e menos abastados.

⁵ Sobre imigração e escolas rurais, consultar a Dissertação de Mestrado de Renata Brião de Castro (2017), intitulada *A Escola Garibaldi e o professor José Rodeghiero na Colônia Maciel – Pelotas/ RS (1928 – 1950): grupo local e etnia*.

Mesmo com a temática da pesquisa definida e os objetivos delineados, a dificuldade de acesso nos arquivos institucionais e a falta de divulgação por parte de alguns segmentos da imprensa, dificultou meu trabalho “detetivesco” como historiadora, fazendo com que eu fosse em busca de alternativas para trabalhar com algumas fontes. Sendo assim, o *Diário Popular*, jornal que era órgão do Partido Republicano, acabou ganhando destaque neste estudo. Porém, cabe frisar que a hipótese inicial foi que este destaque seria atribuído ao jornal da imprensa negra pelotense, *A Alvorada*.

Sobre o silenciamento das fontes, aponto como exemplo Peres (2002) ao relatar que durante seu estudo sobre os cursos noturnos de instrução primária na Bibliotheca Pública Pelotense (BPP) a partir de 1877, considerava que os negros que frequentavam os cursos, já que o acesso deles à instrução era uma exceção na época, teriam maior visibilidade nas fontes consultadas, entre elas os jornais locais. Para descobrir quem eram os homens negros e se estes frequentavam o curso na condição de escravizados, livres ou libertos, a autora teve que buscar alternativas, como o cruzamento de informações, relacionando os nomes encontrados nos livros de matrícula com os nomes dos participantes em outras entidades, entre elas as associações populares, clubes carnavalescos, organizações abolicionistas, entidades de classe e a imprensa produzida por negros. Este é um exemplo da ocultação de informações através de documentos considerados “oficiais” e utilizados em pesquisas históricas.

Pinto (2013), alerta sobre a exclusão e silenciamento na historiografia nacional, ao não abordar sujeitos, grupos sociais, espaços e temporalidades localizados em algumas regiões do Brasil, tornando invisíveis as suas periferias. Outros autores também realizaram estudos e apontaram a ausência de documentos e sobre o silenciamento das fontes, principalmente de investigações relacionadas ao período da escravidão, pós-abolição e sobre as mulheres e as crianças (MARÔPO, 2015, SILVA; APPOLINÁRIO, 2004).

É relevante mencionar que a opção pelo discurso e divulgação de ideias publicadas nos periódicos locais, referentes ao encaminhamento dos menores desvalidos, é apenas uma possibilidade de pesquisa a partir das fontes coletadas. Esta escolha se deve ao tempo que se tinha entre a coleta de fontes e a finalização deste estudo. A partir do que foi coletado e da bibliografia utilizada, também era possível elaborar o estudo focando na história das instituições educativas, análise de

fotografias, trajetória educacional de determinado grupo étnico-racial, trajetórias individuais, dentre outros. Estas são algumas das possibilidades de pesquisas futuras, tanto de minha parte, quanto para outros pesquisadores. Trata-se de lacunas deixadas pela pesquisa e de indícios para novas buscas, considerando também que a História Cultural, referencial teórico-metodológico que respalda este estudo, não prima pela investigação na sua totalidade, nem da veracidade dos fatos. É apenas uma versão da história a partir da recuperação de fragmentos possibilitados pelo trabalho do historiador. Nesse sentido, Jenkins (2011, p. 35) afirma que “a história é um discurso em constante transformação construído pelos historiadores e que da existência do passado não se deduz uma interpretação única: mude o olhar, desloque a perspectiva, e surgirão novas interpretações”.

Além disso, pela premência do tempo para análise e escrita final da tese, optou-se por reduzir o número de impressos produzidos e distribuídos em Pelotas a serem analisados. Utilizou-se o periódico da imprensa negra pelotense, *A Alvorada* e o *Diário Popular*, considerado, como já afirmado, órgão do Partido Republicano. Eles representam distintos interesses étnicos-culturais. No entanto, tenho ciência da importância de que outros periódicos publicados durante a periodização escolhida, também fossem analisados. São eles, o jornal *O Templário*, periódico vinculado à Maçonaria, *A Palavra*, impresso considerado como órgão oficial da Diocese de Pelotas, *A Opinião Pública*, folha vespertina, vista como “órgão de interesses gerais”, *Correio Mercantil*, autodeclarado como folha imparcial, *O Rebate*, considerado jornal de oposição ao *Diário Popular* e *O Libertador*, órgão da Aliança Libertadora, de oposição ao PRR (LONER; GILL; MAGALHÃES, 2017).

Para a realização deste estudo, foram utilizadas fontes escritas e iconográficas publicadas nos periódicos. Destaca-se que os impressos são fontes documentais importantes para a compreensão do processo histórico da educação nacional e local (CARVALHO; ARAÚJO, GONÇALVES NETO, 2002)⁶. Um dos jornais analisados, o *Diário Popular*, que de acordo com a análise realizada neste estudo, apresenta e constitui discursos que reforçam a ideia da necessidade de manutenção do controle e do ordenamento social via instituições que recolhem, acolhem e educam a infância desvalida. O jornal *A Alvorada*, em especial na década de 1930, se engajou em uma forte campanha para a instrução da raça, mas dá

⁶ Para melhor compreensão sobre os impressos, ver *História da imprensa no Brasil* de Sodré (2011) e o estudo com o mesmo título, organizado por Martins e Luca (2013).

ênfase à infância como os principais beneficiados e não mencionam instituições próprias para o trabalho com os desvalidos, os principais necessitados neste projeto de inclusão, ascensão social e educacional.

Conforme as consultas de bibliografias e fontes de pesquisa, as categorias foram sendo delineadas. Nesse sentido, a infância desvalida é considerada a principal categoria de análise, uma vez que as outras categorias estão diretamente relacionadas a ela. Os teóricos aqui utilizados e que auxiliaram na definição do conceito de infância e das designações referidas a ela, foram Arroyo (1999), Kuhlman Jr. e Fernandes (2004), Leite (2009), Londoño (1991) e Vanti (2003). Também foram utilizados referenciais da História da Educação e História Social da Infância, como os de Camara (2014), Corazza (2004), Freitas (2009), Marcílio (1993, 1998), Priore (1991, 2016), Rizzini e Pilotti (2011), Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004), Kuhlmann Jr. (2015), Veiga e Faria Filho (1999).

Os estudos de Bulcão (2006), Camara (2010), Marcílio (1998), Negrão (2004), Irene Rizzini (2011), Irene Rizzini e Pilotti (2011), Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004), subsidiaram as análises das leis para proteção e assistência à infância, tais como o Código de Menores de 1927, o DNCr (Departamento Nacional da Criança) em 1940 e o SAM (Serviço de Assistência a Menores) em 1941.

Uma categoria importante a referenciar nesta pesquisa é a de instituição educativa. Instituição educativa/educacional confere uma dimensão mais ampla de educação e que vai além da escola, da Igreja, dos clubes, das bibliotecas, das associações e de outras instituições sociais. As instituições educativas abordadas apresentam características atribuídas à instituição escolar, total, correccional, de reforma, de prevenção, caritativa, filantrópica, assistencial, que serão conceituadas ao longo deste estudo. Entre os principais autores de referência sobre a temática, destacam-se os trabalhos de Magalhães (2004), Miguel (2007) e Nóvoa (1992).

Ressalta-se no presente estudo que os poderes públicos, religiosos, a família e os grupos sociais têm interesse no acolhimento, instrução, normatização e controle da infância. Eles aqui são considerados como “agentes de normatização”, categoria explanada a seguir. Em diferentes períodos estes “agentes de normatização” foram sendo ampliados. O que antes começou com os jesuítas, os senhores de escravos, as Câmaras Municipais e as Santas Casas de Misericórdia, aos poucos foi sendo transferido para os asilos, os higienistas e filantropos, os reformatórios e casas de

correção, a polícia, os patrões, a família, o Estado, as Forças Armadas, os Juízes de Menores e por último, à sociedade civil (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

Instruir, cuidar, reeducar, prevenir, conter, corrigir, regenerar, disciplinar, modelar, normatizar, foram algumas das funções que ficaram sob o encargo da família, da Igreja ou do Estado. Tais funções puderam ser percebidas pelas práticas de caridade e de filantropia promovidas em prol das crianças desvalidas.

Cabe enfatizar que as práticas filantrópicas voltadas à educação das classes menos favorecidas, vieram ao encontro dos ideais de governos que atuaram durante o período investigado. A tão propalada “ordem e progresso” demandava o enquadramento social dos indivíduos pobres e desqualificados profissionalmente. Disseminava-se a ideia de que a educação seria uma forma de regenerar e civilizar o povo. Rizzini (2011b, p. 83) complementa enfatizando que “a preocupação com a infância, como problema social, refletia a preocupação com o futuro do país”.

É necessário ser destacado que nos impressos analisados, os conceitos de caridade e de filantropia, por vezes, são tratados como sinônimos. No entanto é preciso ter claro que existe diferenciação entre elas. A caridade pode ser definida como uma forma de assistência religiosa e a filantropia como ação humanitária laica amparada nas ciências como medicina, psiquiatria, direito e pedagogia (RIZZINI, 1990; RIZZINI, 2011)⁷.

Neste trabalho, os assuntos relacionados à família, poderes públicos e religiosos, no que tange à assistência dos menos favorecidos, foram alicerçados nos estudos de Amaral (2003, 2005), Bujes (2002), Donzelot (1980), dentre outros.

Destaco a seguir algumas questões fundamentadas em estudos de Michel Foucault e de historiadores que trabalham o governo da infância, ou seja, controle, disciplina, as tecnologias de governo, no contexto de eugenia que vigorava no Brasil.

Resende (2015), embasado nos estudos de Foucault, destaca os modos de construção da infância e a invenção de um sujeito infantil, através de uma parafernália disciplinar e dos mecanismos que impulsionam o funcionamento da máquina que governa a infância na sociedade. O autor ainda enfatiza que:

⁷ No segundo capítulo intitulado *Salvar a criança*, do livro *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*, escrito por Irene Rizzini (2011a), a autora apresenta uma pesquisa expressiva na intenção de fazer a diferenciação entre a caridade e a filantropia.

[...] essa máquina regula, dirige, controla, ensina, normaliza, disciplina, pune, castiga, cura, educa [...] Essa máquina que conduz a criança, que conduz a conduta dos que conduzem a infância, segundo normas, arranjos políticos e institucionais. Essa máquina que governa (RESENDE, 2015, p. 8).

Nesta tese, a instituição educativa de cunho asilar e os atores educativos que nelas estavam inseridos, é entendida como uma máquina que governa. Esse tipo de instituição funciona como um dispositivo disciplinar em que as crianças passam por técnicas corporais de adestramento disciplinar resultando em corpos produtivos e úteis para a pátria (SILVEIRA, 2015). Para embasamento teórico destas questões, foram utilizados os estudos de Foucault (1996, 2008, 2010, 2013), Bujes (2002), Ramos do Ó (2001), Resende (2015) e Veiga-Neto (2015).

A categoria representação, inspirada nos estudos de Chartier (1991, 2002) é utilizada para refletir e analisar sobre a produção de sentidos através das intenções e ações da sociedade pelotense, para a ordenação e manutenção da população local. Nesse intento é que os impressos locais foram analisados, pois se tratam de sistemas de representações produzidas por indivíduos que podem se posicionar e falar (SCHWANZ, 2016). Além deste historiador francês, a categoria também é referenciada pelos estudos de Pesavento (2003), Schwanz (2016) e Hall (2016).

Tendo como referência o contexto local, a educação para as crianças desvalidas acolhidas por instituições asilares e as categorias elencadas que anunciam as intenções da pesquisa, a História Cultural é utilizada como base teórica predominante no presente estudo, especialmente respaldada por teóricos como Burke (1991, 1992, 2008), Chartier (1991, 2002), Hunt (1995), Le Goff (1990), Le Goff e Nora (2001) e Pesavento (2003). Difundida a partir da Terceira Geração⁸ dos *Annales*, em 1969, a História Cultural incluiu novos objetos de estudos, ampliando, o território de pesquisa do historiador (BURKE, 2008).

Esta tese está dividida em cinco capítulos, além da parte introdutória, das referências contendo a lista de obras, documentos utilizados e os anexos. O primeiro capítulo aborda o tema e as escolhas de pesquisa, na qual se busca discutir sobre o

⁸ A Escola dos *Annales* é um movimento historiográfico iniciado a partir da revista francesa *Annales: économies, sociétés, civilisations*, publicada em 1929. Sobre as três gerações da Escola dos *Annales*, de acordo com Barros (2010), a primeira geração foi liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre a partir de 1929, a segunda geração em 1946, teve Fernando Braudel como principal representante e a terceira geração, no final da década de 1960, tiveram como principais destaques, os historiadores Jacques Le Goff, Pierre Nora, Marc Ferro e Le Roy Ladurie.

processo de identificação com a temática de pesquisa e as categorias elencadas para o estudo.

O segundo capítulo trata da busca pelas fontes, bem como o tratamento dado aos documentos. Neste capítulo destaca-se o uso de periódicos locais, principais documentos de análise da presente tese.

No terceiro capítulo o enfoque é sobre a questão social durante o período investigado, sobre a situação da cidade de Pelotas e dos grupos menos abastados e sobre a representação e o imaginário social, trabalhados a partir da investigação realizada em alguns impressos locais.

O quarto capítulo trata da institucionalização da infância desvalida em Pelotas. Neste capítulo se discute o controle e ordenamento social direcionado para este segmento da infância, seja por via de instituições ou pelos textos apresentados nos jornais, tendo como principal período de análise a década de 1910.

O quinto e último capítulo busca analisar mais precisamente as instituições asilares para a infância desvalida de Pelotas, bem como, a discussão a respeito dos principais sujeitos infantis, considerados um problema para a sociedade pelotense, que se tornaram alvos das ações por parte dos poderes públicos, Igreja e sociedade em geral.

CAPÍTULO 1: O AUTOR, O TEMA E AS ESCOLHAS DO PESQUISADOR

Escrever a história é mais do que realizar uma exposição de achados. É o efeito de uma transformação pela qual passamos enquanto sujeitos que nos assumimos e assumimos os riscos pressentidos na escrita. É dialogar, não exatamente com os outros, mas com nosso próprio pensamento. Por esse motivo, escrever é tão deliciosamente perturbador!

(NUNES, 2008, p. 43)

Reiterando o excerto de Clarice Nunes (2008), confesso que é perturbador escrever um texto histórico, e ao mesmo tempo, me apresentar ao leitor por meio de uma escrita científica, que segundo Pereira (2013, p. 216) “busca dar corpo à interpretação objetiva da realidade, superando o imediatismo da opinião e do senso comum, buscando expedientes de universalização e generalidade”. A rigorosidade acadêmica, respaldada pelos pressupostos da História Cultural, têm permitido escrevermos a partir dos nossos olhares, nos colocarmos como autores, falarmos dos nossos sentimentos, angustias e das lutas que acontecem concomitantemente com a realização da produção científica.

Acredito que Amaral (2019) compartilha deste mesmo sentimento. Ao escrever seu memorial acadêmico, a autora expôs que como historiadora da educação, aprendeu a escrever sobre as escritas “dos outros” ou as “escritas de si” dos outros. A historiadora complementa confessando o seu desconforto de elaborar uma escrita de “si”, elaborar uma narrativa pessoal de forma adequada dentro dos preceitos da academia, para ser apresentada a uma banca avaliadora.

No presente trabalho, sinto a necessidade de me apresentar ao leitor. Colocar-me como autora, apresentar o meu fascínio pelo tema de pesquisa e de justificar minhas escolhas, neste “campo de fronteira” entre a História e a Educação. Sou graduada em Pedagogia e anos mais tarde ingressei no curso de História, fato que me possibilitou uma interessante incursão na busca de referências para esta pesquisa.

Os prazos, a burocracia, as cobranças, a busca pela alta produtividade, as avaliações dos programas de pós-graduação, os manuais de pesquisas científicas, dentre outras questões, têm propiciado no âmbito do ambiente acadêmico, uma produção mais técnica, e no meu ponto de vista talvez, menos humanizada. Embora sem concordar com este sistema, acabamos por segui-lo. São as regras do jogo, que nos distanciam de muitos de nossos objetivos, ideais, lutas, militância, nos influenciando para sermos “neutros e imparciais”.

Nesse sentido cabe questionar: existe imparcialidade e neutralidade na escrita acadêmica? Pereira (2013, p. 214) nos alerta que:

Não podemos desconsiderar que, ao escrever, também escrevemos para nós mesmos. No nosso cotidiano, levamos a efeito, às vezes, enormes batalhas conceituais que necessitam ser colocadas em palavras para tomar corpo e se constituir em saberes em condições de novamente entrar na arena do interminável debate das ideias. Nesse sentido, escrevemos para nós mesmos, escrevemos para dar passagem a ideias e movimentos que, ao serem escritas, vão nos constituindo academicamente.

Com essas considerações sinalizo sobre minhas reflexões e o meu interesse pela temática aqui apresentada. Servem também para justificar que embora exista uma tentativa de seguirmos as regras do jogo, não há neutralidade, pois esta desaparece já na simples intenção de realizarmos uma pesquisa, fazendo com que aos poucos esta intenção se torne uma realidade, tendo como resultado a produção escrita. Nesse intento, Leitão e Pereira (2014, p. 58) complementam afirmando que:

No processo de elaboração de textos acadêmico-científicos, conceber a palavra como neutra, não pertencente a ninguém, ainda é uma constante, apesar de inúmeros estudos evidenciarem que é impossível construirmos um enunciado completamente destituído de apreciação. A simples escolha do objeto de estudo já revela as preferências do enunciação.

No processo de produção dos trabalhos acadêmicos, a escrita do referencial teórico assume diversas funções. Ao sinalizar e dar sustentação aos caminhos percorridos durante a pesquisa, já informa ao leitor sobre as escolhas do pesquisador. Esta importante etapa do fazer historiográfico, parte de um planejamento e conseqüentemente, do levantamento bibliográfico. Este é o começo da “viagem” referida por Barros (2005) ao comparar o início de uma pesquisa como o partir para uma viagem instigante, desafiadora, que muitas vezes não conta com um caminho preexistente.

Nesse sentido, reitero que nas pesquisas em Ciências Humanas, o levantamento bibliográfico é fundamental. É necessário entrar em contato com outras obras. Jenkins (2011) nos alerta que a história é produzida por um grupo de operários chamados historiadores e como parte desse trabalho está o vai e vem entre obras publicadas por outros historiadores.

Para discutir a minha atuação como autora, apresentar o tema elencando, as principais categorias de análise e justificar minhas escolhas, começo escrevendo sobre o meu processo de identificação com a temática pesquisada. Em seguida, busco aprofundar as categorias eleitas para a pesquisa.

1.1 Reflexões sobre a identificação com a temática de pesquisa

O historiador Georges Duby em sua obra *A história contínua* (1993), relatou que quando estudante de geografia realizou a leitura de artigos publicados na revista francesa *Annales: économies, sociétés, civilisations*, em especial os prefácios assinados por Lucien Febvre e Marc Bloch, ambos idealizadores da revista. Através da leitura das publicações mencionadas, Duby acabou extraíndo dois ensinamentos:

Que o historiador não deve fechar-se em sua toca, mas acompanhar atentamente o que acontece nas disciplinas vizinhas. Que realizar uma investigação com todo rigor necessário não impõe a obrigação, no momento de divulgar os resultados do levantamento, de escrever com frieza, que o cientista cumpre tanto melhor sua função na medida em que agrada ao leitor, prendendo-o e conquistando-o pelos encantos de seu estilo (DUBY, 1993, p. 14).

É de desejo de parte dos pesquisadores, que suas produções não fiquem esquecidas em gavetas ou limitadas apenas para aqueles que estão dentro da academia. Espera-se que sua escrita agrade a todo tipo de leitor. Que ela seja compreendida. Que o tema e objeto escolhido encante e provoque reações, para quem sabe resultar em futuras transformações.

Dessa forma, reporto-me a Barros (2005) que destaca que a escolha do tema a ser pesquisado é influenciada por fatores combinados, entre eles o interesse e a relevância atribuída ao tema, a visibilidade da investigação e a originalidade envolvida. Samara e Tupy (2010) reforçam essa ideia ao afirmarem que a escolha do objeto de trabalho depende da identificação do historiador com o tema a ser pesquisado.

De acordo com as ideias destacadas pelas autoras, saliento que o meu interesse pela temática surgiu em 2008, durante a graduação no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas, quando ingressei como bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) no grupo de pesquisa intitulado Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE).

Tendo por base a História das Instituições Educativas, durante a pesquisa de Iniciação Científica e do curso de Mestrado em Educação, na linha em que me encontro, investiguei a trajetória educativa-institucional do Asilo de Órfãos São Benedito de Pelotas, fundado em 1901, por Luciana Lealdina de Araújo, mulher, negra, pobre e filha de uma preta escravizada. Ressalto que nesta empreitada Luciana também contou com o apoio de intelectuais negros da cidade. O fato de eu ter convivido com ex-alunas do Instituto São Benedito (instituição ainda em pleno funcionamento), durante o período em que militei no movimento social negro, através da minha participação no Centro de Ação Social Cultural e Educacional Odara⁹, despertou em mim o interesse em investigar aspectos históricos da instituição e de seus atores educativos.

Conforme mencionado anteriormente, no decorrer do meu trabalho de bolsista na graduação e da pesquisa de Mestrado, constatei a ausência de estudos acadêmicos relacionados ao encaminhamento dos meninos desvalidos em Pelotas, durante as primeiras décadas do século XX. Dentre os poucos estudos, há um sobre o Abrigo de Menores que resultou na Dissertação de Mestrado intitulada *Abrigo de Menores: Híbridas na Constituição de Si* (PERUZZO, 1997). Por conta dos documentos consultados, a autora dá indícios de que a instituição pode ser a continuação dos trabalhos iniciados pela Associação Protetora de Meninos Desvalidos, fundada em 1924 pelo Bispo Dom Joaquim Ferreira de Melo. Em algumas obras, principalmente as elaboradas por historiadores locais, o Abrigo de Menores é apresentado como uma nova instituição asilar, inaugurada em 1944 por Dom Antônio Zattera, o que acaba dando invisibilidade aos trabalhos do Bispo Dom Joaquim em prol dos meninos desvalidos a partir da década de 1920.

Embora reconheça que o historiador não dá conta da totalidade dos fatos, apenas recupera fragmentos do passado (JENKINS, 2011), esta constatação me

⁹ A ONG Odara busca abordar e discutir questões étnicas e igualdade racial, tendo como elementos agregadores a dança afro, percussão, teatro, entre outras atividades desenvolvidas com crianças e adolescentes negros, oriundos das classes menos abastadas da cidade de Pelotas.

desafiou a buscar preencher lacunas, bem como pesquisar sobre instituições de acolhimento de menores na cidade. Esta também é uma situação que foi ao encontro de minha vontade de dar continuidade às reflexões iniciadas em meus estudos anteriores. Certeau (2000, p. 94) nos alerta que “o próprio princípio da pesquisa, sempre aguçada pela falta”. Compreender o processo de atuação dessas instituições na cidade de Pelotas é um dos motivos que me levou a continuar pesquisando instituições educativas e encaminhamentos para a infância desvalida.

Saliento que minhas pesquisas também estão diretamente relacionadas à minha trajetória de vida, e é neste momento que reafirmo que não há neutralidade, tanto na escolha do objeto, quanto na escrita científica. Oriunda dos grupos populares, filha de empregada doméstica e de trabalhador autônomo, resido desde a infância em uma casa situada numa vila no centro da cidade. A comunidade denominada Ocupação Uruguai, está localizada sobre o leito do antigo Arroio Santa Bárbara, é conhecida popularmente por Vila Catinga, devido à existência de um grande número de moradores catadores de resíduos sólidos. Este espaço urbano foi formado na década de 1970 por pessoas vindas do interior de Pelotas, que buscavam condições melhores de vida através do trabalho em indústrias que estavam sendo instaladas na cidade. Naquele período, este espaço possuía características semelhantes às favelas e vielas dos grandes centros urbanos espalhados pelo território brasileiro (JANSEN; NOVACK; OLIVEIRA, 2011). Durante a infância, convivi com crianças em situação de vulnerabilidade social. A trajetória de vida de alguns vizinhos se aproxima com a dos meninos e meninas amparados pelas instituições asilares que aqui foram abordadas.

Como parte das instituições asilares existentes na cidade foram fundadas ou mantidas pela Diocese de Pelotas, cabe destacar sobre a minha experiência com a Igreja Católica Apostólica Romana. Durante os anos de 2003 e 2004, desenvolvi o trabalho de catequista na comunidade católica localizada na Vila Catinga. Ligada à Paróquia Nossa Senhora de Aparecida, a Comunidade Nossa Senhora de Guadalupe, em 1986, recebeu a carta-compromisso de posse de lotes localizados no passeio 2 da Ocupação Uruguai (passeio hoje denominado João Carlos Portella Rodrigues), sendo lançada naquela ocasião, a pedra fundamental do Forno e da Padaria Comunitária anexa ao prédio da Comunidade. Conforme descrito no livro sobre o centenário da Diocese de Pelotas (1910-2010), organizado por Fábio Raniere da Silva Mendes e Marcelo Möller Alves (2010), durante a inauguração da

Comunidade foi organizado um cortejo do pão e do vinho, e a cruz processional recebeu as quatro estolas de cores diferentes, que simbolizavam a união da comunidade, o sofrimento por conta das enchentes, a falta de urbanização, a luta dos posseiros pela posse do solo urbano e a esperança depositada na comunidade. Tais simbologias retratavam a situação da época, como elevado número de enchentes na região, sendo a última grande enchente ocorrida no ano de 2004, quando eu já residia neste local, e a luta pela regularização dos terrenos, fato que ocorreu no ano de 2018, durante o mandato da prefeita Paula Mascarenhas ao oficializar e entregar as escrituras para os moradores da Vila Catinga.

Além de relatar parte da minha trajetória que influenciou a escolha do tema pesquisado, é relevante destacar as muitas escolhas que fazemos durante o caminho da pesquisa. Sejam elas na forma de seleção dos materiais ou da própria escrita. Nesse sentido, ficaram algumas lacunas na pesquisa de mestrado. Nos meses finais da escrita da Dissertação de Mestrado tive que optar por pesquisar e escrever sobre a comunidade negra pelotense durante a primeira metade do século XX e a sua contribuição no trabalho com a instituição investigada. Certeau (2000, p. 94) enfatiza que “enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar”. Sendo assim, reconheço que ficaram muitas indagações sobre a atuação da Igreja Católica. Dessa forma, justifico, também, o meu interesse de investigar e analisar o trabalho da Igreja junto às instituições de acolhimento da infância desvalida.

Através da militância no movimento social negro Odara, do meu papel como educadora e do trabalho realizado tanto por mim quanto pela minha mãe, que coordena a comunidade católica desde a década de 1990, percebi a possibilidade de unir aspectos da minha história de vida e conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica, na tentativa de colaborar com questões relacionadas à História da Educação, das instituições educativas e da infância desvalida. Buscar no contexto histórico a origem de instituições que começam a acolher essa infância na cidade, bem como as relações políticas e sociais aí envolvidas, foi a mola propulsora de meus questionamentos.

Nesse sentido, recorro a Barros (2005, p. 34) quando aponta que “antes de mais nada, o pesquisador deve perguntar a si mesmo se o tema escolhido efetivamente o interessa”. Entre tantos motivos que justificam minha intenção em

continuar pesquisando sobre a temática, destaco minha identificação étnico-racial¹⁰. Autodeclarada como negra, ou cor preta, como coloca o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estudar a infância desvalida de meu país e minha cidade, é olhar também para o grupo ao qual pertenço, para os desdobramentos daí advindos que estão intimamente ligados à falta de inserção social e econômica desse grupo. Esta minha ligação com a temática é sentida, é palpável, é visível. Resulta de uma mistura de orgulho, empoderamento, representatividade e ainda de dor. Dor causada pela ação desprezível e que ainda persiste: o racismo.

Para Gomes (2005) o racismo pode ser manifestado através de duas formas interligadas: individual e institucional. De acordo com a autora:

Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos [...] A forma institucional do racismo, ainda segundo os autores supracitados, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada (GOMES, 2005, p. 52-53).

No Brasil, o racismo e suas formas de manifestações ainda são negados e ignorados por conta do mito da democracia racial, que conforme Gomes (2005, p. 57):

[...] pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial.

¹⁰ Embora já tenha feito esta abordagem na minha Dissertação de Mestrado, é importante elucidar sobre o uso do termo *etnia*. Conforme Gomes (2005, p. 49-50) “no campo intelectual, muitos profissionais preferem usar o termo *etnia* para se referir aos negros e negras, entre outros grupos sociais, discordando do uso do termo *raça*. Ao usarem o termo *etnia*, estes intelectuais o fazem por acharem que, se falarmos em *raça* ficamos presos ao determinismo biológico, à idéia de que a humanidade se divide em raças superiores e inferiores, a qual já foi abolida pela biologia e pela genética”. Portanto, o uso do termo étnico-racial contempla os dois casos, o de *raça* e o de *etnia*.

O assunto é polêmico e causa desconforto, tanto por parte de quem acredita no mito da democracia racial, quanto por quem sofre racismo. Apesar de o racismo ser ainda pouco discutido dentro da academia, já que em nossa sociedade ele se dá através da própria negação (GOMES, 2005), no meu caso, discutir questões silenciadas no decorrer da história, é uma forma de luta, que reforça minha identidade. Identidade entendida por Sousa (2005, p. 113) como sendo tanto “uma relação com a individualidade do sujeito, quanto com o segmento social ao qual esse sujeito pertence”. Gomes (2005, p. 43) afirma que dentro dos processos identitários, há uma identidade negra definida “como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro”.

Todavia, cabe salientar que tais questões não eram o foco da pesquisa, mas permearam minha escrita a partir da coleta e análise das fontes. Elas corroboraram para dizer de onde escrevo e porque escrevo.

Na presente investigação, é importante abordar assuntos que colaboram com as infinitas interpretações que o historiador poderá ter ao analisar os materiais que compõem o *corpus* documental da pesquisa. Isso fica evidente através das fotografias de crianças presentes em algumas instituições de acolhimento na cidade de Pelotas, registradas durante o período estudado.

Foi feita uma tentativa de analisar as fotografias publicadas nos periódicos locais no último capítulo da tese. Esta afirmativa se deve o fato de reconhecer que a análise de imagens é um processo difícil e subjetivo. Alguns trabalhos acadêmicos apresentam as fotografias como principais fontes de estudo, requerendo foco, estudo e metodologias específicas para a análise. No entanto para este estudo, as fotografias foram utilizadas, juntamente com outras fontes, na tentativa de qualificar o estudo e de sustentar hipóteses lançadas durante a pesquisa.

Neste momento é importante mencionar que parte das fotografias que trazem o grupo de meninos e de meninas institucionalizadas, contam com uma significativa presença de crianças e de adolescentes negros. Este é o caso, por exemplo, do público acolhido pelo Abrigo de Menores. A escolha das fotografias, publicadas via impressa, será discutida no decorrer deste capítulo.

A classificação étnico-racial das crianças acolhidas pelas instituições pelotenses instiga a fazer reflexões acerca deste tema, considerando que esta

pesquisa está periodizada em um período pós-abolição. Munanga e Gomes (2006) destacam que:

A nova situação dos negros, de escravizados para libertos, não foi aceita imediatamente pela sociedade brasileira. O fato de serem libertados por força da lei não garantia aos negros os mesmos direitos de fato e todas as oportunidades dadas aos brancos em nosso país, sobretudo, às camadas mais ricas da população. Por isso, além da libertação oficial, instituída na lei, os negros brasileiros após a abolição tiveram que implementar um longo e árduo processo de construção de igualdade e de acesso aos diversos setores sociais (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 106).

Considerando a luta pela igualdade de direitos e o acesso a diferentes espaços sociais, percebe-se que a presença dos negros ainda era indesejada na sociedade brasileira. Dentro dos ideais de eugenia, supremacia racial e dos próprios estigmas¹¹ carregados pelos negros, era preciso controlar, normatizar e ao mesmo tempo, segregar este grupo. Neste sentido, algumas fotografias das instituições que se caracterizam por serem de preservação da ordem e de reforma social, dão indícios de que os negros eram os principais grupos que ocupavam os espaços de acolhimento. Outro elemento utilizado para sustentar estas afirmativas, são as reportagens dos jornais, que na sua maioria apontam a origem étnico-racial do menor, protagonista da informação publicada no jornal, destacando quando este era negro, pardo ou crioulo, como mencionado em algumas reportagens.

No espaço urbano, para além da infância, o poder público buscou segregá-los afastando-os dos centros urbanos através das destruições de cortiços e de moradias coletivas e dessa forma, foram-se constituindo vilas, morros e favelas, principalmente nos espaços periféricos.

No documentário intitulado *A sociedade do charque*, o Prof. Dr. Jonas Vargas busca refletir sobre onde à população negra liberta no período pós-abolição de Pelotas foi parar. Para tanto, o historiador menciona sobre a tentativa de mapeamento dos locais em que os libertos passaram a residir. Ao observar a realidade da cidade, o professor aponta que parte dessa população se estabeleceu nas periferias, reforçado também pelo fato de que o Brasil após a abolição não deu garantia de inclusão, de direitos civis, políticos e sociais para a população liberta. Santos (2009, p. 93) corrobora com esta ideia ao afirmar que “nas cidades, a maioria

¹¹ Os estigmas citados estão relacionados com os estudos de Goffman (1988) e que serão desenvolvidos no decorrer da tese.

morava nos piores lugares nos cortiços, nos morros e zonas alagadas, no meio rural se tornaram agregados e afilhados que trabalhavam para comer e morar nas terras dos antigos senhores”.

Pode-se também exemplificar com os estudos da população negra no período pós-abolição, realizados na capital gaúcha Porto Alegre. Germano (2009), ao pesquisar sobre os carnavais de Porto Alegre como espaços de etnicidade e territorialidades negras, menciona que o Complexo Cultural Porto Seco, espaço que em 2005 se constituiu como sambódromo, foi construído em uma zona periférica, distante das áreas nobres e centrais da cidade, objetivando também o afastamento dos negros e das suas manifestações culturais, para a periferia. Segundo o autor, a questão da segregação dos negros nos centros urbanos, é uma prática antiga em Porto Alegre, que vai desde a higienização dos becos durante o período de urbanização e modernização do centro da capital, até a remoção de complexos residenciais inteiros que se caracterizavam como favelas porto-alegrenses, nas décadas de 1950, formando assim bairros periféricos, dentre eles Restinga e Vila Jardim, que surgiram a partir da desterritorialização de áreas negras da cidade.

Tratando-se da área central da capital do Rio Grande do Sul, cabe também mencionar sobre os espaços de resistência negra. Silva (2015) produziu um texto em que reflete sobre uma face da cidade negra. De acordo com a autora, “os negros não apenas contribuíram para a sua formação, mas, de fato, a construíram. E, a despeito de um imaginário que segue se alimentando e se afirmando, permanecem presentes em seu cotidiano” (SILVA, 2015, p. 4). Um dos exemplos citados por Silva (2015) é o elevado número de casas de religião de matrizes africanas, o Parque da Redenção e seu entorno que foram ocupados por grupos negros no período de emancipações e pós-abolição, dentre eles o Areal da Baronesa e a Cidade Baixa, além do Mercado Público de Porto Alegre, que em seu centro está simbolizada a encruzilhada do orixá Bará.

Atualmente a situação não é muito diferente em relação ao passado. A população negra, na sua maioria, continua a residir em locais periféricos. Apesar de políticas públicas com as ações afirmativas, os negros ainda são a minoria nos cursos de ensino superior e correspondem ao maior número de analfabetos no país.

Em Pelotas no ano de 2019, surgiu uma polêmica sobre os eventos de samba que ocorriam nas tardes de sábado no Mercado Público Central e que estariam perturbando os moradores do entorno do mercado. Algumas autoridades do

município, como vereadores, o movimento social negro e artistas locais, apontaram indícios de que a proibição desse tipo de manifestação cultural era uma forma de afastar parte da população para locais mais afastados da cidade, uma vez que os principais frequentadores dos eventos são das camadas menos abastadas, entre eles, os negros. Esse episódio foi acompanhado pela mídia impressa e televisiva, repercutindo por todo estado do Rio Grande do Sul.

Sobre a institucionalização como forma de segregação, podemos exemplificar com as instituições totais, que funcionam como locais de residências de determinados grupos de indivíduos, com situações semelhantes, separados da sociedade, levando uma vida fechada e administrada formalmente de acordo com a instituição, conforme é tratado por Goffman (2010) em seu livro *Manicômios, prisões e conventos*. Cabe ressaltar que no caso de instituições totais, como prisões e hospitais psiquiátricos, a população negra predomina nas estatísticas, por exemplo, da população carcerária, que tem 64% de negros (pretos e pardos) constituindo população prisional em nosso país¹². No que se refere aos hospitais psiquiátricos, “a população negra sofre historicamente, no Brasil e no mundo, processos ininterruptos de abandono e apartamento social. O lugar por excelência do abandono e exclusão é o manicômio, assim como outras instituições totais” (BARROS *et al.*, 2008, p. 41).

Colocadas estas questões, procuro defender meu posicionamento e justificar o meu encanto pela pesquisa e a relevância da temática. A seguir, busco fazer algumas reflexões teóricas para além da classificação étnico-racial, destacando assim, as categorias elencadas para este trabalho, entre elas: infância desvalida, leis de proteção e assistência à infância, periódicos, instituição educacional, “agentes de normatização” e governo da infância.

¹² A estatística é referente à classificação da população prisional de acordo com a raça, cor ou etnia. Em algumas unidades federativas, o número é exorbitante, chegando a 95% no Acre, 72% no Rio de Janeiro, 56% em São Paulo. Na região do Sul, as estatísticas, sendo 33% no Paraná, 42% em Santa Catarina e 30% no Rio Grande do Sul. Este levantamento foi realizado pelo Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, que considerou uma série de fatores para elaboração dos gráficos, entre eles, a população total das unidades federativas, divididas entre brancos, negros, amarelos, indígenas e outros (BRASIL, INFOPEN, 2016).

1.2 Delimitando as categorias de análise

1.2.1 Infância desvalida legislação de assistência e de proteção

A pesquisa bibliográfica e a escolha de parte dos materiais analisados no decorrer da pesquisa, são etapas importantes do fazer historiográfico. Este é um processo que possibilita também elencar as categorias que norteiam o trabalho.

A infância desvalida é a categoria central nesta pesquisa. Parafraseando Arroyo (1999), trata-se de uma infância ocultada nos sótãos da existência humana. Fala-se aqui da infância pobre, abandonada, delinquente, excluída, não desejada, com instituições idealizadas para ela, com leis sobre assistência e punições para os menores. Refere-se também a uma infância controlada, normatizada e segregada¹³.

Embora aqui a proposta seja trabalhar com determinado grupo de crianças, no caso as desvalidas, ao mesmo tempo se reconhece que o trabalho é plural, sobre várias infâncias que foram sendo construídas, modificadas e representadas de diferentes formas no decorrer da história. Segundo Arroyo (1999), isso pode ser percebido no estudo histórico de projetos educativos ao trabalharem com imagens bem diferenciadas da infância, seja ela pobre, desamparada, perigosa, de rua, entre outras.

Quanto à etimologia da palavra infância, de acordo com os estudos de Vanti (2003, p. 19-20) corresponde “[...] a partícula latina *in* significa não, usada como prefixo, e do latim *fans*, *fantis*, participio presente de *fāri*, correspondente a falar, ter a faculdade da fala, forma-se o adjetivo latino *infans*, *infantis*, aquele que não fala, que tem pouca idade e que ainda é criança”. A autora completa afirmando que termos como o adjetivo *infantil* (diz respeito à criança, infantil) e o substantivo *infantia* (incapacidade de falar, meninice, infância), ambos derivados latinos de *infans* e *infantis*, apareceram em épocas diferentes nos idiomas europeus, que é o

¹³ É válido ressaltar que a palavra “segregação” aparece de forma recorrente em estudos de pesquisadores que se ocupam a investigar o período de emancipação e pós-abolição. Aqui, compreende-se a palavra segregação como separação, isolamento, afastamento, discriminação de sujeitos não desejáveis para os grupos dominantes.

caso do italiano nos séculos XII e XIII sobre a palavra *infante*, *enfant* no francês durante o século XI. Em outros locais, como na Península Ibérica,

[...] o surgimento da palavra *infante*, que se documenta ser no século XII, significa nome de nobre jovem e, no século XIII, significa o “filho do rei”. O sentido de “criança pequena”, ao que parece, só se vai fixar no século XV - XVI. Por outro lado, é também no século XVI a aceção de soldado da infantaria, tomada ao italiano *fante*, que era rapaz ou moço e também, servidor, criado. Equivalente das línguas latinas, os termos *de língua anglo-saxão* o *Childhood do inglês* e o *Kindheid, do alemão* traduzem o português *infância* (VANTI, 2003, p. 20).

De acordo com Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004, p. 16), o termo infância é uma palavra evocadora de um determinado período da vida humana, em que o chamam de “construção/apropriação de um sistema pessoal de comunicação, de signos e sinais destinados a *fazer-se ouvir*”. Os autores ressaltam que a infância é a concepção ou representação que os adultos fazem sobre esta primeira etapa da vida humana.

Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004) diferenciam o estudo sobre a história da infância e da história da criança. Fazer um estudo histórico da infância significa estudar a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos com os sujeitos que se enquadram neste período, já a história da criança é o estudo da relação das crianças com os adultos, com outras crianças, também com a cultura e a sociedade.

Embora muitas vezes a intenção seja estudar a infância, Arroyo (1999) nos alerta ao afirmar que no geral os pesquisadores desviam da infância, de sua história social e acabam ressaltando o Estado, a escola e os adultos. Por conta disso, pouco se sabe sobre a infância, porque a infância real não é objeto do saber e da preocupação e sim o que pensam e o que pensavam os adultos ou instituições que se ocupam dela.

O autor também faz essa relação com os projetos pedagógicos presentes em instituições para a infância desvalida. Tais projetos eram elaborados não para uma infância do presente e sim o tipo de adulto desejado no futuro. O adulto trabalhador, civilizado e útil para sociedade. Estes fatores corroboram para que a infância fique ausente dos documentos, dos regulamentos das instituições e dos próprios estudos históricos. O mesmo ocorreu com os periódicos analisados. No geral, estes publicavam sobre os cuidados com a infância, mas a finalidade era a elaboração de estratégias pensando no futuro adulto, um ser útil para a pátria.

É válido acrescentar que em períodos mais longínquos, dificilmente encontramos registros deixados por crianças e adolescentes. Algumas investigações adotam cartas, diários, entre outros materiais, como fontes em pesquisas acadêmicas. No caso da infância, a falta desses escritos dificulta o estudo da infância através do olhar dos próprios sujeitos infantis, por esses motivos, os estudos acabam voltando o olhar para os adultos, para as instituições dedicadas aos cuidados da infância e as políticas envolvidas nesse processo.

Como muitas das instituições criadas para o amparo da infância abandonada foram denominadas orfanatos ou asilo para órfãs(os), é comum ter a ideia de que se trata de crianças órfãs de pai e mãe, como ocorreu nos períodos de guerras e de grandes epidemias que elevaram o número de crianças que perderam suas famílias¹⁴.

Nesse sentido Leite (2009) alerta que as diferentes designações adotadas, principalmente, no período estudado, dificultam até mesmo o levantamento de dados estatísticos sobre este grupo de infância. Criança sem pais pode corresponder à criança órfã, exposta, com pai ausente, ou até mesmo ilegítima e bastarda, termos extremamente excludentes. Outras designações além de serem ambíguas estão repletas de preconceitos, entre elas os termos abandonado, mendigo e infrator, que comumente estava atrelado ao termo “menor”.

Para melhor compreensão do leitor, é relevante elucidar sobre o termo “menor”, citado muitas vezes no decorrer deste estudo. “Menor” até meados do século XX, era um termo utilizado de forma pejorativa, principalmente para se referir às crianças consideradas “vadias” e delinquentes. Neste trabalho, optou-se pela designação “crianças ou infância desvalida”. O termo é utilizado para se reportar aos enjeitados, expostos, órfãos, crianças pobres, recolhidos, abandonados, àqueles considerados sem valia para a sociedade, desprotegidos, desamparados, negligenciados, maltratados, transviados, enfim, os também denominados, no período estudado como “desvalidos da sorte”. De acordo com Schueler (2009) as designações e os conceitos como infância desvalida, infância abandonada e infância

¹⁴ Algumas produções acadêmicas, em especial dissertações e teses, apontam as epidemias como fatores fundamentais para criações de instituições de amparo aos órfãos. Temos como exemplo a dissertação de Silvana da Silva (2010) que pesquisou a criação do Asilo São Luiz de Curitiba durante o período da epidemia de gripe espanhola (entre outubro e dezembro de 1918), que vitimou homens e mulheres jovens, fazendo com que várias crianças ficassem desamparadas.

delinquente, surgiram num determinado contexto histórico e estão diretamente relacionados aos processos de lutas e embates políticos, econômicos e culturais.

Londoño (1991) em seu texto intitulado *A origem do conceito do menor* relata que ao fazer o levantamento bibliográfico sobre o termo criança em um acervo da Universidade de São Paulo, o fato de encontrar frequentemente a palavra menor em pareceres dos juristas, relatórios dos chefes de polícia, em projetos apresentados aos corpos colegiados dos estados, no final do século XIX e começo do século XX. Londoño destaca que o uso do termo “menor” antes desse período não era tão comum e tinha significado restrito. Além do vocabulário jurídico brasileiro, o termo “menor” constava em editoriais e manchetes de jornais de algumas capitais do país, sendo, portanto, esse, um conceito socialmente partilhado.

Através desse estranhamento, Londoño ao pesquisar o uso do termo, afirmou que para os juristas do fim do século XIX, “menor” eram as crianças e adolescentes pobres das cidades, abaixo da maioria legal brasileira (naquele período a maioria era de 21 anos), que por não estarem sob o cuidado dos pais ou tutores, eram consideradas abandonadas. Nas palavras de Londoño (1991, p. 135), menor foi definido como “aquele que se caracterizava principalmente como criança pobre, totalmente desprotegida moral e materialmente pelos seus pais, seus tutores, o Estado e a sociedade”. Essas crianças ocupavam diferentes espaços sociais públicos como mercados, praças e ruas. Muitas delas, ao cometerem delitos, eram enviadas para cadeias. Eram os “menores criminosos”.

O autor, embasado nas teses do jurista Evaristo de Moraes (1871-1939), afirmava que em 1900 existiam dois tipos de abandono de crianças: os menores “materialmente abandonados” e os menores “moralmente abandonados”. Os primeiros eram, em sua maioria, crianças e jovens órfãos que não dispunham da guarda de algum familiar, bem como de meios para a sobrevivência em sociedade. Os segundos eram crianças e jovens que deveriam ser afastados do convívio familiar para evitar a delinquência e as práticas do ócio e do vício consideradas perigosas para o convívio em sociedade¹⁵.

No Brasil, o termo “menor” foi utilizado formalmente por quase todo o século XX e ainda hoje é recorrente em documentos oficiais, embora seja buscada sua

¹⁵ Um maior tensionamento teórico sobre os primeiros Códigos de Menores instituídos durante a Primeira República pode ser observado em: RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

reformulação, como no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - (1990). Outro exemplo é o Código de Menores de 1927, reformulado através da Lei nº. 6.697 de 1979. Essas leis foram, estrategicamente, direcionadas às crianças e adolescentes, com ênfase na tutela da criança órfã e abandonada e na criminalidade juvenil. Tais constatações ficam evidentes no Código de Menores de 1927, ao incluir em seu Capítulo I, Art. 1º que “o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código”¹⁶. O que se constata é que o uso do termo “menor” foi pejorativo e estigmatizante. Ao se referir a crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social, era sinônimo de orfandade, abandono e delinquência.

Assim como no caso brasileiro, em Portugal, durante sua Primeira República (1910-1926), de acordo com Henriques e Vilhena (2015, p. 63), a educação preventiva e reeducativa estipulada na Lei de Proteção à Infância (LPI 1911), que surgiu como “reflexo de uma visão moderna da criança e da delinquência infantil”, foi voltada para o que eles denominam de crianças em “perigo moral”, desamparadas ou delinquentes. Esses adjetivos variam para referir-se à criança abandonada, pobre, indigente, perigosa, delinquente, resultando na constituição da categoria “crianças desajustadas”. Segundo esses autores, a categoria de crianças desajustadas “possuía em comum o fato de ser considerada uma ameaça à ordem social presente e futura, um *mal social* que a sociedade, em nome da sua própria sobrevivência, deveria resolver” (HENRIQUES; VILHENA, 2015, p. 68).

Considerando as denominações direcionadas à infância em situação de vulnerabilidade social em diferentes contextos (brasileiro, português e pelotense), acredita-se que o termo “desvalida” agregado à palavra infância, contempla os sujeitos investigados no estudo proposto¹⁷. É essa infância pobre, sem valia, “desvalida da sorte”, infratora, que foi colocada em instituições educativas da cidade para também ser controlada e modelada de acordo com os princípios da época.

É relevante mencionar, conforme já apontado, que nas fontes consultadas e na legislação vigente durante o período analisado, os termos mais recorrentes eram

¹⁶ Nessa pesquisa será mantida a grafia original dos documentos apresentados.

¹⁷ De acordo com o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (s/d), desvalido (adjetivo e substantivo masculino) significa que ou o que não tem valimento ou valia, desprotegido, desamparado, pobre, miserável, desgraçado.

infância, criança e menor, sem distinguir a faixa etária. Pode-se citar como exemplo quando a criança com idade de 8 anos era mencionada como “menor”. Este termo estava associado à pobreza, ao abandono e aos comportamentos desviantes, entre eles a delinquência, vadiagem e mendicância. Tais afirmações são sustentadas no Código de Menores de 1927. Os enunciados dos capítulos que compõem a lei eram direcionados às crianças da primeira idade, infantes expostos, menores abandonados e menores delinquentes, que de certa forma davam um caráter discriminatório à infância das classes populares.

A distinção entre as idades e os termos criança e adolescente no âmbito jurídico, apareceram anos mais tarde, através da Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que corresponde ao ECA, estabelecendo a aplicabilidade da lei para a criança até doze anos de idade incompletos e o adolescente entre doze e dezoito anos de idade. O termo adolescente não é mencionado tanto no código de 1927, quanto no de 1979¹⁸.

Discutida a categoria infância desvalida, é necessário abordar sobre as leis e decretos que amparavam e conduziam este tipo de infância. No que tange à legislação e as medidas educacionais, Gonçalves Neto (2018) reforça sobre a importância de visitar o passado para a compreensão dos problemas que martirizam as famílias e a sociedade: o de preparar as crianças brasileiras para as próximas décadas. O autor complementa assinalando que “é necessário entre o cruzamento do passado com o presente que devem ser estabelecidas as políticas de intervenção sobre a educação nacional” (GONÇALVES NETO, 2018, p. 13).

Embora desde o início da década de 1990 esteja em vigor o Estatuto da Infância e do Adolescente (ECA), legislação que assegura as crianças e aos adolescentes como sendo sujeitos de direito, no Brasil, as leis voltadas para os menores nem sempre tinham este fim. No geral, as legislações previam as transferências de responsabilidades para o cuidado e manutenção da infância vulnerável e quando os menores eram de grupos abastados, despertavam o

¹⁸ Para melhor compreender a discussão, em especial as idades da vida, a descoberta da infância e o uso do termo adolescente, consultar ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981 e GROSSMAN, Eloisa. A construção do conceito de adolescência no Ocidente. **Adolescência e Saúde**, v. 7, n. 3, p. 47-51, 2010.

interesse para tutela de pessoas próximas, com fim de cuidar e administrar a vida e os bens destes sujeitos.

Para o entendimento das questões sociais e educacionais, atreladas ao amparo jurídico, é fundamental relacionar o contexto histórico geral com a legislação vigente. Para a análise de uma legislação, seja na esfera local, regional ou nacional, assim como nas estratégias utilizadas para a análise de outros documentos, é necessário ler o seu conteúdo nas “entrelinhas”, captar as intenções dos poderes públicos ao promulgar leis e decretos que estão relacionadas com objeto de pesquisa. Considerando o que foi mencionado, a legislação além de ser uma das categorias do presente estudo, é uma fonte potencial para a compreensão de algumas questões levantadas nesta investigação.

Através da bibliografia utilizada, nas quais se destaca os estudos de Rizzini e Rizzini (2004), Rizzini e Pilloti (2011) e Negrão (2004), percebe-se que no Período Imperial (1822-1889), o enfoque era o de dar assistência para a infância moralmente abandonada, aqueles que se enquadravam na condição de sujeitos negligenciados, órfãos ou vadios, através de medidas preventivas para evitar que entrassem no mundo da criminalidade. Uma das alternativas adotadas na época e que vigorou por décadas ao longo do século XX, foi a preparação para o trabalho, inicialmente voltado para os meninos desvalidos.

De acordo com Schneider (1993, p. 47), no Rio Grande do Sul, que no período imperial era denominado como Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, “os governantes preocupados com a educação e amparo da infância abandonada e desvalida pela orfandade e pela pobreza, tomaram uma medida a esse respeito”. A medida na qual a autora se refere, é a Lei 12 de 1837, sancionada pelo presidente da província, Antonio Elzeario de Miranda e Brito, ao criar o Colégio de Artes Mecânicas, conforme é possível perceber através dos primeiros artigos da referida lei:

Art. 1.º Haverá na Capital da província um Collegio de Artes Mecanicas para o ensino de Orfãos pobres expostos, e filhos de pais indigentes que tiverem chegado á idade de dez annos, sem seguirem alguma occupação útil. Aos Juizes de Orfãos incumbe fazer remetter para o Collegio os primeiros, e aos Juizes de Paz os outros. O numero total dos alumnos não excederá de cem.
Art. 2.º Serão igualmente admittidos nas officinas do Collegio quaesquer moços, exceptuados os escravos, que pretenderem aprender os officios que n’ellas se ensinarem, obrigando-se seus pais, ou bemfeitores a pagar as despesas que fiserem com a sua subsistência, e ensino (ARRIADA; TAMBARA, 2004, p. 11).

Compreende-se aqui a preocupação pela ocupação do tempo ocioso daqueles que eram socialmente vulneráveis. O ensino de algum ofício, além de preparar as crianças para o trabalho, pretendia formar mão de obra barata, subalterna e útil para os interesses da sociedade da época.

Posteriormente, surgiu a Reforma Couto Ferraz – Ministro do Império – que regulamentou o ensino primário e secundário no município da Corte. Porém “na prática se constituiu no elemento balizador das reformas dos regulamentos de instrução pública de todas as províncias” (TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 14). No que tange ao ensino e cuidados de meninos desvalidos, o decreto previa:

Art. 62. Se em qualquer dos districtos vagarem menores de 12 annos em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa decente para frequentarem as escolas, vivão em mendicidade, o Governo os fará recolher a huma das casas de asylo que devem ser creadas para este fim com hum Regulamento especial.

Em quanto não forem estabelecidas estas casas, os meninos poderão ser entregues aos parochos ou coadjutores, ou mesmo aos professores dos districtos, com os quaes o Inspector Geral contractará, precedendo approvação do Governo, o pagamento mensal da somma precisa para o supprimento dos mesmos meninos (DECRETO Nº 1331-A, 1854).

Nota-se a preocupação com os meninos pobres e moralmente abandonados, que ao concluírem a instrução primária, eram encaminhados para as companhias de aprendizes dos arsenais, Imperiais da Marinha, oficinas públicas ou particulares. Embora este cuidado fosse voltado aos mais necessitados, o decreto também proibia a matrícula para a frequência de meninos com moléstias contagiosas, os não vacinados e os escravizados.

Com o início da República, os anseios para a formação de uma nação voltada para a ordem e o progresso, fez com que se adotasse uma legislação de internação, com características corretivas e disciplinares. As instituições preventivas já não bastavam para formar um cidadão que acompanhasse as aspirações da emergente república, e dessa forma, foi sendo cultivada uma “cultura de institucionalização” para a infância “indesejada” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, RIZZINI; PILOTTI, 2011).

A “cultura de institucionalização” foi assegurada por leis que vigoraram ao longo do século XX. O estudo realizado pelo médico higienista Moncorvo Filho, publicado na década de 1920, demonstra que o médico ao escrever sobre a proteção jurídica à infância, já tinha sinalizado a ausência de legislação apropriada e

sobre a escassez de estabelecimentos para delinquência juvenil. Segundo as palavras do autor:

Estudando-se a história do Direito pátrio o que se registra é a permanência, até a época não remota, das obsoletas ordenações do Reino e que o nosso regimento democrático só conseguiu algo melhorar com a decretação do recente Código Civil ainda muito falho de disposições, mal suppridas pelo antigo Código Penal e raras leis esparsas sem carácter definido (MONCORVO FILHO, 1927, p. 73).

É relevante mencionar que Moncorvo Filho criou em 1899, o Instituto de Assistência e Proteção à Infância no Rio de Janeiro, que em 1904 ao ser reconhecido, passou a receber subsídio do governo. A instituição tratava-se de um projeto dentro dos preceitos médicos, assistenciais e filantrópicos, com o objetivo de amparar e proteger as crianças necessitadas (RIZZINI, 2011b).

O Código Penal de 1890, promulgado pelo chefe do governo provisório, Manoel Deodoro da Fonseca, definiu alguns critérios sobre as penas aplicadas para os menores delinquentes e sobre a exposição e abandono de crianças menores de sete anos, em locais perigosos que comprometessem a vida e, conseqüentemente, ocasionasse a morte¹⁹. O Código Civil correspondente à Lei nº. 3.071 de 1º de janeiro de 1916, trouxe alguns avanços jurídicos alusivos ao menor. Conforme Negrão (2004, p. 28):

[...] apresentou artigos aplicados a menores, atendendo as necessidades brasileiras. Normatizou o instituto da Tutela quanto a menores abandonados, e embora tenha contemplado mais a tutela de órfão com posses, destinou o artigo 412 aos menores abandonados, definindo que teriam tutores nomeados pelo juiz, ou seriam recolhidos a estabelecimentos públicos destinados a tal finalidade, ou ainda na falta de estabelecimentos, ficariam sob a tutela de pessoas que, de forma gratuita e voluntária, assumiriam a sua criação.

Embora o Código Civil não tivesse como enfoque os interesses da infância, algumas questões foram regulamentadas, como a tutela dos menores. Samara e

¹⁹ Considerando que o Código Penal de 1890 não se refere exatamente ao período investigado neste estudo, cabe fazer algumas colocações referentes aos delitos cometidos por menores. Segundo o Art. 27 não eram criminosos os menores de 9 anos completos e os maiores de 9 e menores de 14, que cometessem delitos sem discernimento. O Art. 30 definiu que “Os maiores de 9 anos e menores de 14, que tiverem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, pelo tempo que ao juiz parecer, comtanto que o recolhimento não exceda á idade de 17 annos”. Entre as penas estabelecidas pelo código, estava a prisão disciplinar em estabelecimentos industriaes especiais, para menores até 21 anos.

Tupy (2010, p. 112-113) definem estes processos como sendo “documentos em que o juiz nomeia um tutor para o órfão, podendo ser da mesma família ou não. Não chegam a ser indicativos definitivos das taxas de orfandade porque nem sempre essa relação é levada à Justiça”. Segundo as autoras, nos grupos mais abastados, o tutor indicado pelo Juiz de Órfãos, tinha a função de ser o guardião dos bens do menor, além de ser o seu mentor. Já nos processos que envolvem os menores no período da escravidão no Brasil e, posteriormente, as crianças desvalidas, na sua maioria, o interesse pela tutela era para o aproveitamento da mão de obra infantil.

Alguns pesquisadores que abordam principalmente temas no âmbito da História Social da Infância e da Família, utilizam como fonte histórica os processos de tutela, documentos oriundos de instituição jurídica. Este foi o caso de Cardozo (2013), que na elaboração da Dissertação de Mestrado periodizada nas primeiras décadas do século XX, localizou nas três varas da Justiça de Porto Alegre, 823 processos de tutela de menores. Na constituição da Tese de Doutorado, Cardozo (2018) utilizou 952 processos de tutela entre os anos de 1860 e 1899, ainda no regime monárquico. Além da tese, o estudo resultou no livro publicado em 2018, com o título “*Como se fosse meu filho? As crianças e suas famílias no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (Séc. XIX)*”.

No presente estudo, os processos de tutela não foram consultados, embora se reconheça a riqueza de informações que tais fontes históricas oferecem. Samara e Tupy (2010) sinalizam que os processos não são considerados boas fontes quantitativas, pelas múltiplas relações de parentesco e apadrinhamento com o tutelado, mas para os estudos qualitativos, estas fontes permitem “recuperar as histórias de famílias pobres, principalmente em épocas de epidemias, quando os órfãos aumentam” (SAMARA; TUPY, 2010, p. 113).

Aqui foram utilizadas as leis promulgadas na primeira metade do século XX. Negrão (2004), sem a intencionalidade de elaborar um estudo na sua totalidade, já que o conteúdo é extenso e demanda de aprofundamento, elencou algumas normatizações a partir da década de 1920²⁰. Entre elas:

[...] um Decreto de número 4.242, de 5 de janeiro de 1921, fixando a despesa geral da República, autorizou o governo a organizar o serviço de

²⁰ No estudo intitulado *Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: um estudo histórico da legislação para a infância no Brasil*, Irene Rizzini (2011a) inseriu ao final do artigo, a relação de leis referentes à infância, promulgadas entre os anos de 1824 a 1927.

assistência e proteção à infância abandonada e delinqüente e firmou bases para que se verificassem tais medidas, com o fim de instituir o Código de Menores, primeiramente, pelo Decreto Legislativo de número 5.083 de 1º de dezembro de 1926; e depois pelo Decreto Federal de número 17.943- A de 1927, o Presidente da República, Washington Luís P. de Souza, usando da autorização constante do artigo 1º. do Decreto Legislativo 5083, consolida as leis de assistência e proteção a menores, as quais ficam constituindo em definitivo o Código do Menor de 1927 (NEGRÃO, 2004, p. 29).

Apesar das ações do poder público, das iniciativas privadas, religiosas e assistencialistas em prol dos desvalidos, conforme serão posteriormente discutidas, somente em 1927, 38 anos após a Proclamação da República, a infância passou a contar com legislação própria. O Código de Menores, promulgado em 1927, consolidou em todo território nacional, as leis de assistência e de proteção, os direitos civis e do trabalho infantil, prevendo também medidas legais relacionadas à guarda, à tutela, à vigilância, à educação e à prevenção dos abandonados e delinquentes (CAMARA, 2010; RIZZINI; PILOTTI, 2011).

O Código de 1927 foi a mais abrangente legislação destinada para os menores desde a constituição do Brasil como país independente. Mas é importante reforçar que embora seja anunciada como sendo uma legislação de assistência e de proteção à infância, não foi pensada e aplicada para qualquer criança. Na leitura do texto que compõem os artigos, pode ser observado que o propósito foi o de anunciar e cobrar mais os deveres por parte dos menores e das famílias, do que os direitos desses sujeitos como cidadãos. De acordo com as categorias sociais e jurídicas relativas à infância e à adolescência levantadas pelas irmãs Irene e Irma Rizzini (2004), o Código direcionava-se para as crianças empecadas, infantes expostos, menores extraviados, desvalidos, desamparados, viciosos, transviados, desassistidos (seja o carenciado ou de conduta anti-social), abandonados, os materialmente ou moralmente abandonados, em perigo, maltratados, vadios, vagabundos, mendigos, libertinos, delinquentes, em situação irregular ou desajustados²¹.

²¹ Embora algumas dessas designações já tenham sido explicadas anteriormente, julga-se relevante mencionar que as adjetivações foram citadas de acordo com o material elaborado pelas autoras. Irene e Irma Rizzini, ao final da obra intitulada *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente* especificaram cada uma das denominações, tendo como fundamentação teórica os dicionários, os termos utilizados por representantes jurídicos, as denominações citadas no Código de Menores, nos documentos da SAM, da FUNABEM, dentre outros.

Com o início da chamada “Era Vargas”, (dividida historicamente em três momentos: Governo Provisório 1930-1934, Governo Constitucional 1934-1937 e Estado Novo 1937-1945), foram intensificadas as ações e a legislação disciplinadora para os menores. Com o enfoque na questão social, por conta do capitalismo que promoveu o desenvolvimento industrial neste período, foram consolidadas medidas por conta do Estado, tendo como alvo dois grupos distintos da infância das classes populares: a criança – pobre – e o menor (BULCÃO, 2006). De acordo com os estudos de Bulcão (2006, p. 79-80):

Inauguraram-se outras formas de intervir sobre a infância “em perigo” e a “perigosa” e a oscilação dos discursos sobre elas polariza-se na Era Vargas. Uma série de leis então criadas focalizou, por um lado, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência, através de programas de educação e saúde, estruturando políticas sociais básicas (Conselho Nacional de Serviço Social, Departamento Nacional da Criança/DNCR, Legião Brasileira de Assistência/LBA) e, por outro, medidas de recuperação e controle dos menores abandonados e delinquentes, através da internação e repressão à criminalidade, firmando políticas “especiais” (compensatórias), que variavam de acordo com o “grau de periculosidade” do menor (Serviço Nacional de Menores/S.A.M.; Delegacias de Menores; estabelecimentos de triagem e internação de menores).

Parte das pesquisas sobre as crianças e os jovens pobres neste período apontam como principais marcos voltados à infância durante o governo Vargas, o Departamento Nacional da Criança (DNCR) fundado em 1940, com responsabilidade em coordenar as ações dirigidas às crianças e às famílias e o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), criado pelo Decreto de lei nº 3.799, de 05 de novembro de 1941. O órgão tinha a finalidade de orientar, fiscalizar e controlar estabelecimentos oficiais e particulares voltados para a assistência aos menores desvalidos e delinquentes.

Neste estudo, além da legislação aplicada em todo território nacional, as fontes também indicam decretos e leis locais sobre a instrução, acolhimento e disciplinamento da infância, principalmente através de instituições fundadas em Pelotas ou na cidade vizinha, Rio Grande. Alguns indícios estão presentes nos *Relatórios Intendenciais* publicados em Pelotas nas primeiras décadas do século XX e nos artigos dos articulistas do jornal consultado, o *Diário Popular*. Tanto os relatórios, quanto os textos publicados nos periódicos, além de indicarem as medidas locais destinadas à infância pobre, também representam a linha de pensamento dos governos municipais, junto aos grupos sociais e religiosos que se

empenhavam na manutenção da infância, em especial os que estavam em situação de rua.

1.2.2 Instituições educativas de acolhimento da infância desvalida

Uma categoria importante a referenciar aqui é a de instituição educativa. Nesta pesquisa, o conceito de instituição é tratado de forma ampla, apresentando diferentes características. Segundo Magalhães (2004, p. 62):

Os conceitos de instituição e de educação-instituição são aqui utilizados para traduzir um sentido instituinte, logo marcado por dinâmicas de fundamentação, normatização, ainda que em quadros progressivos de mudança e de evolução. À noção de instituição corresponde uma memória, um historicismo, um progresso histórico, uma tradição, em permanente atualização – totalidades em organização.

Muitas vezes o próprio uso da palavra instituição remete à ideia de educação, mas cabe ressaltar que instituições jurídicas, hospitalares, políticas, financeiras, religiosas, dentre outras, sejam elas públicas ou privadas, também são instituições sociais com determinadas regras e procedimentos de interesses comuns de um coletivo.

Tendo por base a análise das instituições de acolhimento de menores em Pelotas, foi necessário consultar obras de diferentes autores, na tentativa de caracterizar essas instituições como sendo educativas, pois “abrange não apenas a escola como a conhecemos no seu envolver histórico, mas também outras formas sociais duradouras em que se desenrola o processo de transmissão cultural” (MIGUEL, 2007, p. 40).

No campo da História da Educação, as instituições escolares são temas recorrentes e que envolvem um elevado número de pesquisadores que tem a escola como principal objeto de investigação. Mas para este estudo entende-se que instituição escolar trata-se de um termo restrito, caracterizando a instituição apenas como escola. Mesmo assim, compreende-se que o historiador que se debruça a investigar a história da instituição escolar, muitas vezes tem seus estudos

referenciados que alicerçam diferentes investigações. Isto se deve ao fato desses historiadores realizarem pesquisas, utilizando fontes e métodos que se aproximam da análise de outros tipos de instituições, incluindo as asilares.

Nóvoa (1992) ao escrever sobre as instituições escolares, apresentou possibilidades de análises tendo a escola como objeto de estudo das Ciências da Educação. A escola pode ser investigada no seu nível micro, envolvendo a sala de aula, no nível macro, abarcando o sistema educativo até chegar ao nível meso de compreensão e de intervenção. De acordo com o autor, para o estudo deste tema, alguns aspectos devem ser considerados, dentre eles os modelos políticos e os modelos simbólicos que caracterizam a instituição quanto a sua organização e cultura. Tais aspectos também são considerados no estudo de uma instituição educativa.

Nesse sentido, Magalhães (2004) também colabora ao apontar que a instituição deve ser pesquisada em três aspectos: o instituído, que se refere a sua materialidade como espaços, meios didáticos, programas, estrutura organizacional; a institucionalização, que corresponde à representação de aspectos relativos à memória, aos arquivos, ao currículo, aos estatutos; e à instituição, que está relacionada à apropriação dos ideários, da identidade da instituição e de seus atores educativos e aos destinos de vida.

Apesar do objetivo central deste estudo não seja o de investigar de forma aprofundada as instituições pelotenses mencionadas ao longo do texto, sabe-se que os orfanatos, os asilos e os patronatos tiveram papel fundamental no que tange aos interesses dos diferentes grupos sociais, que tinham como principal propósito o de controlar e normatizar a infância desvalida. Estes grupos, aqui, são considerados como os “agentes de normatização”²², que correspondem aos representantes dos

²² Para esta categoria, também foi pensado o uso do termo “agentes sociais”. Para Magalhães Filho tratam-se de “indivíduos agrupados na defesa de interesses comuns de qualquer tipo, e que agem coletivamente na sociedade para conseguir seus objetivos, atuando nas múltiplas instâncias da organização social ou à margem delas. O conceito inclui qualquer situação desse tipo, independentemente do número de indivíduos, de suas formas de organização, da relevância de seus objetivos e da força efetiva que detenham em cada momento” (2010, p. 7). Magalhães Filho utiliza este termo mais precisamente no âmbito político. Segundo o autor, “estamos nos referindo a classes sociais e a suas frações, bem como a camadas ou estratos sociais que agem no espaço político por meio de partidos ou movimentos políticos de qualquer tipo, para manter, ampliar ou conquistar o controle do Estado e de seus aparelhos. Incluem-se também como agentes sociais organizações de classe ou categorias, como sindicatos e associações, que diretamente, ou por meio de suas vinculações com partidos e movimentos políticos, agem para obter o atendimento de reivindicações ou interesses específicos das classes ou categorias profissionais que representam” (2010, p. 7).

poderes públicos, religiosos e das classes sociais mais favorecidas que atuavam de forma efetiva nas ações que correspondiam à assistência e a filantropia em prol desta infância.

Dentro da lógica foucaultiana, estes grupos eram os detentores de um poder e de um saber utilizados na fabricação e gerenciamento do sujeito infantil moderno. O processo de fabricação também se dava “pelos discursos institucionais, pelas formulações científicas, pelos meios de comunicação em massa” (BUJES, 2002, p. 19). Eles eram responsáveis por fiscalizar, enquadrar os indivíduos as normas, regras e leis. É o caso dos delinquentes, por se tratar de indivíduos fora das normas jurídicas. Em seus estudos, Michel Foucault também trabalha com o conceito de normalização. Este conceito é muito utilizado nos saberes da medicina, psiquiatria, psicanálise e psicologia. De acordo com Castro (2016, p. 309)²³ “o conceito de normalização refere-se a esse processo de regulação da vida dos indivíduos e das populações. Nesse sentido, nossas sociedades são sociedades de normalização” e não de disciplinarização. Cabe considerar que a normalização aqui mencionada, implica em questões como a loucura, o racismo e a sexualidade. Tem por finalidade tornar o indivíduo normal, como ocorreu com os loucos, surdos e outros sujeitos vistos como anormais.

Conforme já mencionado, no contexto brasileiro, os cuidados com os “desvalidos da sorte” foram atribuídos a diferentes grupos, como os jesuítas, os senhores de escravos e as Santas Casas de Misericórdia. Quando o Estado assumiu parte do cuidado com a infância, bem como, alguns segmentos religiosos e ideológicos e outros coletivos, este papel, o de “agentes de normatização”, foi sendo desempenhado a partir de uma nova concepção de infância, que surgiu no século XVIII. Conforme explica Bujes (2002, p. 38):

A infância torna-se objeto do olhar do Estado e de um olhar científico, moral, religioso e até familiar, neste quadro de múltiplas transformações sociais, políticas, mas, sobretudo, a partir do projeto pensado pelo Iluminismo. As crianças passam a ser vistas como seres diferenciados dos adultos. Mas são estes que as descrevem e interpretam seus desejos, suas necessidades, suas possibilidades intelectuais, seus limites. As crianças continuam sem voz e suas identidades são configuradas a partir de

Embora algumas questões levantadas pelo autor corresponde aos indivíduos e grupos aqui mencionados, optou-se por utilizar o termo “agentes de normatização” conforme explanado na descrição da categoria.

²³ NORMA. In: VOCABULÁRIO de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

perspectivas e de interesses que espelham a vontade de poder de setores específicos da sociedade e de grupos particulares de adultos, em cada momento histórico²⁴.

No caso aqui estudado, embora muitas vezes presuma que estes “agentes de normatização” atuavam de forma isolada, é necessário analisar estas ações numa perspectiva macro. Isso pode ser possível ao examinar documentos institucionais, como os relatórios e as atividades beneficentes anunciadas em periódicos pelotenses, que acabavam por elencar os benfeitores como os principais protagonistas no trabalho e funcionamento das instituições.

Fazendo uma análise mais minuciosa, entende-se que a benemerência se dá através da caridade cristã ou da filantropia. A caridade cristã era praticada por sujeitos muito religiosos, mas que tem como principal motivação o *status* social. Por se tratar de membros da elite local, “é importante considerar que as retribuições concedidas pelas instituições aos agentes benfeitores eram recheadas de valores simbólicos, e que tais ações por si só geravam mecanismos de visibilidade e prestígio social” (EICHOLZ, 2017, p. 54), dessa forma, a elite ganhava visibilidade social, ao mesmo tempo em que a Igreja tinha seu papel representado através da ação deste grupo.

Já a filantropia, de acordo com Donzelot (1980), é manifestada através da iniciativa não governamental ou assistência racional embasada em preceitos médicos, psicológicos, pedagógicos e jurídicos. Tais práticas culminam com o interesse da sociedade civil e do Estado, neste caso, o de resolver problemas com o analfabetismo, com o abandono, com a infância de rua, dentre outros. Nessa perspectiva, Donzelot (1980, p. 50) salienta que:

Não se pode conceber a filantropia como uma fórmula ingenuamente apolítica de intervenção privada na esfera dos problemas ditos sociais, mas sim como uma estratégia deliberadamente despolitizante face à instauração dos equipamentos coletivos, ocupando uma posição nevrálgica equidistante da iniciativa privada e do Estado. Se considerarmos os núcleos em torno dos quais se organizará a atividade filantrópica do século XIX constataremos que todos eles se caracterizam pela busca de uma distância calculada entre as funções do Estado liberal e a difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população.

²⁴ Ressalta-se que a autora trouxe uma concepção de infância em um período que ocorreu no contexto europeu. Pelo fato de o Brasil ter sido uma colônia de Portugal, ter passado do trabalho escravo para o trabalho livre e proclamado sua república apenas no final do século XIX, algumas questões políticas, educacionais e sociais se deram de forma tardia, comparada a de outras localidades.

O autor em sua obra *A polícia das famílias*, buscou investigar sobre a intervenção estatal para a construção da ordem social na França entre os séculos XVII até o século XX e sobre a constituição da instituição familiar, tendo como premissa a realidade francesa. Um dos temas abordados foram as questões educacionais por parte do Estado direcionadas as famílias de diferentes classes. Para as classes menos abastadas, as intervenções se deram através de atos de coerção para os considerados vagabundos, o abandono de menores e a falta da oficialização dos casamentos. Quanto ao abandono de menores, Donzelet (1980) aponta sobre o alto índice de mortalidade dos recolhidos²⁵. Na visão do Estado, os menores acabavam morrendo antes de tornarem-se “úteis a pátria”. Como eles não tinham parentes, a falta desse vínculo acabava eximindo-os das obrigações familiares, e sem perspectiva de um futuro melhor, a tarefa de salvaguardar os recolhidos era de interesse do Estado, pois aos menores era incumbida a execução de tarefas nacionais, dentre elas, a colonização, a milícia e a marinha.

No que tange mais precisamente ao Rio Grande do Sul, no período da Primeira República, constatam-se singularidades que fogem ao quadro político-administrativo vigente no contexto nacional. Nesse estado, foi nítida a assunção do positivismo pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) que esteve à frente do governo. Isto se refletiu numa situação de incentivo à liberdade de iniciativa privada e ao municipalismo, sem um real comprometimento do governo estadual com o desenvolvimento das atividades socioeconômicas, representando ele muito mais um papel de supervisor dessas atividades do que propriamente de seu propulsor.

Sobre o contexto estadual e municipal durante o período investigado, Meireles (2007, p. 96) reforça tais ideias afirmando que:

Era tempo também de consolidação do Regime Republicano, de circulação intensa de idéias de progresso, modernidade, ordem social, soberania nacional. Em Pelotas, como nos demais municípios do Rio Grande do Sul, face à ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), os postulados positivistas permeavam todas as discussões, com grande privilégio para a defesa das teses relativas à educação, que era considerada como um dos grandes investimentos sociais.

²⁵ O alto índice de mortalidade infantil foi um dos fatores que corroborou para a extinção da Roda dos Expostos. Este sistema trazido para o Brasil através dos portugueses foi instituído na França durante o século XVII, para melhor relação entre o Estado e a família preocupada em unir respeito à vida e a honra familiar.

Tanto Meireles (2007) quanto Amaral (2003, 2005), mencionam a forte representatividade de políticos pelotenses no cenário nacional, que acabou corroborando para que Pelotas apresentasse uma situação privilegiada nas questões educacionais, como cursos superiores, instrução primária através de aulas públicas e o ensino secundário pela iniciativa privada. Além dos representantes políticos, o município também contava com a iniciativa da elite econômica, sendo que muitos eram membros da Maçonaria, de instituições religiosas e filantrópicas, que investiam em infraestrutura na área da saúde e da educação. Estes representantes também são considerados “agentes de normatização”, que ao frequentarem espaços religiosos, étnicos, partidários, ligados à Maçonaria, elaboravam táticas e estratégias para o encaminhamento das questões sociais, neste caso, destinadas para infância desvalida.

O controle e a imposição de uma ordem exercida pelos grupos citados, especialmente dentro dos espaços educacionais, refere-se às tecnologias, “meio a que, em determinada época, autoridades de tipo diverso deitam mão para moldar, instrumentalizar e normalizar a conduta de alguém” (RAMOS DO Ó, 2001, p. 20) e aos conjuntos de práticas de governo que conduzem as condutas. Todo esse processo é utilizado para o governo da infância. Bujes (2002, p. 78), alicerçada pelos estudos de Michel Foucault, entende o governo como “uma ação sobre o campo eventual da conduta alheia, uma ação sobre ações presumidas, possíveis”. Em seus estudos a autora justifica o uso da palavra governo “para significar o modo como o poder se exerce e é exercido para administrar a conduta, como por exemplo, o *governo* das crianças ou *governo* de si por si mesmo” (BUJES, 2002, p. 78). Veiga-Neto (2015, p. 55) entende que o significado de governar a infância é o de “educar as crianças, moldando-lhes a alma, que é, ao mesmo tempo, efeito e instrumento de uma anatomopolítica²⁶ dos e sobre os corpos infantis”.

O governo da infância se dá através da disciplina, que resulta na fabricação de corpos submissos e exercitados. É o que Foucault (2013) denomina de corpos “dóceis”. Para o autor, o corpo além de ser considerado um objeto,

²⁶ O conceito de anátomo-política do corpo é uma das formas do biopoder. Segundo Bujes (2002, p. 35), biopoder trata-se de um “conjunto de técnicas que dissemina pelo corpo social e passa a ser utilizado por variadas instituições como a escola, a família, o exército, a polícia, a medicina, tanto age no nível dos processos econômicos quanto opera no âmbito da organização social”. O biopoder segrega, hierarquiza, garante relações de dominação e efeitos de hegemonia.

também é alvo de poder. Além disso, a disciplina que torna estes corpos úteis em termos econômicos, ao mesmo tempo diminui suas forças políticas de obediência.

Nas instituições idealizadas para a infância desvalida, compreende-se que essa disciplina se dá através do poder disciplinar, que parte do princípio de que é mais benéfico vigiar do que castigar. É o que coloca Varela (1999, p. 82) ao explicar que “domesticar, normalizar e fazer produtivos aos sujeitos é mais rentável do que segregá-los ou eliminá-los”. Enquanto o poder adentra, a disciplina fabrica indivíduos, “ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2013, p. 164). Esse tipo de poder vigorava em instituições específicas como colégios das ordens religiosas e o exército, pois favorecia as relações úteis e produtivas.

As categorias elencadas para este estudo se entrecruzam, fazendo com que uma não seja totalmente distinta da outra. É o que acontece com o conceito de representação, que está entrelaçado em todas as categorias. Fala-se sobre a infância desvalida, leis para infância, instituição educativa, “agentes de normatização”, governo da infância e das representações construídas sobre cada uma delas, principalmente as que estão presente nos discursos produzidos e publicados nos impressos.

Considerada categoria central da História Cultural, para Pesavento (2003), o conceito “representação” é ambíguo, principalmente pela relação estabelecida entre ausência e presença. Esta dualidade corresponde a uma dupla função, conforme Chartier (2002, p. 20) elucidada:

[...] por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém.

Sobre este conceito, Pesavento (2003, p. 40) complementa ao afirmar que “representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele” principalmente na análise de algumas fontes, como as imagéticas. Menciona-se a fotografia como exemplo, pois “é um sistema representacional, que utiliza imagens sobre um papel fotossensível para transmitir um sentido fotográfico a respeito de um determinado indivíduo, acontecimento ou cena” (HALL, 2016. p. 24).

Schwanz (2016, p. 40) enfatiza que “as representações incluem sistemas simbólicos e práticas de significação, nas quais os significados são produzidos. Posicionando-os como sujeitos, damos sentido às nossas experiências através desses significados produzidos pelas representações”. Esses sistemas simbólicos e os significados produzidos estão diretamente relacionados ao imaginário, entendido como um “sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2003, p. 43).

A categoria representação está diretamente ligada ao conceito de imaginário social, muito discutida pela História Cultural. Este conceito é utilizado para a análise da realidade, para “traduzir a experiência do vivido e do não-vivido, ou seja, do suposto, do desconhecido, do desejado, do temido, do intuído” (PESAVENTO, 2003, p. 47). Na visão de Pesavento (2003), o imaginário trata-se de um sistema que engloba as ideias e imagens de representações coletivas, construídas pelos homens para dar sentido ao mundo. Essa construção é tanto social, quanto histórica. A autora embasada nos estudos do historiador polonês Bronislaw Baczko, define o imaginário como algo histórico e datado, uma vez que essa construção de representações confere sentido ao real. De acordo com a autora:

Essa construção de sentido é ampla, uma vez que se expressa por palavras/discursos/sons, por imagens, coisas, materialidades e por práticas, ritos, performances. O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito (PESAVENTO, 2003, p. 43).

O imaginário social além de produzir sentidos e de fortalecer identidades, também regula a vida. Ele atua através das hierarquias, das relações de poder, de instituições, como as educativas, e de coletivos que neste caso, desempenham o papel de “agentes de normatização”. O imaginário oscila entre a objetividade, prevista, por exemplo, em legislações e normas das instituições, e entre a subjetividade, que deve ser captada através de práticas, representações e dos discursos não pronunciados em textos, ações ou fontes. A subjetividade também é uma característica da História Cultural, pois ela eleva o indivíduo, tornando-o sujeito da História, reconstruindo histórias de vida, em especial dos sujeitos oriundos das classes populares (HALL, 2016; PESAVENTO, 2003).

Nesse sentido é que também está a força da representação, pois ela é dada “pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade” (PESAVENTO, 2003, p. 41). A representação sobre a infância desvalida, o papel atribuído a cada grupo social e o imaginário construído a partir de uma sociedade desejada, sem pobres nos centros urbanos, sem as chagas sociais e sem a infância delinquente ou em perigo moral, é uma das discussões que rege este estudo. Para tanto, o próximo capítulo refere-se às fontes e seus usos na análise documental, com o objetivo de anunciar como este estudo foi construído.

Após apresentar-me como autora deste texto, tentar demonstrar meu encanto pelo tema escolhido e justificar a escolha das categorias, julgo necessário dar, a seguir, especial atenção ao que está anunciado no título desta tese: os periódicos locais. Trata-se de jornais que ganharam o protagonismo na pesquisa a partir do momento que foram elencados como principais documentos deste estudo.

CAPÍTULO 2: GARIMPANDO FONTES E LAPIDANDO OS ACHADOS: OS PERIÓDICOS LOCAIS COMO PROTAGONISTAS DAS PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

O jornal é sem duvida alguma, o livro do povo; a imprensa é a grande cooperadora do progresso, da civilização, como que a promotora do bem publico e o factor dos grandes empreendimentos da humanidade, assignalando cada vez e sempre maiores serviços á causa do povo. E' assim que viemos nos servir d'este grande vehiculo, para attingirmos do fim que nos propozemos.

J. T. de M.
(Diário Popular, 28/06/1916, p. 1)

Neste trabalho, julga-se relevante destacar a compreensão, o emprego e o processo de busca pelas fontes históricas. Barros (2012) afirma que as fontes são elementos que asseguram a base científica da História, dando legitimidade ao discurso do historiador, pois qualquer afirmação do historiador deve se dar a partir de uma base documental. Esta também é uma das etapas da operação historiográfica discutida por Certeau (2000). De acordo com o autor, na História,

*[...] tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (CERTEAU, 2000, p. 81).*

Certeau (2000) define bem algumas formas trabalhadas com as fontes. Entende-se aqui por “garimpo” a busca por elas. Em especial, os excertos de jornais que foram copiados, transcritos e fotografados. Ao separá-los e reuni-los, os periódicos foram transformados em documentos, se constituindo em um universo

documental a ser analisado. Este último processo é compreendido como “lapidação”, uma operação técnica, como também destaca Certeau.

2.1 A fonte e seus usos na análise documental

A partir da segunda metade do século XX, em especial com a História Cultural²⁷, foi oportunizado aos pesquisadores o estudo de diferentes temas, tendo como ferramenta de pesquisa, fontes diversificadas.

Buffa (2001) destaca que na área da História e da História da Educação, o uso de algumas fontes estão diretamente relacionadas às teorias da História. Em determinado período, nas Ciências Sociais predominavam as concepções positivistas, nas quais o historiador fazia o uso de documentos escritos, por julgá-los como fontes dignas de confiança. Nesse sentido Pesavento (2003) enfatiza que dentro da lógica positivista de Augusto Comte²⁸, embasado nos pressupostos normativos científicos, a fonte documental falava por si, o conteúdo presente no documento era considerado como verdade absoluta. Nesse viés, Buffa (2001) aponta que alguns assuntos eram mais explorados, como a história da legislação

²⁷ Com sua origem a partir da Escola dos Annales, a História Cultural surgiu no final da década de 1960, como a Terceira Geração dos Annales, protagonizada por historiadores como Jacques Le Goff e Pierre Nora. Além da ampliação das fontes para a pesquisa, como as orais, iconográficas e outras fontes textuais, entre elas os diários, a História Cultural também proporcionou mudanças epistemológicas ao fazer uso de outras categorias, como a representação, o imaginário, a ficção, o retorno da narrativa e as sensibilidades. Conforme Pesavento (2003, p. 59), essas categorias “levam os historiadores a repensar não só as possibilidades de acesso ao passado, na reconfiguração de uma temporalidade, como colocam em evidência a escrita da história e a leitura dos textos”. Entre os campos temáticos, menciona-se a cidade, História e Literatura, identidades e História do Tempo Presente como temas de pesquisas. Este assunto foi abordado em minha Dissertação de Mestrado, tendo como respaldo os estudos de Burke (1991, 1992, 2008), Dosse (2003), Pesavento (2003) e Reis (2006).

²⁸ O francês Augusto Comte (1798-1857) é considerado a principal referência do positivismo. De acordo com Tambara (2005), esta ideologia representou um processo de renovação à ordem monárquica existente. O positivismo serviu como fator de aglutinação aos setores interessados em uma nova ordem social e crente da necessidade de apressar o desenrolar da história. No Brasil, o positivismo foi bastante divulgado através de cursos científicos ofertados pela Sociedade Positivista no Rio de Janeiro, fundada em 1876. No âmbito educacional, os estabelecimentos educacionais que adotaram a ideologia positivista, ministravam um ensino de caráter mais técnico, enquanto as instituições confessionais ministravam uma educação mais humanística.

escolar e do pensamento pedagógico, pois era possível encontrar documentos escritos para o desenvolvimento destes temas.

Durante as décadas de 1970 e 1980, Buffa (2001) ressalta que os Programas de Pós-Graduação em Educação adotaram o materialismo histórico como teoria do conhecimento. Para estes pesquisadores, a sociedade capitalista era naturalmente conflituosa, diferente do que pensavam os positivistas. A autora complementa ao afirmar:

O fato é que, nessa época, predominaram estudos menos preocupados em pesquisar a escola com seus métodos pedagógicos, sua legislação e muito mais voltados para a compreensão das relações mais amplas entre a escola e a sociedade capitalista. As fontes privilegiadas eram estudos dos textos clássicos do marxismo e de seus intérpretes, estrangeiros de início, e depois também de brasileiros (BUFFA, 2001, p. 81).

No Brasil, final da década de 1980, avança a crise dos paradigmas no âmbito das Ciências Humanas. Até então, predominava na historiografia brasileira o materialismo histórico. Com a História Cultural francesa, que começou a ser propagada no final da década de 1960, as pesquisas acadêmicas ganharam novas abordagens, novos objetos antes negligenciados no passado e novas concepções históricas.

Ao historiador foram apresentadas possibilidades de trabalhar a cultura de uma forma diferente. Se antes, conforme explica Pesavento (2003, p. 14), os marxistas “entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como mero reflexo da infraestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites”, agora a cultura é pensada como “um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2003, p. 15). Segundo a autora:

A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já é uma apreciação de forma valorativa (PESAVENTO, 2003, p. 15).

Histórias da vida privada, de sujeitos que antes eram “invisíveis” na história, o cotidiano, a vida doméstica, foram exemplos de temas adotados por pesquisadores. Para estes estudos, os documentos escritos tidos como oficiais, eram considerados insuficientes e passam a ser incorporadas junto ao *corpus* documental das

pesquisas sobre as memórias, as histórias de vida, sejam elas escritas ou orais, livros e cadernos de alunos, jornais, fotografias, relatórios, entre outros (BUFFA, 2001). Historiadores passam a respaldar suas pesquisas na perspectiva de não apresentarem as verdades consideradas absolutas. Foram abandonando as certezas normativas, as leis e os modelos que regiam o social. Apresentaram outra forma de contar a história através de diferentes versões narrativas (PESAVENTO, 2003).

E é nesse contexto, da História Cultural, que esta pesquisa foi realizada. É a partir das fontes impressas, em especial os periódicos, que o tema de investigação foi desenvolvido. Parte dos autores que adotam essa corrente historiográfica, como a própria Sandra Pesavento (2003), assumem a possibilidade de que haja riscos. Dentre eles a subjetividade que é uma presença constante na análise dos documentos e no texto produzido; e o abandono das certezas, que faz com que o autor frequentemente se coloque dentro de sua própria narrativa, justificando suas escolhas e o fato de a mesma fonte poder passar por diferentes interpretações, já que esta e o referencial teórico-metodológico são escolhas pessoais do pesquisador.

Considerando tudo que está sendo discutido até o momento, cabe apontar Luchese (2014) ao afirmar que a História não pode ser neutra, fidedigna, como espelho do passado, contínua, linear, mas sim considerada como um processo múltiplo, descontínuo, com brechas e atravessamentos, constituído por momentos passado-presente. Para a autora, a História é a construção de um passado permeado por práticas e representações, estando diretamente ligada à forma com que o pesquisador analisa o seu *corpus* documental e constrói a sua narrativa.

Como a História é constituída por fontes, documentos escritos, orais e iconográficos, como sua escolha, o seu uso e a sua interpretação, cabe mencionar que no presente texto o uso das palavras fonte, documento e fonte documental, estão sendo utilizadas como sinônimos. Trata-se de vestígios do passado, que serviram de testemunho, como textos escritos, iconográficos, cinematográficos, objetos do cotidiano, entre outros (CELLARD, 2012). Embora no campo da História da Educação haja discussão sobre o uso destes diferentes termos, aqui é empregada a ideia de documento e monumento. De acordo com Le Goff (1990), o documento é um monumento, sendo que, o monumento é a herança do passado e o documento é escolha do historiador. Para Werle (2004) historiadores da educação,

em especial os que trabalham com instituições, transformam os objetos, os materiais e outras fontes em documentos/monumentos.

Conforme já mencionado, a escolha de novos temas de investigação proporcionou ao historiador o abandono parcial de fontes oficiais ou o cruzamento com fontes antes consideradas subjetivas, ampliando assim o uso de diferentes documentos. Segundo Corsetti (2006, 35-36) “os historiadores da educação incorporaram a idéia de que a História se faz a partir de qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas e presentes e que, em muitos casos, as fontes oficiais são insuficientes para compreender aspectos fundamentais”. A historiadora ainda ressalta sobre a importância de fazer o cruzamento e confronto das fontes, mas é relevante frisar que alguns pesquisadores, em especial aqueles que transformam a fonte no próprio objeto de pesquisa, buscam não confrontar as fontes, por julgar que a fonte em si é o suficiente. Um exemplo são os pesquisadores que trabalham com a memória²⁹.

Para Corsetti (2006) os arquivos continuam sendo consultados, o que tem mudado nos últimos tempos é a forma com que o historiador problematiza as fontes analisadas. O historiador mudou a forma de olhar para a fonte histórica, criou novas vertentes de interpretações, não se desprendendo das leituras fundamentais ao pensamento intelectual que ainda estão presentes no debate historiográfico (SAMARA; TUPY, 2010).

Considerando que o documento não fala por si, é preciso fazê-lo falar, as perguntas elaboradas para as fontes podem fazer o diferencial para a pesquisa. Há muito que ser lido, interpretado. O pesquisador tem que analisar além, tentar compreender o que está oculto, implícito, o que está nas entrelinhas. Segundo Pesavento (2003, p. 64):

É preciso não tomar o mundo - ou as suas representações, no caso - na sua literalidade, como se elas fossem o reflexo ou cópia mimética do real. Ir além daquilo que é dito, ver além daquilo que é mostrado é a regra de ação desse historiador detetive que deve exercitar o seu olhar para os traços secundários, para os detalhes, para os elementos que, sob um olhar menos arguto e perspicaz, passariam despercebidos.

²⁹ Grazziotin e Almeida (2012) são historiadoras da educação que focam a produção acadêmica, usando como fonte, o que elas elencam como as duas faces da memória: a lembrança e o esquecimento. Todo esse processo é realizado a partir da história oral, na qual as pesquisadoras utilizam não apenas como coadjuvante para preencher lacunas deixadas por documentos escritos. Além disso, as autoras ressaltam que a história oral permite ao pesquisador o afastamento de documentos entendidos como oficiais.

A autora toma como base o historiador italiano Carlo Ginzburg, que escreveu sobre o *paradigma indiciário* e comparou o historiador com um detetive que busca decifrar enigmas, assim como o alemão Walter Benjamin que trouxe a discussão sobre o *método de montagem*. Para Pesavento (2003, p. 65) é preciso “montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, eis o segredo de um método do qual a História se vale, para atingir os sentidos partilhados pelos homens de um outro tempo”.

Ainda sobre a questão do método, a autora problematiza ao afirmar que:

Falar de método é falar de um como, de uma estratégia de abordagem, de um saber-fazer. Formulada a pergunta, que constrói o tema como objeto a partir de um referencial teórico dado, como trabalhar os indícios ou traços que chegam desde o passado? (PESAVENTO, 2003, p. 63).

É o que a autora define como uma das estratégias do fazer História. Não existe um método único, como afirma Santos (2008), é necessário uma pluralidade metodológica e os métodos vão sendo construídos no decorrer da investigação, bem como não há uma padronização para a análise, “o pesquisador que trabalha com o documento deve superar obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade do seu material” (CELLARD, 2010, p. 296).

Conforme já anunciado, o método adotado para a presente pesquisa é o da análise documental. Autores como Cellard (2012), Luchese (2014), Pimentel (2001) e Ragazzini (2001) descrevem alguns procedimentos possíveis para analisar os documentos, assim como Samara e Tupy (2012), Cellard (2012) e Bacellar (2008) abordam sobre os tipos de documentos e arquivos para serem consultados.

Para tanto, é necessário fazer uma preparação para a própria leitura dos documentos. Autores que escreveram sobre a análise documental indicaram algumas perguntas que o pesquisador deve fazer para a fonte³⁰:

- Qual o contexto em que o documento foi produzido?
- Quem o produziu e quais foram as suas motivações?

³⁰ Os tópicos foram elaborados a partir dos textos de Cellard (2012), Luchese (2014) e Ragazzini (2001).

- Para quem o documento foi produzido?
- Qual seu estado de preservação?
- Quais os meios de circulação?
- Por que o documento foi mantido, seja ele público, privado ou pessoal?
- Quais as opiniões e discursos reforçados pelo documento?

Tais questionamentos, utilizados até mesmo antes da análise, podem ser feitos para diferentes tipos de fontes documentais. Ao perguntar e problematizar um livro didático, uma fotografia, um arquivo de memória oral, uma obra de arte, diferentes tipos de periódicos, atas, relatórios, objetos escolares, entre outros documentos, é exigido o cuidado no olhar, a aproximação e afastamento por parte do historiador, a intuição, entre outras estratégias adotadas pelo pesquisador.

A partir destas reflexões, busca-se descrever a seguir sobre a escolha pelos periódicos locais como principais documentos para a realização da pesquisa e o processo de “garimpagem” destas fontes.

2.2 Os impressos locais como ferramenta de pesquisa

Os periódicos são documentos escritos que se tornam essenciais na constituição da presente tese. Trata-se aqui de impressos editados e publicados na cidade de Pelotas, com determinada periodicidade. No caso da presente tese, os periódicos analisados correspondem à periodicidade diária, como o *Diário Popular* e semanal, como *A Alvorada*.

Considerando o contexto não só local, mas também nacional, durante o período estudado, pode ser uma “armadilha” afirmar que tais publicações eram para o acesso de todos, uma vez que nem sempre estes periódicos destinavam-se para todas as camadas sociais. Muitos dos impressos analisados foram produzidos para determinados grupos por conta de interesses sociais, econômicos, políticos, étnicos ideológicos e até mesmo religiosos.

Embora a mídia impressa fosse o maior veículo de comunicação do período estudado, consolidado antes da propagação do rádio no Brasil³¹, é necessário

³¹ Sendo um dos meios de comunicação de massa, no Brasil o rádio teve sua primeira apresentação pública em 1922 na Exposição Nacional comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. De forma oficial, seu início foi em 1923, com a criação de duas emissoras: a Rádio Sociedade do Rio de

ênfatizar que a imprensa não era um meio que atingia a todos. Para Sodré (2011), a imprensa se trata de jornais e de revistas, meios de comunicação que não eram de usos habituais de grande parcela da população. Apesar de a imprensa ter acompanhado o desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira, vários fatores têm que ser considerados, como a grande desigualdade social e econômica presente até hoje em nosso país, o alto índice de analfabetismo entre os séculos XIX e parte do século XX e as publicações voltadas para os diferentes grupos sociais.

Olga Sodré (2011), ao escrever sobre a etapa de maturidade, luta pela cultura e pela comunicação, relacionou o desenvolvimento da imprensa e das comunicações com o conceito de cultura transplantada³², pelo fato de a cultura do país ter sido espelhada na cultura do exterior, trazida pelos senhores e pelos escravos para o processo de colonização. Esse processo perdurou mesmo após a Proclamação da República em 1889, conforme explica Gomes e Abreu (2009, p. 10):

A Primeira República, para seus críticos, teria também sido fraca e incompetente culturalmente, pois havia buscado um ideal nacional imitativo das nações mais civilizadas, não investindo na valorização de gêneros populares e nacionais. A Primeira República era mesmo “velha” por não ter rompido com antigos cânones literários, artísticos e musicais elitistas, ligados à música universal e eurocentrista. Seus políticos e intelectuais não teriam conseguido associar as manifestações populares, suas peculiaridades e potencialidades, à identidade da nação e da arte brasileiras. As críticas ao liberalismo político da Primeira República se irradiaram para o mundo cultural pela sua associação aos valores europeus, distantes de nossas originalidades e tradições populares.

Aqui as autoras se referem à luta, desenvolvimento e valorização por uma cultura popular, de acordo com as características da nação brasileira, quem sabe ainda em seu processo de formação, constituída não apenas por sujeitos com traços europetizantes, mas que continha em sua maioria um contingente de mestiços, africanos, negros e populares, sem esquecer-se da presença de indígenas.

Essa cultura transplantada, desenvolvida em três etapas (cultura colonial, cultura de transição e cultura nacional), foi fortalecida após a década de 1940, pois

Janeiro e a Rádio Clube de Pernambuco. Durante a Segunda Guerra Mundial foi temporariamente contido e altamente popularizado no final da década de 1940, como veículo de informação e lazer, se fazendo presente no cotidiano das famílias brasileiras (AZEVEDO, 2002, DÂNGELO; SOUZA, 2016).

³² O conceito de cultura transplantada foi abordado no livro *Síntese da História da Cultura Brasileira* (SODRÉ, 2003), quando o autor fez reflexões sobre o novo período da história da cultura brasileira, após o término da ditadura de Vargas e início da abertura democrática no Brasil.

para este novo período histórico, a luta era pela formação de uma cultura nacional (SODRÉ O., 2012). Nas obras literárias, nos gêneros musicais, nas artes, nas revistas e jornais, é possível perceber o quanto a cultura do exterior predominou por muitos anos no cotidiano da população brasileira. Isso também ocorreu com a formação da elite pelotense, vista mais como um grupo de *status* do que classe social³³ e em alguns impressos produzidos na cidade, conforme será tratado ainda neste tópico.

O conceito de cultura transplantada também pode ser associado ao desenvolvimento da modernidade no país³⁴. Oliven (2001), ao escrever sobre a cultura e modernidade no Brasil, elucidou que a modernidade muitas vezes é vista como algo que vem de fora, influenciada pelo “mundo adiantado”, como a Europa e posteriormente os Estados Unidos. Tais ideias e modelos vigentes em lugares considerados mais evoluídos e civilizados, foram trazidos por intelectuais para ser desenvolvido em um país que foi um dos últimos a abolir a escravidão de negros e que ainda sofria as consequências por ter uma economia baseada na exploração da mão de obra escrava.

A cultura transplantada e o processo de modernidade culminaram também no surgimento da imprensa no Brasil, com a criação do *Correio Braziliense*, produzido em Londres no dia 1º de julho de 1808, trazido de forma clandestina para circulação no país, tendo Hipólito da Costa como redator. Somente em 10 de setembro do mesmo ano, três meses depois, que surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro* na Corte, primeiro jornal publicado no país (MARTINS; LUCA, 2013, SODRÉ, 2011)³⁵.

³³ Para Oliveira (2012), a formação da elite local se deu de forma distinta de outros municípios gaúchos, muito por conta da economia baseada na indústria do charque e pelos hábitos e costumes (de influência europeia) de uma sociedade que investia na cultura, na educação e no refinamento.

³⁴ É relevante salientar que a questão da modernidade no Brasil é um tema amplo e com características peculiares. De certa forma, é redundante apenas afirmar que os intelectuais brasileiros dos séculos XIX e XX simplesmente almejavam a modernidade. É necessário dar sentido ao termo. No âmbito educacional, estas questões foram abordadas através do Programa de Pesquisa *Moderno, modernidade, modernização: a educação nos projetos de Brasil – sec. XIX e XX*, iniciado em 2009 com a coordenação de Luciano Mendes Faria Filho. O projeto que envolve pesquisadores e alunos de diferentes instituições do ensino superior brasileiro, resultou em uma coletânea de 4 volumes, publicado pela Mazza Edições, em que a proposta foi a de discutir os projetos de Brasil vinculados à educação moderna que se deram em meio a discursos ligados às questões políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais, predominantemente em esferas públicas, sob a justificativa de superar o atraso e contribuir com práticas que favorecessem o desenvolvimento e o progresso da nação.

³⁵ Para melhor compreensão das influências do exterior com o desenvolvimento cultural e da modernidade na América portuguesa, cabe ressaltar que a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, resultou em mudanças políticas, culturais e sociais, principalmente no Rio de Janeiro, sede do Império. Foram criadas instituições político-jurídicas e econômicas, educacionais, científicas e

Por estes motivos, ainda há discussão entre alguns historiadores quanto ao período inicial da imprensa brasileira. O que é possível perceber que em relação à Europa e outras partes do continente americano, os impressos feitos no Brasil ocorreram de forma tardia. Enquanto na Europa as tipografias existiam desde o século XV, somente no século XIX, com a chegada da Corte portuguesa, que houve a instalação da tipografia da Imprensa Régia no país (MARTINS; LUCA, 2013).

Se tratando do estado do Rio Grande do Sul, o primeiro jornal impresso surgiu na capital, Porto Alegre, em 1827. Já em Pelotas, foi em 1851, com a publicação do jornal *O Pelotense* (MAGALHÃES, 1993).

Aos poucos o número de periódicos foi aumentando na cidade de Pelotas. O movimento editorial efervescente viabilizou vários tipos de imprensa, conforme ressaltam Loner, Gill e Magalhães (2017, p. 161)³⁶:

[...] havia jornais políticos, literários, ilustrados, representativos de classes ou associações, de grupos de jovens amigos, de tipógrafos profissionais, de propaganda de firmas ou comemorativos de algum evento, saindo às vezes em números únicos.

É através dessa variedade de produção impressa, que se buscou respaldar muitos dos questionamentos levantados na pesquisa. Conforme sinaliza Luca (1996), é importante ter presente a capacidade que os impressos têm de colocar o pesquisador em contato com as representações de uma época longínqua, sendo eles publicados com diferentes objetivos.

Produzidos inicialmente de forma artesanal, em prensas manuais, ou a vapor, tendo como captação de recursos a venda avulsa, a cobrança de assinaturas, a publicação de anúncios, editais, avisos, patrocínios pessoais ou de partidos políticos, os periódicos, mais especificamente os jornais, eram geralmente obras modestas, impressas em papel rudimentar, com dimensões reduzidas, saindo de tipografias precárias.

culturais, bem como já mencionado, a Imprensa Régia. A circulação de livros foi intensificada, aumentando sua comercialização, resultando também no fortalecimento da importação desses impressos para formação de bibliotecas particulares (GONDRA; SHUELER, 2008).

³⁶ IMPRENSA. In: DICIONÁRIO de História de Pelotas. Pelotas: Editora da UFPel [FAU – Fundação de Apoio Universitário]. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

Com o progresso urbano, desenvolvimento industrial e avanços tecnológicos a partir do século XX, os periódicos passaram por transformações, algo que também ocorreu em Pelotas, conforme explicam Loner, Gill e Magalhães (2017, p. 161):

No século XX, os jornais começaram a trilhar o caminho da profissionalização, com as oficinas necessitando de maiores investimentos, de modernas e caras máquinas; por isso, aos poucos foi se restringindo o número e diversidade de periódicos editados, tanto jornais como revistas.

Além das formas de produção, os conteúdos destes impressos também foram se modificando, muito por conta da história política do país. Para Zicman (1985, p. 91-92):

Até 1945/50 a Imprensa Brasileira caracterizava-se por pequenas empresas capitais e negócios limitados e gestão improvisada, primando por suas posições políticas: o que costuma chamar de “Imprensa de Opinião”. Esta Imprensa tinha características claramente políticas e apaixonadas, ultrapassando a simples função de “espelho da realidade”. Para tornar-se um instrumento ativo de opinião pública. Cada jornal parecia dirigir-se prioritariamente a um tipo de público e o jornalismo era quase um exercício literário. Durante todo este período – principalmente durante a República Velha – a Imprensa Escrita Quotidiana desempenhou um importante papel na cena política [...] A partir da década de 1950 (fenômeno presente já desde os anos 30) observamos algumas modificações na Imprensa Quotidiana: o tradicional “jornal de opinião” vai sendo substituído por um novo tipo de Imprensa com o aparecimento da “Imprensa de Informação”, que nega as características políticas e ideológicas tão marcantes na Imprensa do período anterior. O julgamento crítico vai sendo substituído pela pretensa “objetividade”.

Na presente pesquisa, tais características, principalmente vinculadas às questões políticas, foram percebidas através do estudo do contexto histórico e da leitura de jornais pelotenses como o jornal *Diário Popular*. Já o jornal étnico, *A Alvorada*, foi direcionado para um público específico, ligado à comunidade negra e a classe operária.

No que tange ao estudo da imprensa e a leitura dos jornais, Zicman (1985), fundamentada em Pierre Albert, menciona três campos de estudo. O jornal tem que ser lido e analisado “atrás”, “dentro” e “em frente”. O autor explica os três campos da seguinte forma:

O “atrás” do jornal é tudo aquilo que contribui à sua realização e intervém no seu controle: sociedade proprietária, empresa editora e corpo de redatores e jornalistas. Por “dentro” do jornal entende-se as características formais da publicação, o estilo de apresentação das matérias e notícias, o quadro

redacional (distribuição dos artigos pelas várias colunas e seções do jornal), a publicidade, a parte redacional (principais colunas e seções) e as principais tendências da publicação. Finalmente o “em frente” do jornal diz respeito à audiência da publicação e ainda seu público-leitor alvo (ZICMAN, 1985, 92).

O pesquisador além de adotar estes três campos como forma de análise, também construiu um esquema geral, com o objetivo de caracterizar a imprensa. Para o esquema foram considerados: os aspectos formais e materiais, os aspectos históricos, os aspectos econômicos e por último, os aspectos da clientela, neste caso, o público leitor alvo. Luca (2008), contribui indicando outros elementos, entre eles: localização do periódico na História da Imprensa, periodicidade, tipo de impressão e papel utilizado, elementos iconográficos e análise do material de acordo com a temática da pesquisa.

O processo de coleta e investigação de parte dos impressos citados foi iniciado antes mesmo do Curso de Doutorado, como será exposto na próxima seção. Estes periódicos foram revisados, “revisitados”, no sentido de “aguçar” e “aprimorar” o “olhar” para novas descobertas. Se nas pesquisas anteriores o objetivo era o de investigar determinada instituição, nesta, a pesquisa adotou uma dimensão mais ampla, englobando o aspecto local, regional e até mesmo nacional, tendo também por base as atuações e representações de outros segmentos da sociedade, não enfocando somente nos atores educativos.

Para tanto, é válido considerar que as pesquisas não são realizadas por pesquisadores completos, acabados. São investigadores que estão sempre em processo de formação, de como se tornar um bom pesquisador, principalmente os discentes dos cursos de pós-graduação. No caso do historiador junto com as suas fontes, o empenho é o de fazer uma análise crítica e de construir uma narrativa que não seja linear e apenas informativa. Para o alcance de bons resultados e construção de um texto significativo para a ciência, Samara e Tupy (2010, p. 72) alertam que:

Uma pesquisa científica não admite a reprodução de informações sem precisão da origem da fonte – onde pode ser encontrada, quem a escreveu, qual o seu título (se houver), em que página está localizada, e demais características que possam bem caracterizá-la. São cuidados que, talvez entendidos como excessivos, quando tomados da coleta de informações, evitam sucessivas voltas ao documento original e permitem citações e notas fidedignas, bem como a elaboração de bibliografias completas.

Neste excerto as autoras redigiram uma nota alertando para formatar os textos científicos de acordo com os padrões de normas técnicas, no caso do Brasil, estas são definidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, que constantemente sofrem modificações.

Embora se reconheça que os periódicos que fazem parte do *corpus* documental da pesquisa, são importantes veículos para representações de vários segmentos sociais, sobre determinados problemas enfrentados em dadas temporalidades, o interesse pelos impressos é de como foi constituída a representação que esses segmentos sociais têm sobre a temática estudada. Para essa compreensão, os impressos foram cortejados junto com outros documentos escritos, juntamente com a legislação vigente durante o período investigado. Nesse sentido, é que o item a seguir foi escrito na tentativa de expor ao leitor sobre os caminhos e os achados da pesquisa.

2.2.1 Garimpando fontes e lapidando os achados

Iniciei o Capítulo 1 abordando percalços relativos à autoria de textos acadêmicos. Nesta seção, tento “fugir” da escrita na terceira pessoa, na forma impessoal e retornar novamente para o “eu”, escrevendo na primeira pessoa. Escrever na primeira pessoa não se trata de algo novo. Nesse sentido, o historiador Georges Duby (1993), explica que tem empregado em seus livros a palavra “eu” com mais frequência, na intenção de advertir o leitor, sem a pretensão de comunicar a verdade, mas de sugerir o provável, mostrar a imagem que ele tem do real a partir de seus documentos, nos quais ele define como “provas”. No entanto, tenho ciência de que escrevo em certos momentos na terceira pessoa, uma vez que minha escrita resulta do diálogo que estabeleço com os autores e as leituras inerentes ao processo de orientação.

Se os documentos dão suporte para alicerçarem a versão fragmentada da história narrada pelo historiador, busco aqui relatar as trilhas que percorri, a minha relação com os arquivos e o tratamento com as fontes encontradas. Procuo descrever o meu trabalho detetivesco, como coloca Ginzburg (1989) ao comparar o trabalho do historiador com o trabalho de um caçador ou de um detetive, respaldado por “um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 149), no qual o autor

denomina como método indiciário. Para Ginzburg, em algumas situações, como as experiências cotidianas e obras de arte, este método é flexível, sem regras formalizadas, uma vez que para aprender um ofício, conhecer, diagnosticar, é preciso alguns elementos importantes, como o faro, o golpe de vista e a intuição.

Seja um caçador ou um detetive, também comparo o ofício do historiador a de um garimpeiro. Assim como a garimpagem consiste na busca de metais e pedras preciosas em seu estado bruto para serem lapidadas, polidas ou esculpidas, o historiador também é um explorador de preciosidades. Ao encontrar o documento em seu estado bruto, ele lapida, aperfeiçoa, tornando-o belo e digno de ser apreciado.

“Pode acontecer que o historiador descubra inadvertidamente muito do que procura quando sai de seu quarto e olha ao seu redor” (DUBY, 1993, p. 39) e foi exatamente o que aconteceu, quando saí da minha “zona de conforto” e adentrei nos arquivos, apreciando e cortejando a materialidade. Embora tenha percorrido alguns arquivos institucionais, foi no Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV) da Bibliotheca Pública Pelotense que encontrei meus achados, isso devido à consulta dos jornais. Dessa forma, foi possível vivenciar a mesma experiência de outros pesquisadores, quando afirmam que o arquivo tem cheiro, tem sabor, provocando diferentes emoções.

Mesmo tendo a experiência de pesquisar no CEDOV e saber da existência de alguns documentos, os primeiros levantamentos das fontes textuais e iconográficas foram feitas através da pesquisa dos acervos do Instituto São Benedito, Instituto de Menores Dom Antônio Zattera (IMDAZ), Instituto Nossa Senhora da Conceição, dentre outros. Apenas o acervo do IMDAZ está organizado e catalogado, mas o material disponível para consulta é muito limitado. Algumas congregações foram contatadas, entre elas a dos Irmãos De La Salle, Irmãs do Bom Pastor (São Paulo e Caxias do Sul) e Irmãs Franciscanas (Pelotas e Santa Maria).

Tais consultas foram por conta do Anteprojeto de Doutorado, intitulado “*Nos tempos de Dom Antônio Zattera*”: *benemérita obra de assistência ao menor em Pelotas/RS (1944-1987)* no qual o objetivo maior era o de pesquisar o Abrigo de Menores, atual IMDAZ, a colaboração da Igreja Católica no que tange as instituições asilares e os trabalhos de Dom Antônio em prol da educação dos desvalidos.

Entre os empecilhos encontrados no percurso desta pesquisa, esteve a dificuldade do acesso aos arquivos religiosos. A congregação Bom Pastor de

Angers, é um dos exemplos de congregações mais reservadas e conseqüentemente acabam dificultando o acesso as fontes históricas³⁷.

Os pesquisadores que mencionam esta congregação em seus trabalhos se debruçam a investigar a história de instituições prisionais e mulheres privadas de liberdade. Leonardi (2006, p. 6) mencionou que a finalidade da congregação era o trabalho com a “educação e preservação da juventude, reeducação e reabilitação das jovens decaídas, reformas das delinquentes, amparo de órfãos e menores abandonados”. Esta finalidade vai ao encontro dos objetivos do Asilo Bom Pastor de Pelotas, responsável por abrigar e regenerar mulheres com condutas inapropriadas aos padrões da época, aquelas consideradas moças e mulheres transviadas. Esta dificuldade de acesso às fontes justifica o fato de que os periódicos passaram a ser as principais fontes documentais neste estudo.

Com as fontes limitadas, aos poucos a pesquisa foi se modificando, na tentativa de adequá-la para o uso de documentos de fácil acesso. Nesse intento, os periódicos, mais precisamente os jornais, surgem como fonte protagonista para o desenvolvimento acerca do tema escolhido. Meu entendimento pelo uso de jornais é semelhante ao de Farge (2009), quando escreve sobre o impresso. Segundo a autora:

O impresso é um texto dirigido intencionalmente ao público. É organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas; busca divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas a partir de uma história ou de uma reflexão. Sua ordem e sua estrutura obedecem a sistemas mais ou menos fáceis de decifrar e, independentemente da aparência que assuma, ele existe para convencer e transformar a ordem dos conhecimentos [...] Disfarçado ou não, ele é carregado de intenções, sendo que a mais singela e mais evidente é a de ser lido pelos outros (FARGE, 2009, p. 13).

Cheios de intenções e dirigidos para um público específico, tenho a consciência de que o jornal é carregado de subjetividades, não sendo o espelho da realidade ou fonte totalmente fidedigna. DUBY (1993) expõe que o contato com o

³⁷ Através da troca de e-mails, a pesquisadora Débora Soares Karpowicz, que em 2017 defendeu a Tese de Doutorado intitulada *Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor d'Angers à penitenciária feminina Madre Pelletier (1936-1981)*, relatou que demorou aproximadamente dois anos para consultar os arquivos da instituição, com sede em São Paulo. A pesquisa no acervo foi interrompida, a partir do início da reforma do prédio que mantinha os arquivos, tendo os documentos interditados para pesquisa.

documento e sua análise, além de lhe proporcionar um prazer excitante, também exige um exercício de decifrar, um jogo de paciência. A pesquisa nos jornais me exigiu tempo, atenção e muita paciência.

Assim, retomada a empolgação pela pesquisa, era necessário elencar quais periódicos locais que seriam consultados, visando à diversidade do público leitor, como os católicos da Diocese de Pelotas, membros da Maçonaria, elite pelotense, além dos jornais diários destinados para a população em geral e o semanário tendo a comunidade negra e operária como principais leitores.

No entanto, prevendo o tempo hábil para a conclusão da investigação, apenas dois jornais foram consultados. Ambos constituem parte do acervo histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, sendo que alguns anos do jornal *A Alvorada* está disponível para consulta online³⁸.

A escolha pelos jornais surgiu como “garantia” de finalizar a pesquisa, embora confesse minha frustração no que tange à escassez e o uso de documentos considerados oficiais neste estudo. Trata-se de dados e dos locais em que estão salvaguardados, como elucidada Nunes (2008, p. 38):

Todos nós que nos dedicamos à pesquisa histórica já passamos pela angustiante experiência de não encontrá-los pelo descuido intencional, sistemático e criminoso com que os acervos da História e da memória da Cultura e da Educação brasileira vêm sendo dilapidados em nosso país. No entanto, paradoxalmente, poucos de nós viveram outra angústia: a de vasculhar os arquivos existentes, organizados e disponíveis. Seja por desconhecimento, impaciência, preguiça, desinteresse, descuido ou até falta de oportunidade, muitos pequenos grandes tesouros permanecem escondidos numa vasta gama de documentação "perdida" nos arquivos privados ou públicos, "tagarelando" e assustando o pesquisador, acuado justamente pela quantidade de informação aí reunida. São diários de viagem, farta correspondência, relatórios de diretores e professores, memoriais, fotografias, desenhos, que aguardam o seu olhar atento.

É meu desejo ainda, em estudos futuros, analisar estatutos, regimentos, livros de ocorrências, fichas de matrículas, fotografias dos prédios e dos acolhidos pelas instituições, registros dos próprios sujeitos institucionalizados, dentre outros importantes documentos envolvendo os atores educativos.

Mas devo ressaltar que os jornais apresentaram uma nova possibilidade, qual seja, a de sair dos “muros” das instituições e analisar a representação e o imaginário

³⁸ O semanário pode ser consultado através do link: <http://acervobibliotheca.com.br/pesquisa?filters%5Bterm%5D=a+alvorada>

social daqueles que elenquei como “agentes de normatização”. Essa imersão aos arquivos e a tensão da pesquisa, provocou questionamentos no qual Nunes (2008, p. 40) dividiu em dois eixos:

[...] o da representação da experiência vivida e o da representação que recria a representação. Isto quer dizer que, no primeiro caso, nosso objetivo é alcançar a experiência vivida pelo outro em seus próprios termos, sem, no entanto, aprisionarmo-nos ao seu horizonte mental e, no segundo caso, é entender como o historiador concebe e utiliza o arsenal teórico de que dispõe.

Este olhar macro, global, para além das instituições, foi possibilitado através das vozes dos articulistas dos jornais. Tratam-se de mediadores culturais que compõem uma elite intelectual, que escreve a partir da representação e do imaginário que prima por uma sociedade ideal, da ordem e do progresso. Tenho a consciência de que ler o que foi publicado nos periódicos não é a apreensão do real, mas parte da representação a partir de certo lugar de fala e de escrita.

A sua leitura exigiu um olhar atento que foi sendo aprimorado através do contato diário com os jornais. Foram alguns dias para conhecê-los, saber da distribuição das reportagens, das notas policiais, sociais, dos textos dos principais articulistas, das repetidas propagandas e publicidades.

Farge (2009, p. 22) alerta que “ler o arquivo é uma coisa; encontrar o meio de retê-lo é outra. Pode parecer estranho afirmar que as horas passadas na biblioteca consultando o arquivo são horas passadas copiando-o, sem mudar nenhuma palavra”. A partir da seleção do que poderia ser útil para a pesquisa, copiei as reportagens em cadernos, palavra por palavra, sem modificar a ortografia da época, dispensando a digitação no computador, que constantemente faz correções automáticas de acordo com a ortografia vigente.

Pensando também no tempo hábil para finalização da pesquisa, busquei ser mais direta e objetiva possível sobre aquilo que tinha ido buscar. Foquei nas questões que envolviam a educação, infância, o lado pobre da cidade e as ações por parte dos representantes municipais em prol da população menos abastada. Este foi o primeiro processo de triagem para a decisão de realizar a cópia ou não do que foi lido. Nesse sentido, Farge (2009, p. 66) menciona que:

Em plena coleta, não há como dispensar informações, pois o importante é deter o conjunto de dados sobre a questão, naturalmente nos limites cronológicos e espaciais previamente estabelecidos. Em contrapartida, para

selecionar o mesmo, o olhar não pode se impedir de se deter no diferente, pelo menos para saber se não há com que se preocupar.

Assim como muitos pesquisadores que ainda preferem os livros na sua materialidade, achei mais útil e rápido utilizar o caderno e a caneta para apreender a informação, trabalho minucioso, como o trabalho de um artesão, conforme coloca Farge (2009, p. 23) ao elucidar que:

O arquivo copiado à mão em uma página em branco é um fragmento de tempo capturado; só mais tarde separam-se os temas, formulam-se interpretações. Isso toma muito tempo e às vezes faz mal ao ombro, provocando estiramento no pescoço; mas ajuda a descobrir o sentido.

Tentando dar sentido a atividade desenvolvida durante o dia, utilizei o turno da noite para anotar, selecionar e reagrupar aquilo que havia copiado. Esse movimento de leitura e cópia durante a coleta, deu margem para que eu caísse em algumas armadilhas, dentre elas a de não consultar alguns anos de publicação e partir para anos e datas mais precisas e o de apenas resumir ou tomar nota das ideias principais do que foi publicado. Cair nestas armadilhas diminuiria o “sabor do arquivo”, expressão empregada por Farge (2009, p. 23), explicada da seguinte forma:

O sabor do arquivo passa por esse gesto artesão, lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação. Sem pensar muito nisso. E pensando o tempo todo. Como se a mão, ao fazê-lo, permitisse ao espírito ser simultaneamente cúmplice e estranho ao tempo e a essas mulheres e homens que vão se revelando. Como se a mão, ao reproduzir à sua maneira o formato das sílabas e de palavras de outrora, conservando a sintaxe daquele século, penetrasse no tempo com mais audácia do que por meio de notas refletidas, em que a inteligência teria selecionado previamente o que lhe parecesse indispensável, deixando de lado o excedente do arquivo.

O trabalho de cópia provoca desgaste físico e mental. As grandes reportagens, distribuídas entre uma ou duas páginas e as imagens presentes nos periódicos, foram registradas através de fotografias, totalizando um arquivo com 53 imagens³⁹. Como forma de organização do material coletado, enumerei as páginas

³⁹ Na BPP o registro dos jornais em forma de fotografia não é totalmente permitido. Há pouco foi adquirido um aparelho de scanner para a digitalização dos periódicos, sendo o semanário *A Alvorada* o primeiro impresso a ser digitalizado. O pesquisador para conseguir a imagem da página de um jornal, tem que solicitar para que o historiador responsável do CEDOV ou estagiário faça a fotografia

dos cadernos com os textos copiados dos impressos. Também optei por utilizar um caderno auxiliar, em que ia anotando títulos e resumos dos textos da imprensa, distribuindo-os de acordo com o sumário elaborado para a tese. O mesmo ocorreu com as fotografias das reportagens. Esse processo facilitou a finalização da escrita dos capítulos e de suas seções.

Reconheço que o tempo dedicado ao “garimpo” e aos “achados” durante esse processo, são insuficientes para a totalidade do tema investigado. Primeiro, dado às publicações de outros pesquisadores, eu já tinha perguntas e ideias pré-elaboradas para a busca nos jornais. De fato encontrei parte do que fui procurar. Mesmo com a pesquisa empírica, tenho a sensação da falta, da insuficiência do que foi coletado, principalmente ao reler, reunir, separar, comparar, lapidar os “meus achados”. Esse retorno aos documentos faz com que a leitura seja realizada com “novos olhos”, na tentativa de unir peças e preencher vazios, além de suscitar dúvidas sobre o que fazer com eles (FARGE, 2009; DUBY, 1993).

No entanto, busco não descartar fontes coletadas durante anos de pesquisa e que possam ser úteis ao que me propus desenvolver. São relatórios, estatutos e outros materiais impressos utilizados para qualificar este estudo. Mesmo assim, o jornal ainda é o principal documento da pesquisa. Nesse intento, as duas próximas seções são dedicadas aos periódicos consultados: *Diário Popular* e *A Alvorada*.

2.2.2 O jornal *Diário Popular*: “Orgam do partido republicano”

O jornal *Diário Popular* é nesta pesquisa a principal fonte documental, apesar de que a intenção inicial era a de focar no semanário da imprensa negra pelotense, *A Alvorada*. Em suas páginas, com consultas periodizadas do ano de 1910, até 1946, que é o recorte desta pesquisa, foi possível localizar as principais ideias que sustentaram algumas das hipóteses lançadas acerca do tema pesquisado. A escolha por este periódico não foi de forma aleatória. Além de ter seus exemplares disponíveis para consulta no CEDOV da BPP, é, até hoje, o jornal mais importante e com maior circulação na cidade de Pelotas, mantendo aproximadamente 130 anos de atividade praticamente ininterrupta.

Como já afirmado, na segunda metade do século XIX, surgiu em Pelotas a imprensa diária. No país, a mudança do sistema monárquico para uma república trouxe modificações até mesmo na imprensa. Martins e Luca (2006, p. 36) destacam que “o jornalismo que marcou a Primeira República foi vibrante e decisivo nos destinos do país, muito embora tenha sido nesse mesmo período que a compra da opinião da imprensa pelo governo tornou-se rotina”. A partir do novo regime, parte dos jornais diários foram renovados, sendo criados jornais republicanos.

Este foi o caso, em Pelotas, do *Diário Popular*. Classificado como “órgão republicano”, passou a ser publicado em 1890. Após a saída de alguns membros da equipe inicial, vinculou-se oficialmente ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). O vínculo resultou em maiores recursos, atraiu maior número de assinantes e aumentou o número de tiragem, fazendo com que se tornasse o jornal mais importante da cidade. Aos poucos foi ampliada a sua área de distribuição, incluindo boa parte da zona sul do estado e atualmente é considerado o jornal mais antigo do Rio Grande do Sul e o terceiro do Brasil (LONER; GILL; MAGALHÃES, 2017)⁴⁰.

Tendo mais de um século de história, o periódico passou por três grandes fases: a primeira como órgão republicano da sua fundação até 1938, a segunda fase como órgão de interesses gerais até 1984, e a terceira como jornal de atualização tecnológica até 2016. Atualmente o jornal se encontra na sua quarta fase, como “multiplataforma”, mantendo publicação na forma impressa e um app (aplicativo para serviço de distribuição digital) para dispositivos móveis, disponibilizando na versão digital (BANDEIRA, 2018)⁴¹.

Identificado como órgão oficial do PRR, até a década de 1930 (figura 1), com características de jornal político-partidário, em suas páginas é possível constatar o periódico como impresso propagador das ideias, princípios e conflitos defendidos pelo partido na emergente república. Como exemplo, pode-se citar o impresso como defensor de um estado laico, que apoiava a proibição de símbolos religiosos pendurados nas paredes das aulas públicas, incentivando para a substituição por

⁴⁰ DIÁRIO POPULAR. In: DICIONÁRIO de História de Pelotas. Pelotas: Editora da UFPel [FAU – Fundação de Apoio Universitário]. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

⁴¹ Cabe salientar que a Tese de Doutorado de Ana da Rosa Bandeira (2018), intitulada *Diário Popular de Pelotas - RS: a forma gráfica de um projeto editorial (1890-2016)*, defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, é importante referência como trabalho histórico e técnico, colaborando com parte do que já tinha constatado através da pesquisa no periódico diário.

elementos que despertassem nos alunos sentimentos pátrios e paternos, como retratos de homens ilustres da pátria⁴².

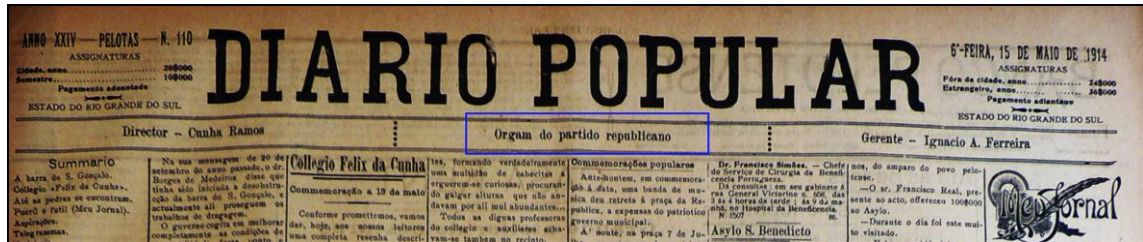


Figura 1 – Diário Popular Organ do partido republicano

Fonte: CEDOV, Diário Popular, 15 mai. 1914, p. 1.

A figura 1 confirma a vinculação política-partidária através deste jornal. Este vínculo também serviu como garantia para a sobrevivência e circulação dos impressos, conforme afirmam Loner, Gill e Magalhães (2017, p. 162):

Boa parte dos jornais estava comprometida com a defesa de ideias e concepções políticas e não com a informação, o que acarretava que, nos primeiros periódicos, encontrem-se poucas notícias e muito mais ensaios, manifestos, projetos político-partidários ou denúncia de posições e comportamentos dos adversários, o que foi uma característica do século XIX, do jornalismo de opinião e de ataque contra os rivais.

Em Pelotas, alguns periódicos se colocavam como jornais de oposição ao PRR. Exemplo disso é o jornal *O Rebate* fundado em 1914, sem vinculação partidária, mas de oposição ao governo castilhistas. O jornal deixou de existir em 1923, alugando suas oficinas para o periódico *O Libertador*, fundado em 1924 como órgão da Aliança Libertadora, circulando até 1937, quando o regime do Estado Novo decretou o fechamento de jornais partidários (LONER; GILL; MAGALHÃES, 2017).

Os exemplares do *Diário Popular* consultados na pesquisa, corresponde parte das duas grandes fases do impresso. As edições das décadas de 1910 e 1920 até a década de 1930 foram publicadas no formato *standard*⁴³, apresentando a variação entre 4 a 6 páginas. As duas primeiras páginas continham conteúdo noticioso, homenagens, informações vinculadas ao PRR, pequenas notas, poemas e anúncios, geralmente distribuídos em 8 colunas, tendo as últimas páginas reservadas para propagandas (como o famoso e popular Elixir Nogueira, remédio indicado para cura de moléstias físicas), publicidades, editais e outros tipos de anúncios, entre eles as

⁴² Textos publicados no *Diário Popular* dos dias 15 e 29 de janeiro de 1911.

⁴³ O formato *standart* apresenta as seguintes dimensões: 600 x 750 mm (23,5 pol. x 29,5 pol.).

ofertas de empregos. A partir de 1931, o número de páginas aumentou, variando de 8 a 16 páginas, chegando a 32 páginas em 1940.

Durante décadas, os textos, as fotografias e as ilustrações não eram creditadas. Na primeira década do século XX, os principais assuntos correspondentes ao tema de investigação, estavam assinados pelo articulista Paulo, na coluna *Meu jornal*, que circulou de 1901 até o final da década de 1910. Os textos eram informativos e políticos, com narrativa crítica e opinativa por parte de seu autor. Outro articulista importante é o Vítor Russomano⁴⁴, médico e político pelotense, autor de textos com conteúdos informativos e opinativos, muitas vezes tendo sua sequência distribuída em diversas edições.

Nas duas primeiras décadas analisadas, o número de imagens no jornal era limitado. A partir da década de 1930, as imagens aparecem com mais frequência, aumentando de forma considerável a partir de 1940. É o que aponta Bandeira (2018, p. 215) ao afirmar que:

Uma mudança realmente efetiva no que diz respeito à presença de fotografias aconteceu em 27/08/1940. Na edição de 50 anos, após o período de suspensão das atividades e já com o novo projeto proposto por Pedro Campos dando maior ênfase às imagens (que talvez tenha sido instituído, de fato, após o aniversário de 1938, o que explicaria as poucas imagens naquela edição), chegou-se ao impressionante número de 94 fotografias, 51 delas apresentadas individualmente, e 43 agrupadas em conjuntos (por vezes, sobrepostas, em outras, apenas colocadas lado a lado) de duas, três ou até quatro fotografias. Em relação às 24 ilustrações da edição, todas estavam relacionadas a anúncios.

Neste período o jornal já se encontra na sua segunda fase, quando em 1938 passou a identificar-se como “órgão de interesses gerais”, adotando o modelo noticioso devido às condições políticas da década, incluindo a situação política gaúcha⁴⁵, na qual “a unanimidade estabelecida para levar Vargas ao poder se dissipou, os velhos partidos pretenderam manter-se, mas criaram-se novas combinações, ao sabor do apoio ou não ao governo Vargas” (LONER; GILL;

⁴⁴ Informações adquiridas através do link: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/russomano-vitor>. A biografia apresentada no site do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), menciona Russomano como médico, advogado, professor e jornalista com textos publicados nos jornais *A Opinião Pública*, *Diário Popular*, *Diário Liberal*, ambos de Pelotas e no *Jornal da Manhã* e *A Federação*, ambos de Porto Alegre.

⁴⁵ Para acompanhar as mudanças do periódico de acordo com os tencionamentos políticos da época, consultar o artigo intitulado *A evolução da tinta: o Diário Popular de Pelotas nos anos 1920* (CAETANO, 2013).

MAGALHÃES, 2017, p. 106). Bandeira (2018, p. 45-46) complementa explicando que:

Como órgão partidário, o *Diário* passou por períodos atribulados da história política do Brasil, com a república recém instaurada, bem como por conturbadas disputas em âmbito estadual [...] O *Diário Popular* interrompeu pela primeira vez sua circulação por um período de quase cinco meses (de 31 de agosto de 1932 a 22 de janeiro de 1933), o maior intervalo de sua história [...] Após a extinção dos partidos políticos por Getúlio Vargas, o jornal deixou de se declarar “órgão oficial do Partido Republicano” em 4 de dezembro de 1937. Sua circulação foi mantida ainda até 30 de abril de 1938, quando encerrou com nova interrupção sua primeira grande fase.

A nova fase do jornal é mais perceptível nas edições da década de 1940, período em que foi encontrado conteúdo abundante para o desenvolvimento do tema de pesquisa deste estudo. As edições passaram a apresentar textos mais informativos, com assuntos do município de Pelotas e de outros da zona sul. Tanto a capa, como a contracapa, apresentam elevado número de fotografias, com legendas correspondendo ao texto publicado. No entanto, a disposição dos conteúdos não se dá de forma ordenada, o que dificulta a busca e análise do que foi publicado. Alguns textos apresentados na contracapa tem sua sequência nas páginas anteriores, exigindo o exercício de “vai e vem” entre as páginas do jornal.

Hoje, o *Diário Popular* continua em pleno funcionamento, mantendo suas oficinas e administração em prédio próprio, localizado no centro da cidade. As edições estão disponíveis para consulta local no CEDOV da BPP, com algumas exceções, pois parte dos exemplares estão interditados para restauro e para a preservação e da sua materialidade. As edições consultadas estão distribuídas em tomos encadernados, agrupados de forma semestral (de janeiro a junho e de julho a dezembro). Quando o jornal eleva seu número de páginas, passa a ser organizado por quadrimestre.

2.2.3 O semanário *A Alvorada*: “periodico litterario, noticioso e critico”

O semanário *A Alvorada* é um impresso que atrai diversos pesquisadores, em especial os que investigam temáticas no período pós-emancipação e pós-abolição⁴⁶. Sua utilização como fonte e objeto de pesquisa, resultou em projetos, trabalhos de

⁴⁶ Os conceitos “pós-emancipação” e “pós-abolição” foram categorias abordadas por Santos (2011) em um dos capítulos de sua Tese de Doutorado.

conclusão de curso, dissertações e teses. O interesse é por conta de o periódico ser um órgão da imprensa negra rio-grandense, conforme enfatiza Santos (2011, p. 88) ao afirmar que “os usos acadêmicos e políticos que fizeram alguns pesquisadores da imprensa negra, no sentido de afirmarem a capacidade intelectual e organizativa dos negros, comprovaram a legitimidade desses jornais como fonte de pesquisa”.

Entre as diferentes produções sobre *A Alvorada*, destaca-se a Dissertação de Mestrado de José Antônio dos Santos que resultou no livro intitulado *Raiou a Alvorada: intelectualidade negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. Nesta obra, o autor buscou escrever sobre os cinquenta anos da história do jornal e sobre a trajetória dos intelectuais negros que estiveram envolvidos na fundação e manutenção do hebdomadário. Em 2011 o historiador defendeu pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a tese intitulada *Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*, tendo como principais documentos de pesquisa, além do jornal *A Alvorada*, outros jornais produzidos para a população negra do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1892 a 1930.

Mais recentemente, em 2017, Ângela Pereira Oliveira defendeu pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPel, a dissertação com o título *A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935*. Utilizando como fonte de pesquisa a imprensa negra que circulou em Porto Alegre e Pelotas, a autora analisou os dois periódicos com o objetivo de investigar o processo de racialização e as relações sociais e profissionais entre os negros e não negros.

Uma das colunas do jornal foi abordada através do trabalho de conclusão de curso de Viviani dos Santos Tavares, intitulado *DR. Pescadinha em cena*. Apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPel, tendo *A Alvorada* como principal fonte histórica, a autora escolheu como recorte de pesquisa os anos de 1931 a 1935, para investigar a coluna do *Dr. Pescadinha* e “desvendar” a identidade de seu autor.

A historiadora Fernanda Oliveira da Silva⁴⁷ utilizou o jornal como fonte, tanto em sua Dissertação de Mestrado *Os negros, a constituição de espaços para os seus*

⁴⁷ Agradeço a Fernanda da Silva, historiadora negra pelotense, militante, pesquisadora do período de pós-abolição, Patrona da 47ª Feira do Livro de Pelotas (2019) e que desde o meu curso de Mestrado vem colaborando com minhas pesquisas, através de trocas de informações e repasses de fontes.

e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943), defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, quanto na Tese de Doutorado (2017) defendida no PPGH da UFRGS, intitulada *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)*. Cabe frisar que na dissertação, assim como José Santos, a historiadora também buscou investigar e descrever a trajetória de alguns intelectuais que de alguma forma colaboraram com o periódico.

Aline Mendes Lima além de escrever sobre o hebdomadário, utilizou algumas fotografias publicadas no periódico em sua Dissertação de Mestrado intitulada *“Ofereço minha foto como recordação”: representações negras em álbuns familiares (Pelotas 1930-1960)*, defendida em 2009 pelo PPGH da PUCRS. Já Janaina Schvambach, em 2010 defendeu a dissertação pelo Programa de Pós-Graduação Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP-UFPel) intitulada *Memória Visual da Cidade de Pelotas nas Fotografias Impressas no Jornal A Alvorada e Almanach de Pelotas (1931 – 1935)*, utilizou fotografias publicadas nestes impressos, como documentos de pesquisa.

Tendo como principais fontes de estudo os periódicos publicados na cidade de Pelotas e na cidade vizinha, Rio Grande, a historiadora falecida em 2018, Beatriz Ana Loner, deixou importantes publicações para a comunidade acadêmica. Fundadora e coordenadora do NDH – Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, a autora dedicou anos de pesquisa investigando temas ligados ao movimento operário, transição entre trabalho escravo e livre, correntes operárias, associações negras e pós-abolição. Entre as produções mais significativas, destaca-se a sua Tese de Doutorado intitulada *Classe operária: mobilização e organizações em Pelotas: 1888-1937*⁴⁸, que deu origem ao livro *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*, com a primeira edição publicada em 2001.

Assim como os pesquisadores citados, Loner também utilizou o jornal *A Alvorada* na composição de seus escritos. Cabe ressaltar que entre suas pesquisas estão as investigações das trajetórias individuais e de famílias negras, que se

⁴⁸ A tese citada, publicada em dois volumes, pode ser acessada através dos links: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2018/08/Classe-oper%C3%A1ria-mobiliza%C3%A7%C3%A3o-e-organiza%C3%A7%C3%A3o-em-Pelotas-1888-1937-Vol.-I.pdf>
<https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2018/08/Classe-oper%C3%A1ria-mobiliza%C3%A7%C3%A3o-e-organiza%C3%A7%C3%A3o-em-Pelotas-1888-1937-Vol.-II.pdf>

destacaram dentro da comunidade. Como resultado de algumas de suas pesquisas, foi lançado no primeiro semestre de 2019, o e-book organizado pela equipe do NDH-UFPel intitulado *A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil*⁴⁹. Entre os sujeitos investigados encontram-se os fundadores e mantenedores do jornal *A Alvorada*, bem como, fundadores de outros periódicos da imprensa negra e de entidades negras dos séculos XIX e XX, dentre elas as irmandades, os clubes sociais, os grupos carnavalescos e as instituições beneficentes, com destaque especial para o Asilo de Órfãos São Benedito.

É importante mencionar que os trabalhos citados e que utilizaram o jornal como documento de pesquisa, não estão diretamente vinculados à área da Educação e da História da Educação. São pesquisas oriundas de programas de pós-graduação em História e da Memória Social e Patrimônio Cultural. A relação com o campo da História da Educação se dá de forma indireta, na qual busco elementos para compor minhas pesquisas.

No campo educacional, a professora aposentada da FaE/UFPel, Jacira Reis da Silva, coordenou um projeto de pesquisa intitulado *Vozes de mulheres negras na imprensa negra pelotense: a luta por educação através do jornal A Alvorada*. Contando com o apoio da FAPERGS (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul) para desenvolvimento do projeto, a docente, juntamente com bolsistas de iniciação científica, usou o jornal como principal fonte de estudo, fazendo a catalogação de 575 artigos publicados no impresso e que estavam relacionados com a educação, o que “mostra a preocupação da comunidade negra com a situação educacional e a importância, já destacada, do papel da imprensa negra nessa luta” (SILVA; MATTES; SILVA; 2003, p. 265). Entre as publicações vinculadas à pesquisa, foram localizados dois textos (2003, 2004) publicados nos anais do Encontro Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação – ASPHE⁵⁰.

O interesse pelo *A Alvorada* neste trabalho é por conta da relação de negros escravizados e a comunidade negra em geral, alvo da higienização social na

⁴⁹ E-book disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2019/06/familiasilvasantos.pdf>

⁵⁰ Textos disponíveis no Repositório Digital Tatu da Unipampa, idealizado pelo Grupo de Estudos em Educação, História e Narrativas, através dos links: <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/index.php/2019/05/09/09o-encontro/> e <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/index.php/2019/05/10/10o-encontro/>.

constituição de uma república que visava à ordem e o progresso no país. É o que salienta Santos (2011, p. 76) ao afirmar que:

A legislação do pós-abolição foi voltada para a repressão da vadiagem, capoeira e religiosidade e também foi restritiva em relação à ocupação de terras com a criação de impostos e taxas sobre a pequena propriedade com o objetivo de limitar as aspirações e ações dos libertos.

Nesse sentido, Gonçalves Neto e Carvalho (2002) ao escreverem sobre a imprensa e as representações de educação, disciplina e ordem social, destacaram que no período de pós-abolição e da república ainda em formação, o país tinha traços de uma elite conservadora e de governos brasileiros que não permitiam que os negros usufríssem dos mesmos direitos. A imigração europeia, alvo de investimento de fazendeiros, além de contar com uma nova força de trabalho, também visava o “branqueamento” da nação, que tinha um elevado número de libertos e descendentes de negros escravizados⁵¹.

No caso de Pelotas, grande parte da população negra no período da escravidão era responsável pela produção do charque, além do trabalho na construção civil no perímetro urbano. No período de pós-abolição eles continuaram prestando serviços para a elite local, através do trabalho braçal que era penoso e cansativo. Entre as atividades estavam às ocupações como operários de fábricas e de indústrias de conservas, chapeleiros, construtores civis, além das tipografias. As mulheres prestavam serviços domésticos como cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras e babás.

Mesmo com o processo de racialização⁵², havia uma hierarquia social entre a comunidade negra pelotense, na qual foi constituindo uma elite em que alguns

⁵¹ Nas páginas dos impressos analisados, os autores perceberam que tanto no Brasil, quanto na cidade mineira em que os periódicos por eles estudados foram publicados, “clamava-se por civilização, pela busca do progresso e pela superação da barbárie” (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2002, p. 4). Em Uberaba/MG, o governo não poupou esforços para construir prédios públicos, praças, obras relacionadas à higiene e abastecimento de água. As mudanças foram além da transformação visual e material do município, se fazendo necessário regulamentar o trabalho e eliminar a vadiagem, além de investir na educação com o objetivo de promover a civilização e o progresso. Embora o município de outro estado tenha sido citado, algo semelhante ocorreu em Pelotas. Tais constatações são perceptivas através da análise de impressos pelotenses e de outras produções acadêmicas.

⁵² Silva (2017), amparada pelos estudos da historiadora Wlamyra Albuquerque, entende por racialização como um processo em que a ideia de raça denota hierarquização e é um discurso sempre em construção, relacionado a um contexto. Para saber mais, consultar a Tese de Doutorado de Silva (2017) e a Tese de Doutorado de Albuquerque (2004), intitulada *A exaltação das diferenças: racialização cultura e cidadania negra (1880-1890)*.

sujeitos foram se destacando. É o caso dos chamados intelectuais negros, representantes de um grupo socialmente inferiorizado e que buscavam desenvolver atividades em prol do progresso e ascensão da raça. Entre os intelectuais, estão os fundadores do jornal *A Alvorada*.

Em 5 de maio de 1907 foi criado o hebdomadário *A Alvorada*, autodenominado como “periodico litterario, noticioso e critico”, publicado aos sábados, tendo como proprietários os irmãos Durval e Juvenal Penny, que naquele período trabalhavam como gráficos nas oficinas do jornal *Arauto*, cujo o dono José Veríssimo Alves⁵³ tinha ligação direta com a comunidade negra pelotense. A equipe idealizadora também era composta pelos irmãos Rodolpho Ignácio Xavier e Antônio Baobad, que faleceu antes do lançamento do jornal⁵⁴.



Figura 2 – A Alvorada Periodico Litterario, Noticioso e Critico
Fonte: CEDOV, A Alvorada, 07 fev. 1932, p. 1.

A figura 2 trata-se do cabeçalho do periódico. O título do artigo em destaque, *Instrução e mais instrução* tem como autor Rodolpho Xavier e será discutido ainda nessa seção. Considerado um dos periódicos mais duradouros da imprensa negra brasileira, cabe destacar o papel desempenhado por Rodolpho como escritor do

⁵³ O jornalista tem seu quadro exposto no Salão de Honra do Instituto São Benedito, e pela imagem é possível identificá-lo como um homem negro.

⁵⁴ A trajetória dos fundadores do jornal já foi abordada em diferentes trabalhos acadêmicos, conforme já mencionado neste projeto. Também cabe consultar CALDEIRA, Jeane dos Santos. *O Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional*. 2014. 249f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Pelotas, RS, 2014.

impresso durante os anos de publicação⁵⁵. Pelotense, filho de escravos, nasceu como liberto em 1874, após a Lei do Ventre Livre de 1871, e foi um dos alunos dos cursos noturnos ministrados na BPP (LONER, 2005, PERES, 1995). Seus artigos traziam conteúdos com temas diversificados, informativos, além de críticos. Também não simpatizava com os espaços sociais (em especial os clubes), pois para ele, as entidades de lazer eram lugares de vaidades e não discutiam sobre os reais problemas da comunidade, dando ênfase mais às questões culturais do que políticas (SILVA, 2011).

É relevante destacar sobre os papéis dos clubes negros naquele período. A historiadora Fernanda Oliveira da Silva (informação verbal)⁵⁶ explanou que estes clubes além de serem espaços sociais, de grande representatividade para o associativismo negro, também se caracterizavam como espaço político, em que a comunidade se unia para lutar por assuntos de seu interesse. Embora os clubes fossem vistos como locais onde circulava a elite negra, a historiadora mencionou que a principal profissão apresentada nas fichas de sócios do Clube Cultural Fica Ahi Pra Ir Dizendo (fundado em 27 de janeiro de 1921), era a do trabalho doméstico.

⁵⁵ A história de vida de Rodolpho Xavier pode ser relacionada com a do jornalista e escritor negro, Afonso Henriques de Lima Barreto (Rio de Janeiro -1881/1922). Filho de tipógrafo e professora primária (ambos considerados mulatos), Lima Barreto fez o ensino secundário no Colégio Pedro II através da intervenção de seu padrinho, o Visconde de Ouro Preto, que na época era senador do Império. Viveu em um período de transições políticas e sociais, em que o país aboliu a escravidão de negros e mudou do regime monárquico para o regime republicano. Utilizou a escrita em jornais e obras literárias, como testemunho dos acontecimentos daquele tempo e como engajamento nas lutas sociais. O autor buscou, a partir de um olhar “de baixo”, que tinha como cenário os subúrbios, a periferia e outros locais frequentados pelos cariocas das camadas populares, evidenciar sobre as heranças deixadas pela escravidão, como a falta de direitos sociais voltadas para o povo negro. Foi o que ocorreu em seu primeiro livro, *Recordações do escravidão Isaías Caminha*, publicado em Portugal no ano de 1909. Lustosa (2010, p. 53-54) menciona que o historiador que adota a Primeira República como periodização de suas pesquisas, encontra nesta obra uma narrativa como convite “à busca das chaves que o autor intencionalmente, motivado pela vontade de denunciar a hipocrisia e o preconceito racial vigentes no seu meio, desenvolveu. Lima Barreto acreditava que o papel da literatura era útil à sociedade, denunciando as injustiças sociais e, por isso, quis retratá-la de forma mais crua. A perspectiva que escolheu foi a de Isaías, um jovem mulato, de origem modesta, inteligente, culto e cheio de sonhos de glória e reconhecimento intelectual como o próprio autor fora um dia”. Barbosa (2010, p. 45), conclui que esta obra “representa a luta não somente contra o preconceito de cor, mas contra a mediocridade, contra a falsa concepção de imprensa e literatura, acompanhada da amarga experiência da vitória, à custa de transigência de toda ordem e do sacrifício da própria dignidade humana”. Lima Barreto além de ser jornalista do periódico brasileiro mais importante do início do século XX, o *Correio da Manhã*, também foi autor de outros romances, como *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915) que hoje é referência na literatura brasileira.

⁵⁶ Informação fornecida por Fernanda Oliveira da Silva na Roda de Conversa na 47ª feira do Livro de Pelotas, em Pelotas, em 11 de novembro de 2019. Destaca-se que a historiadora citada foi Patrona da Feira e promoveu a Roda de Conversa para o lançamento da obra coletiva *Pessoas comuns, histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense* (2017), contando com a presença de outros autores como Jardélia Rodrigues de Sá, Marcus Vinícius de Freitas Rosa e Sarah Calvi Amaral Silva.

De fato, os sócios se empenhavam para investir no vestuário e estética, atendendo os estatutos que exigiam a padronização do vestuário e uma boa conduta moral. Isso fica perceptível nas fotografias das representantes dos clubes, publicadas no *A Alvorada*, em que as mulheres negras estão bem vestidas, maquiadas e penteadas.

Ainda sobre Rodolpho, através da leitura de seus textos, é possível perceber no escritor, um intelectual⁵⁷ negro, muito além do seu tempo e que desenvolvia práticas de mediação cultural. De acordo com Gomes e Hansen (2016, p. 9), a prática de mediação cultural pode ser exercida “por um conjunto diversificado de atores, cuja presença e importância nas várias sociedades e culturas têm grande relevância, porém nem sempre reconhecimento”. Entre os mediadores culturais, estão os leitores, contadores de histórias, membros de instituições e outros agentes culturais. As autoras complementam afirmando que “tais mediadores, de enorme relevância na construção de identidades culturais de indivíduos e comunidades, geralmente não são identificados e não se identificam pela categoria de intelectual” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 9).

O papel exercido por Rodolpho, passava a imagem de um dos articulistas mais influentes do jornal. As discussões políticas, religiosas, econômicas, as questões étnicas e que envolvem o trabalhador, estavam constantemente presentes em seus textos. Os assuntos educacionais também instigavam o autor para que redigisse artigos voltados para a comunidade. Para os fundadores do jornal, “a instrução era entendida, então, como principal arma dos negros na defesa dos seus direitos à cidadania” (SANTOS, 2003, p. 135). Exemplo disso é o artigo intitulado *Instrução e mais instrução*:

A instrução é a pedra angular sobre qual assenta a prosperidade dos povos. Quanto mais instruído é um povo, tanto melhor elle se orienta no caminho de seus direitos e deveres. A grande porcentagem de analfabetos que, infelizmente, conta entre seus habitantes no Brasil é uma das causas de seu maior descrédito e desgoverno, desde a promulgação da republica até o presente. Dessa porcentagem é a raça negra a mais atingida proporcionalmente, pelo numero de indivíduos que conta entre os dois sexos. Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 07/02/1932, p. 1).

⁵⁷ Gomes e Hansen (2016, p. 10), embasadas nos conceitos de diferentes pensadores, como Max Weber e Pierre Bordieu, entendem por intelectual os “homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social”.

Embora neste trabalho a figura de Rodolpho Xavier esteja aqui sendo enfatizada, é relevante destacar a contribuição de outros articulistas durante os anos de publicação do impresso. Um deles é o Juvenal Penny, proprietário do jornal desde sua fundação até o ano de 1946, quando vendeu o hebdomadário para Rubens de Lima, que na época era funcionário do Porto de Pelotas (SANTOS, 2003). Juvenal Penny também era escritor de uma coluna de fofocas denominada *Pesquei*. Penny assinava a coluna através do pseudônimo de Dr. Pescadinha (TAVARES, 2007).

A coluna *Pesquei* merece certo destaque. Semelhante a outras colunas de fofocas do jornal, como *Fisquei* e *Comadres*, em alguns exemplares, ocupavam mais de uma página do impresso. O autor buscava ditar regras aos comportamentos no mundo do trabalho e na vida privada das pessoas que ele observava e denunciava. Em consonância às expectativas sociais de sua época, também buscava impor os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres, fazendo com que elas fossem representadas de forma submissa. Nesse sentido, Tavares (2007, p. 14) tece alguns comentários sobre a coluna e seu autor:

Está bastante evidente nesta coluna a intenção de ditar o que era certo e errado. Os costumes de uma elite local deveriam ser internalizados pelos leitores e sob efeito de qualquer falta destes, poderiam ser caçados perante a comunidade. A idéia que o jornal transmite, e a coluna por suas linhas em especial, é a de que as pessoas tinham grande expectativa por sua publicação, para verem como seriam representadas. Isso se percebe no momento mesmo em que são dirigidas respostas pelos seus colunados, absolutamente revoltados pelas indiscrições dos autores das intrigas.

Outro aspecto relevante na época da edição e da circulação do jornal, relacionado também com a coluna *Pesquei* e com o contexto histórico brasileiro, é a de que os fundadores do periódico se autodenominavam como negros. Segundo Santos (2002, p. 4-5), tal constatação:

[...] foi amplamente atestado em depoimentos, reportagens e artigos assinados, condição também comprovada por fotos divulgadas em primeira página nas datas de aniversário do jornal. Devemos considerar, no entanto, que, muito embora houvesse a consciência de *negritude* daqueles indivíduos, muitas vezes a caracterização fenotípica da comunidade negra em relação a eles era variada, algumas vezes eram caracterizados como *mulatos*, *morenos* e, mesmo *negros*.

Em um país que estava formando a sua nação, passava por um processo de branqueamento e que em determinados períodos apoiou a eugenia, os termos “mulato” e “moreno” acabavam sendo socialmente aceitos por uma população que julgava os indivíduos pela cor da sua pele. Isso pode ser percebido no texto intitulado *Híbrido*:

O produto entre o branco e o negro, como todos sabem, chama-se “Mulato”. Pois bem, eis aí, na maioria, o pior inimigo do negro, principalmente quando tem algum conceito entre pessoas brancas, mesmo quando não tem. Engraçado, este infeliz, que é como assim eu o considero, quando está bem com os seus “iguais”, os brancos, são tratados com toda benevolência, mas por qualquer motivo se desativam só se soube: – Ora deixa, “negão”. – Reconhece o teu lugar, “negro vaidoso”. Tenho apreciado estes fatos entre pessoas de cultura e que se dizem educadas. Por isto lastimo a pobreza de espírito da maioria dos “mulatos julgados”, como diz o vulgo, e muito me orgulho em ser negro, chegando ao ponto de lastimar não ser puro. José Penny⁵⁸ (*A Alvorada*, 21/03/1934, p. 2).

Ao mesmo tempo em que os colaboradores do impresso faziam campanhas relacionadas ao orgulho da raça, também teciam comentários para aqueles que não colaboravam e estavam impregnados pelo processo de branqueamento. As colunas de fofocas do jornal estavam repletas de críticas, tanto para mulheres, quanto para os homens negros que menosprezavam o semanário e desdenhavam de pessoas da mesma raça. Em dezembro de 1931, a coluna *Pesquei* publicou a seguinte nota:

– pesquei as jovens Alayde Oliveira e Leda Camacho (Miss Forminguinha), da Fabrica de Chapéus, deixaram de suas obrigações para desfazerem do nosso jornal dizendo que as pessoas que assignam são baixas. Ora meninas, para essas pretensões, não sabem que todos são iguaes, percam a cisma pois talvez só em outra encarnação poderão ser brancas e se continuarem com esse orgulho, por castigo serão mais pretas que carvão de pedra. Dr. Pescadinha (*A ALVORADA*, 27/12/1931, p. 5).

A inferioridade racial era um discurso propagado até mesmo entre a comunidade negra, que por muitas vezes negava sua cor, suas origens e sua etnia, seguindo estereótipos produzidos por pessoas não negras. Nesse sentido, Santos (2003, p. 88) alerta que:

A raça negra tida por inferior era uma invenção da sociedade branca, na medida em que eles haviam superado os limites daquela pretensa

⁵⁸ José Penny é filho de Juvenal Penny e passou a compor a equipe do jornal a partir da década de 1930 (SHVAMBACH, 2010). Além de diretor e redator do jornal, foi idealizador da Campanha pró-educação, em 1933 (SILVA, 2011).

inferioridade, haviam estudado e conseguiram subir alguns degraus na escala social da cidade.

O autor ainda complementa afirmando que no caso dos intelectuais negros citados, ser escritor naquele período, era uma atividade de grande prestígio, fazendo com que estes sujeitos ocupassem melhores posições dentro de uma hierarquia social, diferente daqueles que desenvolviam trabalhos manuais, como os operários.

Embora alguns textos publicados no periódico estejam repletos de denúncias que envolvem o preconceito e o racismo (alguns ocorreram dentro de instituições católicas), e de campanhas para o combate dos vícios da época, como o álcool, os jogos, a vadiagem e a prostituição, ainda há um silenciamento sobre outras questões sociais, como a taxa de criminalidade, a coibição policial, a questão educacional para os menos favorecidos, entre eles as crianças desvalidas. Além disso, para um grupo que almejava ascender socialmente, acabou se deixando influenciar pela sociedade branca que primava pela moral e a higiene social. Os textos dirigidos de forma pejorativa para homens negros que desfrutavam da noite, do samba, da boemia, do álcool. As orientações, no sentido de doutrinação, para a formação da mulher como boa mãe, boa esposa, boa trabalhadora e boa dona de casa, são reflexos da população branca, patriarcal, que construiu o seu próprio conceito de civilidade, de moral e de bons costumes, sem esquecer que também foi influenciada pelos dogmas do catolicismo.

As colunas de fofocas descreviam as brigas entre esposas e amantes, os namoros proibidos, as traições, os desentendimentos entre os vizinhos que residem nas vilas, os maus comportamentos de trabalhadores das fábricas, a postura das mulheres nos clubes sociais, mas como forma de intimidação e de repressão. Muitos nomes eram expostos nas páginas dos jornais e em alguns casos estes estavam acompanhados por seus endereços residenciais, conforme a coluna *Pesquei* que publicou a seguinte nota: “Pesquei o jovem Idalino, ao lado da ‘Rainha do Namoro’ Aracy N. Moreira, moradora a´ rua Marquez de Caxias n. 54. Cuidado seu Idalino, pois o G. S é o ‘Romeu’ dessa ‘Julieta’, não perca seu tempo” (*A Alvorada*, 1/11/1931, p. 7).

Percebe-se que os escritores seguiam o modelo de uma elite branca em que tais ações se tornavam repudiáveis e em nada contribuía para a “boa imagem” da raça. Além disso, outras práticas foram ocultadas nas páginas do impresso. A predominância do catolicismo, religião instituída por brancos europeus, acabava

ocultando as religiões de origem africana, corroborando cada vez mais com a segregação dos negros que participavam de cultos ligados a umbanda e ao candomblé e que geralmente aconteciam em lugares afastados do centro de Pelotas, como a zona da várzea. Tal ocultação é compreendida, uma vez que até hoje as religiões de matriz africana são alvos de perseguição, tendo seus espaços destruídos, muitas vezes por incêndios criminosos, entre outras ações por parte de racistas e intolerantes religiosos.

Quanto ao público leitor, o maior grupo residia em Pelotas, mas o impresso também era distribuído em algumas cidades da região, como Rio Grande, Canguçu, Jaguarão, Alegrete, Porto Alegre, com destaque para a cidade de Bagé, que manteve no jornal por um longo período, o *Correio Elegante* – Suplemento de Bagé, e que de certa forma era reflexo do maior poder aquisitivo dos negros da “Rainha da Fronteira”. Em Pelotas, o semanário podia ser encontrado no Mercado Público, em bancas de jornal, barbearia e outros locais no centro da cidade. No geral, o poder aquisitivo do público leitor era considerado baixo. A assinatura anual do hebdomadário era do mesmo valor de um chapéu de lã (acessório obrigatório para o inverno rigoroso da cidade). Outro exemplo é do trabalhador da construção civil, que necessitava de dois dias de trabalho árduo para a aquisição semanal do impresso (SANTOS, 2003).

O periódico também era entregue nas residências dos assinantes, que seguidamente encontravam dificuldades para o pagamento das mensalidades. É possível encontrar constantes “ameaças” publicadas no próprio impresso, direcionadas para os assinantes inadimplentes, que podiam ter seus nomes publicados na lista de devedores. Durante as atividades ligadas ao carnaval, o Dr. Pescadinha costumava dizer que sairia nos blocos e cordões para observar os foliões devedores do *A Alvorada*, e como consequência, publicaria o nome deles nas páginas do semanário.

Para a realização deste estudo, foram analisadas edições dos anos de 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1918, 1919, 1938, 1943 e 1944 (ver anexos A e B), que fazem parte do acervo microfilmado, disponíveis no NPH (Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS). Já o CEDOV possui um acervo mais completo no que se refere ao número de exemplares por ano. Para a tese foram consultados exemplares dos anos de 1931 a 1935. Os jornais que fazem parte do arquivo da instituição, estão disponíveis também para consulta online na página da BPP. No processo de

garimpagem pelas fontes, alguns pesquisadores relataram que não foram encontrados exemplares dos anos de 1907 e 1908 e nem os da década de 1960⁵⁹.

O periódico *A Alvorada* encerrou suas atividades em 13 de março de 1965. Durante seus 58 anos de existência passou por muitas dificuldades financeiras, troca de proprietários e teve algumas interrupções em relação a publicação de seus exemplares.

Para a análise deste periódico, foi realizado um trabalho de triagem e separação das reportagens. Foi necessário saber o que triar e o que abandonar (FARGE, 2009). Devo considerar que realmente simpatizava com o periódico a ponto de selecioná-lo, inicialmente, como o principal documento desta pesquisa. Neste sentido, é o que Farge (2009, p. 71-72) chama de identificação, que “significa esse modo insensível, mas real, que tem o historiador de ser atraído apenas por aquilo que pode reforçar suas hipóteses de trabalho decididas previamente”. No entanto, essa identificação pode propiciar riscos e armadilhas, quando não for estabelecida certa distância entre o pesquisador e o documento. Essa noção de aproximação e distanciamento foi por mim constatada a partir da frustração sobre a falta daquilo que buscava. Por este motivo, o *Diário Popular*, como mencionado anteriormente, assumiu o protagonismo como principal periódico deste estudo.

Reitero que até aqui tive a intenção de apresentar o *Diário Popular* em seu aspecto mais técnico, político-partidário e órgão de interesse da comunidade em geral e *A Alvorada* como importante documento histórico para a comunidade negra. A seguir abordarei sobre as imagens inseridas neste estudo, oriundas dos impressos locais.

⁵⁹ Há indícios de que o CEDOC da UFPel, possui edições da década de 1960. A verificação quanto a estas edições não pôde ser realizada por conta da interdição do prédio no qual se encontra parte do acervo do Centro de Documentação Histórica CEIHE/UFPel. Uma das estratégias era a de encaminhar um ofício para reitoria da UFPel, como forma de obter acesso ao acervo, porém, a pandemia provocada pelo COVID 19, provocou a suspensão dos serviços acadêmicos da universidade desde o dia 16 de março até o momento da entrega da versão final do presente trabalho, em maio de 2020.

2.3 As imagens através da imprensa

Conforme apresentado, os periódicos locais são apontados como principais fontes que alicerçaram esta pesquisa. Eles estão repletos de notícias e de fotografias alusivas ao tema investigado. Nesse sentido, será considerada a inserção de fotografias como documentos, para melhor qualificar o trabalho e dar sentido e significado não só da identidade institucional, mas da representação da sociedade sobre a infância desvalida, manifestada a partir das imagens dos impressos analisados.

Devo destacar que a História Cultural possibilita a variedade de fontes nos estudos históricos, servindo como ferramentas para o trabalho do historiador. Com o uso de fontes diversificadas, entre elas as iconográficas e orais, aos poucos foram sendo desconsideradas apenas como documentos subjetivos, pouco fidedignos, utilizados como mera ilustração, complemento ou confronto de documentos escritos. Em algumas pesquisas, estas fontes têm sido empregadas como fonte e objeto, não necessitando de um vasto *corpus* documental para subsidiar a narrativa do historiador.

Foi com essa intenção que optei por utilizar e considerar as fotografias como mais uma fonte deste estudo. A escolha foi pelas imagens publicadas em impressos locais, embora reconheça as fotografias escolares⁶⁰ como elementos que constituem patrimônio histórico-educativo das instituições, integrantes da materialidade escolar que abrange uma série de objetos que fazem parte da cultura material escolar (OLIVEIRA, 2017). Sobre esta materialidade, segundo Benito (2012, p. 11) trata-se de:

Los objetos, las imágenes, las escrituras y las voces se han constituido en fuentes del nuevo archivo que la arqueología de la educación ha configurado para indagar, desde la perspectiva de la historia material, el campo de la cultura de la escuela.

Os objetos, as imagens, os documentos escritos e orais, fazem parte da cultura da escola, se constituindo também como patrimônio histórico-educativo da instituição. O autor também aponta a instituição educativa como local fecundo para a produção de cultura. Essa cultura muitas vezes produzida e manifestada a partir de

⁶⁰ Cabe reforçar que estudos históricos que abrangem a escola, aqui estão sendo considerados sinônimos de estudos de instituições educativas, mais precisamente os orfanatos, asilos e patronatos.

seu patrimônio, necessita da sua preservação. No que tange às fotografias, Oliveira (2017) salienta que os “álbuns de fotografias ou imagens avulsas constituem-se em fragmentos da memória institucional, independente da preocupação em preservá-los ou não”, elas corroboram para legitimar e dar significado às instituições que as produziram.

Busco aqui não fazer uma análise densa e técnica das fotografias. Kossoy (2001, p. 77) define esta análise como um exame que:

[...] visa reunir o maior número de dados seguros para a determinação do assunto, fotógrafo e tecnologia (elementos constitutivos) que deram origem a uma fotografia num preciso espaço e tempo (as coordenadas da situação). Essa determinação se fará através da análise técnica (análise do artefato, a matéria, ou seja, o conjunto de informações de ordem técnica que caracterizam a configuração material do documento).

Além disso, o autor aponta que a análise técnica exige outros elementos constitutivos, como o assunto, o fotógrafo, a tecnologia, e das coordenadas de situação, dentre elas espaço e tempo. Julga-se estes elementos como essenciais para a sua análise, nas quais requerem “metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou” (KOSSOY, 2001, p. 32), mas por estes documentos não serem as principais fontes desta pesquisa e pelo tempo hábil para a sua finalização, busco alternativas para inseri-las de alguma forma como fontes e não como elementos meros ilustrativos.

A análise das fotografias a partir da imprensa talvez proporcione um estudo com interessantes referências, uma vez que apresentam legendas e, geralmente, estão relacionadas ao texto escrito. Partindo desse princípio, pode-se extrair dados temporais sobre a fotografia, mesmo que esta não corresponde à data de publicação do impresso. Deve-se ter em conta que parte das fotografias que existem nos acervos institucionais foram registradas e/ou salvaguardadas com algum tipo de intenção e muitas não apresentam legenda ou data do registro⁶¹. Mauad (2015, p. 93) reforça estas ideias ao explicar que:

⁶¹ Tais reflexões foram apontadas pela Profa. Maria Augusta Martiarena de Oliveira, durante o exame de qualificação do meu Projeto de Tese. Observa-se que as fotografias escolares é um dos principais temas e objetos de pesquisa da historiadora.

Surpreende, para o conjunto das fotografias, a ausência generalizada de legendas padronizadas com autor, data, local e arquivo em que a foto está depositada. Essa carência prejudica o reconhecimento, por parte do público escolar, da função da fotografia no contexto em que foi produzida, bem como seus usos sociais.

É relevante salientar que as principais instituições de acolhimento da infância foram contatadas, algumas mantêm álbuns fotográficos da entidade, entre elas o Instituto São Benedito, o Câmpus Pelotas Visconde da Graça (CAVG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), no qual o acervo imagético do antigo Patronato está salvaguardado no Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (NEPEC) e o Instituto de Menores Dom Antônio Zattera. Estas instituições são responsáveis por salvaguardar e preservar estes materiais que fazem parte de seu patrimônio histórico.

De acordo com os estudos de Kossoy (2001, p. 40), os álbuns de fotografias ou as imagens avulsas, são fotografias originais, um objeto da imagem “um artefato no qual se pode detectar em sua estrutura as características técnicas típicas da época em que foi reproduzido. Um original fotográfico é uma fonte primária”. Já as imagens inseridas neste estudo, são imagens de reprodução, uma fonte secundária. Em outras palavras:

O objeto-imagem de primeira geração - o original - é essencialmente um objeto museológico, e como tal tem sua importância específica para a história técnica fotográfica, além de valor histórico intrínseco, enquanto o de segunda geração – a reprodução sob os mais diferentes meios - é, em função da multiplicação do seu conteúdo (particularmente quando publicado), fundamentalmente um instrumento de disseminação da informação histórica-cultural (KOSSOY, 2001, p. 42).

Dessa forma, compreende-se as fotografias reproduzidas pela imprensa como imagens de “segunda geração”, também consideradas fotografias públicas. Nesse intento, Mauad (2015) aponta que a fotografia utilizada como documento dos acontecimentos demarcando também a presença da imprensa na construção da História, ganhou este uso e função a partir de 1928, com a publicação da revista *O Cruzeiro*, projetada nos padrões dos magazines internacionais. Ao ganhar este sentido, ocorre o que já foi percebido nas imagens publicadas no jornal *Diário Popular*, conforme a explicação de Mauad (2015, p. 89):

As reportagens fotográficas com imagens de grande formato, apoiadas em texto escrito por um repórter, atribuíram à fotografia uma função narrativa

dos acontecimentos e prescritiva da opinião a se ter sobre os fatos. Nesse caso, a fotografia se torna pública, pois tanto agencia os sentidos que podem se atribuídos aos acontecimentos vividos no espaço público, quanto veicula imagens de fatos que foram avaliados pelos editores da revista como de interesse do grande público.

Fotografias de segunda geração, fotografias públicas reproduzidas a partir da imprensa, também podem ser relacionadas com outra categoria, a do fotojornalismo, no qual o papel da imagem fotográfica, através da imprensa, é dar sentido a notícia (MAUAD, 2015). Um dos fatos históricos ocorridos na cidade de Pelotas em que é possível perceber a função do fotojornalismo foi o da enchente que atingiu a cidade no ano de 1941, fato de grande comoção e envolvimento da comunidade. Durante várias edições, o jornal *Diário Popular* se dedicou a publicar fotografias sobre as áreas mais atingidas pelas inundações, como a Zona do Porto, bem como, a situação das famílias flageladas. Entre textos e fotografias é possível acompanhar de abril a maio daquele ano, os desdobramentos de uma das maiores enchentes de Pelotas durante o século XX, superando a enchente de 1914.

Outra atribuição dada à fotografia pública é a de propaganda política. Dussel (2018) em uma análise crítica entende as imagens de propagandas políticas como imagens próximas da mentira, veículos de manipulação da verdade, pois atendem uma função instrumental que é a de servir uma intenção ou estratégia de algum poder. Em Pelotas, estas imagens podem ser localizadas nos relatórios da intendência, que apresentam elevado número de fotografias ligadas à educação, em especial na década de 1920.

Oliveira, Tambara e Amaral (2009) construíram um artigo a partir da fotografia da distribuição do “Cópo de leite” em um grupo escolar de Pelotas. Tanto a fundação do grupo escolar, quanto o registro da fotografia, ocorreu durante o mandato do intendente municipal Augusto Simões Lopes. Os autores relatam que através das imagens produzidas durante o governo de Simões Lopes, é perceptível o uso de fotografias como propaganda de suas ações, mais precisamente as obras que caracterizavam o desenvolvimento educacional da cidade. Embora os governos anteriores já tivessem adotado essa estratégia, o diferencial de Augusto Simões Lopes foi o de utilizar as imagens relacionadas à escola e a escolarização dos pelotenses. Acredita-se que a fotografia citada, não se trata da manipulação da verdade, porém a sua produção teve uma intenção específica que era a de divulgar

as efetivas ações previstas pelo regulamento da instrução durante o governo mencionado.

A análise de fotografias históricas é uma tarefa difícil, principalmente pelo distanciamento do tempo entre o pesquisador que atua no presente e o período de produção da imagem. É o que alerta Amézaga (2019, p. 25) ao salientar que:

Un historiador que trabaja hoy con imágenes del pasado tiene que entender también qué significan en estos momentos, qué cambios en su recepción y comprensión se han producido, ante la evidencia de que la sociedad las entiende de un modo muy diferente a como se contemplaron y se percibieron en el momento de su producción y recepción social. Asistimos ahora a unos desplazamientos históricos tanto en sus significados como en sus funciones, que debemos conocer y sobre todo tener en cuenta para no caer en el error del presentismo.

Reforça-se a ideia de que as fotografias não são espelhos do real, elas capturam fragmentos da história, o congelamento de alguma ação. Estão carregadas de intenções tendo muitas vezes uma preparação para a sua produção, como seleção de pessoas, escolhas de cenários; visando o seu receptor, no caso da imprensa, o público consumidor. Pelos motivos citados, é necessário saber sobre o contexto em que a fotografia foi produzida e não se deixar levar apenas pelo conteúdo apresentado na imagem.

Conforme já afirmado, neste trabalho, as imagens analisadas são oriundas do periódico local, *Diário Popular*. Estas, conforme expõe Mauad (2015), são fotografias que provém do espaço comum. São registros de manifestações populares, coletivas, que dão rosto à multidão e que diferencia o homem comum. No entanto, também são imagens do controle social e da vigilância. Nesse sentido, está posto o desafio de “ler”, “desvendar” estas imagens, analisá-las, interpretá-las de acordo com a proposta da tese apresentada.

Para tanto, o próximo capítulo sinaliza sobre a questão social durante o período analisado, bem como, a situação de Pelotas neste período e a representação e o imaginário social através do “olhar” da imprensa local.

CAPÍTULO 3: A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL REPUBLICANO

A rigor, a sociedade capitalista gerou as condições para que a questão social se coloque como problema e indagação: o que fazer com os desafortunados e, principalmente, o que fazer para impedir que a questão social degenera em conflito e este em ameaça efetiva? [...] Pobres, sujos, malvados e feios? Os habitantes subalternos da urbe precisavam ser enquadrados dentro de uma ordem supostamente mais ordenada, bela, higiênica, moral.

(PESAVENTO, 1994, p. 8-9).

A questão social durante o período investigado é um dos pilares da presente pesquisa. Pesavento (1989) sinalizou que esta era uma das preocupações das elites brasileiras ainda no século XIX, mas tal preocupação não advinha do bem-estar social, e sim das novas formas de subordinação do trabalhador por conta da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Para atingir seus objetivos, foi necessário formar um trabalhador dócil, que preservasse à ordem e garantisse o progresso material. Para que isso fosse possível, “a elite dirigente legislou, interveio, normatizou, vigiou e pautou condutas, os papéis e os espaços a serem desempenhados e ocupados por este novo trabalhador” (PESAVENTO, 1989, p. 7). É o que a autora define como a emergência dos subalternos⁶².

É válido mencionar que ao frisar o papel da elite no funcionamento da sociedade, se fala de um grupo dominante voltado aos interesses do Estado. Esta afirmação é sustentada por Tambara (1995, p. 28) ao enfatizar que “o funcionamento do estado é visto como capacidade instrumental em termos de manejo de seus aparelhos de dominação no sentido de tornar efetiva a subordinação da classe dominada aos interesses da classe dominante”, sendo assim, o Estado utiliza a elite (classe dominante) para que através dos mecanismos de controle, molde e forme o trabalhador (classe dominada) de acordo com as suas necessidades.

⁶² É necessário destacar neste estudo, sobre a importância das obras de Sandra Jatahy Pesavento elaboradas nas décadas de 1980 e 1990. Os títulos *O cotidiano da República: elite e povo na virada do século* (1995), *A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa* (1989) e *Os pobres da cidade: vida e trabalho - 1880-1920* (1994) são importantes referenciais para a presente pesquisa. Mesmo a autora tendo por base pressupostos ideológicos e epistemológicos diferentes da História Cultural, ainda julga-se como produções importantes para tratar dos grupos subalternos, desvalidos e marginalizados, tendo como contexto o estado do Rio Grande do Sul.

O trabalho era considerado uma das resoluções dos problemas sociais da época, entre eles o de tirar indivíduos do ócio, mantendo-o ocupado em atividades de interesse da elite. O subalterno ocupado não tinha tempo, por exemplo, para os “vícios sociais” da época, como a mendicância, o alcoolismo, o jogo, dentre outros. Dessa forma, o trabalhador acabava corroborando para a ordem e o progresso previsto pelo novo regime. Pensando no futuro trabalhador, a infância desvalida também foi atingida por estas novas ideias, conforme será discutido no decorrer deste estudo.

Foi a partir do Período Republicano (1889) que ocorreram as principais mudanças na educação institucionalizada, nas ações do Estado referente à infância pobre e na promulgação de uma legislação de proteção ao menor. É válido frisar que estas mudanças atingiram toda população. Nos estudos de Pesavento (1995), a autora coloca que o regime político adotado neste período era o mais adequado para as propostas de progresso que incluía o trabalho livre, maior participação política, desenvolvimento econômico, acesso à educação, dentro outros princípios que vão ao encontro da ordem burguesa.

A instauração do projeto republicano ocorreu de forma diferente no território gaúcho. Para elucidar esta diferença, Corsetti (2008, p. 61) explica que:

No âmbito desse processo mais geral, o Rio Grande do Sul teve sua experiência peculiar, já que a base de sustentação do novo grupo político que assumiu o poder com a República foi estabelecida através da proposição de um projeto regional de desenvolvimento que atendesse aos interesses sociais envolvidos, dando margem com isso ao jogo político de apoio partidário. O Partido Republicano Rio-Grandense propôs a solução dos problemas do Estado através de um projeto de modernização justificado a partir do conjunto de idéias elaboradas por Augusto Comte. A partir dos pressupostos comtianos, foi proposta a construção de uma sociedade racional, distinta da anterior. Na compreensão burguesa da realidade, da qual o positivismo é uma das vertentes, a questão social emergia como um elemento concreto, derivado da própria acumulação de capital. Disso decorria a necessidade de “incorporar o proletariado à sociedade moderna”, limitando seu agir e normatizando sua participação social.

Para reforçar as afirmações da autora, ela aponta os ideais dos cafeicultores paulistas, para distinguir o Rio Grande do Sul da região do sudeste brasileiro. De acordo com Pesavento (1995, p. 12-14):

A diferença residia na forma do regime republicano: para os cafeicultores paulistas, pensava-se numa República liberal, inspirada no liberalismo clássico do século 19; para os positivistas gaúchos, tratava-se de impor uma República autoritária, baseada nos princípios de Augusto Comte. Na

prática, o que vigorou foi o estabelecimento, no plano nacional, de um Estado burguês baseado num liberalismo excludente, controlado pelas elites, enquanto que, no Rio Grande do Sul a Constituição estadual implantou um regime autoritário, altamente hierarquizado e fundamentado numa rígida estrutura partidária.

Além das diferenças entre as regiões brasileiras, a instalação do republicanismo também foi um processo dicotômico. Por um lado estava sendo implementado um projeto burguês que primava pela consolidação política e administrativa, instituíam normas, valores e novos moldes de educação, fiscalizava a conduta dos cidadãos, vigorava o processo de urbanização e industrialização, mas por outro lado, “erguia-se também uma outra República, a dos cortiços e dos porões superlotados, das longas jornadas de trabalho, das greves, dos botequins, das brigas de navalha, dos subalternos, enfim” (PESAVENTO, 1995, p. 12). Por estas e outras questões é que alguns historiadores, como Sandra Pesavento, questionam “qual República” estava sendo instalada no Brasil, muito pelas diferentes vivências de um mesmo processo, em especial entre os grupos burgueses e os grupos subalternos.

Apesar de o trabalho ser considerado uma importante ferramenta no processo de civilização, os trabalhadores tidos como subalternos continuavam representando um perigo para a constituição da nação, pois segundo Pesavento (1995, p. 55-56) se tratavam de sujeitos,

[...] pobres, mal vestidos e mal alimentados, morando em habitações apertadas, distantes e pouco higiênicas, obrigados a trabalhar longas jornadas em troca de baixos salários, eram potencialmente um perigo para a ordem burguesa e seu corolário de progresso.

O trabalho continuado era uma das ferramentas para que o pobre deixasse de ser considerado um sujeito perigoso. Caso isto não ocorresse, a falta de ocupação contínua poderia levá-lo ao crime. Apesar do serviço “formal” e contínuo, o trabalhador subalterno ainda era vítima de alta vigilância, enquadrado dentro dos mecanismos de controle tanto no mundo do trabalho, quanto na vida privada, conforme elucida Rago (2014, p. 86):

Aprisionado numa representação imaginária que o infantilizava, o trabalho urbano se viu perseguido para além dos muros da fábrica, nos momentos de não trabalho. A imagem negativa de uma alteridade assustadora – o povo selvagem, incivilizado, bruto – suscitava inquietações e mal-estar nos setores mais privilegiados da sociedade, demandando um conhecimento

minucioso do modo de vida que configurava nos cortiços, favelas, botequins, parques e ruas, progressivamente invadidos por esta nova “espécie humana”.

As principais cidades e capitais proporcionavam maior oferta de trabalho. Este era um dos atrativos que resultava na aglomeração populacional nos centros urbanos. No período de pós-abolição, houve o êxodo de negros, agora na condição de trabalhadores livres, para os centros urbanos, resultando em um contingente de subempregados e desempregados, incluindo menores abandonados (CARVALHO, 1987). Nesse sentido, Carvalho (1987) faz uma análise a partir da representação e do imaginário social daquele período, dirigido para as classes menos abastadas. De acordo com o autor:

Esta população poderia ser comparada às classes perigosas ou potencialmente perigosas de que se falava na primeira metade do século XIX. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptores, pivetes (a palavra já existia) (CARVALHO, 1987, p. 18).

O aumento populacional das cidades propiciou o aumento do número de crimes, colocando em risco a vida e a propriedade da sociedade em geral. Colocava em risco a moral e bons costumes das “boas famílias”, aquelas consideradas honestas, decentes, íntegras e honradas. Isso pelo fato de ter entre os membros da população, um contingente de “bêbados, jogadores, prostitutas e vagabundos, pessoas que viviam na ‘contra-mão’ da ordem instituída e que apresentavam comportamentos desviantes daqueles que a moral burguesa procurava impor” (PESAVENTO, p. 1995, p. 62).

A preocupação com o aumento da população das cidades não estava voltada somente aos adultos, mas também dos menores abandonados. O progresso do país no período republicano não se deu de forma homogênea. É o que relatam Lima e Rodrigues (2003) ao abordarem a situação de São Paulo. Segundo os autores, enquanto aumentava o número de indústrias que movimentavam a economia do país, favorecendo parte da população, os menos abastados continuavam vivendo em situações sociais e habitacionais precárias. Junto a esta situação, estavam os menores abandonados que começaram a ser vistos como um perigo para a sociedade. Aumentou o número de crianças em situação de rua, bem como, o

número de roubos, furtos, prostituição e mendicância. Cabe frisar que naquele período, o trabalho infantil era algo aceitável por parte da sociedade. Muitas crianças acabavam trabalhando em estabelecimentos industriais⁶³.

Além dos menores, entre os séculos XIX e XX, os negros também foram (e até hoje continuam sendo) alvos da repressão e do controle. Embora vivessem em um país oficialmente livre da mão de obra escrava, estes novos cidadãos brasileiros enfrentaram diversas adversidades por conta da sua origem étnico-racial, social e econômica. Embora a Constituição republicana de 1891, em seu Art. 72, considere que “§ 2º - Todos são iguais perante a lei”, para o contexto da época, a questão da igualdade não era garantia de cidadania. A comunidade negra teve que se organizar para garantir direitos de receber instrução, moradia, melhores condições de trabalho, direito ao lazer e o direito de produzir e expressar sua cultura, sendo que a capoeira era uma delas (SILVA *et al.*, 2017).

Parte deste controle, disciplina e repressão das classes trabalhadoras, era de responsabilidade da polícia, conforme ressalta Silva *et al.* (2017, p. 86):

O exercício da liberdade pela população negra foi visto pelas autoridades republicanas como “desordem” e “vagabundagem”, trabalhadoras domésticas que se recusavam a dormir na casa de seus patrões eram classificadas como “vadias”. Trata-se de aprisionar e obrigar ao trabalho qualquer pessoa suspeita de estar desempregada e os momentos de lazer dos trabalhadores foram criminalizados. Contudo, foi na população “de cor” que a repressão à vadiagem encontrou seu alvo principal: era como se ter pele escura e ser livre fosse um crime.

Assim como a vadiagem era considerada uma das chagas sociais, deve-se mencionar outros dois problemas urbanos, também considerados como vícios sociais: o da prostituição e o do jogo. Segundo Rago (2014, p. 116), a prostituição era classificada como um vício. Isso a partir do olhar médico e criminológico, que “deveria ser represada para que não transbordasse em práticas condenáveis, desconhecidas e clandestinas”. A autora, de acordo com o discurso e a representação da época, explana que esse vício provinha de mulheres de má vida, impuras, contrárias a vocação do casamento, que preferiam circular nas ruas

⁶³ Para fomentar a discussão sobre o trabalho infantil no período mencionado, cabe consultar o estudo de Moura (1999), intitulado *Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha* e a tese *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)* defendida por Ferla (2005).

expondo suas partes íntimas e exalando perfumes fortes, do que dar importância ao lar.

Entre as causas apontadas para favorecer a prostituição, estão a ociosidade, a busca pelo prazer, o desapego da religião, a falta de educação moral, a miséria, dentre outros. Também destacavam os bailes populares e folias carnavalescas, como ocorria no Rio de Janeiro, que promoviam condições favoráveis para práticas devassas e pervertidas. Estas mulheres foram classificadas pelos médicos sanitaristas brasileiros, como mulheres “degeneradas”, difusoras do estereótipo de “putas”, situadas fora do campo da normalidade sexual e social (RAGO, 2014).

O jogo também era considerado um vício social. A repressão e o combate a esta atividade e a perseguição de seus praticantes, é mencionada diversas vezes nos periódicos pelotenses analisados. De acordo com Carvalho (1987, p. 28) “a confiança na sorte, no enriquecimento sem esforço em contraposição ao ganho de vida pelo trabalho honesto parece ter sido incentivada pelo surgimento do novo regime”. Por estes motivos, os jogos de azar tornaram-se populares principalmente entre aqueles que contavam com a sorte. A repressão ao jogo e apostas estava prevista nos artigos 369 a 374 do Código Penal de 1890. Segundo o código, era considerado jogo de azar, aqueles em que o ganho e a perda dependiam exclusivamente da sorte. Entre os jogos proibidos, citados pelo *Diário Popular* estão a roleta, entrada de ferro, sete meio e jaburu (*Diário Popular*, 18/03/1917).

De forma geral, estes foram alguns apontamentos de práticas reprimidas e de sistemas que visavam controlar e disciplinar sujeitos da nação que estava em processo de formação, seguindo os pressupostos do novo regime. Além do trabalho, a educação e o combate ao analfabetismo despontavam como elementos importantes para o processo de civilização e formação da nação.

3.1 A educação como problema social

O Brasil em sua emergente república centralizou suas forças na constituição e na conduta do trabalhador, em especial, a formação de um trabalhador dócil e subalterno, uma vez que nesse período já não contava com a mão de obra escrava. Além do trabalho, havia outra questão social que necessitava de um projeto emergencial, como forma de sanar um dos problemas da nação que estava se constituindo: a educação das camadas mais pobres e, conseqüentemente, a

educação voltada para a formação do futuro trabalhador. Entre os grupos que receberam alguns investimentos, estavam os menores moralmente e materialmente abandonados como as crianças de ruas, os expostos, enjeitados, jovens infratores, delinquentes, enfim, os desvalidos, conforme será posteriormente discutido, tendo como parâmetro a cidade de Pelotas.

No Brasil que estava constituindo sua república, a educação aparece como elemento essencial para uma nação civilizada. Cabe salientar que aqui se fala de um homem civilizado ocidental. Nesse sentido, o conceito de civilização, é a partir da civilização do Ocidente. Tal conceito é amplo, no qual muitos historiadores recorrem aos estudos de Norbert Elias para subsidiar a discussão. Segundo o autor, o termo civilização está relacionado a uma variedade de fatos, podendo ser referidos ao nível de tecnologias, maneiras e costumes, conhecimentos científicos, ideias religiosas, a maneira em que homens e mulheres se relacionam, as formas de punições de determinados sistemas jurídicos, dentre outros (ELIAS, 1994). De forma geral,

[...] este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais (ELIAS, 1994, p. 23).

Conforme exposto pelo autor, a sociedade ocidental se julga superior em vários aspectos, acreditando ser uma sociedade mais civilizada do que outras. Mesmo assim, este termo não é compreendido da mesma forma pelas sociedades ocidentais, como a dos ingleses, franceses e alemães. Há uma variação no emprego da palavra civilização. Para ingleses e franceses, o emprego da palavra remete ao “seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade”, já para os alemães “significa algo de fato útil, mas, apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana” (ELIAS, 1994, p. 24)⁶⁴.

⁶⁴ Esta é apenas uma exposição superficial do conceito de civilização. Norbert Elias aprofunda este conceito, em sua obra *O processo civilizador* (1994), dividida em dois volumes. Para tanto é necessário dedicação, estudo e aprofundamento dos escritos do autor, o que não foi o foco deste

Em relação ao Brasil, este termo foi apropriado pelas elites políticas e intelectuais ao longo do século XIX, não para se referir a uma nação, mas como forma de produção de uma autoimagem. É o que afirma Veiga (2002, p. 101), ao descrever que:

Na tradição intelectual brasileira do século XIX e início do século XX, a representação de um Brasil não se fez com base no conceito de uma nação civilizada que se auto-reconhece como tal, mas constituiu-se pela permanente dúvida em relação às condições de possibilidade de tornarem seus habitantes civilizados.

No Brasil, a preocupação era de tornar seus habitantes civilizados, através do mundo do trabalho e da escolarização, sendo esta última, categoria considerada como atividade social. A escolarização dos pobres corroborou para que o Estado os incluísse como forma de contemplar o processo civilizatório da sociedade brasileira, mas cabe salientar que a escolarização foi dada a partir de uma perspectiva branqueada de cultura, em que:

[...] as referências de civilidade estiveram de acordo com o predomínio dos valores de uma etnia, de uma raça. Mas também a escolarização disseminou uma cultura de classe, ao difundir as regras de ser bem-sucedido na sociedade, por meio da competitividade dos talentos e da meritocracia (VEIGA, 2002, p. 100).

A escola brasileira adotou uma cultura branca e europeia. Aos pobres a educação foi limitada, baseada na formação de um homem útil para a pátria. Além disso, o acesso de todos também foi limitado. Para os pobres o foco estava mais voltado para o ensino de algum ofício, do que para a formação intelectual, conforme muitas vezes era contemplado pelo ensino secundário e superior, no qual o acesso era facilitado para os privilegiados.

No que tange à educação no Rio Grande do Sul, o sistema educacional estava sob o domínio do castilhismo, “doutrina de inspiração positivista que garantiu o caráter relativamente monopolítico do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) nos cerca de 40 anos em que esse partido exerceu o poder no Rio Grande do Sul

trabalho. Mesmo assim, julga-se importante apontar a relevância dos estudos deste sociólogo alemão, para a compreensão do desenvolvimento de uma sociedade considerada “civilizada”.

(1890-1930)”⁶⁵ (TAMBARA, 1995, p. 11). Esta afirmativa é reforçada por Rodriguez (2007, p. 57), ao salientar que:

O castilhismo constituiu a mais agressiva ideologia política que desenvolveu no Rio Grande do Sul e que, pela sua forma aguerrida, terminou polarizando o debate em torno de forma republicana que deveriam adotar as novas instituições emergentes do golpe militar de 15 de novembro de 1889, a qual derrubou o Império. Certamente, na inspiração castilhista, a República passou a ser uma instituição autoritária.

Entre os principais nomes políticos, destacam-se os governadores do PRR Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. Sob influência do capitalismo e de certa forma, do castilhismo, o impasse entre o trabalho manual e trabalho intelectual, atingiu as intenções educacionais propostas pelo Estado. Nesse sentido, Tambara (1995, p. 34) explica que:

A relação entre educação e Estado obedece aos ditames oriundos do tipo de relação social típico de cada sociedade. Em uma sociedade não igualitária, a tendência é de que, majoritariamente, as propostas ideológicas que se elaboram e que são transmitidas representem manifestações alinhadas aos interesses da classe dominante.

Aos bem nascidos, uma instrução proporcionada principalmente pelo setor privado. Aos pobres, uma instrução pública em que a escola desempenhou um papel discreto. Cabe salientar que a educação no estado se caracterizava por ser excludente, sendo proibido o acesso de escravos, pretos livres e libertos à escola pública, um dos motivos para o alto índice de negros analfabetos, principalmente nas regiões das charqueadas. Outro fator que merece atenção, é a colaboração de outros segmentos no setor privado, como ocorreu na zona de imigração (TAMBARA, 1995). Sobre estas constatações e as transformações na organização escolar, o autor acentua que:

A mudança efetivamente ocorreu na área privada, onde as posições positivistas oportunizaram uma transformação qualitativa de sua

⁶⁵ De acordo com Giolo (2009), o Partido Republicano Rio-Grandense foi montado em 1882, por um grupo de advogados, como Júlio de Castilhos (chefe do PRR), Assis Brasil Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, por um grupo de médicos, dentre eles, Barbosa Gonçalves e Ramiro Barcelos, profissionais recém-formados em faculdades do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tratam-se de jovens intelectuais idealistas que estavam sob influências das teses da filosofia de Augusto Comte para fundamentar um projeto de desenvolvimento regional.

organização escolar, representada pela passagem de um sistema assentado sobre a pessoa física, para outro apoiado em uma organização institucionalizada, tipo Igreja, Sínodo ou Maçonaria (TAMBARA, 1995, p. 266).

Além da Igreja Católica, é válido destacar a importância da Maçonaria, “instituição filosófica e filantrópica que se auto-define como de natureza discreta e privada” (AMARAL, 2005, p. 28). Para Tambara (1995, p. 357), esta era “a única instituição capaz de rivalizar com a Igreja Católica e com as forças armadas, em termos de participação nos acontecimentos históricos no Brasil”. Um dos motivos para que isto ocorresse, foi que “a Instituição Maçônica utilizou-se de muitos aspectos da teoria Positivista para fundamentar as influências ideológicas próprias de sua esfera de interesse”, dentre elas “a separação entre a Igreja e o Estado, de liberdade espiritual, de valorização da tradição, da família, do dever, da hierarquia social” (AMARAL, 2005, p. 59). No que se refere ao campo educacional, a autora destaca que:

[...] os positivistas e maçons contestavam a prática pedagógica jesuítica, considerada por eles excessivamente humanística, bacharelesca, desvinculada da realidade. Propunham o desenvolvimento de um sistema de ensino baseado no método experimental, de caráter mais técnico, onde houvesse o privilégio da prática sobre a teoria (AMARAL, 2005, p. 62).

De certa forma, algumas das ideias educacionais sustentadas por maçons e positivistas, colaboraram para o fortalecimento e expansão do ensino técnico e profissionalizante no Brasil, voltado aos grupos menos abastados. Valle (2017), afirma que no Rio Grande do Sul, o recrutamento de jovens para as instituições de ofícios, foi realizado através de ações violentas. Segundo a autora:

O recrutamento para um conjunto de instituições, voltadas para a assistência e profissionalização da infância e da adolescência, era realizado pela força policial. Sob o prisma político, esse tipo de ação deixa explícito que o governo tinha um projeto, uma intencionalidade, subjacente de modernizar a sociedade, que carecia de um contingente de profissionais qualificados, maior do que era o número de interessados no ingresso nessas instituições. No entanto, o discurso dos membros do Partido Republicano Rio-Grandense, apoiado nas ideias positivistas, sempre argumentou que o ensino de ofícios e a forma como era realizado, tinha como objetivo civilizar e proporcionar um trabalho para uma parcela pouco privilegiada da sociedade (VALLE, 2017, p. 98).

No que se refere à forma de recrutamento dos menores, a afirmação da autora pode ser sustentada também pelos estudos de Loner (2001), que enfatiza

que a coibição policial era algo constante, principalmente vivenciada pela comunidade negra. Sobre a situação deste grupo, é importante fazer alguns apontamentos. Nesse sentido, o presidente da Província do Rio Grande do Sul, o político pelotense Joaquim Jacintho de Mendonça (27/10/1887-27/01/1888), demonstrou sua preocupação com o futuro dos libertos, romantizando o processo de escravidão. Para o presidente da província, os libertos provavelmente acompanhariam seus senhores, denominados pelo político como “benfeitores”, pois segundo ele, no estado “a escravidão foi sempre uma instituição familiar, participando o escravo de todas as vantagens dos senhores, aos quaes devem estar hoje presos pelos laços da gratidão” (Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1888, p. 71). Além dos adultos, era necessário dar um atendimento especial para as crianças, as quais ele se refere como “ingênuos”⁶⁶. De acordo com o presidente, era preciso fundar colônias orfanológicas, asilos e escolas de ofícios para o acolhimento destes indivíduos, mas até a fundação das instituições, seria mais conveniente que permanecessem nas casas onde nasceram, sob a tutela de seus antigos proprietários como forma de combater o abandono, a ociosidade e a prática de todos os vícios.

É necessário frisar que no final do regime monárquico o Rio Grande do Sul já possuía diversas instituições para abrigar os menores, conforme aponta Pesavento (1989, p. 60):

Colônias agrícolas, asilos e ensino formal e profissional foram as medidas práticas apontadas nos últimos anos da Monarquia e que acompanharam a adoção de posturas municipais de regulamentação do trabalho, a aplicação de medidas coercitivas por parte dos órgãos policiais e a difusão de uma nova ética burguesa de condenação do ócio e de valorização do trabalho.

Algumas destas instituições são citadas no decorrer deste estudo. Talvez a preocupação do governo gaúcho esteja no número insuficiente de instituições para abrigar um contingente de menores abandonados no período pós-abolição. Além disso, como primeira impressão, o texto apresentado no relatório de 1888, demonstra uma preocupação com o futuro e bem-estar dos negros escravizados,

⁶⁶ Ingênuos era o termo utilizado para reportar-se aos filhos e filhas de mulheres escravizadas, que nasceram livres a partir da Lei do Ventre Livre de 1871. De acordo com Silva *et al.* (2017, p. 42) “as crianças ingênuas eram obrigadas a permanecer na companhia de suas mães até vingarem, ou seja, completarem oito anos de idade. Depois disso, em retribuição aos ‘cuidados’ dispensados, o senhor poderia entregá-las ao governo em troca de uma indenização pecuniária de 600 mil réis, ou então explorar seu trabalho até os 21 anos de idade”.

mas em uma análise mais crítica, é possível perceber que a preocupação do governo estava focada na ausência de legislação própria para o combate, punição e falta de ocupação “honesta” daqueles que sofreram o pior processo exploratório da força de trabalho e genocida da história da humanidade.

Para a polícia foi desempenhado o papel de vigiar e reprimir este grupo, pois segundo o presidente da província, o sujeito vagabundo é instrumento preparado para todos os crimes. No que tange os menores abandonados, aqueles “que forem encontrados em abandono, deverão as autoridades agarrá-los e remetê-los para esta capital com destino à escola de aprendizes marinheiros onde vão encontrar abrigo, instrução e trabalho” (Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1888, p. 71).

Por este motivo, em Pelotas, muitas mães acabavam encaminhando seus filhos para escolas ou empregos, temendo que eles fossem recolhidos pela polícia e enviados para a Escola de Aprendizes Marinheiros, na cidade de Rio Grande. Destaca-se que esta instituição apresentava mais o caráter correccional do que educacional (LONER, 2001). Venâncio (2016, p. 199,) ao pesquisar sobre os aprendizes de guerra, menciona que o recrutamento dos menores em instituições instituídas a partir de 1840, concentrava-se em três grupos: “os enfeitados nas casas de expostos, os enviados pela polícia e os ‘voluntários’”. Salieta-se que entre os voluntários, estavam aqueles enviados pelos pais e tutores, cuja situação de pobreza fazia com que estas instituições representassem uma forma de ascensão social, uma vez que as entidades que eram públicas, além de oferecer moradia, também mantinham oficinas para o ensinamento de algum ofício.

Passado o período monárquico e o da Primeira República, na Era Vargas, junto às mudanças educacionais voltadas aos menos favorecidos, surgiu uma nova forma de recrutamento, principalmente nas escolas industriais, através da lei orgânica do ensino industrial, em 1942, que reformulou o ensino nesta área, deslocando-o para o grau médio e atribuindo o conteúdo geral para o ensino primário, é o que afirma Cunha (2000). De acordo com o autor:

O deslocamento do ensino profissional para o grau médio teve a função principal de permitir que a própria escola primária selecionasse os alunos portadores de *ethos pedagógico* mais compatível com o prosseguimento dos estudos. *As escolas de aprendizes artífices recrutavam os alunos provavelmente menos preparados e dispostos a prosseguir a escolarização, devido à sua origem social/cultural.* Depois dessa medida, mesmo que o

ensino industrial recrutasse os piores dentre os concluintes do ensino primário urbano, seu potencial de aprendizagem seria, muito provavelmente, superior ao dos “desvalidos” da situação anterior. Isso só foi possível, no entanto, após o crescimento da rede de escolas primárias mantidas, principalmente, pelos estados e municípios. Ao contrário das modalidades de recrutamento das escolas de aprendizes artífices, de forte conteúdo ideológico ligado ao assistencialismo, as novas escolas industriais previam a realização de “exames vestibulares” e de testes de aptidão física e mental. A pobreza deixava de ser, então, critério suficiente para o aprendizado de um ofício, embora não perdesse seu caráter implicitamente necessário. A aptidão para o ofício, incluindo aí as atitudes consideradas adequadas para o desempenho de uma atividade industrial qualquer, passava a ser um fato prioritário na admissão (CUNHA, 2000, p. 100, grifo nosso).

Diante de tais afirmações, cabe também questionar para além do processo de civilização da sociedade durante a Primeira República. Crianças e jovens em instituições de ofícios, além de estarem em processo de profissionalização para futuras ocupações de interesse da sociedade elitizada, também sanavam algumas questões sociais, como a delinquência juvenil. Para tanto, foi necessário uma junção entre as forças políticas, ideológicas, policiais, religiosas e de outros segmentos da sociedade interessados na educação dos desvalidos e no futuro destes sujeitos, que eram vistos como potenciais indivíduos que apresentavam perigo à sociedade, à ordem e ao progresso do país. Solucionar o problema de abandono moral da sociedade, do analfabetismo e preparar os excluídos sociais para constituírem mão de obra mais qualificada, eram algumas das estratégias do governo.

Já no período posterior, durante a Era Vargas, a formação profissional para uma nova força de trabalho ligada a produção, foi essencial para o acompanhamento do processo industrial e para a implementação das novas tecnologias. A legislação vigente diferenciava as escolas de aprendizagens, destinadas aos menores, das escolas industriais, voltadas para a formação continuada de menores que já estavam empregados (CUNHA, 2000).

A questão do trabalho e da educação para a infância desvalida, serão retomadas no último capítulo. A seguir, visando abordar aspectos da história local, o objetivo é contextualizar alguns aspectos sociais e educacionais da cidade de Pelotas.

3.2 Da “Princesa do Sul” à “Princesa Maltrapilha”

“Princesa do Sul” é o cognome empregado para referir-se a cidade de Pelotas. Tal denominação é utilizada desde o século XIX⁶⁷. Magalhães (1993) destaca que o auge de seu desenvolvimento foi entre 1860 e 1890, por conta de sua situação econômica, urbana e do elevado número de habitantes, praticamente o mesmo número populacional da capital Porto Alegre. O autor complementa afirmando que:

Nesse período já chamava atenção da Província para a Província, identificada que estava, de um modo especial, com as artes e com as letras, numa espécie de desdobramento do seu apogeu econômico-urbano. Mas não menos famosa pelos seus barões, as suas damas, os seus doces, as suas festas, os seus sobrados, os seus monumentos públicos, as suas lojas.

Nesse sentido, Pelotas se destacava pelo seu desenvolvimento econômico e urbano. A questão econômica estava diretamente relacionada à indústria do charque, que contava com a mão de obra escrava. Os charqueadores também corroboraram para impulsionar o desenvolvimento da urbe. No período entressafra, passavam a residir em edificações localizadas no perímetro urbano. Tratavam-se de belos sobrados neo-renascentista, estilo consolidado entre 1861 a 1879, misturado a detalhes do barroco e adaptados de acordo com o local. Como exemplo de inspiração da arquitetura neo-renascentista, cita-se a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, o Hospital da Beneficência Portuguesa, a Prefeitura de Pelotas e a Bibliotheca Pública Pelotense (Magalhães, 1993). Outros exemplos que reforçam a afirmação sobre o desenvolvimento urbano, são os três chafarizes importados da França no ano de 1873 e a caixa d’água, também importada, com construção concluída em 1875, localizada na Praça Piratinino de Almeida, em frente à Santa Casa.

⁶⁷ A origem do cognome é imprecisa. Nos estudos de Loner, Gill e Magalhães (2017) é apontado que o possível autor de tal expressão foi um estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, ao publicar um poema intitulado *Pelotas*, na *Revista da Associação Tributo às Letras* em junho de 1863, porém, os autores concluíram que a expressão Princesa do Sul já estaria consagrada no ano mencionado. PRINCESA DO SUL. In: DICIONÁRIO de História de Pelotas. Pelotas: Editora da UFPel [FAU – Fundação de Apoio Universitário]. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf>.

Tendo por base a indústria do charque e as construções de verdadeiros palacetes no centro da cidade, cabe considerar a presença do negro em Pelotas, que através do trabalho escravo, foi essencial para o desenvolvimento da província. “Toda aquela riqueza, aquela qualidade de vida e aquela ostentação apoiavam-se, na realidade, sobre a sua força-trabalho, e a sua presença teria de ser forçadamente numerosa, mesmo no meio urbano” (MAGALHÃES, 1993, p. 106). Ressalta-se que a opulência, o refinamento e o desenvolvimento da “Princesa do Sul”, que a tornava um verdadeiro “polo cultural”, era para poucos. Era uma das piores cidades para o trabalho escravo nas insalubres charqueadas.

Enquanto a elite pelotense viajava para o velho continente, tinham acesso à instrução, às produções impressas, à literatura, à música e outras formas de expressões culturais manifestadas em clubes e teatros, parte dos negros escravizados viviam nas charqueadas, propriedades marcadas por um ambiente hostil, insalubre, com péssimas condições de higiene, exigindo dos escravizados longa jornada de trabalho entre o sangue e o sal (SILVA *et al.*, 2017).

Na década de 1890, as atividades econômicas que aos poucos foram substituindo a indústria do charque, não tiveram o mesmo impacto e a mesma intensidade econômica, para sustentar os padrões de prosperidade e riqueza da “Princesa do Sul”. Porém, Pelotas continuava se diferenciando de outras cidades do estado, tendo sua *Belle Époque* entre os anos de 1890 e 1927 (MAGALHÃES, 1993, MARRONI, 2008).

O progresso e a “civilidade” durante este período foi amplamente divulgado pela imprensa, reforçando o discurso de modernidade e transformações do modo de vida dos pelotenses. Tendo sua origem na França, influenciada pelos ideais da Revolução Francesa e Revolução Industrial, a *Belle Époque* foi caracterizada por mudanças sociais, políticas e culturais no final do século XIX (MARRONI, 2008).

De fato, a mídia impressa ocupou-se em divulgar o desenvolvimento urbano e intelectual da cidade, seja através dos *Relatórios Intendenciais*, do *Almanach de Pelotas*, da revista *Ilustração Pelotense* (1919-1926), voltada aos interesses da elite local ou dos jornais periódicos. O jornal *Diário Popular* durante as primeiras décadas do século XX reforçava esta ideia através de publicações sobre o aumento das linhas de bondes elétricos, iluminação pública, rede de esgotos, pavimentação urbana, instituições educacionais, dentre outros. O jornal também expôs relatos de

viajantes que consideram Pelotas a segunda cidade do estado mais desenvolvida em termos econômicos.

Estas publicações e fotografias via imprensa, culminaram no álbum sobre a urbe, “publicado em volume único no ano de 1922, nasceu a partir do desejo de exibir a beleza e o progresso pelotense na exposição comemorativa referente ao centenário da Independência do Brasil (1822-1922)” (GONÇALVES, 2017, p. 37). A autora ao descrever o *Álbum de Pelotas*, editado por Clodomiro C. Carricone complementa que:

Ao longo de 252 páginas, o editor perpassa a história da cidade de Pelotas, os seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, dividindo a obra em artigos referentes à urbe, apontamentos sobre instituições – públicas e privadas – poesias, notícias, fotografias, propagandas comerciais, entre outros (GONÇALVES, 2017, p. 40).

Além dos aspectos mencionados, cabe considerar também o desenvolvimento educacional na cidade. Nas duas primeiras décadas do século XX, Pelotas contava com duas importantes instituições de ensino secundário, o Ginásio Gonzaga, criado em 1894 por padres jesuítas e o Ginásio Pelotense, fundado em 1902 por iniciativa da Maçonaria. Destacam-se também os Colégios Elementares Félix da Cunha e Cassiano do Nascimento, ambos criados em 1913 pelo poder público estadual, além de outras instituições como Colégio São José (1910), Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel (1883), escolas primárias, públicas e particulares.

O poder público municipal, principalmente na década de 1920, frisou em seus relatórios, a importância do investimento e incentivo à educação pública. A afirmação pode ser constatada através do trecho do relatório da intendência, apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1923, pelo intendente Dr. Pedro Luís Osório. De acordo com o texto referente à instrução:

A instrução é, certamente, um dos nossos grandes problemas; impossível é organizar uma pátria forte e consciente de seu destino sem antes de mais nada educar-lhe o povo, dando-lhe com a alfabetização, o recurso suficiente para que do seu espírito, já iluminado, venha a contribuição eficiente, a dedicação e o interesse pelas causas públicas. Para tanto, mister é que convirjam esforços de todos os que, investidos ou não de poder público, devem reunir o seu concurso para debellação deste mal social – o analfabetismo. Os processos pedagógicos modernos nos orientam solidamente o rumo a tomar. A Escola é um factor importantíssimo para a mobilização de energias novas. Nella se trabalha pela criação,

tendo-se em vista a garantia de futuro da raça. Pois são requisitos indispensáveis para a escola moderna: prédios absolutamente sanitários e exames periódicos pelas autoridades. Tem-se assim, a inspeção médica e escolar (*Diário Popular*, 25/10/1923).

O texto possibilita diversas interpretações. Pedro Luís Osório além de apontar a instrução pública como fundamental para o desenvolvimento da criança, assegurando o futuro da raça, a formação de um “homem de bem”, com hábito do trabalho, útil para a pátria, também funciona como uma propaganda sobre suas ações em prol da educação. Para tanto, ele apela para a comoção social e política, destacando o analfabetismo como um problema para o país. Mesmo assim, apesar de reconhecer este mal social, o intendente não se exima de suas funções, ao justificar suas obras e ações que atendem os requisitos obrigatórios para uma escola moderna, como as condições favoráveis sanitárias, os exames periódicos e as inspeções médicas e escolares.

Além da instrução pública, cabe assinalar a presença da Igreja Católica na área educacional, ao fundar e administrar instituições escolares, junto às congregações católicas. Isso é possível perceber no excerto do *Primeiro Lustro da Diocese de Pelotas*, publicado durante o bispado de Francisco de Campos Barreto. De acordo com o *Primeiro Lustro* (1917, p. 143):

Não se activou na diocese, sómente a edificação de egrejas para a prégação do evangelho, pensou-se tambem na construcção de collegios para o ensino das sciencias, o que, de certo modo, veiu demonstrar a prosperidade do ensino catholico e a procura da educação religiosa entre nós.

Entre colégios e casas de caridades de Pelotas, com a intervenção da diocese e das congregações católicas, o *Primeiro Lustro* (1917) aponta as seguintes instituições: Ginásio Gonzaga, Colégio Sagrado Coração, Colégio São José, Colégio São Francisco, Colégio Santa Philomena, Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição, Asilo de Mendigos, Santa Casa e Asilo São Benedito. O ensino católico foi expandido na década de 1920, através do bispado de Dom Joaquim, ao fundar outras instituições educativas, como o asilo para meninos.

A partir da década de 1930, seguindo os passos da crise do capitalismo mundial, a cidade começa a enfrentar graves problemas econômicos, não dando continuidade ao progresso da segunda metade do século XIX e início do século XX. Mesmo assim, cabe assinalar que, antes desse período, a cidade já tinha diversos

problemas que não eram retratados de forma explícita pelos impressos. Este fato é apontado por Amaral, quando relata algumas situações da década de 1920, da seguinte forma:

[...] nesse período já se pode constatar alguns problemas urbanos, como a falta de infra-estrutura capaz de atender o grande contingente populacional que se dirigia para a cidade em função do êxodo rural na região sul do estado, e da própria falta de perspectivas econômicas dos municípios vizinhos (AMARAL, 2003, p. 59).

É importante salientar também a grave situação que a comunidade negra enfrentava em Pelotas, como a falta de empregos, habitações precárias, além dos estigmas advindos do período escravagista. Rodolpho Xavier, em quatro edições do *A Alvorada* (dezembro de 1912 a janeiro de 1913), já apontava sobre a escassez de casas de alugueis para operários. O articulista dirigiu duras críticas para o governo e para a iniciativa privada, afirmando que enquanto as indústrias progrediam no Rio Grande do Sul, faltavam vilas operárias para melhor acomodar os trabalhadores.

O jornal *Diário Popular*, como forma de colaborar com os mais necessitados, publicava em suas páginas uma nota intitulada *Pelos que sofrem*, pedindo doações para famílias necessitadas, em especial senhoras viúvas, enfermas e com filhos. O texto geralmente era apelativo, invocando a bondade e o espírito caritativo do pelotense, o que é possível perceber no seguinte trecho:

Para despertar a piedade dos que lerem estas linhas, é inútil aludir as provocações e amarguras que vão por esse lar desherdado, onde há dor, lágrimas e misérias. As pessoas caridosas que desejam suavisar tantas angustias podem enviar suas esmolas para ali ou remetterem-nas chegar a seu destino (*Diario Popular*, 06/07/1911, p. 1).

Conforme mencionado, se tratavam de pequenas notas, em meio aos textos noticiosos. Nas edições seguintes, o jornal buscava reproduzir o texto, acrescentando as doações adquiridas e os nomes dos beneméritos. Em alguns casos, o valor era citado, sendo mencionado apenas que a doação foi feita de forma anônima. Ainda na década de 1910, tanto o *Diário Popular*, quanto *A Alvorada*, solicitavam urgentemente um albergue noturno no município, para amenizar o sofrimento daqueles que não tinham um lar, aumentado durante o inverno frio, úmido e rigoroso, característico da cidade.

Algumas das situações enfrentadas pelos grupos menos abastados serão aprofundadas na próxima seção. No momento, é importante destacar que a representação e o imaginário social da Pelotas moderna, desenvolvida e progressista, propagada pelo discurso das mídias impressas locais, foram modificados no final da década de 1920, devido aos tempos difíceis que a urbe enfrentava, conforme discutido na tese de Amaral (2003, 59-60). Segundo a autora:

[...] a decadência econômica de Pelotas é reforçada pela crise da economia mundial desencadeada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, que ocasionou muitas mudanças no contexto econômico nacional e, em nível regional, causou, entre outros estragos, o fechamento do Banco Pelotense. Esse banco, criado em 1906, a partir da iniciativa e investimentos de alguns “ilustres pelotenses”, tinha agências, inclusive, em outros estados do Brasil. O baque na economia da região provocado pela quebra, em 1931, do poderoso Banco Pelotense, foi acrescido, também, de um certo desinteresse do governo estadual em investir na região sul do estado, dando prioridade a outras regiões. Dessa forma, consolida-se definitivamente a hegemonia econômica de Porto Alegre no Estado.

O fechamento deste importante banco e a falta de investimentos por parte do governo estadual fortaleceu a crise econômica na cidade, agravando ainda mais a situação dos grupos menos abastados. Os jornais passaram a retratar as dificuldades do poder público municipal, que não dava mais conta de resolver os problemas urbanos, como a infraestrutura, a questão sanitária, a pavimentação e as moradias precárias situadas na área central e periférica. Isso é possível verificar através do texto intitulado *As “villas” de Pelotas*:

Todos já conhecem o que são essas famosas villas proletárias, que só têm de bonito o nome, mas que, na realidade, constituem zonas de indiscrepível miséria. Creadas apenas pelo interesse comercial, sem nenhuma finalidade social infringindo todas as regras do bom gosto e da hygiene essas “villas” eram procuradas naturalmente, pelas classes pobres tangidas pelas necessidades materiais. Que as “villas” são uteis, necessárias mesmo, ninguém poderá contestar, mas também ninguém poderá dizer que o que se fez constituiu obra digna de amparo. Vitor Russomano (*Diario Popular*, 25/12/1929, p. 1).

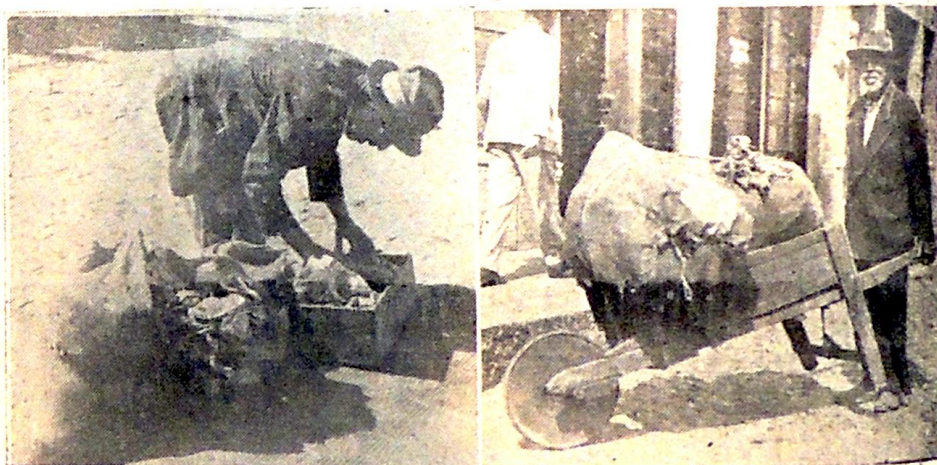
Russomano enfatiza ainda o quanto essas construções poderão desfavorecer a paisagem urbana, além de serem habitações propícias para a proliferação de moléstias. O texto não só critica as vilas localizadas no perímetro urbano, mas também condena esse tipo de moradia, ocupada pelos mais pobres. O mesmo ocorre com os cortiços, tanto antes quanto depois da década de 1920.

O discurso romantizado referente à Pelotas foi se modificando. A famosa e poderosa “Princesa do Sul” passou a ser representada como a “Princesa Maltrapilha”, conforme o texto a seguir, intitulado *A “urbs”: Princesa do Sul? Não Mais... Princesa Maltrapilha:*

Era uma vez a Princesa do Sul... “Hoje, não passa de uma princesa maltrapilha”, com os rasgões todos á mostra. Eis que ponto te deixaram, Pelotas, os que te administram! Ontem era o paraizo do trabalho... hoje és o reino da “inércia”. Fecham-se as fabricas e abrem-se casas de tavolagens... negociatas escandalosas se realisam. Olha pelotense, as ruas da tua cidade meninos jovens e velhos esmolando, matilhas de cães pulam pelas principais artérias, a “sugeira” infesta a “Urbs” num constante desafio á higiene. Será o começo do fim?... (*Diario Popular*, 07/07/1936, p. 3).

Os jornais da cidade, mais precisamente o *Diário Popular*, talvez pela própria reconfiguração das forças políticas as quais se engajava, passou a expor de forma explícita os problemas da urbe, como a questão dos menores desvalidos. Outro exemplo é a cobertura da enchente de 1941, que além de acompanhar os transtornos provocados pelas cheias, também enfatizou os diversos problemas de infraestrutura da cidade. A figura 3, é um exemplo de imagem e reportagem alusivas aos problemas da cidade.

FLAGRANTES URBANOS



Cenas de rua... episódios da vida quotidiana, sem a menor significação aparente... quadros sem relevo, que se esfumam no torvelinho trepidante das ruas, que morrem na trivialidade das coisas sempre vistas... Entretanto, quantas dessas cenas que passam sob os olhos indiferentes das multidões, nos grandes centros urbanos, na sua simplicidade, no seu anônimo, não assinalam uma imensa tragédia, uma profunda lição de psicologia e muitas vezes uma etapa de progresso, embora de maneira singularmente paradoxal.

Enquadra-se nessa última hipótese o trapeiro, esse personagem romanesco, quasi lendário, companheiro inseparável da miséria e da grandeza, que só encontra ambiente, onde o progresso tornou mais acentuadas, mais duras as dificuldades da vida.

Esse homem que vemos indiferentemente, na sua faina diária de juntar papéis servidos pelas ruas, esse homem, embora aparentemente seja apenas um símbolo da miséria e antes de mais nada, uma nota marcante da evolução, um sintoma irrefutável do adiantamento do meio, uma chocante demonstração paradoxal da grandeza que o cerca.

E' ele uma consequência do progresso, um marginal que vive das sobras, que prevê a subsistência de sua família aproveitando aquilo que os outros julgaram sem valor algum, mas que, por isso mesmo, só pode dar expansão às suas atividades, onde há sobras, consequentemente, onde há fartura, onde há grandeza, onde a necessidade não domina de modo geral o meio.

Se quisermos ter de imediato uma confirmação prática dessa assertiva, volvamos os olhos para as grandes metrópoles da velha Europa, principalmente para aquelas que foram ocupadas pelos bárbaros germanos. Lá existiam os trapeiros. Eles constituíam mesmo um dos traços mais característicos da vida urbana. Agora... agora eles desapareceram... E' que lá ninguém mais joga papéis servidos à rua, os nos depósitos de lixo... porque todos sentem as mesmas humildes ambições dos trapeiros...

Foi pensando em tudo isso, que Barros voltou a objetiva de sua camera fotográfica para esses anônimos lutadores, surpreendendo-os em plena atividade.

Pelotas já tem trapeiros... Desejamos ardentemente que eles jamais desapareçam das nossas ruas...

Figura 3 – Flagrantes urbanos: cenas de rua

Fonte: CEDOV, Diário Popular, 24 dez. 1944, p. 10.

A imagem e texto (figura 3) referem-se a um trapeiro, trabalhador responsável pelo recolhimento de papéis e objetos descartados pela população. Hoje, estes trabalhadores são denominados como catadores de resíduos sólidos. Percebe-se que a imagem é de um homem negro, exercendo sua atividade pelas ruas da cidade. Para o jornal, a atividade era um bem necessário, resultado do progresso urbano e econômico, principalmente pelo fato de os trapeiros viverem de sobras, de coisas descartadas e, reitera que se há sobra, se há descarte, há fartura. Embora o texto tenha apontado a miséria em que vive os trapeiros e as dificuldades para sustento e manutenção da vida individual e em família, o artigo clama pela permanência desta atividade, visando a limpeza da cidade, sem discutir as questões sociais e econômicas que atingem os pobres, fazendo com que recorram a

atividades braçais e subalternas, atendendo às necessidades dos grupos mais abastados. Essa forma de representação, que atinge o imaginário social, é o assunto da próxima seção, uma vez que se trata de uma análise das questões sociais, a partir do discurso da imprensa.

3.2.1 A representação e o imaginário sobre a questão social a partir do discurso propagado pela imprensa local

Conforme exposto na seção anterior, Pelotas no século XIX e início do século XX possuía uma elite potente, sendo considerada uma cidade moderna e avançada em termos econômicos, arquitetônicos, educacionais e culturais. Porém, cabe salientar que poucos usufruíam dessas benesses. Isso foi possível perceber através dos periódicos locais, em especial o periódico político-partidário *Diário Popular*, que pelo menos até o final da década de 1920, pouco tencionou as questões sociais como forma de promover o bem-estar da população. Esse, assim como demais periódicos locais, buscavam direcionar o imaginário social pelotense representando a população pobre mais como um mal social, do que focalizar nas condições que colaboraram para que elas estivessem naquela situação.

Destacavam aspectos caritativos e filantrópicos, ora crítico a ponto de julgar e de condenar os grupos atingidos pela miséria e pelo descaso dos poderes públicos municipais. Assim se caracterizam as questões sociais divulgadas e propagadas pela imprensa local. Para esta análise, de um lado está o jornal autodenominado Órgão do Partido Republicano que, a partir da década de 1930, se dedicará a pautas “interesses gerais da população”, de outro, a “voz do negro”, aquele que busca realçar os feitos e situação dos grupos subalternos, socialmente invisibilizados, defensor da classe operária.

Dado a estas características, é necessário refletir sobre os textos, os enunciados e seus autores. O que escreveram? Para quem escreveram? Por que escreveram? Tais perguntas parecem atender as respostas óbvias, mas é necessário analisar estas questões nas suas singularidades. Primeiro, é distinguir os artigos dos impressos elaborados por autores que se apresentam e se revelam, daqueles que ficam no anonimato.

No semanário *A Alvorada*, os textos que tratam de assuntos gerais, críticos, direcionados para o público alvo do jornal, geralmente apresentam a autoria de

Rodolpho Xavier. Percebe-se que as edições sem os artigos do articulista, perdem muito no tratamento de assuntos gerais, tendo estes espaços preenchidos com textos literários. Como se tem conhecimento de parte da biografia do autor, de suas lutas e ideais muitas vezes manifestadas por meio da imprensa, a interpretação e mensagem transmitida por sua escrita é facilitada por saber quem a escreve.

No jornal *Diário Popular*, as intenções de alguns autores foram sendo traçadas conforme as publicações de seus artigos. É o caso da coluna *Meu Jornal* escrita por Paulo. Assim como neste trabalho, na tese produzida por Ana da Rosa Bandeira (2018), ela menciona o articulista apenas como Paulo, sem saber maiores informações sobre o autor. Seus artigos eram marcados por defenderem políticos republicanos, assuntos de interesses gerais da cidade, como a questão do ensino, da mendicância, dos menores e do estado laico. No geral, o jornal não apresentava a autoria dos textos publicados.

Entende-se que a produção do discurso propagado pela imprensa, também está relacionado aos jogos de poder. Tendo nos jornais o maior veículo de informação da época, é necessário refletir sobre o discurso que ele produz e prolifera. É o que pode ser observado nas palavras de Foucault (1996, p. 8-9) ao supor que:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Os discursos presentes nos jornais analisados são influenciados e tencionados de acordo com os ideais ao qual estão vinculados, neste caso, a comunidade negra e operária e o Partido Republicano Rio-Grandense, partido do governo estadual e municipal. O discurso também pode estar diretamente ligado ao procedimento de exclusão, tendo como forma mais familiar a interdição, pois “sabe-se bem que não se tem direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito exclusivo do sujeito que fala” (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Sobre o que publicar, está relacionado a quem publica. Para tanto é válido reforçar que muitos jornais se caracterizavam por serem jornais político-partidários, o

que garantia a manutenção e circulação desses periódicos. Nesse sentido, Foucault (1996, p. 10) complementa ao afirmar que “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder”, portanto ser porta-voz, órgão oficial do governo vigente, ter sua simpatia, produzir um discurso compatível com as suas ideias, além de garantir a circulação e estabilidade do periódico, garante ao governo que os seus ideais e ações sejam propagadas, atingindo parte da sociedade que estava vivendo no regime instalado no final do século XIX. O texto do impresso não tem apenas a função de divulgar tudo que tem sido feito para atingir os objetivos, uma vez que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Compreende-se que o discurso propagado via imprensa, bem como as imagens, não tratam de um regime de verdade ou o espelho do real, e sim da representação daquilo que se pretende divulgar, tornando de conhecimento da sociedade, isso ao considerar que a “mídia produz amplos efeitos na sociedade, relacionados a um determinado tipo de poder que se exerce no processo de administração da visibilidade pública midiático-imagética” (ITUASSU, 2016, p. 11). Nesse sentido, o jornal, aqui tratado como documento de pesquisa, também é considerado um sistema de representação, que através do texto escrito, “produz os objetos do nosso conhecimento, governa a forma com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como ideias são postas em prática e usadas para regular a conduta dos outros” (HALL, 2016, p. 80).

Tendo como premissa a ordem e o progresso almejado pelos republicanos, os textos dos impressos davam sentido àquilo que se desejava, principalmente pela forma como era representado. Os articulistas ao descreverem determinado acontecimento, ou discutirem sobre os vícios, as chagas sociais, utilizavam palavras, narravam os eventos, “criavam” imagens, associavam as emoções, embutiam valores, para dar sentido ao que era cobijado. Em outras palavras, era uma tentativa de propagandear e fortalecer o discurso de que a ordem e o progresso só seriam atingidos com a eliminação de alguns problemas sociais. Dar sentido é também uma força de regular e organizar práticas e condutas da sociedade, pois o sentido auxilia “no estabelecimento de normas e convenções segundo as quais a vida em sociedade é ordenada e administrada” (HALL, 2016, p. 22).

O discurso via imprensa, que também faz parte de um sistema de representação, exerce uma força expressiva no imaginário social. Segundo Baczko (1985, p. 311), trata-se de “sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações”. Os agentes sociais do período analisado, permeados pelo imaginário social, aspiravam por uma sociedade ideal e civilizada, ao regular, reprimir e impor desejos e valores durante o processo de manutenção da população. Esta manutenção era operada através de “um sistema de orientações expressivas e afectivas que correspondem a outros tantos estereótipos oferecidos aos agentes sociais” (BACZKO, 1985, p. 311). Dessa forma, se traçou o perfil de um homem honesto, trabalhador, útil, de uma infância saudável e higiênica, de uma mulher boa mãe, boa dona de casa e submissa ao marido, entre tantos outros estereótipos utilizados como referência para a formação de homens, mulheres e crianças. Sendo assim,

A potencia unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo a acção, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma acção comum (BACZKO, 1985, p. 311).

A questão social, na cidade de Pelotas, foi analisada a partir do discurso, representação e a força que estes elementos exerceram no imaginário social pelotense. Cabe salientar que esta população era marcada por alguns estigmas, em especial os negros. Goffmam (1988, p. 7), ao tratar sobre os estigmas, os divide em três diferentes grupos:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de carácter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo⁶⁸,

⁶⁸ Atualmente a palavra homossexualismo foi substituída por homossexualidade, uma vez que a primeira apresenta o sufixo “ismo”, usado para indicar patologias, reforçando a ideia errônea de que os homossexuais são pessoas portadoras de distúrbios de natureza psíquica.

desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família.

Dentro das camadas menos abastadas, estavam sujeitos estigmatizados, vivendo em meio a uma sociedade pelotense elitizada em termos econômicos, intelectuais e culturais. Eram negros e descendentes de pessoas escravizadas, “gatunos”, bêbados, desempregados, prostitutas, pessoas em situação de rua, delinquentes, analfabetos, entre outros casos que acabavam de alguma forma os excluindo do perfil de “sujeito civilizado”.

Um dos maiores grupos estigmatizados, abordados pelos jornais, eram os mendigos. Ao mesmo tempo em que os textos jornalísticos tratavam os mendigos como sujeitos indigentes, desafortunados, também os vinculavam aos vícios da vadiagem, verdadeiros esmoladores insolentes. A forma em que estes sujeitos eram representados pode ser constatada através da coluna *Meu Jornal*, com o artigo intitulado *Os pedintes*:

As ruas voltam a ser infestadas pelos pedintes importunos, uns verdadeiramente necessitados, outros exploradores desfarçados. Não será daqueles, para os quaes entretanto ahi estão os asylos e hospitaes para abrigál-os da miséria, que uma vez mais nos preocuparemos. Pouco numerosos até, ao contrario de outras cidades, são esmoladores em Pelotas. Mas, á sombra destes, fingindo-se cegos e aleijados, despejando-nos lamurientas historias de imaginarias e dolorosas privações quanto intrujões não nos assediam nos passeios e não nos batem á porta, insistentes e teimosos, a assaltar-nos os nickeis e a molestar-nos a paciência. As senhoras, geralmente incautas e tão accessíveis á commiserção e á piedade, são de preferêncía victimas desses especuladores que, quando encontram resistêncía, ainda se tornam insolentes [...] E´ contra estes, que de quando em quando rareiam, graças a vigilância e repressão das autoridades, que pedimos correctivo. Se, de facto, são miseráveis que valham-se dos estabelecimentos ahi mantidos pelo publico para soccorrel-os se, porem, são malandros e espertalhões, que sejam coagidos a procurar occupação e reprimidos na deshonestá pratica. Quem está lidando em sua casa ou anda á vida pelos ruas, não deve achar-se exposto a ser importunado a todo instante e a cada passo por quanto intrelão e vadio que fez voto de vive á custa da bolsa alheia [...] Agora em parte, somos nós mesmos os culpados, pois si, systematicamente não dessemos esmolás senão aos estabelecimentos pios, cerrando os ouvidos aos legítimos e aos impostores mendigos aquelles buscariam os asylos e estes procurariam outro meio de vida. Paulo (*Diario Popular*, 21/07/1911, p. 1).

O artigo apresenta vários elementos para análise e reflexão. Primeiro é necessário reforçar que as palavras do autor chegam até os leitores, podendo estes formar uma opinião sobre o assunto tratado a partir da visão do articulista, uma vez que os jornalistas são formadores de opinião pública, alimentando o imaginário social pela forma que representam os pedintes da cidade. Apesar de o articulista reconhecer que parte dos pedintes são sujeitos necessitados e outros exploradores disfarçados, Paulo deixa explícito que ambos são importunos. Como medida social, os verdadeiros esmoladores deveriam ser encaminhados para instituições próprias, como os asilos, já os falsos, desonestos e espertalhões, deveriam de ter sua prática reprimida pela polícia.

Quanto ao modelo de instituição na qual Paulo se refere, pode-se citar o Asilo de Mendigos de Pelotas, estabelecimento de caridade, que passou a funcionar em uma casa alugada no ano de 1891. Em 5 de fevereiro de 1892, com recursos doados por Visconde da Graça, o referido asilo foi inaugurado em prédio próprio, no qual funciona até hoje como casa de descanso para a terceira idade. O objetivo de fundar este estabelecimento era o de congregar idosos, trabalhadores sem família e que não tinham condições de sustento próprio durante a velhice. Também foi destinado para institucionalização de adultos desvalidos, deficientes mentais ou físicos (LONER; GILL; MAGALHÃES, 2017)⁶⁹.

A capa do *Diário Popular* do dia 17 de setembro de 1911, inseriu fotografias de 6 personagens centenários de Pelotas, acompanhados de suas biografias. Ao todo, 3 fotografias eram de mulheres, sendo uma negra e 3 de homens negros. Parte desses personagens foram acolhidos neste asilo ou passaram pelo estabelecimento. O mais popular era Domingos Moreira, conhecido como Dominginhos. Segundo o jornal, trata-se de uma figura popular por andar nas ruas da cidade dançando, cantando e rindo. Em 1911 já residia no asilo aproximadamente há um ano. Natural do Congo, foi para Bahia já casado. Vendido como escravo, primeiro foi encaminhado para Rio Grande e posteriormente para Pelotas, cidade em que se casou pela segunda vez. Dominginhos, com 130 anos,

⁶⁹ ASILOS. In: DICIONÁRIO de História de Pelotas. Pelotas: Editora da UFPel [FAU – Fundação de Apoio Universitário]. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf>.

passava dias ao sol, cantando e comendo rapadurinha (*Diário Popular*, 17/09/1911)⁷⁰.

Algumas pessoas acolhidas pela entidade eram mencionadas como indigentes, conforme a nota do *Diário Popular* (28/07/1910, p. 1) relatando que o capitão sub-intendente ordenou que o asilo recolhesse a indigente Maria Joanna. Salienta-se que a instituição dirigida por irmãs de caridade e mantida através de doações, subvenção da municipalidade e do estado, era vista com “bons olhos” pelo referido jornal. Membros da equipe deste periódico, ao visitarem o asilo durante o horário de almoço, expuseram que pessoas com idade avançada estavam desfrutando de uma refeição abundante e magnífica, composta por bife de panela, pirão e legumes, “um bom almoço para qualquer pessoa. Para mendigos era quase um banquete” (*Diário Popular*, 15/10/1910, p. 1).

Apesar de o asilo ser destinado para pessoas idosas, sem um lar e sem condições financeiras para levar uma vida digna com o mínimo de conforto, este ainda não sanava as necessidades de sujeitos socialmente vulneráveis. Como forma de resolução deste problema, o colunista Paulo, fez um apelo em nome de pessoas carentes, na coluna *Meu jornal*, ao tomar conhecimento de mais um caso de morte provocada pelo inverno rigoroso de Pelotas. De acordo com o texto intitulado *Um apelo*:

E´a pobre gente sem lar ou sem conforto que, como em outros annos, paga tributo á invernia rigorosa cruel que lhe anavalha as carnes inteiraça os membros e congela o sangue. Uns pelas ruas, outros pelos escansos “cortiços”, cobertos de sórdidos andrajos, que mal lhes velam a nudez, tiritantes e famintos, exhalam derradeiro alento, saudosos do sol, benéfico e creador, amaldiçoando a neve, que cae em flocos. E´ bem triste registrar que ainda morre gente de frio, mas é dolorosa verdade. Paulo (*Diário Popular*, 07/07/1911, p. 1).

O articulista continua o texto criticando algumas instituições fundadas por associações de caridade e de religião, dentre elas aquelas voltadas para proteger animais, mas que ainda não tomaram a iniciativa de fundar um albergue noturno. Nesse sentido, Paulo fez um apelo para que funcionasse um albergue na cidade,

⁷⁰ Tanto o *Diário Popular* de 1912, quanto uma obra de Fernando Osório, divergiram sobre a idade desta figura popular, podendo ser entre 107 a 110 anos. A foto de Dominginhos foi publicada em uma série de cartões postais como um tipo popular, além de ser publicada no *Álbum de Pelotas* de 1922 e no *Almanaque Bicentenário*. Para saber mais, consultar o link: <http://pelotasdeontem.blogspot.com/2018/10/>. Acesso em 05 de jan. de 2020.

principalmente no inverno, para acolher pessoas miseráveis, “infelizes, geralmente no ultimo quartel da vida e por isso mesmo com mais direito a nossa caridosa assistencia” (*Diário Popular*, 07/07/1911).

O semanário *A Alvorada*, através do texto de Rodolpho Xavier, também reforçou o pedido de Paulo, na edição de 16 de julho de 1911.

Nada mais digno de encômios do que condoer-se das misérias do próximo e minorar o quanto em si caiba essas misérias provenientes das desigualdades sociais. Infelizmente quando o proletário tem a vida na vasante ipsofacto necessita de maiores recursos é, justamente, quando a sociedade nega lhe-os todo! [...] A civilização, quanto mais transpõe as fronteiras do barbarismo, quanto mais se alcandeza no pináculo das sciencias, quanto mais realiza os assombros commettimentos humanos mais monstros cria e mais crimes produz, porque temos dois antogonistas terríveis e assistimos de braços crusados o seu pelejar continuo e terrivel, dia e noite, para a obtenção da posse do mundo e que são – a Fome e o Egoismo humano. Rodolpho Xavier (*A Alvorada*, 16/07/1911, p. 1).

Assim como Paulo fez uma crítica para algumas iniciativas filantrópicas e religiosas, Rodolpho direcionou suas críticas para os grupos mais abastados, que influenciados pelo modelo capitalista e pelo egoísmo, se abstêm de ajudar a população atingida pela fome e miséria.

No caso do controle da mendicidade pelas ruas da cidade, na tentativa de combater os falsos mendigos, em 1927 o intendente Augusto Simões Lopes tomou uma medida, que segundo o periódico, *Órgão do Partido Republicano*, apresentou excelentes resultados. Conforme noticiado, foi concedida para pessoas doentes, impossibilitadas de exercer qualquer atividade, cadernetas com seus retratos (no caso o retrato do mendigo), junto com a respectiva impressão digital e o nome. Essa caderneta funcionava como identificação, comprovando que se tratava de uma pessoa realmente necessitada. O cadastro era feito a partir da apresentação do candidato a mendigo, no Instituto de Higiene de Pelotas. Também existiam dois livros contendo retrato, idade, filiação, cor e moléstia do sujeito cadastrado. Um livro ficava no gabinete de identificação e outro no 1º posto da polícia (*Diario Popular*, 28/04/1927). Estas foram medidas tomadas pela municipalidade, almejando a diminuição de pedintes e repressão de práticas viciosas que importunavam a população. Tal medida deu margem para que através deste mecanismo de controle, efetivação do poder, o estado controlasse melhor alguns membros “indesejados” da população, que comprometiam a ordem e o progresso da nação.

Além dos mendigos, também se pode mencionar os negros como sujeitos estigmatizados, representados pelo *Diário Popular* com conotações negativas e pejorativas, principalmente ao realçar a cor da pele do sujeito alvo da notícia. Percebe-se através de notas e artigos que “a pele branca não era vista como um atributo dos criminosos” (SILVA, *et al.*, 2017, p. 96). Ao mesmo tempo em que o jornal redigia notas policiais, também buscava enfatizar os crimes cometidos por pessoas de cor.

Nesse sentido há vários exemplos, como a ordem de prisão requisitada pelo chefe da polícia, para “preta” Maria Prudência da Conceição, após cometer furto na cidade de Rio Grande, fugiu para o Povo Novo (*Diário Popular*, 09/02/1913, p. 2). Outro exemplo é o do texto intitulado *Duas ladras*, sobre uma queixa apresentada por uma senhora, ao delegado de polícia. Segundo a ocorrência, duas ladras, uma “crioula” e outra “menor” de idade, pularam o muro da casa da vítima, para roubar alguns objetos e dinheiro. A autoridade após dar busca na casa da “crioula”, recuperou alguns objetos furtados, como talheres, garrafas, roupas e recolheu as ladras ao 1º posto (*Diário Popular*, 21/05/1913, p. 1).

Ambos os exemplos ocorreram no ano de 1913, no período de pós-abolição. Para descrever as mulheres que cometeram os crimes, além de o jornal publicar o nome delas, também procurou citar o grupo étnico-racial que elas pertenciam. É importante enfatizar, que tais denominações, foram socialmente construídas ainda no Brasil Colônia, se estendendo até a República. A expressão “preta” era empregada não apenas para descrever a cor da pele, mas também para marcar a origem do sujeito, uma vez que “preto” de forma geral era sinônimo de africano. “Crioulo” foi utilizado para referir-se aos filhos de africanos nascidos em algum território do império português. “Pardo”, resultado da união de negro com pessoa não negra (índio e branco), é compreendido como um termo neutro, muitas vezes utilizado para amenizar ou anular a cor negra. Já a expressão “mulato”, que vem de mula, animal originado do cruzamento de um burro com uma égua, era usado na América portuguesa para tentar marcar a posição socialmente inferiorizada do filho de um homem branco com uma mulher negra. Atualmente o termo “mulato” é socialmente rejeitado, por compreender-se se tratar de uma expressão pejorativa, oriunda do racismo estrutural (SILVA *et al.*, 2017).

Embora os avanços econômicos, sociais e culturais da comunidade negra pelotense ao longo da primeira metade do século XX, os negros ainda eram

representados nos periódicos de forma irônica e pejorativa, em especial aqueles que cometiam algum delito. Em 1944, além de o *Diário Popular* publicar a foto de uma mulher negra, procurada pela polícia, colocou como legenda “Diná uma negrinha perigosa para as donas de casa. Está sendo procurada pela polícia” (*Diário Popular*, 06/02/1944, p. 6). Em letras maiúsculas para apreender a atenção do leitor, o jornal enfatizou: CUIDADO COM A PRETINHA!... Diná, mulher negra, de pele bem escura, estava foragida por ser suspeita de alguns crimes descritos pelo jornal. No final da reportagem, o periódico reforça ao escrever: “a policia procura ansiosamente a perigosa ‘gata’”. “Pretinha”, “negrinha”, “gata” foram expressões empregadas para referir-se a esta mulher estigmatizada por sua origem étnico-racial, exposta através de um recurso imagético e retratada com ironia e deboche por esses formadores de opinião pública. Tais reflexões não isentam a gravidade dos crimes, mas cabe apontar a forma que estes sujeitos eram representados. “Dizer que alguém era ‘preto’, ‘crioulo’, ‘pardo’, entre outros termos, significava rememorar a condição de escravo, livre ou liberto que havia ficado para trás” (SILVA *et al.*, 2017, p. 65). Além disso, reforçava cada vez mais o imaginário social, não só para os que cometiam delitos, mas pessoas de cor, estereotipadas, que além de serem vítimas de preconceito, racismo estrutural e discriminação racial, estavam associadas aos criminosos, vadios e malandros.

A representação via imprensa, tendo também pressupostos da polícia e da ciência, e o imaginário de parte da sociedade, não atingia a comunidade negra da mesma forma. Na obra *Pessoas comuns, histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense* (SILVA *et al.*, 2017), os autores ao analisarem os termos empregados para referir-se aos negros, de como isso era colocado nos jornais e, ao investigar algumas histórias de pessoas negras, afirmam que em alguns casos, os leitores negros ao entrarem em contato com a publicação do impresso, não conseguiam se enxergar como vadios, preguiçosos, inferiores ou despreparados para viverem em liberdade. Como resultado disto,

Ao perceber que o preconceito de cor era uma das principais causas das péssimas condições de vida e trabalho, “pretos”, “pardos”, “mulatos” e “crioulos” encontraram na coloração epidérmica uma razão ao mesmo tempo racial e política para se unirem no interior de associações organizadas: tal motivação era racial, porque o principal critério de unidade eram as cores de suas peles e o preconceito que sofriam; e era política, porque buscavam reivindicar direitos. Nessas agremiações, os tons escuros

de pele foram reivindicados com o objetivo de tornar positiva a identidade das mulheres e dos homens “de cor” (SILVA *et al.*, 2017, p. 98).

Para concluir a explanação dos autores, foi dessa forma, tendo em vista a unidade da comunidade em nome da luta de direitos e inserção social, que motivou o associativismo negro, através de auxílios mútuos, bailes e instrução. Os articulistas, ao se dirigirem às autoridades policiais, os tratavam como amigos, companheiros e simpatizantes do jornal, já aqueles que tinham condutas desviantes, presos por algazarras, jogatinas e bebedeiras, eram tratados como mau elemento para a sociedade, dentre eles os negros.

Sobre a questão dos vícios sociais, mencionou-se anteriormente a repressão da jogatina, mas cabe salientar que apesar de os impressos da época propagandear marcas de cigarros e de bebidas alcoólicas, também publicavam notas e artigos alertando para os malefícios do consumo do álcool e tabaco. Foi o caso do *Diário Popular* (21/10/1910, p. 1) ao noticiar a decisão da diretoria da Viação Férrea de Pelotas de pregar cartazes informativos, proibindo o uso de tabaco nas estações e nos carros de primeira classe, em que viajam senhoras.

No artigo intitulado, *Pela humanidade, o alcool veneno da vida* (*Diário Popular*, 27/09/1924, p. 1), os usuários foram divididos em dois grupos. O primeiro correspondia aqueles que bebiam habitualmente, de forma moderada, até dois copos de cerveja ou duas doses de whisky, mesmo que diariamente. O segundo grupo tratavam-se de pessoas que bebiam em excesso, extrapolando a quantidade mencionada. Geralmente, este último era composto por sujeitos que muitas vezes encontravam-se recolhidos aos postos policiais, por conta da embriaguez. De acordo com o artigo “alguns crimes se realizavam numa situação deplorável de indivíduos que exgotam o tempo às portas de vendas e aos tragos de uma cachaça insupportável” (*Diário Popular*, 27/09/1924, p. 1). Ressalta-se que o estabelecimento conhecido como “venda” tratava-se de um comércio popular, já a cachaça, era uma bebida com valor bem menor comparado ao da cerveja e do whisky, portanto, provavelmente os frequentadores das “vendas”, consumidores de cachaça e recolhidos aos postos policiais, eram em sua maioria, homens pobres.

Considerando o que foi abordado, possivelmente estes sujeitos eram os delinquentes citados pelo periódico. O *Diário Popular* (09/11/1924, p. 1), ao publicar o texto *O ébrio é um delinquente*, reforçou tais ideias, afirmando que se trata de um consumidor de álcool em excesso, podendo este perder a consciência, o equilíbrio

psíquico, além da perda de discernimento, dando descrédito a imputabilidade moral, o bom senso, fazendo que ele haja como mau cidadão, enfim, um delinquente. Por outro lado, alguns vícios eram considerados “chiques” para aquela época. Embora a intenção do jornal estivesse voltada para o alerta do consumo de cocaína, morfina e ópio, o próprio enunciado provoca outra interpretação. Foi o caso do artigo a seguir, intitulado *Os vícios “chics” da cidade, os tóxicos que deleitam e envenenam*.

Em todas as aglomerações humanas há meios encontrados para perverter os costumes a favorecer o crime. Já vem de longa data o uso que se quer hoje vulgarisar do emprego de tóxicos, como a cocaína, a morfina e o ópio, para distrahir a vida daqueles ociosos que se esmeram em transformar os prazeres em gozos ephemerous. No inicio surge pretexto de suaviar pezares não sofridas em momento de fraquezas. Depois constituem-se em habito para os intoxicantes e para muitos um vicio chic e applaudivel. Pelotas tem já muito que contar dos intoxicados pelos engredientes entorpecedores do organismo. Pela cidade há viciados, fraco de espírito, que agarram-se a taes tóxicos, como antídotos contra a miséria humana, esquecidos dos maléficis efeitos de tais drogas. Mesmo agora, victima de tal vicio, envolvida pela mania do prazer, caminha a esmo pela cidade uma pobre moça, intoxicada diariamente. De semblante pálido e abatido, olhos encravados em orbitas profundas, sombreadas por olheiras violaceas, sua passagem provoca piedade e comentários sobre a ephemera sensação que a entorpece e cada vez a desnubela na sociedade. A cocaína, a morfina e o ópio são pelo alto valor preferidos por quem dispõe de recursos. Os individuos que abusam desses venenos phychicos servem-se delles no inicio como excitantes ou alimentos. O estado pathologico resulta do uso abusivo desses medicamentos – verdadeira arma de dois gumes. Uns se desgraçam, quando tem a infelicidade de sofrer qualquer mal e o medico abre-lhes a porta para o uso desses venenos suaves. Outros, por espírito de imitação frequentando “cabarets” e casas ex’cusas imitam o suposto gozo de mulheres e homens que, por motivos inconfessáveis, acham o prazer em fictícios momentos de esquecer os rigores da vida real. Em Pelotas há quem já atraia a mocidade para taes antros de perdição [...] Pelotas resistirá sem duvida, e mais que tem o dever de zelar pelos bons costumes e combater os maos vícios (*Diario Popular*, 17/12/1922, p. 1).

O texto longo apresenta questões e comparações possíveis de análise. Diferente do consumo de álcool, mais especificamente da cachaça, a cocaína, a morfina e o ópio, de acordo com o texto exposto, são consumidos por pessoas “ociosas”, que buscam prazeres neste tipo de drogas. Trata-se de sujeitos providos de bens econômicos, uma vez que estas drogas apresentam alto valor aquisitivo, já a cachaça, segundo os jornais, era consumida por vadios, homens desonestos, corroborando para torná-los verdadeiros delinquentes.

Sujeitos com hábitos intoxicantes eram considerados fracos de espírito, vítimas destes vícios que proporcionavam prazer. Ao sofrerem os efeitos maléficis dos referidos tóxicos, por conta do uso abusivo deste veneno psíquico, a sociedade

os tratavam com piedade e não com a mesma repulsa que tratavam e julgavam os pedintes, menores e moradores de rua. Para moça citada na reportagem, não foram atribuídas expressões e descrições quanto à sua cor e origem social, mas esta provavelmente não era negra, tanto pelo valor alto da droga que consumia, quanto o fato de que os negros estavam entregues aos vícios maléficos para civilização e não os “chiques” que circulam na sociedade.

Nesse sentido, cabe também frisar sobre o combate e a proibição de substâncias tóxicas e ilícitas. Segundo os estudos de Camargo (2019), em 1830, durante o regime imperial, há registros históricos quanto à proibição e repressão do consumo da maconha. O principal objetivo era o de penalizar negros, vistos como vadios e marginais, que estivessem consumindo esta droga. Ressalta-se que seu consumo no Brasil não é permitido, porém a planta tem no THC - tetrahydrocannabinol - o princípio ativo, utilizado pela medicina para diminuir efeitos provocados pelos tratamentos em pacientes com câncer e outras doenças. Em 1890, o Código Penal em seu Art. 159, proibiu a venda de substâncias venosas, sem autorização e formalidades prescritas nos regulamentos sanitários, portanto, foi no período republicano que juridicamente começou o combate ao consumo e venda de substâncias ilícitas.

Sendo assim, é possível perceber que negros, mendigos, bêbados e prostitutas, são vítimas de um discurso propagado pela imprensa, que reforça o imaginário social para estigmatizá-los cada vez mais. Nesses discursos, a questão social ora é assunto da caridade, ora requer medidas da municipalidade, pois cabe a ela também zelar pelos bons costumes e combater os maus vícios. Vícios como o da jogatina, mendicância, alcoolismo e prostituição, não eram socialmente aceitos. Quando estes eram praticados por negros, a conotação negativa era ainda mais enfatizada pelos jornalistas, formadores e reprodutores de opinião pública.

De certa forma, os vícios mencionados acabavam atingindo a infância desvalida, seja ela a de rua, abandonada, exposta, pobre ou delinquente. Sendo assim, tudo o que foi exposto até o momento, serve para embasar e introduzir o principal tema desta tese. A narrativa até aqui apresentada dá suporte para reforçar a ideia de que a criança era a salvação do Brasil, portanto, para a ordem e progresso, manutenção da paz social e futuro da nação, a infância desvalida deveria ser institucionalizada, e mais tarde, ser reinserida à sociedade como adultos úteis para pátria.

CAPÍTULO 4: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA DESVALIDA EM PELOTAS

Menor é uma expressão que se transformou num estímulo social. Menor é a caracterização de um contingente que está disponível a ser adestrado, que tem rebaixamento cultural, rebaixamento escolar, rebaixamento intelectual, ou seja, o lixo [...] Uma forma de lidar com o indesejado, com o perigo é eliminar. A outra é institucionalizar. Institucionalizar onde? Nos abrigos, você vai institucionalizar no exército, você vai institucionalizar na marinha e você vai institucionalizar nos institutos chamados para meninos desvalidos.
(PASSETI; GONDRA, 2016)⁷¹.

República Federativa do Brasil, país em desenvolvimento, de acordo com o seu contexto histórico e de políticas voltadas para a infância, também planejadas para o controle da população pobre, favoreceu a distinção entre as infâncias privilegiadas e menores marginalizados. Dessa forma, foi sendo constituída a cultura da internação. Crianças eram institucionalizadas por serem desvalidas, desprovidas de bens econômicos, por serem pobres. Nesse sentido, Rizzini (2006, s/p. grifo nosso) assinala que:

Em nome da manutenção da paz social e do futuro da nação, diversas instâncias de intervenção e controle serão firmadas. Será da medicina (do corpo e da alma) o papel de diagnosticar na infância possibilidades de recuperação e formas de tratamento. Caberá à Justiça regulamentar a proteção (da criança e da sociedade), fazendo prevalecer a educação sobre a punição. À filantropia - substituta da antiga caridade - estava reservada a missão de prestar assistência aos pobres e desvalidos, em associação às ações públicas. A composição desses movimentos resultou na organização da Justiça e da Assistência (pública e privada) nas três primeiras décadas do século XX. Com discursos e práticas que nem sempre se harmonizavam entre si, a conexão jurídico-assistencial atuará visando um propósito comum: salvar a criança para transformar o Brasil.

Pensando nas singularidades locais, busca-se investigar como a cultura de internação se deu de forma efetiva na cidade de Pelotas. Para tanto, foi necessário fundamentar alguns aspectos apontados por Irene e Irma Rizzini (2004, p. 22) que afirmam que:

⁷¹ Fala do Cientista Político Edson Passeti e do Historiador da Educação José Gonçalves Gondra no documentário Menino 23 – Infâncias perdidas no Brasil (2016).

[...] iniciativas educacionais entrelaçadas com os objetivos de assistência e controle social de uma população que, junto com o crescimento e reordenamento das cidades e a constituição de um Estado nacional, torna-se cada vez mais representada como perigosa.

A partir desta constatação a tese foi sendo constituída. No presente capítulo pretendo contemplar o tema central desta pesquisa que é a institucionalização da infância desvalida, através de alguns apontamentos sobre os encaminhamentos desta infância no Brasil durante o período analisado e de que forma o mesmo ocorreu em Pelotas, com as análises realizadas nos jornais da década de 1910. De forma cronológica, porém tentando “fugir” de uma narrativa linear, a pesquisa nos jornais encaminhou o estudo para a discussão desta temática. A infância aqui pesquisada, faz parte de um conjunto de sujeitos excluídos, assim como estudantes negros e os loucos, investigados por Foucault. Em entrevista concedida pelo autor no ano de 1971, ele buscou explicar sobre a pesquisa histórica dos sujeitos excluídos:

Até o momento, parece-me que os historiadores de nossa sociedade, de nossa civilização buscaram, sobretudo, penetrar no segredo íntimo de nossa civilização, em que seu espírito, na maneira como ela constitui sua identidade, nas coisas às quais ela concede valor. Em contrapartida, estudou-se muito menos o que a nossa civilização rejeita. Pareceu-me interessante tentar compreender nossa sociedade e nossa civilização através de seus sistemas de exclusão, de rejeição, de recusa, através daquilo que elas não querem, seus limites, a obrigação em que se encontram de suprimir um certo número de coisas, de pessoas, de processos, o que elas devem deixar soçobrar no esquecimento, seu sistema de repressão-supressão (FOUCAULT, 2010, p. 14-15).

O pensamento de Foucault exposto aqui, ocorreu em um período em que a História Cultural ganhava força como referencial teórico-metodológico. No Brasil, com o surgimento dessa nova corrente historiográfica, a partir da década de 1990, alguns autores buscaram e ainda buscam estudar o que foi proposto pelo autor em relação aos excluídos da história e dos sistemas de exclusão⁷². Dentro desses

⁷² No que tange à infância desvalida e seus desdobramentos, aos poucos, pesquisadores brasileiros foram dominando este campo, tornando-se referências neste tema. Entre eles Maria Luiza Marcílio, com sua obra *História Social da criança abandonada* (1998), Mary Del Priore organizadora da *História da criança no Brasil* (1991) e *História das crianças no Brasil* (2016), Marcos Cezar de Freitas organizador do livro *História Social da infância no Brasil* (2009), Sônia Camara com a obra *Sob a guarda da República: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920* (2010). Destacam-se também as publicações das irmãs Irene e Irma Rizzini, dentro do campo da assistência para infância. Irma Rizzini tem como principais publicações *A assistência à infância na passagem para o século XX: da repressão à reeducação* (1990) e *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua*

sistemas estão as instituições, como os asilos, orfanatos, penitenciárias e hospitais psiquiátricos, que operam dentro de um sistema de repressão-supressão, disciplina, poder e vigilância.

Tendo por base a infância desvalida, principal público dos sistemas de exclusão, que este capítulo é escrito na tentativa de abordar primeiramente à infância como alvo de controle e de ordenamento social e posteriormente o menor como caso de polícia, utilizando como principal fonte de pesquisa, o *Diário Popular* da década de 1910.

4.1 A institucionalização da infância no Brasil: um panorama geral

Conforme já abordado, a educação voltada para os “desvalidos da sorte” com a participação do Estado pode ser percebida no século XIX, constituindo-se em preocupação que precede o ideário republicano de ordenamento social, diante da crescente urbanização e dos problemas sociais daí advindos. Como exemplo, aponta-se a fundação de Escolas de Aprendizes e de asilos para órfãos em diversas regiões do país⁷³, onde as crianças pobres eram preparadas para trabalhos artesanais ou domésticos. Anterior ao século XIX, Lima e Rodrigues (2003) apontam que no século XVI, a assistência à infância foi marcada pela caridade religiosa, com pouca participação do Estado na criação e regulamentação de instituições. Foi o que ocorreu com a Roda dos Expostos anexas à Santa Casa de Misericórdia em diversas cidades do Brasil.

Com a Lei nº 3.353 de 13 de Maio de 1888 que extinguiu a escravização de negros no Brasil e com a Proclamação da República, em 1889, a instrução de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social passou a fazer parte das ações do governo. Isso, devido a fatores já mencionados, que correspondem aos interesses de vários segmentos sociais em nível nacional e local.

construção (1993). Junto com a irmã Irene, publicou o livro *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente* (2004). Irene Rizzini é autora do estudo intitulado *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil* (2011b), também divide a organização com Francisco Pilotti na obra coletiva *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (2011).

⁷³ Cita-se como exemplo o Asilo de Santa Leopoldina (1855, em Niterói), o Asilo de Órfãos Desvalidas (1855, na cidade do Desterro em Santa Catarina), o Colégio Santa Teresa e o Asilo Santa Leopoldina (ambos criados em 1857, em Porto Alegre), o Colégio de Órfãos (1855, em Recife), o Asilo de Santa Teresa (1855, na província do Maranhão) e o Asilo de Órfãos e Desvalidas (1856, em Fortaleza) (MARCÍLIO, 1998).

Com a república, o Brasil buscou formar uma nova nação moderna, inspirada no ideário positivista de “ordem e progresso”, considerando o modelo europeu de civilização em relação aos aspectos culturais, comportamentais e de instrução pública. Para tanto, era necessário regenerar, civilizar e instruir o povo. De acordo com Pesavento (1995, p. 12) “trabalho livre, igualdade perante a lei e cidadania eram palavras de ordem do novo regime”. Junto ao processo de formação de uma nova nação, estavam o crescimento populacional urbano, os problemas sociais, como o de saúde, de habitação e de educação, principalmente das camadas mais pobres.

Passetti (2016) reforça estas ideias ao afirmar que as políticas sociais e legislações específicas eram direcionadas para a população que morava na periferia, casas de aluguel, cortiços, barracos em favelas ou construções clandestinas. O autor elucida que “estas pessoas eram vistas trocando regularmente de parceiros, constituindo famílias muito grandes, com filhos desnutridos e sem escolaridade e que cresciam convivendo com a ausência regular do pai ou da mãe” (2016, p. 347-348). Investir no atendimento social para a população pobre era uma forma que o Estado tinha de intervir na vida destas pessoas, pois se acreditava que carências sociais, psíquicas e econômicas impulsionavam para a criminalidade, fazendo com que, em especial, crianças e jovens tornavam-se delinquentes.

Diante disso, houve um investimento por parte do Estado na educação da criança, pois os principais representantes do governo, entre eles o senador Lopes Trovão (senador da República entre 1895 a 1902), atribuíram à criança a função de salvar o Brasil do atraso. Conforme explica Lopes Trovão “temos uma patria a reconstruir, uma nação a firmar, um povo a fazer e para emprender essa tarefa, que elemento mais dúctil e moldavel a trabalhar que a infância?!...” (1896, apud, MONCORVO FILHO, 1927, p. 133). Foi nesse período que a criança passou a ser vista como patrimônio da nação, chave para o futuro, um ser em formação que pode ser transformado em um homem de bem e tornar-se útil à sociedade (RIZZINI, 2011b).

Deve-se destacar aqui que, diante deste quadro social apresentado, a participação da Igreja Católica, que remonta ao período colonial brasileiro, continuou a ser fundamental no âmbito educacional. Cabe, neste momento, ressaltar sua atuação junto à infância desvalida, embora se reconheça seu grande empenho e ampla atuação na formação das elites brasileiras.

No final do século XIX, várias congregações religiosas chegaram ao Brasil, fundaram colégios em regime de internato ou externato, e passaram a assumir o ensino em instituições asilares, que antes de sua chegada não eram mantidas pela Igreja Católica. Assim, a educação católica coaduna-se aos ideais do governo, apesar do rompimento oficial entre Igreja Católica e Estado no início do regime republicano. Como afirma Amaral (2003, p. 81):

No Brasil, o regime republicano consolidou a separação entre a Igreja Católica e o Estado. Até então, o Catolicismo era a religião oficial do país, o casamento religioso tinha validade civil e os clérigos recebiam salários do governo. O *padroado*, por sua vez, submetia a Igreja à tutela governamental, pois as decisões do Vaticano deviam receber o *beneplácito*, ou seja, a aprovação do governo, para terem validade em nosso país. Com a Constituição Republicana de 1891 foi posto fim ao *regalismo* que sustentava essa inter-relação de interesses entre a Igreja e o Estado.

Nesse sentido, é evidente que a atuação da Igreja Católica junto à educação de diversos segmentos sociais expandia seu controle doutrinário e reforçava sua presença e atuação no sentido de reconquistar um espaço que lhe foi retirado com a implantação da República brasileira.

Nesse período, a imprensa periódica brasileira passou a identificar e a divulgar os principais problemas relacionados à infância desvalida, como o descaso das famílias, a falta de instituições escolares e a ausência de políticas públicas por parte do Estado.

Tendo por base o que foi publicado em jornais, elucida esta situação o caso de Bernadino, menino negro, engraxate, que em 1926, aos 12 anos foi preso na capital federal Rio de Janeiro, após desentendimento com um cliente. Bernadinho ficou na cela junto com 20 presos adultos, onde foi violentado e estuprado. Após ser violentado, o menino foi encaminhado para a Santa Casa local, onde os profissionais do hospital ao se depararem com o estado do menino, relataram o caso aos jornalistas do *Jornal o Brasil*. O relato resultou em uma matéria que denunciou o ocorrido com Bernadino. A publicação gerou uma comoção da população, tencionando para que ocorresse a promulgação do Código de Menores de 1927, que determinou a maioria penal a partir dos 18 anos de idade (CAMARA, 2010; WESTIN, 2015).

Alguns segmentos intelectuais, amparados pelo discurso médico, jurídico e assistencialista, traçaram metas definidas pelas funções de prevenção (vigiar a

criança), educação (educar o pobre preparando-lhe para o trabalho), recuperação (reeducar e reabilitar o menor) e repressão (conter o menor delinquente, reabilitando-lhe através do trabalho). Tais metas são assumidas em defesa da criança, mas também (e principalmente) em defesa da sociedade (CAMARA, 2010; RIZZINI, 2011b). As medidas assistenciais de controle e de vigilância sobre as condições de abandono moral e físico da infância desvalida foram essenciais para manter a idealização social de ordem e paz.

Embora a discussão sobre abandono moral seja anterior ao Código Penal brasileiro, ele aparece no Art. 247 do CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, como crime à assistência familiar, ao negligenciar ou faltar ao menor de dezoito anos, sujeito a seu poder ou confiado à sua guarda ou vigilância. Aos pais ou responsáveis era permitido autorizar que o menor:

I-freqüente casa de jogo ou mal-afamada, ou conviva com pessoa viciosa ou de má vida;
II-freqüente espetáculo capaz de pervertê-lo ou de ofender-lhe o pudor, ou participe de representação de igual natureza;
III - resida ou trabalhe em casa de prostituição;
IV - mendigue ou sirva a mendigo para excitar a comiseração pública:
Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.⁷⁴

Apesar das ações do poder público, das iniciativas privadas, religiosas e assistencialistas em prol da infância, somente em 1927, 38 anos após a Proclamação da República, a infância passou a contar com legislação própria. O Código de Menores, promulgado em 12 de outubro de 1927, pelo Decreto 17.943-A, durante o governo de Washington Luís (1927-1930), consolidou em todo território nacional, as leis de assistência e proteção, os direitos civis e do trabalho infantil, prevendo também medidas legais relacionadas à guarda, à tutela, à vigilância, à educação e à prevenção dos abandonados e delinquentes. Com base na filosofia higienista e correccional disciplinar, o Código também incorporou a visão jurídica repressiva e moralista que acabou estando presente também na educação institucional para os denominados “desvalidos da sorte” (CAMARA, 2010; RIZZINI; PILOTTI, 2011).

⁷⁴ BRASIL, Decreto-lei nº 2.848, 07 de dezembro de 1940, Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 20 de out. de 2018.

Na década de 1930 a política de controle social ganhou maior intervenção do Estado, sendo também debatida a questão do trabalho do menor. Em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, os industriários conseguiram modificar o Código de Menores. Através do Decreto Lei nº 22.042 de 03 de Novembro de 1932, ficando estabelecido o trabalho dos menores a partir dos 12 anos de idade para aqueles que tivessem certificado de ensino primário. A eles era permitido atuar em diversos setores, como usinas, estaleiros, minas, pedreiras e oficinas⁷⁵ (FALEIROS, 2011).

Reduzir a mortalidade infantil, evitar práticas de abandono e controle da delinquência virou uma questão nacional. De acordo com Faleiros (2011, p. 53) “a estratégia do governo é de privilegiar, ao mesmo tempo a preservação da raça, a manutenção da ordem e o progresso da nação”. Tal preocupação pode ser evidenciada através do discurso do presidente Getúlio Vargas, ao fazer um apelo aos governadores:

Nenhuma obra patriótica, intimamente ligada ao aperfeiçoamento da raça e ao progresso do país, excede a esta, devendo constituir, por isso, preocupação verdadeiramente nacional. Os poderes públicos, aliados à iniciativa particular e guiados pelo estudo atento científico dos fatos, teem no amparo à criança, sobretudo quanto à preservação da sua saúde e ao seu desenvolvimento físico e mental, um problema na maior transcendência, chave da nossa opulência futura. A hora impõe-nos zelar pela nacionalidade cuidando das crianças de hoje, para transformá-las em cidadãos fortes e capazes (Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, p. 31, 4 set. de 1942. Seção 1)⁷⁶.

Além disso, as teorias de supremacia racial branca debatida no período pós-abolição se propagaram durante o governo getulista. A estimulação para a educação eugênica foi incluída no art. 138 da Constituição de 1934, corroborando com a política de segregação e fortalecendo a campanha em defesa da raça.

Outra questão relevante sobre os cuidados com a infância na Era Vargas, foi o aumento do número de creches, instituições propícias para que as mães trabalhassem fora, sem abandonar os filhos, além das estratégias para o cuidado e

⁷⁵ Para saber as condições do trabalho do menor através da legislação, consultar <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22042-3-novembro-1932-499365-publicacaooriginal-1-pe.html> e Faleiros (2011).

⁷⁶ Parte do discurso do presidente foi publicado 10 anos depois no Diário Oficial da União, quando o Sindicato de Jornais e Revistas do estado de São Paulo se manifestaram sobre as dificuldades que a classe estava enfrentando, em especial pelo auxílio prestado aos empregados menores, já que estes eram fundamentais na venda de jornais em vias públicas.

educação voltada para as crianças “especiais”. É o que explicam Lima e Rodrigues (2003, p. 77):

É também a partir da década de trinta que aumenta o número de médicos-psicólogos, interessados em estudar a “criança-problema”, não apenas do ponto de vista da saúde física e da sua formação moral, mas, muito especialmente, visando sua saúde mental. Pela atuação desses profissionais, inicia-se a progressiva substituição das explicações que atribuíam as causas das deficiências infantis predominantemente a características hereditárias por outras que privilegiavam a influência do ambiente em que vivia a criança. Além disso, nessa época começam a ser mais amplamente divulgados os estudos sobre os professores, que começam a ser incentivados a observar mais atentamente a conduta de seus alunos com base nos conhecimentos da psicologia. Ampliam-se as categorias utilizadas para descrever as características de personalidade e as deficiências das crianças.

Buscou-se oferecer um serviço específico para as crianças vistas como “anormais”, aquelas com deficiências mentais, visuais, auditivas, ainda nesse período, com pouco atendimento aos deficientes físicos. A criação do Departamento Nacional da Criança, em 1940 e o Serviço de Assistência aos Menores em 1941, “com o objetivo de dar uma orientação nacional às práticas de assistência e controlar as instituições públicas e particulares que realizavam serviços nessa área” (LIMA; RODRIGUES, 2003, p. 76), são marcos das ações por parte do Estado, que encerram o período de análise proposto para este estudo.

As instituições de assistência à infância, fundadas no Brasil a partir do século XVIII, estão inseridas em um contexto que pode ser dividido em quatro fases: o da caridade religiosa anterior ao período republicano, o da assistência higiênica ou científica adotado durante o período de transição entre império até a primeira república, o de assistência social, pós a década de 1930 e por último um período com caráter mais repressor, iniciado em 1964 (LIMA; RODRIGUES, 2003).

Também há algumas questões a serem analisadas a partir do que foi colocado. Primeiramente é a forma de como a assistência à infância de caráter mais formal foi iniciada no país. O exemplo mais recorrente foi o da Roda dos Expostos, sistema que surgiu na Idade Média. No Brasil, durante o período colonial, surgiram três Rodas dos Expostos anexas às Santas Casas de Misericórdia de Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789). Em 1828, a Lei dos Municípios fez com que as Câmaras Municipais fossem eximidas da obrigação de assistir às

crianças e de repassar subsídios para as Santas Casas que possuíam esse sistema. No que se refere à lei, Marcílio (2009, p. 64) elucida que:

Essa mesma lei foi feita também para incentivar a iniciativa particular a assumir a tarefa de criar crianças abandonadas, liberando as municipalidades deste serviço. Com base nela, surgiram, dentro de novo espírito filantrópico e utilitarista, algumas rodas de expostos. Quase todas foram de diminutas dimensões e de precárias condições para assistir os pobres pequenos enjeitados.

A autora menciona que a primeira província a adotar o sistema, tendo por base a nova lei, foi a do Rio Grande do Sul, criando três rodas, uma na capital Porto Alegre, em 1837, uma na cidade de Rio Grande em 1838 e outra na cidade de Pelotas em 1849. As meninas eram as que recebiam maiores amparos e cuidados educacionais. Para tanto, algumas congregações católicas ficaram responsáveis por estes serviços, além da direção de alguns hospitais, Santas Casas e colégios. As crianças do sexo masculino não eram alvos de preocupação quanto à sua honra e virtude. Por este motivo, o encaminhamento dos meninos era mais problemático. Somente no final do século XVIII foram fundados seminários seguindo o modelo de colégio interno, com objetivo de acolher meninos órfãos e desvalidos (LIMA; RODRIGUES, 2003).

Durante o Império, houve poucas instituições públicas direcionadas para assistir à infância desvalida. As instituições deste período seguiam modelo religioso ou militar. No período de transição entre Império e República, surgiu um novo modelo de assistência, amparado por pressupostos médicos, psicológicos, higienistas e juristas, em que a preocupação com a infância vai desde a mortalidade infantil, até o encaminhamento dos moralmente e materialmente abandonados. É válido mais uma vez reforçar que a preocupação não estava voltada somente ao bem-estar da infância, mas também aos problemas sociais que atingiam o país. Nesse sentido, é possível observar a finalidade das instituições criadas durante este período. Além do acolhimento, é dada atenção especial à questão educacional e ao ensino de algum ofício.

Outro fator para ser observado neste contexto, é quanto às instituições punitivas e correccionais. Embora o Estado algumas vezes alegue que elas têm o caráter preventivo e disciplinar, algumas instituições destinadas para menores funcionaram dentro de um modelo prisional, afastadas da área urbana, com o perfil

de instituição total, na qual busca isolar o indivíduo do convívio em sociedade. Assim era a Colônia Correccional de Dois Rios, que possuía policiamento para vigilância dos internos e em caso de desobediência, estes eram severamente repreendidos. A colônia estava localizada em Ilha Grande, litoral sul do Rio de Janeiro, local com histórico de receber instituições prisionais que pretendiam recuperar presos a partir do trabalho e educação. De acordo com Santos (2006, p. 446), “a Colônia se caracterizou por isolar indivíduos, em sua grande maioria, pobres, negros, desassistidos, e que morriam em poucos meses de doenças resultantes de má alimentação e falta de higiene, como beribéri e disenteria”. Em 1908, após a reforma policial, a instituição passou a contar com um novo regulamento, que formalizou questões mais pontuais em relação à disciplina, conforme é possível perceber através das palavras da autora:

Os internos deveriam ser separados em cinco grupos comunicáveis: homens, mulheres, homens alcoólatras, mulheres alcoólatras e menores entre 14 e 21 anos. O alcoolismo representava um fator diferencial de destaque. As penas disciplinares que foram estabelecidas para todos os tipos de internos reduziam-se a apenas três tipos: advertência, trabalho forçado e reclusão em cela. Estabelecia-se como obrigatório o trabalho, que deveria ser realizado por turmas diurnas na produção agrícola, pesca, criação de animais e oficinas de carpintaria, serraria, ferraria, sapataria, olaria e alfaiataria (SANTOS, 2006, p. 447-448).

Durante a Era Vargas, a Colônia de Dois Rios passou a receber presos políticos, dentre eles o escritor romancista alagoano, Graciliano Ramos, que ficou detido nesta instituição durante 18 dias. Pelo elevado número de detentos, no período do Estado Novo, a ilha passou a contar com mais duas penitenciárias, sendo marcada como cenário simbólico do sistema prisional no Brasil (RIDENTI, 2014; SANTOS, 2006).

A partir da década de 1930, as iniciativas direcionadas não só às crianças, mas também às famílias, são marcadas pela assistência social. Além do cuidado da infância seguindo o modelo da puericultura, houve a discussão sobre a periculosidade do caráter e da influência biológica no desenvolvimento infanto-juvenil. Nesse sentido, o Estado elaborou políticas de controle social, sanitário e repressivo, considerando que a fragilidade da célula familiar não era o único fator para o desencadeamento da delinquência juvenil. Para tanto, médicos e psicólogos uniram-se para estudar fatores biológicos que favoreciam a formação da “criança problema”. Na década de 1940, a intervenção do Estado para os cuidados com a

infância desvalida se deu de forma mais enfática. Segundo Irma Rizzini (2011, p. 262):

No início da década de 40, portanto em pleno Estado Novo, período ditatorial iniciado em 1937 com o golpe de Estado implementado pelo então presidente da República Getúlio Vargas, o governo federal inaugurou uma política mais nítida de proteção e assistência ao menor e a infância, representada pela criação de órgãos federais que se especializaram no atendimento a essas duas categorias, agora indiscutivelmente separadas e específicas: o *menor* e a *criança*.

O menor e a criança se constituem em categorias distintas, pelo fato de o primeiro ser assunto da esfera policial e jurídica e o segundo de interesse e cuidado médico-educacional. Entre as instituições fundadas nesse período, com enfoque no menor, está o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), criado em 1941 centralizando a assistência ao menor para o Distrito Federal e posteriormente, em 1944, estendeu suas ações em todo território nacional. De acordo com o Art. 1º do Decreto-lei Nº 6.865, de 11 de novembro de 1944:

O Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.), órgão integrante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, diretamente subordinado ao respectivo Ministro de Estado e articulado com os Juízos de Menores, tem por finalidade prestar aos menores desvalidos e infratores das leis penais, em todo o território nacional, assistência social sob todos os aspectos.

Ainda sobre as finalidades do SAM, o Art. 2º elucida sobre as competências do órgão:

I - sistematizar, orientar e fiscalizar os educandários, inclusive os particulares, que internam menores desvalidos e transviados;
II - proceder a investigações para fins de internação e ajustamento social de menores;
III - proceder ao exame médico-psico-pedagógico dos menores abrigados;
IV - abrigar menores mediante autorização dos Juízos de Menores;
V - distribuir os menores internados pelos vários estabelecimentos, após o necessário período de observação e de acôrdo com o resultado dos exames a que tenham sido submetidos, a fim de ministrar-lhes ensino, educação e tratamento sômato-psíquico até o seu desligamento;
VI - promover a colocação dos menores desligados, de acôrdo com a instrução recebida e aptidões reveladas;
VII - incentivar a iniciativa particular de assistência a menores, orientando-a para que se especializem os educandários existentes e os que vierem a ser criados;
VIII - estudar as causas do abandono e delinqüência da menoridade;
IX - promover a publicação periódica do resultado de seus estudos e pesquisas, inclusive estatísticas.

Irma Rizzini (2011), através da obra elaborada por um ex-diretor do SAM, intitulada *Sangue, Corrupção e Vergonha: SAM (1956)* fez uma análise sobre os aspectos negativos e as tentativas frustrantes para o sucesso dos serviços prestados aos menores. Rizzini sustenta a afirmativa de que o SAM se constituiu no imaginário popular, como uma estrutura que apresentava mais uma ameaça para a infância pobre, do que a proteção da infância desvalida. A população julgava este serviço como “Escola Crime”, “Fábrica de Criminosos”, “SAM – Sem Amor ao Menor”, principalmente a partir da década de 1950. Além disso, o SAM teve uma atuação muito restrita, sendo basicamente um órgão responsável pela triagem e internação dos menores encaminhados pelo Juízo de Menores.

A proteção à maternidade, à infância e à adolescência, aparece de forma oficializada através do Decreto-lei Nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940, que fixou as bases de proteção para o público mencionado. Criado em um período ditatorial, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, o Departamento Nacional da Criança (DNCr) tinha mais a função de normatizar, coordenar e estimular do que executar serviços. Segundo a análise de Pereira (1999, p. 166):

[...] a proposta do DNCr implicava em uma participação ativa da sociedade, ou de certos atores em especial (médicos, professoras, autoridades públicas e as mulheres em geral), para que seu fim fosse atingido. Mais ainda, atribuía-se a estes atores uma afetividade natural para com a criança, de forma que bastava boa vontade e articulação nacional (por parte do governo) para que os problemas fossem superados.

Entre as “figuras sociais” que colaboravam para o sucesso deste programa, estavam: “a) os profissionais: médicos e professoras; b) as autoridades públicas: prefeitos e juízes; c) a elite moral: os ricos e especialmente as brasileiras” (PEREIRA, 1999, p. 170). Dessa forma, o SAM e o DNCr se constituíram como órgãos criados durante o governo de Vargas, para assistir a infância. No que tange à formação profissional dos desvalidos, pode-se exemplificar a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários) em 1942, que tinha como competência organizar e administrar escolas de aprendizagem para industriários em todo o país. Estas escolas eram frequentadas por menores com idade mínima de 14 anos, com o enfoque mais na educação profissional continuada do que aquela ofertada para os grupos mais abastados, como a educação intelectual.

Embora fora da temporalidade enfocada neste estudo, cabe destacar que a partir da década de 1960, a assistência à infância ganhou características repressivas. Neste contexto foi criado em 1964 a FUNABEM – Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor – órgão normativo responsável por criar e implementar política do bem-estar do menor, que acabou substituindo o SAM. Os estados fundaram as FEBEM's – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor –, órgãos responsáveis pela a execução prática de serviços orientados pela FUNABEM, como a internação e reclusão de menores órfãos, desvalidos, infratores, dentre outros casos. Somente em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é que a criança e o adolescente são assegurados pela legislação como sujeitos de direito, modificando até mesmo as medidas que levam ao abrigamento da criança, de caráter provisório para a proteção daquelas que vivem em situações de vulnerabilidade social, e a internação, para adolescentes infratores que devem cumprir medidas sócio-educativas de privação de liberdade.

É neste contexto de alguma atenção, discussão e ações destinadas às crianças e jovens desvalidos e infratores que se destaca a importância das instituições fundadas com a intenção de acolher, educar, corrigir, disciplinar, reabilitar, profissionalizar e/ou internar menores que estão à margem da sociedade, conforme abordado nas próximas seções e posteriormente, no Capítulo 5, tendo como principal cenário a cidade de Pelotas.

4.2 O controle e o ordenamento social da infância em Pelotas

Tendo por base os estudos de Michel Foucault (2010, 2013), é possível afirmar que vivemos em uma sociedade de controle, no qual ele opera de forma individual ou coletiva, tais como controle da população, dos territórios, da higiene, da delinquência, da sexualidade, dos anormais, dos loucos, das anomalias, enfim, são formas de controles sociais abordadas por Foucault em diversas obras. Através dos estudos das diferentes técnicas de controle, o autor concluiu que é mais benéfico vigiar do que punir. Essa vigilância pode ser através do panoptismo⁷⁷,

⁷⁷ O panoptismo compõe um dos capítulos da obra *Vigiar e punir* (2013). Foucault aborda este capítulo, seguindo o modelo Panóptico de Bentham, figura arquitetônica desta composição. “O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior

[...] um tipo de poder que exerce sobre os indivíduos sob a forma da vigilância individual e contínua, sob a forma de controle, do castigo e da recompensa, e sob a forma de correção, ou seja, da formação e da transformação dos indivíduos em função de certas normas (CASTRO, 2016).

O panoptismo é apenas um dos mecanismos, uma forma de poder. Para Foucault (2007), o controle da sociedade capitalista sobre os indivíduos se deu no corpo e pelo corpo e não pela consciência ou pela ideologia. Ressalta-se que o corpo também está diretamente ligado ao campo político em que,

As relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 2010, p. 28).

Os corpos aqui estudados são corpos infantis, corpos de menores marginalizados, possíveis de serem moldados, fabricados, ajustados para suprir as necessidades da sociedade. Este ajuste do corpo é feito através da disciplina. Ao analisar o exército e a escola, Foucault (2007, p. 62) define a disciplina como:

[...] uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme à regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares.

Nesse sentido é que funciona o panoptismo citado anteriormente. Na visão do autor, o panoptismo é uma “invenção tecnológica na ordem do poder, como a

correspondendo às janelas de torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e se suprimem as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha” (FOUCAULT, 2013, p. 190).

máquina a vapor na ordem da produção”, se constituindo em “um conjunto de mecanismos que ligam os feixes de procedimentos de que se serve o poder” (FOUCAULT, 2007, p. 91).

O que foi exposto até aqui, introduz o modo em que se deu o controle e o ordenamento social da infância desvalida pelotense, segundo as análises dos discursos propagados pelos jornais. Para esta pesquisa, foram agrupados artigos e notas publicadas no *Diário Popular*, que é o jornal que muito se ocupou em discutir este tema. A delimitação temporal inicial consiste na década de 1910.

Um dos primeiros “achados” da pesquisa consiste na publicação de pequenas notas sobre a atuação da polícia administrativa ao prender menores vadios, no sentido de terminar com o aglomeramento de menores vagabundos que infestavam a cidade (*Diário Popular*, 21/04/1910). Durante alguns meses, o jornal buscou noticiar a prisão de menores e o envio deles para a Escola de Aprendizes Marinheiros, em Rio Grande, bem como, o recolhimento de indigentes encaminhados para o Asilo de Mendigos. Ambos os encaminhamentos eram realizados a pedido de membros da polícia. Os casos citados resultaram em um texto da coluna *Meu jornal*, intitulado *A vadiagem*. Segundo o texto escrito por Paulo:

Aqui, ha dias, noticiou-se que o activo sub-intendente ia tomar energicas providencias para a *repressão da vadiagem dos menores*, remetendo para a Escola de Aprendizes Marinheiros aquelles que para tanto tivesse a policia consentimento dos respectivos paes. Paulo (*Diário Popular*, 07/08/1910).

Percebe-se neste excerto que a melhor medida de repressão, era institucionalizar a infância, que correspondia aos menores indesejados que, de acordo com as notas anteriores, infestavam as ruas da cidade. A melhor forma de controle era trancá-los, separá-los, vigiá-los, privá-los do convívio em sociedade. O articulista segue explicando:

Os próprios paes ou tutores desses garotos que, da manhã á noite, enchem as ruas praticando em más companhias, preparando um triste futuro, não podem deixar de applaudir tão benéfica acção. A vadiagem dos menores está atualmente muito desenvolvida. A cada passo, as portas das vendas e pelas ruas, encontram-se magotes delles, ora luctando e permutuando-se palavrões, ora entregues a jogatina, ora fazendo algazarra e apupando os transeuntes. Assim, não só no interesse desses terríveis e abandonados pequenos, como no dos costumes, urge que tenha execução a moralisadora lembrança. Já que os responsáveis por elles, por negligencia ou por qualquer outra circunstancia, não pode contel-os, a policia que intervenha e

terá assegurado um melhor futuro para essa creançada que ahi anda a gandaia. Paulo (*Diário Popular*, 07/08/1910, p. 1).

Este texto é semelhante à ideia construída a partir da representação sobre os pedintes na cidade, abordada no capítulo anterior. Os menores eram vistos como sujeitos inoportunos, com maus hábitos e de péssima conduta moral. Ao reconhecer isso, os pais deveriam apoiar o internamento de seus filhos, uma vez que já não tinham o controle e a disciplina para educá-los e corrigi-los. É interessante observar que o autor os trata como crianças e direciona o texto no sentido de demonstrar a preocupação sobre o bem-estar dos menores e não à repressão a partir da vigilância promovida pela instituição de acolhimento e recolhimento.

É importante ressaltar, que a expressão “menores vadios”, só foi prevista como categoria social e jurídica, nas legislações promulgadas na década de 1920⁷⁸. Embasadas no âmbito jurídico, conforme Irene e Irma Rizzini (2004, p. 92-93), há dois tipos de menores vadios:

a) Que vivam em casa dos responsáveis, porém, “se mostrem refratários a receber instrução ou entregar-se a trabalho sério e útil, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros públicos”; b) tendo deixado “sem causa legítima” o domicílio dos responsáveis, ou os lugares onde se achavam colocados por aqueles, ou não tendo domicílio, “são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros públicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de ocupação imoral ou proibida”.

Pelas palavras do autor do texto extraído do *Diário Popular*, primeiro se tem a impressão que comparando com a categoria jurídica, ele refere-se apenas aos menores que vagavam pelas ruas sem ocupação honesta, porém o artigo exige uma leitura nas “entrelinhas”. Além de atrair e cativar o leitor, o texto de Paulo teve a função de alertar a sociedade para os perigos que as ruas ofereciam, considerando a presença de menores que praticavam algumas infrações.

O articulista representou estes menores como sujeitos importunos, indesejados, muitas vezes perigosos, necessitando de repressão, controle e internamento, uma vez que os pais foram negligentes ou incapazes por não darem conta da educação dos filhos. A ideia exposta pelo jornalista do *Diário Popular*, pode

⁷⁸ As legislações mencionadas correspondem os seguintes decretos: Decreto N. 16.272, de 20 de Dezembro de 1923. Approva regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes. Decreto N. 5.083, de 01 de Dezembro de 1926. Institue o Código de Menores. Decreto N. 17.943 A, de 12 de Outubro de 1927. Consolida as leis de Assistência e Proteção aos menores.

ser associada às palavras de Santos (2016) ao analisar sobre as arruaças promovidas por menores. Segundo o autor “o moleque travesso que alegremente saltitava pelas ruas, era também o esperto batedor de carteiras, que com sua malícia e agilidade assustava os transeuntes” (SANTOS, 2016, p. 218). Nesse sentido, o colunista do periódico pelotense, continua afirmando que os menores “soltos nas ruas, que alguém já chamou de viveiros dos criminosos, que esses menores vão se iniciando nos vícios do jogo, da bebida, da prostituição e da ladroagem” (*Diário Popular*, 07/08/1910, p. 1).

Conforme já abordado, os vícios e a vadiagem eram um dos principais problemas a serem enfrentados no contexto social da República. As ruas se tornaram espaços que alimentavam o imaginário social. Ferla (2005) compreende que naquele período a rua representava o espaço do perigo e do medo, impregnada de vícios e perversões, propícia a prática da marginalidade, moralmente insalubre comparada à idealização e ao estereótipo de um lar moral e com condições favoráveis de higiene. Por estes motivos e alicerçada pelo discurso da mídia impressa, a rua “alimentaria o imaginário popular a ameaça da perdição e do crime. Esta associação da rua com o mal é antiga e universal, mas conheceu um desenvolvimento extraordinário com a industrialização e a urbanização explosivas do século XIX” (FERLA, 2005, p. 262).

De acordo com Moura (1999) a rua não pode ser pensada apenas como um espaço que oferece risco à moralidade e à sociedade em geral, mas também se caracteriza por ser um ambiente infinito de perigos aos menores, pela possibilidade de atropelamento, aprendizagem e prática da mendicância, vadiagem, prostituição. A rua corrompe mesmo aqueles que ainda não iniciaram no mundo da criminalidade infantil, além disso, os próprios menores tornam-se vítimas de espancamentos, estupros, furtos e outros tipos de violações. Porém, a rua também se torna um atrativo pelo fato de os menores não serem enquadrados em um sistema de ordem, disciplina e de vigilância presente em instituições, dentre elas a da família, da escola, dos orfanatos e até da própria polícia.

O texto publicado no *Diário Popular* (07/08/1910), finaliza com um apelo às autoridades, para fundarem instituições próprias para a repressão e correção de menores perigosos, como a fundação de colônias correcionais para a detenção e instrução dos pequenos vadios, que posteriormente sairão destas instituições aptos para viverem em sociedade. Nesse intento, o articulista conclui afirmando que:

A falta desse recurso não impede, porém, no nosso caso, que se reprima a vadiagem, não consentindo nos ajuntamentos e na permanência dos garotos pelas vendas e ruas, vivendo ao léo, exercitando-se em hábitos que só lhes podem ser prejudiciais. É isso que o zeloso sub-intendente tem em vista e que, naturalmente, terá os aplausos gerais, logo que for executado. Paulo (*Diário Popular*, 07/08/1910, p. 1).

A solução imediata para a resolução deste problema foi citada no início da reportagem apresentada: o aquartelamento⁷⁹ de menores, vistos como perigosos, na Escola de Aprendizes Marinheiros. Esta era uma instituição asilar com características correccionais, educativas e profissionalizantes para meninos. Localizava-se na cidade de Rio Grande, aproximadamente a 60 km do município de Pelotas. A Escola de Aprendizes Marinheiros foi criada pelo Decreto N. 2725 de 12 de janeiro de 1861, como projeto da ação imperial em constituir e organizar as atividades ligadas à marinha, abrigando meninos desvalidos, assim como o fazia outras escolas de marinheiros e arsenais de guerras espalhadas em diferentes regiões do país. A escola de aprendizes era responsável por acolher e recolher desvalidos entre 10 e 17 anos de idades, dando amparo e ensinando algum ofício (VALLE; AMARAL, 2019). Para o ingresso de menores na instituição, Valle e Amaral (2019, p. 300) elucidam que:

Dentre os critérios, recebia destaque o fato de que o menor deveria ser cidadão brasileiro, ter idade entre 10 e 17 anos e ser de constituição robusta e própria para a vida no mar. O número de aprendizes nas escolas seria preenchido com menores voluntários ou órfãos e desvalidos que fossem enviados pelas autoridades competentes ou alistados pelos pais, tutores ou qualquer indivíduo que se declarasse por eles responsável. Também poderiam ser admitidos menores de 10 anos de idade que fossem julgados com suficiente desenvolvimento físico para o aprendizado.

No entanto, há que se ressaltar que alguns critérios acabavam por excluir os rapazes que não se encontravam em boas condições de saúde, apresentando problemas físicos ou alguma moléstia. Cabe mencionar que em 1910, como medida provisória, a instituição passou a admitir menores com idades entre 14 e 18 anos,

⁷⁹ Valle e Amaral (2019) explicam que a expressão aquartelar, é de cunho militar, encontrada nos documentos analisados pelas autoras. A expressão aparece como sinônimo de alojar, acolher e asilar. Também cabe salientar que nem sempre o acolher traz o mesmo significado de recolher. Os menores muitas vezes eram recolhidos pelas autoridades policiais e remetidos para acolhimento nas instituições educativas.

desde que tivessem uma boa conduta. (*Diário Popular*, 28/10/1910, p. 2; 20/12/1910, p. 2). Posteriormente, a idade inicial foi reduzida conforme a seguinte nota:

O commandante da Escola de Aprendizes de Marinheiros, no Rio Grande, foi autorizado a receber na mesma menores de 12 a 18 annos, com licença dos paes, tutores ou do juiz de orphãos, e apresentando attestado de bom comportamento, passado pela policia” (*Diario Popular*, 23/01/1912, p. 1).

Apesar de o alistamento precisar do consentimento dos pais, há indícios de que este critério não foi seguido de forma rigorosa, pelo fato de sofrerem algum tipo de coação policial, principalmente quando estes menores eram presos pelas autoridades policiais.

Em alguns estudos, estas instituições militares são destacadas como um espaço possível para a ascensão social. Além de oferecerem moradia, alimentação, também ensinava algum ofício, para quando a criança iniciasse a vida adulta, tivesse uma ocupação honesta para o seu sustento.

No que tange ao ensino, segundo o Decreto N. 1.517, de 4 de Janeiro de 1855, a instrução náutica consistia em ministrar o ensino de habilidades à arte de marinheiro, como costuras, alças, nós, aparelhar e desaparelhar um navio. Aos menores também era ensinado a ler, escrever, contar, riscar mapas, além do ensino da doutrina cristã. Quando possível, os aprendizes também seriam designados para práticas esportivas, como a natação. Percebe-se neste órgão militar, a presença da Igreja Católica, tanto no ensino da doutrina cristã, quando na figura do Capelão da instituição. Cabe lembrar que em 1855, ano do decreto, a religião católica era a religião oficial do Brasil, tendo forte atuação e representação religiosa e política.

Nos estudos de Loner (2001) e Valle e Amaral (2019), pela ordem, vigilância, controle e disciplina introduzidas no cotidiano da escola de aprendizes, esta também era considerada uma entidade de punição. Os comportamentos desviantes dos internos, davam margem a sanções. Isto é exposto nas palavras de Valle e Amaral (2019, p. 303) que ressaltam que:

[...] o cumprimento das ordens, dos deveres e do respeito à hierarquia, assim como o asseio e o bom comportamento em serviço e nas ruas, eram práticas cruciais na disciplina das Escolas de Aprendizes Marinheiros. O não cumprimento dessas práticas, por qualquer indivíduo fardado, era considerado um desprezo ao serviço militar, conduta esta que era pouco tolerada.

As afirmações das autoras são indicativos para a compreensão da nota publicada no *Diário Popular* (24/08/1912, p. 1), intitulada *Desertores*, apresentada da seguinte forma: “a’ ordem do Sr. Tenente coronel delegado de policia foram entregues ao Sr. Capitão do porto os menores João Silva e Lorival Gonçalves, desertores da Escola Aprendizes Marinheiro do Rio Grande”.

A fuga de menores era constantemente divulgada nos impressos. Muitas vezes os próprios pais recorriam às autoridades policiais para relatar a fuga ou o desaparecimento dos filhos. O que causa estranhamento é em relação aos menores tutelados e a forma que o jornal enfatizava quando estes eram da “cor preta”. Estas questões serão aprofundadas na próxima seção.

O jornal, ao frisar a conduta do menor, ou sua cor, corroborava ainda mais para que estes fossem mal vistos pela sociedade. Além disso, construíam no imaginário pelotense, a imagem de futuros “adultos problemas”. *Menores que prometem* é o enunciado da reportagem, que serve para sustentar tais afirmações. O texto publicado no impresso refere-se à denúncia feita por turca, uma vendedora ambulante, que ao regressar do trabalho, encontrou a porta de sua casa arrombada, dando falta de uma considerável quantia em dinheiro, algumas joias e um cardeal. Ao comunicar o roubo para o delegado de polícia, a vendedora relatou que desconfiava do vizinho Mario Leonel dos Santos, que era menor de idade. No decorrer da narrativa apresentada no jornal, é possível compreender o significado do título da reportagem. Em um discurso que tem um tom de humor, o jornalista vai descrevendo os fatos de forma irônica e detalhada, conforme o excerto a seguir:

Aquella autoridade effetuou hontem, a prisão do referido menor, que ao principio tentou negar e depois confessou que quem havia arrombado a porta fora o também menor Ramão de Souza, vulgo “Tôco”, o qual penetrára na casa de Maria, suspendendo o dinheiro, as joias e o pássaro. Informou ainda que tendo “Tôco” lhe dado dinheiro o havia guardado dentro de uma lata em sua residência. De facto, foi achado no local indicado a quantia de 88\$900. Effectuada a prisão de “Toco”, este procurou innocentar-se de sua cumplicidade no roubo vindo afinal a confessar que o restante do dinheiro estava escondido debaixo da lage da calçada de um predio da rua General Telles. Acompanhado por um guarda da policia administrativa até aquelle lugar, nada foi encontrado. Disse então o menor “Tôco” que outros pequenos o tinham visto collocar o dinheiro ali suppondo por isso que houvessem retirado. Na delegacia, interrogado novamente pelo delegado, “Tôco” já respondeu não ter collocado nesse lugar o dinheiro e sim no galinheiro da sua casa de moradia dentro de uma lata. Dada outra busca, ainda nada foi encontrado. Por fim declarou que não collocára dinheiro em parte alguma, dando a sua mãe Maria da Conceição, para guardar. Esta, que se achava no emprego, foi chamada á delegacia, declarando não ter conhecimento do facto. “Tôco” no entanto, sustenta a ultima affirmativa. Os

menores são de cor parda contando Mario 8 anos e “Tôco” 9 anos de idade. Como vê pelo *emboglio*, os meninos... prometem... (*Diario Popular* 31/07/1913, p. 2).

Menores que “prometem” é pela a forma que os meninos de apenas 8 e 9 anos de idade, encontraram para ludibriar a polícia e, ao associar com o título da reportagem, compreende-se que o jornalista os representou como futuros ladrões em potencial. Esta história provém de uma imaginação forte do menino, enganando até mesmo profissionais preparados para o trato com pessoas que apresentam condutas desviantes. Para Vianna (1999), os policiais são profissionais que tem na sua formação um conhecimento específico da área, e usam destas para justificar o reconhecimento de um indivíduo como perigo potencial, através das suas falas e dos seus comportamentos. A autora complementa afirmando que “a identificação do suspeito precede e justifica as etapas de investigação. De acordo com tal lógica, em primeiro lugar viria a certeza da culpa para, em seguida, realizar o esforço de comprová-la” (VIANNA, 1999, p. 46). A denúncia feita pela turca já era o suficiente para o menor passar de suspeito para culpado.

A sucessão de acontecimentos, a partir da versão dos menores, propiciou que o jornalista construísse um texto curioso, sem o uso de adjetivos pejorativos dirigidos aos menores, como gatuno, vadio ou delinquente. O mesmo ocorreu com a mãe de Ramão, conhecido como Tôco, mulher trabalhadora que, apesar da infração do filho, não foi chamada de negligente ou cúmplice do menor.

Outro aspecto relevante, é que a representação construída pelas ações de menores considerados perigosos, não provém apenas de um segmento da sociedade elitizada. A denunciante, uma turca, vendedora ambulante, não pertencente a um grupo economicamente e culturalmente elitizado. Provavelmente esta desconfiou do vizinho, por ter uma ideia pré-concebida sobre o menor. O fato da sua condição étnica ou econômica, pode também ter contribuído para que o jornalista apresentasse o ocorrido de forma mais amena. Destaca-se também que o jornal não ocultou a informação sobre o grupo étnico-racial dos meninos, algo que fomenta ainda mais o imaginário social pela maneira que este grupo historicamente estigmatizado é representado, ou seja, além de menores, eles eram pardos.

As publicações anteriores precedem ao texto de Paulo intitulado *Vadiagem infantil* (*Diario Popular*, 17/08/1913, p. 1). O jornalista na coluna *Meu jornal*, noticiou sobre a série de medidas tomadas pelo chefe de polícia da Capital Federal, Rio de

Janeiro. De acordo com Paulo, o enérgico e tenaz chefe de polícia da capital brasileira, estava tomando providências para repressão da vadiagem. Estas ações moralizadoras estavam sendo respaldadas e exaltadas pela imprensa, pois a autoridade policial, em nome da boa honra, estava pondo em prática, indispensável medida para a repressão da vadiagem infantil. Como resultado, foram encontrados mais de oitenta menores vadios perambulando ociosamente pelas ruas da Capital Federal. No decorrer do artigo, Paulo segue informando que:

Já alguém qualificou de chaga social a vadiagem das crianças pelas ruas, sempre em correrias e gritos, jogando, assaltando bonds, carros e automoveis, trocando palavrões vergonhosos entre si, engalfinhando-se ferozmente, vaiando o transeunte, quando não atirando-lhe o que encontram á mão. Paulo (*Diario Popular*, 17/08/1913, p. 1).

Este trecho, embasado nos relatos cotidianos da Capital Federal, acaba reproduzindo alguns acontecimentos nas ruas de Pelotas. Percebe-se que o problema com os menores não era uma singularidade das grandes capitais, conforme abordado em alguns estudos situados nas capitais e regiões metropolitanas do sudeste, pois o mesmo ocorria na cidade sulina. Há que se levar em conta que Pelotas neste período estudado, era a segunda cidade gaúcha em termos de população. Ressalta-se como muito interessante o dado de menos de cem menores vadios que perambulavam pelas ruas da capital federal na segunda década do século XX.

No texto *Vadiagem infantil*, Paulo tenta mudar o discurso e a representação sobre os menores, ao direcionar para o bem-estar social das crianças soltas pelas ruas, vivendo de forma livre que “acabam por se tornar vagabundos incorrigíveis, refractarios ao trabalho, adquirindo toda uma serie de vícios que inutilizarão para o futuro, tornando-as perniciosas á sociedade” (*Diario Popular*, 17/08/1913, p. 1).

Para reverter esta situação, segundo o articulista, as autoridades pelotenses deveriam seguir o exemplo do delegado da capital, reprimindo com energia o contingente de crianças agrupadas nas esquinas, nas portas de órgãos públicos e culturais. Apesar de reconhecer o trabalho da polícia, Paulo finaliza ressaltando que a ação junto a esses menores que viviam nas ruas representavam “interesses mútuos – os da sociedade e os dessas crianças tão mal iniciadas na vida” (*Diario Popular*, 17/08/1913, p. 1). Percebe-se neste texto que, em momento algum o articulista convoca a municipalidade ou a iniciativa caritativa e filantrópica para

elaborar projetos ou tomar uma medida educacional e assistencial em prol dos menores. Ele os julga e identifica como sujeitos incorrigíveis, sendo que a única solução seria punir, castigar, privar de liberdade e não vigiar e controlar visando à regeneração e reinserção na sociedade.

Os títulos das reportagens com foco na infância desvalida, eram marcados pela denominação “menor”. Cabe retomar a ideia de que naquele período o menor referia-se aos meninos e meninas desvalidos, pobres, infratores, abandonados, dentre outras atribuições e vínculos. “Menor desertor”, “menor fugido”, “menores e o jogo” são exemplos de enunciados presentes nos impressos, em especial no periódico político-partidário analisado. Quando os jornais se referiam às instituições próprias para estes menores, era comum encontrar expressões como disciplina e disciplinado, como a “bem disciplinada Escola Aprendizes de Marinheiros” (*Diário Popular*, 12/05/1914, p. 2).

Tais características advêm de uma sociedade disciplinar, “uma sociedade regulamentada, anatômica, hierarquizada, com seu tempo cuidadosamente distribuído, seus espaços quadriculados, suas obediências e suas vigilâncias” (FOUCAULT, 2009, p. 370), algo que de fato ocorreu no interior das instituições em que as técnicas disciplinares são aplicadas no corpo, objeto do poder, para torná-lo útil, dócil e manipulável. As técnicas correspondem a um conjunto de métodos “que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2013, p. 133). Portanto, o corpo infantil institucionalizado não bastava ser dócil, ele tinha que ser útil.

Quando os menores iam em direção oposta da disciplina e da ordem ou eram vítimas da violência e do comportamento imoral por parte dos adultos, estes menores eram julgados e as atitudes desviantes dos adultos eram amenizadas. Estas questões podem ser compreendidas através da nota *Mal agradecido*, que relata o caso de um menor em tratamento na Santa Casa. Porém, de acordo com a nota do impresso, sua doença não era das piores, pois o menino teve energia para cometer atos condenáveis no piedoso recolhimento. Por este motivo, o delegado teve que “metter o endiabrado e ingrato Dorvalino na enxovia⁸⁰” (*Diário Popular*, 08/06/1912).

⁸⁰ Enxovia corresponde um local para cumprir pena, como a cadeia.

Outra notícia reproduzida pelo *Diário Popular* que reforça estas afirmativas, mas que pelo discurso do impresso, aparentemente era aceitável aos comportamentos e padrões da época, foi o estupro de uma menina de 10 anos, ocorrido em um distrito da cidade de São Luiz Gonzaga/RS, aproximadamente 540 km de Pelotas, que resultou no casamento com o seu agressor, um homem de 30 anos. Embora tenha sido anunciado que as análises sobre o tema estavam centralizadas nos fatos ocorridos na cidade de Pelotas, julga-se importante também, analisar acontecimentos de outras cidades gaúchas, noticiados pelo periódico pelotense, uma vez que a mídia impressa era o principal veículo de informação, construtor de opinião pública local, por isso, apresento aqui, a notícia do crime ocorrido na cidade de São Luiz Gonzaga.

Segundo a notícia, com o título *Casamento de uma menina* que corresponde apenas o casamento e não ao crime ocorrido:

No Rincão de S. Pedro 3º districto deste município, deu-se, há dias, um bárbaro crime de estupro, em uma menina orphã, de 10 annos de idade, neta de Brigida Ignacia Fernandes. O autor desse crime é o individuo de nome Basilio Lopes dos Santos de 30 annos de idade, e que se acha recolhido á cadeia desta cidade. Brigida apresentou, hontem ao juiz de orphãos, a dita menor, que se chama Maria da Conceição. Aquelle juiz resolveu effectuar, hoje ás 10 horas da manhã, o casamento de Maria Basilio conforme pedido deste no intuito de, assim escapar á acção criminal. A união matrimonial será feita com separação de corpos, conforme determina a lei (*Diario Popular*, 30/04/1912, p. 1).

Percebe-se de que quando se trata da criminalidade infantil, os jornais destilam “seu veneno” e julgamentos à infância e aos seus responsáveis, representando-os através de expressões pejorativas (menores vadios, vagabundos, terríveis, delinquentes, filhos de pais negligentes), alimentando o imaginário da sociedade que cada vez mais repulsa e condena estes menores. Já o crime hediondo, de tamanha gravidade como o estupro, é amenizado, pois o estuprador é um adulto de 30 anos e ironicamente o casamento se daria com a “separação de corpos”. Talvez a decisão do juiz possa ter sido influenciada pelo fato de o criminoso e a vítima pertencerem a mesma classe social. Quem sabe, se a menina não fosse uma órfã criada pela avó, oriunda de família abastada, o criminoso pudesse ter outro destino, considerando também que, por conta da classe social, provavelmente a notícia não seria divulgada pela mídia impressa.

Ao comparar o discurso dos jornalistas, constata-se que o adulto criminoso não foi abordado e julgado com a mesma energia, repulsa e indignação quando a mídia impressa discute as infrações por parte dos infantis. Em relação a decisão do juiz, a notícia prossegue enfatizando que “aquelle juiz prosseguirá depois, na acção criminal contra Basilio, visto tratar-se de attentado contra uma creança, pois no caso, a união matrimonial não isenta o crime praticado. Trata-se de uma violência e não de uma sedução” (*Diario Popular*, 30/04/1912). Pelas palavras do jornalista, percebe-se que a relação sexual não foi consensual, ainda mais tendo a vítima apenas 10 anos de idade, se caracterizando por estupro, que de acordo com o Art. 269 do Código Penal vigente na época, “chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violencia de uma mulher, seja virgem ou não”.

O mesmo código prevê prisão celular de um a seis anos, para o homem que corromper uma menor de idade, praticando com ela ou contra ela atos de libidinagem. O Art. 267 da referida lei, também prevê prisão celular de um a quatro anos, para o homem que deflorar uma menor de idade, empregando sedução, engano ou fraude. No caso de estupro de mulheres públicas ou prostitutas, a pena era diminuída, com prisão celular de seis meses a dois anos. Por último, o Capítulo I da violência carnal, finaliza:

Por violencia entende-se não só o emprego da força physica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral os anesthesicos e narcóticos (DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890).

Embora a reportagem apresentada assumia que se trata de um crime bárbaro, criticando a decisão do juiz de órfãos, figura ilustre, no alto da pirâmide hierárquica do âmbito jurídico e, social, que a pedido do criminoso decidiu como solução imediata, o casamento da criança com o adulto, pode-se evidenciar que os estigmas e traumas da criança não foram considerados. Além de a órfã ser vítima da violência física, ela também foi submetida a uma violência simbólica através da dominação masculina⁸¹.

⁸¹ Violência simbólica e dominação masculina são conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu. De maneira geral, na visão do autor, a dominação masculina e a forma que ela é imposta e vivenciada, é resultado da “violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, na última instância, do sentimento.

Outro elemento para ser discutido, principalmente sobre a legitimação do crime contra a criança, é a sua idade. Uma menina de 10 anos, considerando também a educação e padrões comportamentais da época, provavelmente não tenha discernimento para julgar o que é certo e errado, bem como, distinguir o ato criminoso e não criminoso.

Tobias Barreto de Meneses, filósofo e jurista brasileiro no século XIX, ao discutir o indivíduo criminoso, afirmou que o mesmo “envolve a idéia de um espírito que se acha no exercício regular das suas funções” (MENESES, 1926, p. 12). Tais concepções estavam atravessadas nos quatro momentos da evolução individual, sendo eles: a consciência de si mesmo, a consciência do mundo externo, a consciência do dever e a consciência do direito. A partir destes pressupostos, a idade biológica é um dos critérios para a distinção das regras sociais e da responsabilidade dos indivíduos quanto aos seus atos.

Crimes como estes se tornam um verdadeiro desafio para o historiador, que de forma alguma poderá ser neutro e imparcial. O desafio consiste em tecer uma narrativa impessoal a partir do tempo presente, tendo por base os fatos do passado, buscando certa distância de juízos de valores durante a análise de fatos que estão socialmente e historicamente inseridos no contexto da época.

A institucionalização da infância, via instituição punitiva, de repressão e instituição da família, atualmente são discutidas tendo como principal objetivo o bem-estar do menor, uma vez que, as decisões para o encaminhamento da infância estão condicionadas a uma legislação que considera a criança e o adolescente como sujeito de direito. Dentro do contexto histórico analisado, é possível constatar que a melhor forma de resolver o problema com o menor desvalido, era institucionalizando-o. Tais decisões e regras eram impostas pelos agentes de normatização, seja através da representação política, militar, jurídica, ou da família e

Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado” (BORDIEU, 2012, p. 7-8). No que se refere à compreensão sobre a relação de submissão das mulheres, dominação e violência simbólica, Chartier (1995, p. 42) define que “a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irredutível, universal. O essencial não é então, opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/feminino, mas sobretudo identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como "natural", portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções”.

de alguns segmentos da sociedade. Até a própria mídia impressa se mostra como um veículo que busca ditar regras, um agente de controle que visa normatizar comportamentos, pois o objetivo geral para estes agentes era o de construir a nação da ordem e do progresso. Tendo por base estas questões, apresento a seguir a infância desvalida como assunto de polícia.

4.2.1 O menor como caso de polícia

A repressão dos vadios assumiu parte do protagonismo nas ações de vários segmentos sociais, políticos e jurídicos que aspiravam pela ordem e o progresso da República. No Código Penal de 1890, o capítulo alusivo a estes sujeitos, estava acompanhado pela repressão dos capoeiras.

Há pouca documentação histórica quanto à origem da capoeira, mas sabe-se que sua origem está ligada a população negra. Alguns autores a consideram como uma invenção do negro na África, em forma de dança ritualística, vinda para o Brasil durante o processo de colonização da América portuguesa, aparecendo entre os negros escravizados, na forma de defesa pessoal contra os seus opressores. Para outros historiadores, trata-se de uma prática originalmente brasileira, uma vez que os escravizados não possuíam armas para defesa pessoal e, movidos pelo instinto de sobrevivência, fizeram da arte de bater o corpo, uma forma de defesa. Tais movimentos foram inspirados a partir da observação dos animais quanto às brigas, os coices, os saltos, os botes, cruzando estes elementos com as manifestações culturais africanas, dentre elas as danças e cantigas (FONTOURA; GUIMARÃES, 2002, REIS, 1994).

Como atividade mal vista no Brasil, Reis (1994) elucida que em 1878, o chefe de polícia do Rio de Janeiro, alicerçado pelos pressupostos evolucionistas daquele período, considerou a capoeira uma doença moral proliferada na “civilizada” cidade do Rio de Janeiro. Mesmo no período de pós-abolição, durante a vigência da República, os capoeiras sofreram forte perseguição e coibição policial, uma vez que esta prática ainda fazia parte dos seus cotidianos, mesmo na condição de pessoas livres.

Dessa forma, o Código Penal de 1890 criminalizou formalmente a capoeira. Tal fato pode ser constatado através do Art. 402, do Código Penal de 1890, cujo texto previa que:

Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal podia terminar em prisão celular de dois a seis meses.

O Capítulo XIII do Código Penal de 1890, dos vadios e capoeiras, estabelecia no Art. 399, prisão de 15 a 30 dias para os seguintes atos:

Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes.

O inciso segundo deste mesmo artigo, estabelecia o recolhimento de menores vadios, maiores de 14 anos, em estabelecimentos disciplinares industriais, onde poderiam permanecer até aos 21 anos.

O controle e repressão da vadiagem de menores era realizado pela polícia. Nesse sentido, Vianna discute sobre a legitimidade da intervenção policial realçando que:

[...] firmava-se sobretudo no seu próprio exercício cotidiano, ou seja, no fato de caber à polícia todo o processo de recolhimento e identificação de menores, tornando-o a peça fundamental para o seu enquadramento em um determinado universo de explicações. Sua ação permitia o exercício de um poder discricionário não só sobre os próprios menores, mas sobre a rede de relações – especialmente familiares – em que eles estavam inseridos (VIANNA, 1999, p. 167).

A autora salienta que o combate e controle da vadiagem, era feita sobre a ligação triangular que envolvia a polícia – representante do Estado – os menores e a família. Eram os agentes policiais responsáveis pela vigilância, controle da ordem, sanitarismo urbano e higiene social. Essas ações por parte da polícia, não foi uma exclusividade da época. Vianna (1999) relembra o envolvimento de policiais na “Chacina da Candelária” em 1993, que naquele período recebeu o trocadilho de “Faxina da Candelária”. Para a autora, fica evidente a relação entre “chacina” e “faxina”, uma vez que,

[...] o processo simbólico de desumanização presente nessa analogia entre pessoas assassinadas e a sujeira removida das ruas parecia ser algo além

de um sinal de crueldade particular ou de 'barbárie', antítese por excelência dos valores da civilização. Essa analogia parecia informar não só sobre uma desigualdade primordial da condição humana, que já os mortos não poderiam ser percebidos simplesmente como 'crianças', mas também sobre um estranho desejo de que tais criaturas fossem removidas do cenário comum a todos, e que houvesse pessoas capazes de fazê-lo (VIANNA, 1999, p. 18).

Se nos tempos atuais essa "faxina" é realizada pelos milicianos⁸² através do extermínio de crianças e adolescentes, no início do século a "faxina" de menores era via institucionalização. Adriana Vianna justifica o título da sua obra *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920* (1999), através da percepção que teve dos documentos analisados, em que,

[...] a ação policial sobre certos indivíduos – os menores- só se fazia possível porque realizada sobre um mal que ainda iria se concretizar plenamente, um mal que se adivinha em seu comportamento e em suas características hereditárias. Um mal ainda em formação, mas com a força inexorável de algo que está determinado, que advém, que há de vir (VIANNA, 1999, p. 19).

Embora naquele período, a infância não era dividida como na contemporaneidade, que estabelece idades para distinguir a criança do adolescente, no âmbito jurídico, menor e infância não são empregados para demarcar a passagem da faixa etária, mesmo assim ocorria o desmembramento do termo menor, sendo a polícia o principal agente pela distinção do termo. O fator idade vai aparecer somente em 1927, através do Código de Menores.

No decorrer da presente tese, muitas vezes os termos infância ou criança desvalida, foram empregados como sinônimos de menor. O mesmo ocorreu nos jornais. Antes da promulgação do Código de Menores de 1927, conforme elucidado, o termo menor não se tratava precisamente de uma representação genérica. Havia a preocupação de separar o conjunto de menores, entre os detidos pela polícia, dentre eles, abandonados, vadios, ladrões; dos não detidos, aqueles não abandonados, não vadios, não ladrões. Estes adjetivos tinham duas funções, a de fornecer

⁸² A Lei Nº 12.720, de 27 de setembro de 2012, altera o Código Penal de 1940 no que se refere aos crimes praticados por grupos de extermínio ou milícias privadas. De acordo com o Art. 288-A, a milícia privada consiste em constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos no Código Penal.

informações sobre os motivos da detenção e a de estabelecer uma fronteira entre a menoridade normal e a menoridade desviante (VIANNA, 1999). Por estas razões é que se sustenta a afirmação de que menor era um termo pejorativo, relacionada à infância desvalida, ligada à periculosidade, ao que era ruim, ao medo, e uma questão a ser tratada e combatida pela polícia.

Alguns exemplos foram citados na seção anterior, através de uma explanação geral sobre o controle e o ordenamento social da infância desvalida, principalmente nas discussões dos textos sobre a “vadiagem infantil” e o envolvimento da polícia administrativa. No estudo de Mauch (2017), a organização policial republicana no Rio Grande do Sul está dividida em duas instituições distintas; o da Polícia Judiciária, responsável por investigar e reprimir o crime no âmbito estadual e o da Polícia Administrativa, que tinha como principal função a vigilância e manutenção da ordem pública, se caracterizando pelo trabalho preventivo de acordo com a organização municipal que tinha “a tarefa de especificar as atribuições policiais e dos intendentos, subintendentes e demais cargos que a administração local entendesse criar” (MAUCH, 2017, p. 46). Portanto, cabia à Polícia Administrativa, respaldada pelo Código Penal de 1890, o conjunto de tarefas de vigilância, para enquadrar os suspeitos de algum tipo de contravenção, como a mendicância, a embriaguez, o jogo e a vadiagem. Sobre a tarefa policial, Vianna (1999, p. 45) aponta:

Com as transgressões que lhe cabia reprimir compreendiam uma série de comportamentos, além da inserção no mundo ordenado do trabalho, sua ação cotidiana implicava no exercício constante de reconhecimento e identificação de indivíduos de acordo com as representações mais abrangentes. Qualquer operação policial realizada sobre suspeitos de algumas dessas contravenções significativa, portanto, um julgamento moral sobre aquele que a praticara, o que não ficava restrito ao ato em si, mas ao “tipo” de pessoa com a qual estaria lidando (vadio, jogador, bêbado).

Destaca-se que o principal estudo para subsidiar esta seção, parte do presente trabalho de pesquisa, foi o de Vianna (1999), que utilizou como documentos de pesquisa, fontes arquivísticas da polícia do Rio de Janeiro, analisadas pela metodologia etnográfica, tendo como objetivo geral investigar o processo de construção do menor como um personagem social, através das atividades policiais de recolhimento e classificação deste conjunto de sujeitos em situação da menoridade.

Reitero que, tendo por base a pesquisa em História da Educação, o objetivo aqui foi o de investigar práticas e representações sobre o menor na cidade de Pelotas, subsidiado pela análise documental dos jornais locais. Porém reconheço no estudo de Vianna, possibilidades de aprofundamento sobre o tema, indicando interessantes caminhos que podem respaldar ainda mais o que aqui é apresentado.

Sobre a fonte impressa investigada, priorizo aqui informações do *Diário Popular*, na década de 1910, uma vez que este tema não foi localizado na imprensa negra pelotense deste período, pelo menos nos exemplares consultados. O que sugere questionamentos, pois é na comunidade negra que estão os principais sujeitos alvos da polícia.

Geralmente, os enunciados das notas e reportagens do *Diário Popular* que abordavam as condutas inapropriadas por parte dos meninos, vinham acompanhados do termo “menor” e de uma expressão que o adjetivasse, como desertor, vadio, terrível, mal agradecido. Algumas notas eram recorrentes, abordadas pelo mesmo título *Entre menores*. “Foi detido no 1º posto o menor Martins Dias de Oliveira, por ter ferido na perna direita ao também menor João Araújo Bastos mensageiro da agenda Ideal” (*Diário Popular*, 14/07/1910, p. 2). Outro exemplo com o mesmo título é a nota na capa do jornal de 30 de mar. de 1912 relatando que “foi preso e recolhido ao 1º posto policial o menor Armando Alves Oliveira, por ter dado com um pedaço de telha na cabeça do também menor Octaviano Alves dos Santos, produzindo-lhe um ferimento”. Este último exemplo, apresenta um elemento a mais na informação.

Ante-hontem á noite, á rua 3 de fevereiro esquina Gonçalves Chaves, brigaram os menores Dorval Augusto Alves dos Santos e Sylvio Silveira sahindo o primeiro com um ferimento de faca no pulso esquerdo. O *menor delinquente* foi intimado a comparecer na delegacia de policia (*Diário Popular*, 25/01/1914, p. 1, grifo nosso).

Independente de quem é o autor do golpe e de quem é o ferido, tem-se a impressão de que ambos são tratados como culpados, pois os dois envolvidos são menores, o que para época, já representa uma conotação negativa no imaginário social.

Na última nota do *Diário Popular*, a expressão delinquente serve como elemento discricionário para as instituições policiais, uma vez que a menoridade é

um critério organizador de relações sociais. Quanto à designação “menor” nestas instituições, Vianna (1999, p. 43-44) enfatiza que,

Nessas, o termo não só tinha uso recorrente desde, seguramente, a década de 1910, como representava uma classificação básica, que podia ser matizada com o emprego de adjetivos. Nesse sentido, é possível afirmar que o termo menor, embora tenha suas raízes na produção jurídica, consolidou-se e generalizou-se em boa medida por meio da ação policial. Os significados que passaram a ser normalmente associados ao termo (abandonados, delinquentes etc), para além de representarem construções do “senso comum”, indicavam classificações policiais largamente utilizadas.

A autora complementa relatando que a polícia ao recolher o menor, ou na função de receber e responder por sua internação em outras instituições, realizava tarefas burocráticas na tentativa de identificar este indivíduo potencialmente perigoso. As ações policiais não consistiam nos delitos e desencadeamento de um processo formal, e sim no poder discricionário para identificação e classificação dos detidos.

Era uma espécie de triagem que definiria o destino dos menores. Para a triagem, alguns fatores eram considerados, como aqueles “acidentalmente” encontrados vagando pelas ruas, como o acontecido com o menor Octacilio Soares de Lima (*Diário Popular*, 21/05/1914), os extraviados, ou que momentaneamente estavam desligados dos pais ou tutores responsáveis por fiscalizar e reprimir condutas desviantes. Também os menores que apresentavam perigo potencial, como os vagabundos. Nos exemplos citados, os menores eram recolhidos e ficavam sob a guarda da polícia.

Os motivos para a detenção e encaminhamento para algum estabelecimento de acolhimento/recolhimento ao menor, eram diversos. Para esta identificação, Vianna (1999) consultou os relatórios da polícia e as fichas de internação de outras instituições correcionais. Os casos de menores abandonados consistiam principalmente no flagrante de menores vagando pelas ruas, não tendo o menor detido, um responsável legal para responder por ou junto a ele, embora também praticassem pequenos furtos e tivessem diversas entradas em instituições policiais. Para os menores abandonados, “o aspecto de punição não é evocado nesse caso, sendo mais enfatizado o deslocamento promovido pela remoção para patronatos, que ganha contornos de ‘saneamento’ do espaço urbano” (VIANNA, 1999, p. 103).

Em alguns casos, quando encontrado o responsável, este era consultado no

sentido de autorizar a entrada do menor em alguma instituição. Era o que ocorria na Escola Aprendizes de Marinheiro na cidade de Rio Grande, conforme abordado anteriormente. Reitero que, estes menores eram classificados como vadios ou delinquentes. Muitas vezes o menor até não era detido na condição de vadio, mas o fato de andar em más companhias era um motivo para detê-lo junto com o grupo de abandonados e de vadios. A designação pivete, encontrada em alguns registros, geralmente estava acompanhada de alguma expressão que a complementasse, como vagabundo ou ladrão, ou recebia algum indicativo que enfatizava a informação, como reincidente ou conhecido (VIANNA, 1999).

A idade também era um importante elemento classificador, principalmente para o encaminhamento dos menores, pois caracterizava não só a instituição que os acolhia, como também o próprio menor, indicando o grau de periculosidade e a possibilidade de regeneração do interno, já que alguns eram considerados incorrigíveis, principalmente os delinquentes reincidentes.

Como apontado anteriormente através da pesquisa de Valle e Amaral (2019), a Escola de Aprendizes Marinheiros alistava e acolhia menores recolhidos pela polícia, com idades de 10 a 17 anos. Os meninos menores de 10 anos poderiam ser admitidos, desde que fossem suficientemente desenvolvidos fisicamente para o aprendizado. Este fator é bem importante, se considerar o Código Penal de 1890. No referido código, não eram considerados criminosos menores de 9 anos completos e os maiores de 9 e menores de 14 anos, que obrassem sem discernimento. Os maiores de 9 anos e menores de 14 que tivessem obrado com discernimento, seriam recolhidos e encaminhados para instituições disciplinares, ficando no estabelecimento pelo tempo determinado pelo juiz, porém o recolhimento não poderia exceder a idade de 17 anos. Em 1910, a idade foi modificada de 14 a 18 anos. Portanto, no caso do presente estudo, considera-se a Escola de Aprendizes Marinheiros como uma instituição disciplinar, para acolher meninos das cidades do sul do estado.

O espectro de cores dos menores era um elemento fundamental, no que tange a representação do menor, pois a classificação étnico-racial da população era uma preocupação no processo de construção da nacionalidade na virada do século XX, reforçando assim, o movimento eugenista. Para o médico brasileiro Raimundo

Nina Rodrigues (1862-1906)⁸³, autor da obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, publicada no final do século XIX, era necessário discutir sobre a responsabilidade penal de raças consideradas inferiores, não os equiparando às raças brancas civilizadas, pela incapacidade orgânica e cerebral, que corrobora para a menor capacidade de discernimento dos ditos inferiores. Isso também é atribuído pela distinta história de povoamento do Brasil, formado pelas três raças, as superiores compostas por brancos europeus e, as inferiores compostas por índios selvagens e negros africanos “que, embora dominada e como instrumento da raça branca, invadiu por sua vez o país e ajudou o branco a repelir o índio” (RODRIGUES, 2011, p. 33).

Para o médico, “as condições existenciais das sociedades, em que vivem as raças inferiores, impõem-lhes também uma consciência do direito e do dever, especial, muito diversa e às vezes mesmo antagônica daquela que possuem os povos cultos” (RODRIGUES, 2011, p. 28), nesse sentido é que surgiram as dúvidas quanto à capacidade de transformar índios e negros em homens completamente civilizados, pois isto dependeria do resultado positivo da domesticação do índio e da submissão do negro escravizado. Em termos gerais,

Se, de fato, a evolução mental na espécie humana é uma verdade, à medida que descermos a escala evolutiva, a mais e mais nós deveremos aproximar das ações automáticas e reflexas iniciais. Deste jeito, nas raças inferiores, a impulsividade primitiva, fonte e origem de atos violentos e antissociais, por muito predominarão sobre as ações refletidas e adaptadas, que só se tornaram possíveis, nas raças cultas e nos povos civilizados, com o aparecimento de motivos psíquicos de uma ordem moral mais elevada (RODRIGUES, 2011, p. 30).

Portanto, Nina Rodrigues só reforça a ideia de que negros e índios que infringiam a lei, cometiam os crimes também por influência da origem primitiva das raças nas quais eles se enquadram. É válido ressaltar que na contemporaneidade, os pesquisadores do período pós-abolição e pós-emancipação, sustentam a afirmativa de que o conceito de raça trata-se “de uma poderosa construção cultural, inventada nas metrópoles europeias e reinventada em suas colônias para justificar e naturalizar a dominação dos europeus sobre os não-europeus, dos brancos sobre os

⁸³ Para este trabalho o título *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, obra publicada em 1894, está sendo utilizado uma versão online, com ortografia atualizada, publicada em 2011.

não-brancos”, uma vez que “a raça nunca foi um fato biológico natural, nunca foi comprovada cientificamente” (SILVA *et al.*, 2017, p. 94).

Os estudos elaborados por Nina Rodrigues propagados pelo movimento eugenista, contribuíram para o aumento do racismo, da discriminação racial e da estigmatização dos indivíduos considerados inferiores, alicerçando ainda mais a campanha eugênica, apontando nos negros, índios e mestiços (mulatos, mamelucos ou caboclo, curibocas ou cafuzos e pardos) um dos motivos para o atraso na construção de uma nação moderna e civilizada.

O que foi abordado até o momento, é para enfatizar que o paradigma racial era uma das preocupações no processo de identificação dos menores. Muitas vezes, a classificação étnico-racial dos detidos era registrada, mesmo quando não solicitada, considerando que “a cor poderia ser um elemento importante na probabilidade de condenação ou absolvição” do menor (VIANNA, 1999, p. 110).

Esse tipo de descrição também era rotineiro nas notas publicadas nos periódicos, como é possível perceber a seguir, na nota *Menor larapia*:

Há tempos apresentou-se na delegacia de policia uma senhora, acompanhada de uma *mulatinha*, que se declarou haver fugido do Povo Novo, onde morava com sua madrasta, que a espancava muito. O dr. Delegado de policia mandou apresentar ao dr. Juiz districtal a referida menor. Desejando a senhora citada ser tutora da mesma foi-lhe isso negado, por não se conhecer a procedencia da menor. Dias depois queixaram-se na delegacia que uma menor, de nome Maria Jacintha havia furtado da casa do *nosso amigo* Sr. João Afonso Corrêa de Almeida, d’onde furtara alguns objectos. Agora acaba de ser descoberta por aquella autoridade que *a menor larapia* é aquella mesma sendo por isso *remettida* para a residência do Sr. João Affonso Corrêa de Almeida. (*Diario Popular*, 07/04/1914, p. 2, grifos nossos).

A menor além de ser acusada de ladra pelo jornal, também recebeu o adjetivo de “mulatinha”, corroborando com a ideia de inferioridade racial. Como pena da sua infração, ela foi novamente remetida para a instituição da família. Cabe lembrar que nesta época, Pelotas contava com duas instituições asilares para órfãs, com características mais assistenciais e preventivas, do que repressivas e punitivas. Como a nota do jornal apresentou apenas informações superficiais, fica o questionamento sobre qual o vínculo e função da menina na casa do reclamante? Qual o real motivo da fuga? Que tipo de tratamento a menina recebia antes de cometer o furto? Quais foram as consequências da infração da menina ao retornar para a casa do reclamante?

Pelos questionamentos levantados, tem-se a percepção que estas preocupações eram irrelevantes tanto para a polícia quanto para o impresso, uma vez que a “vítima” de furto foi tratada como amigo do jornal, provavelmente um homem branco, um “homem de bem”, estando ele no direito de ficar com a tutela da menor, sem o futuro controle e vigilância da polícia e da imprensa. Quem sabe a ordem para que a menor retornasse para a casa do Sr. João poderia representar a pena máxima, a pior punição que a menina negra poderia ter. Além disso, através da forma que a notícia foi apresentada, sugere uma analogia entre o senhor de escravo e o “escravo fujão”. O Sr. João como senhor de escravo, “dono” da “mulatinha”, ordenou a captura da fujona ao capitão do mato, representado pela figura do delegado de polícia.

Esta analogia sustenta a ideia de Foucault (2010, p. 160) ao afirmar que “é mais rentável vigiar do que punir”. Em outros tempos, esta menina poderia sofrer o suplício público, conforme o ocorrido em 12 de maio de 1876, segundo aponta Monquelat (2012) a partir da notícia de um jornal pelotense, no qual um homem de meia idade, tendo nome e residência ignorada pelo autor da reportagem do jornal, após a fuga de sua escrava, a capturou na casa em que ela encontrara refugio, sendo esta desvalida brutalmente espancada e amarrada pelo pescoço, para ser arrastada pelo homem que estava montado em um cavalo.

Apesar da revolta das testemunhas oculares que presenciaram esta cena no centro da cidade, estes nada fizeram para impedir o crime contra a menor. No texto publicado em um impresso local, o jornalista solicitava que as autoridades policiais realizassem um exame minucioso no corpo da menina, com a finalidade de comprovar o crime perverso e, para submeter o autor desse ato desumano a uma correção severa. Nas palavras do jornalista, foram escritas frases como “infeliz criança, que teve a desventura de nascer escrava”, “fosse qual fosse o crime da desgraçada ‘preta’”, “o grande crime da desgraçada foi o de ter fugido da casa de seus senhores” (MONQUELAT, 2012, p. 176).

O fato relatado ocorreu no período da escravização de negros, dando a impressão de que a indignação por este crime, foi pela exposição pública e não da sanção em ambiente privado, já que esta atrocidade poderia ficar no anonimato. Quanto à relação feita com o suplício, cabe salientar que de acordo com os estudos de Foucault (2010, 2013) o suplício era uma forma de sanção em séculos mais remotos, antes da invenção do sistema compreendido como prisão, mas

considerando a história do genocídio de negros através da escravização, sendo o Brasil Monárquico o último país do Ocidente a abolir a escravidão, aqui, para o exemplo citado, compreende-se que a ideia de suplício pode ser relacionada. Foucault (2010) elucida que até o século XVIII, no período do absolutismo monárquico, o suplício não tinha a atribuição de reparação moral, pois se caracterizava mais por ser uma cerimônia política. De acordo com o autor:

O suplício público, longo, terrificante, tinha exatamente a finalidade de reconstruir essa soberania; seu caráter espetacular servia para fazer participar o povo do reconhecimento dessa soberania; sua exemplaridade e seus excessos serviam para definir a extensão infinita dessa soberania (FOUCAULT, 2010, p. 153).

No caso da menina negra escravizada, a soberania estava representada na figura do senhor de escravo. A violência bruta na qual ela foi submetida, atendeu alguns principais critérios do suplício, como a produção quantitativa de sofrimento, a gravidade dos ferimentos físicos, a agonia e o tempo de violência sofrida, deixando a vítima marcada com cicatrizes, sinais que não devem se apagar, dentre outras características (FOUCAULT, 2013).

Na década de 1910, já no tempo das prisões destinadas às condutas desviantes, além da idade e do espectro de cor dos menores detidos, que de acordo com os estudos da época, poderia influenciar no discernimento do menor, a hereditariedade e a degeneração aparecem como dois elementos pontuais para a classificação dos menores. A degeneração tinha como principais componentes fatores morais e biológicos, permitindo explicações científicas para diferentes padrões de moralidade e o tipo de pena no qual o indivíduo era submetido, como o internamento. “Tais intervenções legitimavam-se justamente, por situarem-se entre a ‘cura’ individual e a ‘medida sanitária’ para a sociedade” (VIANNA, 1999, p. 143-144).

A tentativa de identificar o grau de degeneração dos menores estaria diretamente associada com a hereditariedade. Nesse sentido:

Doenças, loucura, criminalidade e uma infinidade de deformações físicas e morais seriam compreendidas como um legado transmitido através das gerações, demarcando uma verdadeira fronteira biológica e moral entre partes da população urbana. Comportamentos e características físicas confundiam-se a partir de uma determinada compreensão da herança legada por um povo mal formado genética e moralmente (VIANNA, 1999, p. 145-146).

Estas eram algumas explicações científicas da época, utilizadas até mesmo no processo de construção da representação das raças consideradas inferiores. Essa herança cultural e científica continua até hoje. O racismo estrutural é um dos tantos exemplos, mas por longos anos serviu para legitimar o extermínio de alguns grupos, como os negros no período da escravidão e os judeus durante o domínio nazista.

Algumas doenças, vistas como chagas sociais, também estavam associadas à degeneração por hereditariedade, entre elas a sífilis e o alcoolismo, ambas combatidas pelos jornais. Por isso, a importância de conhecer os antecedentes hereditários dos menores, para uma possível intervenção cientificamente e moralmente controlada. Por este motivo, os menores eram afastados de suas famílias, ficando sob a tutela do Estado. Este, por sua vez, era representado pelas instituições correcionais, uma vez que a família era apontada com a principal causadora da degeneração do menor (VIANNA, 1999).

Outra forma de controle e vigilância foi a tutela privativa. Alguns menores eram encaminhados para particulares responsáveis, tendo como pena, o exercício do trabalho doméstico. Vianna (1999) relata que há poucos registros sobre este tipo de pena, mas cabe reforçar sobre o estranhamento das notas dos jornais, quando um tutor recorre à polícia para informar sobre a fuga do menor tutelado. A cada nota encontrada, fica o questionamento sobre a relação ou grau de parentesco do tutor com o tutelado, uma vez que o jornal não apresenta maiores informações, como a nota *Menor Fugida*, publicada pelo *Diário Popular* (13/09/1914, p. 2):

Da residência do nosso respeitavel amigo Sr, Romualdo de Abreu da Silva, de quem é a tutelada, fugiu hontem pela manhã, a menor Sophia parda, de 13 annos de idade, que trajava vestido cor de rosa, listrado de branco e calçando chinellos sem meias. A fuga de Sophia foi comunicada ás autoridades judiciária e policial, que está agindo para a sua descoberta.

Através deste trecho, mais uma vez percebe-se que as descrições aparecem de forma recorrente em relação à idade e a cor da menina, sem prestar maiores informações sobre os possíveis motivos de sua fuga e informações descritivas sobre tutor. Nem ao menos a cor do homem é informada, só se sabe que ele é um sujeito respeitável. A comunicação da fuga é o rito inicial para o processo de busca/caça da

menor. Nas edições seguintes não foram localizadas notícias sobre o desenrolar desta nota.

A adoção é instaurada no Código Civil Brasileiro de 1916, bem como, as novas regulamentações para a tutela de menores que, na falta de estabelecimentos próprios para acolhê-los, ficavam sob a tutela de voluntários. Antes do Código Civil, as decisões dos juízes eram respaldadas pelo Código Penal de 1890.

O que foi apresentado até aqui, são algumas percepções e análises de notícias publicadas no *Diário Popular* durante a década de 1910. Compreende-se que as causas da delinquência infantil estavam relacionadas com diversos fatores, como a idade e o grupo étnico-racial, assim como a degeneração e a hereditariedade que, para a época, favoreciam a formação de menores delinquentes. As causas e efeitos acabavam refletindo de forma negativa na população pobre, alimentando o imaginário social que via no controle, na vigilância e na repressão da minoridade abandonada ou infratora, sujeitos ainda em processo de formação, mecanismos para a sua correção e regeneração, com a finalidade de torná-los sujeitos úteis para o trabalho e aptos para o convívio na sociedade “civilizada”. Para tanto, a instituição da polícia teve grande participação nesse processo de transformação, pois a ela foi incumbida o início da regeneração da minoridade delinvente, através da intervenção que reprimia, recolhia e encaminhava o menor. Porém, nem sempre estas intervenções obtiveram sucesso, pois a prisão e soltura dos sujeitos dava margem a outro problema, a reincidência.

Para esta pesquisa, não foram localizadas nos jornais, notícias com descrições pontuais sobre reincidência de menores, aqueles já “conhecidos” pela polícia. A nota que se aproxima destes casos, é sobre reincidência dentro da própria prisão. Trata-se de dois *Menores terríveis*⁸⁴, que pela terceira vez foram flagrados tentando fugir da cadeia. Nas duas primeiras tentativas, o plano de fuga consistiu na perfuração das paredes, mas a terceira tentativa, a que surpreendeu as autoridades policiais, os menores presos por mais de um arrombamento e roubos, utilizando uma moeda de nickel, conseguiram aos poucos arrancar uma das chapas de ferro que fazia parte da estrutura de gradeamento da porta do xadrez. Este exemplo foi

⁸⁴ Aparentemente a notícia publicada no *Diário Popular* (22/06/1910, p. 1) é a da reprodução um fato ocorrido em outra localidade, uma vez que inicia informando sobre o colega Republica de Santa Victoria.

mencionado para sustentar a ideia de Foucault (2010), ao afirmar que a prisão é um ambiente propício para a formação de delinquentes. Segundo o autor:

A prisão cria e mantém uma sociedade de delinquentes, o meio, com suas regras, sua solidariedade, sua marca moral de infâmia. A existência dessa minoria delinquente, longe de ser a medida estrondosa de um fracasso, é muito importante para a estrutura de poder da classe dominante (FOUCAULT, 2010, p. 156).

Os delinquentes tinham algumas funções dentro do mecanismo de poder, pois “a classe no poder se serve da ameaça da criminalidade como um álibi contínuo para endurecer o controle da sociedade” (FOUCAULT, 2010, p. 157), dessa forma, se há criminalidade, se há delinquentes, há um medo provocado pelo contingente de delinquentes, portanto, é requerida uma intervenção dos grupos dominantes para controlar a sociedade. Através destes pressupostos, o autor realça que a prisão foi um grande instrumento para recrutar indivíduos e, “a partir do momento que o sujeito entrava na prisão, ajustava-se um mecanismo que o tornava infame; e quando ele saía, não podia fazer nada diferente do que voltar a ser delinquente” (FOUCAULT, 2010, p. 163). O estigma carregado pelo ex-presidiário, já era um elemento agregador para a reincidência, uma vez que “todo indivíduo que passou pelo sistema penal permanece marcado até o fim de seus dias” (FOUCAULT, 2010, p. 73).

O menor como um caso de polícia, é uma constatação no período investigado. Quando a denúncia não era feita diretamente na instituição policial, a imprensa periódica era utilizada como um instrumento para “chamar” a atenção das autoridades policiais. Na coluna *Meu Jornal* (25/08/1911) o articulista utilizou o título *Meninos terríveis* para informar sobre uma senhora que procurou o jornal para denunciar as ações de pequenos “demônios” encarnados na pele de crianças que, ao praticar todo mal, gritavam nos corredores, batiam nas portas e fugiam, riscavam as paredes de carvão, proferiam escandalosos palavrões, entre outras atitudes inadmissíveis para a conduta de uma criança. Enfim, o objetivo do relato foi o de atrair a atenção da polícia.

Embora Paulo, escritor da coluna, no primeiro momento não tenha concordado com a prisão dos meninos, expôs que o ideal teria sido procurar os responsáveis pelos menores, pois estes sim eram os verdadeiros culpados ao não ministrar a eles a devida educação. Se os pais não resolvessem, só então a polícia

deveria ser comunicada e, segundo o autor, caso nada adiantasse, por último, a senhora deveria mudar-se para outra localidade.

Por menor que fossem as ações, muitas vezes não se caracterizando como crime, a própria sociedade incumbia a polícia de reprimir e recolher a menoridade. Não deve ser esquecido que era a população e a imprensa que legitimava o trabalho das autoridades policiais. O que pode ser certificado até o momento é que, a intervenção policial repressiva foi a responsável por dar início à institucionalização do menor delinquente ou abandonado, seja na própria instituição da polícia, na Escola de Aprendizes Marinheiros, ou até mesmo na instituição da família, através da tutela privada, tendo na imprensa, seu principal veículo divulgador no que se refere ao seu trabalho eficaz. A polícia, agente normatizador, era propagandeada como a verdadeira colaboradora da ordem e do progresso da nação.

Como forma de subsidiar o próximo capítulo, o texto publicado no *Diário Popular* (03/03/1914) apresenta elementos que alicerçam a discussão para o controle da delinquência infantil e para a necessidade de assistência à menoridade. A notícia refere-se à investigação de um feto do sexo feminino, encontrado nas pedreiras de Capão do Leão⁸⁵, já em estado de decomposição. O excerto a seguir, com o título *Infanticídio* é sobre os desdobramentos desta investigação.

Depois de varias pesquisas da activa autoridade, conseguiu saber a autora desse acto foi Universina Xavier Ottelo, casada há um mez com Constant Ottelo, a qual confessou toda a sua desgraça á autoridade. Universina, quando contrahiu matrimonio, achava-se já gravida de oito mezes, dizendo que seu seductor fora o seu primeiro noivo empregado no comércio daquelle lugar. Hontem mesmo foi Universina, recolhida ao 3º posto. Tem Ella 16 annos de idade e é orphã de pae e mãe. A' requisição da policia judiciária, sujeitou-se a exame, que foi feito pelo hábil dr. Joaquim Rasgado (*Diario Popular*, 03/03/1914, p. 2).

As informações são superficiais e pouco colaboravam para a discussão sobre os problemas com a menoridade, a gravidez indesejada e até mesmo o envolvimento de dois homens (o ex-noivo e o atual marido), quem sabe já adultos responsáveis e com discernimento.

Por estas e outras notícias, percebe-se que os discursos jornalísticos presentes nos impressos aqui estudados, pouco se relacionam com o discurso médico, jurídico, higienista e assistencialista, tão em voga no início do século XX,

⁸⁵ O Capão do Leão era então um distrito de Pelotas. Foi emancipado em maio de 1982.

que se uniram para definir metas preventivas, educativas, reparadoras em defesa da criança. Aqui, a análise que se faz é de que as ideias propagadas pelos impressos locais, mais precisamente pelo *Diário Popular*, buscaram representar a menoridade como um problema para a sociedade e pouco promoveram discussões visando o bem-estar dos desvalidos. Quando isto era feito, se contava com a intervenção de alguma instituição asilar filantrópica, principalmente confessional.

Diante dos casos de infanticídios e da desmoralização da mulher, o *Diário Popular* (27/08/1913) publicou um texto, em forma de apelo, pedindo o retorno da Roda dos Expostos, sistema que vai de encontro dos pressupostos médicos, psicológicos e higienistas.

Dada a assustadora progressão crescente dos infanticídios, resultantes do horror inspirado às que peccaram pela revelação daquillo a que a respeitável senhora d. Patrocinia das Neves chamava “relaxação”, o que urge, a todo o custo, é “salvar as apparencias”, assegurando á maternidade illegitima o segredo absoluto. Logo que a roda funcione de novo, sob vigilante solitudine dos poderes públicos, tudo leva a crêr que as delinquentes não mais serão forçadas a expor os amargos fructos do amor prohibido, trágicas trouxas de carne recém-nada e agonisante, ao frio mortal dos bancos de praças, ou de os atirarem ás sargetas, sangrentos despejos palpitantes, votados ao parto quotidiano desse monstruoso ventre eternamente grávido de dores, que tem no theatro e na vida o desacreditado nome de Miséria. Justino de Montalvão (*Diario Popular*, 27/08/1913, p. 2).

Neste excerto, percebe-se que a mulher é representada como culpada por não se submeter à castidade e por se iludir, deixando se levar pela sedução de homens que não lhe garantem o matrimônio. A mulher é vista como delinquente, por não seguir os princípios religiosos, por não preservar a sua honra e a honra de sua família. A mulher corrompida, a transviada, tem como uma das consequências, a de gerar filhos bastardos, ilegítimos. Para as crianças, o refúgio e amparo no sistema da roda; para as mulheres, o anonimato, pois a roda “salvaria” as aparências. Em 1914, ano do texto citado, Pelotas já não contava mais com a Roda dos Expostos, pois este sistema foi extinto antes da década de 1910.

Em relação à Escola de Aprendizes Marinheiros, principal instituição para onde alguns menores recolhidos pela polícia eram enviados para cumprir pena, teve seus serviços encerrados no ano de 1915. Entre os motivos para o fechamento da instituição situada na cidade do Rio Grande, Valle (2017, p. 148-149) elucida que:

Em uma análise de gastos do estado, a Marinha relatou as dificuldades enfrentadas devido as más condições da estrutura predial da Escola de Aprendizes Marinheiros. Para sua manutenção fazia-se necessário um vasto investimento em obras ou a mudança para outro prédio. A municipalidade, sobre esse tópico, mostrou-se pouco interessada em contribuir com esse custo, indicando em seu relatório o fechamento da instituição, que já não recebia tantos meninos.

Em Pelotas, somente no ano de 1917, surgiu uma instituição de ensino de ofícios para iniciar os meninos desvalidos no mundo do trabalho. As instituições asilares para os órfãos, foram fundadas na década de 1920, uma pela iniciativa religiosa e outra subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústrias e Comércio. Reitera-se neste estudo, que o destino dos meninos desvalidos era mais problemático, não havendo uma instituição própria para o acolhimento e instrução para os maiores de 7 anos. Quanto as meninas, a preocupação era sobre a honra das desvalidas, uma vez que eram consideradas mais vulneráveis. A estas, além de terem instituições próprias para acolhê-las, também recebiam a formação tradicional destinada às mulheres, tendo por base a instrução moral e religiosa, para a formação de mulheres submissas e obedientes, que se tornariam boas mães, boas esposas, boas donas de casa e aptas para o trabalho como domésticas. As instituições asilares é o tema central do próximo capítulo.

CAPÍTULO 5: A INFÂNCIA DESVALIDA E AS INSTITUIÇÕES ASILARES PELOTENSES

De todos os nossos problemas, daqueles que estão a exigir uma maior atenção de nossa parte, no campo da assistência social, sobressae, de maneira frisante, pelas consequências que acarreta, pela importancia vital de que se cerca, o da assistência aos menores, assistência moral e educacional. Nesse sentido tudo o que fizermos será pouco, todos os nossos esforços serão bem orientados, todas as nossas contribuições são mais do que necessárias, porque assistindo aos menores estaremos despovoando as nossas cadeias os nossos hospitais no dia de amanhã.

(Diario Popular, 8/12/19144, p. 12).

Considerando os pressupostos teóricos abordados até o momento, é possível afirmar que no período estudado, a cidade de Pelotas teve instituições próprias para a infância, fundadas a partir da caridade religiosa e da filantropia. Reitera-se que a instituição de caráter filantrópica, estava respaldada pelos pressupostos da assistência higiênica ou científica. Além disso, pela variedade de instituições fundadas em diferentes períodos, cabe considerar que a finalidade das entidades consistia na preservação da infância desvalida, e de forma implícita, uma vez que os jornais não anunciavam estes propósitos, as instituições também focalizavam na reforma de menores infratores e viciosos.

Estas questões são propostas de discussões do presente capítulo, bem como, o encaminhamento dado aos menores considerados como problema para a sociedade pelotense.

5.1 Patronatos, asilos e orfanatos: instituições para a infância desvalida de Pelotas

A abordagem nesta seção centraliza-se primeiramente, nas instituições fundadas pela filantropia, o Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição e o Asilo de Órfãs São Benedito. Na década de 1920, surgiram outras instituições a partir da iniciativa religiosa, representada pela Igreja Católica de Pelotas. Nesta mesma década, com o objetivo de combater o contingente de meninos desvalidos perambulando pelas ruas de Pelotas, o acolhimento e a instrução embasada no

ensino técnico agrícola, foi criado o patronato, entidade subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Mesmo com a proposta de discussão nesta seção estar periodizada a partir das instituições asilares fundadas pela Igreja Católica e pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, julga-se necessário contextualizar sobre o surgimento de instituições de acolhimento para infância desvalida de Pelotas, iniciado no século XIX. Ao discutir o cuidado e acolhimento da infância, pode-se afirmar que a exposição, o infanticídio e o abandono de crianças é um fenômeno de todos os tempos⁸⁶. Em Pelotas, os cuidados dos expostos eram de responsabilidade da Câmara Municipal, conforme o Código de Posturas Policiais⁸⁷ de 1829. Segundo o referido documento, competia à Câmara fazer visitas aos expostos para acompanhar a criação e a educação das crianças entregues às amas de leite que recebiam subvenções da Câmara para amparar e amamentar os expostos. No caso da identificação e comprovação do pai ou da mãe do exposto, este seria o responsável pela criação e manutenção da criança, porém, “as diligencias a este respeito serão feitas perante a Camara, guardando-se todas as regras de decoro e decencia, por cuja razão sendo pessoa cuja reputação, e honra fique comprometida, não haverá procedimento algum” (*Revista do 1º Centenário de Pelotas*, 1912, p. 113). Percebe-se que não bastava apenas comprovação do vínculo paterno ou materno, pois a moral dos pais era o que condicionava para ficar ou não com a guarda do filho.

A transferência dos cuidados dos expostos, aos poucos foi sendo passada para a Santa Casa de Misericórdia, através do sistema da roda. Não diferente das outras regiões do país, dentre as instituições que recebiam a infância desvalida na cidade de Pelotas, a primeira alternativa oficial foi a implementação da Roda de Expostos no dia 1º de julho de 1849, na Santa Casa, onde podiam ser entregues crianças recém-nascidas (VANTI, 2004).

⁸⁶ Este tema foi desenvolvido em minha Dissertação de Mestrado (CALDEIRA, 2014). Para saber mais sobre assunto, consultar também, a obra *História Social da criança abandonada* (MARCÍLIO, 1998).

⁸⁷ O Código de Posturas Policiais é um documento da Câmara Municipal da Vila do Rio Grande, reproduzido em 1912, na *Revista do 1º Centenário de Pelotas*, anexa no vol. 1 do *Almanaque do Bicentenário de Pelotas* (2012). Trata-se do primeiro Código de Posturas que regeu a Freguesia de São Francisco de Paula de Pelotas, então sujeita a jurisdição da Vila do Rio Grande. Salienta-se que Pelotas atingiu a condição de freguesia em 1812 desligando-se da Freguesia e Matriz de São Pedro, no Rio Grande, porém continuava dependente, como povoado, da sua Vila e Câmara. Em 1832, a freguesia atingiu a condição de vila, emancipando-se de Rio Grande. Três anos depois, em 1835, a vila foi elevada a cidade, com o nome de Pelotas.

De acordo com os estudos de Vanti (2004), o objetivo da criação da Roda dos Expostos, vinculada a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, era dar assistência, recebimento, guarda, cuidados e destino às crianças expostas e, conseqüentemente, tentar diminuir o número de óbitos infantis, pois muitas famílias não tinham condições de dar atendimento e cuidados necessários aos recém-nascidos. Sendo assim, a Santa Casa de Misericórdia ficou responsável por este serviço, como as demais Santas Casas de outras regiões do país, atendendo crianças de zero a três, cinco ou até mesmo sete anos de idade. Salienta-se que inicialmente a instituição acolhia os expostos, fazia os primeiros atendimentos e depois os enviava para os cuidados das amas de leite. Em 1855, com a fundação de um asilo para órfãs, as meninas entre as idades citadas eram transferidas para o asilo. No caso dos meninos, estes eram enviados para o Arsenal de Guerra, em Porto Alegre, ao atingirem sete anos de idade⁸⁸.

No intuito de acolher meninas desvalidas, alguns membros da sociedade pelotense fundaram em 1855 o Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição. Vanti (2004) salienta que nesse período foi firmado um convênio entre a Casa dos Expostos da Santa Casa de Pelotas e os serviços de acolhimento e educação do Asilo de Órfãs, para que o asilo amparasse meninas entre cinco e sete anos que estavam sob os cuidados da Casa dos Expostos. Ressalta-se que os colaboradores do referido eram na sua maioria maçons. É válido ressaltar que o prédio doado para a instalação do asilo, pertencia à Maçonaria, efetivando assim o trabalho filantrópico da Maçonaria com a infância desvalida da cidade.

Um dos principais objetivos do Asilo Nossa Senhora da Conceição em Pelotas era transformar meninas órfãs em cidadãs disciplinadas, responsáveis, úteis e aptas para a vida doméstica, através do ensino de primeiras letras, práticas culturais, trabalhos manuais como o bordado e trabalho doméstico. Assim, acreditavam que futuramente, seriam consideradas mulheres com condições de serem inseridas na sociedade de acordo com os padrões estabelecidos pelas elites (MACIEL, 2004).

Inicialmente, as Irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria ficaram encarregadas pela instrução e cuidados das meninas acolhidas pelo asilo. Este asilo marcou o início do trabalho da congregação no Estado do Rio Grande do

⁸⁸ Esta informação foi extraída da obra de Marcílio (1998), mas cabe reiterar que a região sul do estado contava com a Escola de Aprendizes Marinheiros, situada no município de Rio Grande.

Sul. Em 1863, por conta de desacertos entre a congregação e diretoria formada por membros da Maçonaria, as irmãs acabaram sendo desvinculadas do asilo. Somente em 1888, outra congregação, a das Irmãs Franciscanas, assumiu a administração interna do Asilo Nossa senhora da Conceição⁸⁹.

Após alguns anos de funcionamento, este asilo passou aceitar somente meninas de pais conhecidos, conforme aparece no estudo de Vanti (2004) e nos relatórios da Santa Casa. Este é o caso da menina Ethelvina, que ingressa na Santa Casa e, em 1890, não é admitida no Asilo Nossa Senhora da Conceição na condição de interna⁹⁰.

O que pode ser observado através do impedimento de recolhimento das meninas órfãs, filhas de pais desconhecidos, é uma situação a ser refletida a partir dos motivos que levam as famílias a expor as crianças ou entregá-las aos asilos e orfanatos para menores. Marcílio (1998) em seus estudos aponta algumas causas que levam ao enjuntamento de crianças, sendo estas oriundas de famílias ricas ou não. No caso dos grupos abastados, a entrega da criança para instituições de acolhimento era feita também com o objetivo de acompanhar sua criação e quem sabe, mais tarde, reaver a guarda dos menores. Uma vez que o ingresso das meninas no Asilo Nossa Senhora da Conceição era realizado através da intervenção de pais, padrinhos ou tutores, surge o indicativo de que as meninas seriam filhas de mães solteiras, fruto de adultério, entre outras possibilidades.

O caso mencionado anteriormente, da criança Ethelvina, foi bastante criticado pelos gestores da Santa Casa de Pelotas. Segundo o Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1902, p. 7), “as dignas administrações transactas não lograram conseguir a matricula d’essa menina no Asylo de Orphãs d’esta cidade, por ser filha de paes incógnitos e portanto incompatível com os estatutos daquela casa”. Para os beneméritos, era incompreensível que uma instituição fundada especificamente para acolher desvalidas, vítimas do abandono e orfandade, não aceite o ingresso de uma órfã, pelo fato de não ter conhecimento

⁸⁹ Os motivos que levaram o desligamento das Irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria do Asilo Nossa Senhora da Conceição, pode ser acompanhado através da obra elaborada por Bortoluzzi (1996).

⁹⁰ Sobre esse caso sugere-se consultar os relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas presentes no acervo da Bibliotheca Pública Pelotense e o livro de Elisa Vanti (2004), intitulado *Lições de infância: reflexões sobre a História da Educação Infantil*.

quanto a sua origem, uma vez que se trata de uma criança que necessita amparo e proteção social.

Ainda sobre os motivos que excluía o recolhimento de meninas abandonadas no Asilo Nossa Senhora da Conceição, Loner (2001, p.112) relata que foram encontrados indícios de que, até 1910, para as meninas serem aceitas, era necessário à existência de padrinhos e que o asilo também não abrigava órfãs negras. Tais fatores foram essenciais para a fundação de outro asilo na cidade.

O Asilo de Órfãs São Benedito, atual Instituto São Benedito, foi fundado no dia 6 de fevereiro de 1901 e inaugurado oficialmente no dia 13 de maio do mesmo ano. A instituição foi criada por Luciana Lealdina de Araújo (1870-1930), também conhecida por “Mãe Preta”, filha de mãe escrava, que passou parte da sua vida realizando trabalho caritativos em prol das crianças desvalidas das cidades de Pelotas e de Bagé⁹¹.

Até 1912, o Asilo São Benedito foi administrado por uma diretoria leiga formada por intelectuais negros, membros da comunidade negra de Pelotas. O ensino primário e os ensinamentos domésticos eram ministrados por um grupo de senhoras negras voluntárias. No dia 25 de setembro do mesmo ano, a diretoria da época entregou os serviços assistenciais da entidade à Congregação do Puríssimo, atual Imaculado Coração de Maria, que ficou encarregada de desenvolver o ensino primário e as orientações dos serviços domésticos (CALDEIRA, 2014).

A caridade religiosa e a assistência higiênica ou científica, característicos das instituições asilares de Pelotas, durante a segunda metade do século XIX até a década de 1920, foram marcadas por um contexto histórico que envolve questões locais e nacionais. No que se refere ao contexto local, pode-se associar as medidas caritativas, assistenciais e higiênicas com o desenvolvimento da cidade. Reforçando o que foi abordado no Capítulo 3, nas primeiras décadas do século XX, a cidade contava com várias instituições e obras públicas, entre elas, escolas, tipografias, livrarias, igrejas, teatros, iluminação, saneamento, ruas pavimentadas, praças, chafarizes, além dos verdadeiros palacetes construídos no perímetro urbano. Trata-se de facetas da modernidade, divulgada através de periódicos locais e relatórios da intendência. As imagens reproduzidas nos impressos corroboraram para a elevação

⁹¹ Luciana atuou no asilo durante 7 anos e em 1908 mudou-se para Bagé/RS, cidade em que colaborou na fundação de um orfanato vinculado à igreja católica local. A trajetória de Luciana pode ser consultada através da Dissertação de Mestrado de Caldeira (2014).

do *status* da cidade como um importante centro comercial, industrial e cultural (AMARAL, 2003; ARRIADA; TAMBARA, 2014).

Todo esse processo moderno, urbano e “civilizatório”, torna-se contraditório a partir do momento em que a análise do progresso da cidade é visto através da desumanização dos negros dentro do sistema escravista. Isso é possível perceber pela análise feita por Lazzari (2014, p. 282), quando o autor afirma que “Pelotas nos apresenta a ideologia da ‘cultura e bela’ Atenas do Sul, aonde o trabalho escravo foi ocultado pelo elogio a uma ‘civilização’ pretensamente superior ao restante do Rio Grande do Sul”. O contingente de subalternos e marginalizados presente nas ruas, em cortiços, dentre outros locais, corroboraram para que as iniciativas públicas e privadas fundassem instituições próprias para os desvalidos entre os séculos XIX e XX.

Dessa forma, surgiu no século XIX a Roda dos Expostos (1849), o Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição (1855), instituições próprias para a infância conforme já mencionado, e o Asilo de Mendigos, fundado no ano de 1885, para abrigar desvalidos e mendigos encontrados pelas ruas. De acordo com Eicholz (2017, p. 68):

Essas pessoas, definidas como mendigos, não combinavam com os adjetivos de cidade desenvolvida e certamente a elite pelotense via a necessidade de colocá-los em um ambiente fechado, zelando por eles e também de certa forma mantendo a cidade com ares de “limpeza” e de progresso tecnológico, econômico, arquitetônico e cultural.

As instituições além da assistência, também correspondiam ao plano de saneamento social e segregação, ou na visão de outros autores, separação/afastamento dos sujeitos “indesejados”. No início do século XX, foi criado o Asilo de Órfãos São Benedito (1901), inicialmente idealizado para meninas negras e o Lyceu de Artes e Offícios, em 1917, por iniciativa da diretoria da Bibliotheca Pública Pelotense, formada por republicanos, positivistas, abolicionistas e maçons, porém, apesar de a instituição ser destinada para instruir meninos pobres através do ensino de ofícios (MEIRELES, 2003), este estabelecimento resolveu apenas parte do problema com a menoridade desvalida, pois não era uma instituição asilar, com regime de internato.

As entidades destacadas marcaram a história da institucionalização da infância desvalida de Pelotas, pelo menos até a década de 1920. Isto foi possível

através da iniciativa filantrópica, principal responsável pela fundação e manutenção das entidades, com pouca participação da municipalidade. No que se refere à intervenção da Igreja Católica de Pelotas, ambos os asilos para órfãos não eram totalmente subordinados à Igreja, uma vez que foram fundados e mantidos por diretorias leigas, formadas por membros da sociedade pelotense, sejam eles católicos, integrantes das Irmandades⁹², intelectuais negros ou maçons.

Quando anunciado no início desta seção que os asilos para órfãos tinham características assistenciais e preventivas, relacionou-se com os discursos propagados pelos jornais locais, que ao citarem estas instituições, utilizavam expressões exaltando o amor, a virtude, eficiência, a bondade e o excelente trabalho dos asilos com os desafortunados, principalmente pelo envolvimento de voluntários que se dedicavam a caridade e a filantropia. Tais afirmações podem ser constatadas no texto do *Diário Popular* (27/09/1914, p. 1).

Podemos afirmar, sem receio de contestação justificada, ser um dos mais altos e significativos braços da sociedade pelotense o espírito de caridade bem entendida, e de solidariedade confortante com o infortúnio alheio, attestado brilhantemente, numa serie de obras alevantadas de benemerencia, vindas, muitas, do esforço synergetico dos antepassados, desenvolvidas e ampliadas outras pelas gerações presentes e que representam todas, sem duvida, solemnes compromissos moraes para os vindouros na trilha edificante de praticar o bem. Similhante asserção comprova-a com exuberancia uma selecta galeria de instituições locaes, de vários objectivos, que aqui despontaram da iniciativa particular, viveram sempre da seiva que meio lhes proporcionou, com ella hão progredido e distendido o ambito de acção, amparadas, exclusivamente, na inexhausta fonte munificencia publica. Servirão para documentar taes afirmações todas as fundações de caridade de Pelotas: a Santa Casa, o Asylo de Mendigos, o Asylo N. S. da Conceição, o Asylo de Orphãs S. Benedicto, entre outras, casas de benemerencia que, ou sempre se mantiveram a expensas próprias ou apenas receberam ou recebem auxílios ou subvenções dos poderes publicos, numa diminuta escala, e após um largo estádio de auto-manutenção, em que foi posto á prova a energia e a perseverança dos núcleos sustentadores, secundados, nos momentos difficeis, pelo mealheiro da população, sem distincções de categorias, e que, abastada ou pobre, está sempre de bolsa aberta para soccorrer a penuria, a miséria, a invalidez, onde que ellas se manifestem.

⁹² Entende-se por Irmandades, associações voluntárias de católicos leigos cujo objetivo envolve a devoção a santo, manifestações divinas ou virtudes religiosas. No Brasil, as irmandades negras foram as principais responsáveis pela a iniciação de pessoas escravizadas no mundo cristão, como o sacramento do batismo, assim, os brancos não precisavam se misturar aos negros nos espaços de cultos. Além disso, o propósito das irmandades negras também era o de adquirir pecúlio para oferecer um enterro digno aos escravizados, libertos e negros livres. Pelotas contou com três Irmandades Negras durante o século XIX: Irmandade de Nossa Senhora da Conceição (26/11/1820-15/07/1915), Irmandade de Nossa Senhora Assumpção da Boa Morte (1829-16/04/1918) e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1831-16/04/1918) (GONÇALVES, 2000, LONER; GILL; MAGALHÃES, 2017; SILVA, 2011).

O texto intitulado *Pela orphandade* é referente aos trabalhos desempenhados pelo Asilo de Órfãos São Benedito, enfatizando sobre as dificuldades de funcionamento e manutenção do estabelecimento. Reitera-se que esta instituição foi fundada pela comunidade negra, contando com a ajuda de intelectuais negros, considerados a elite negra da época, quem sabe não pelo poderio econômico e sim pela ascensão social dos fundadores e articulistas do jornal *A Alvorada*, construtores, tipógrafos, políticos e de outras profissões que acabava os distinguindo de parte da população negra pelotense.

Sobre o excerto do *Diário Popular*, cabe salientar que textos como estes publicados nos jornais locais, funcionam também como um mecanismo para atrair a sociedade no sentido de colaborar com as instituições. Era uma espécie de chamamento para a participação de pelotenses em obras que se mantinham principalmente através de doações, um evocador do espírito caritativo.

Tais discussões possibilitam duas análises no que tange as ações caritativas comumente anunciadas e enfatizadas nos periódicos. Se por um lado, o exercício da caridade, que naquele período conferia ao praticante o *status* de personalidade ilustre, sujeito bondoso, preocupado em fazer o bem ao próximo, sendo uma vitrine para a representação da benevolência, por outro, era criticada por alguns segmentos sociais, já que tais feitos não eram realizados no anonimato. É necessário reconhecer que eram estas pessoas que mantinham as entidades assistenciais, caritativas e filantrópicas, servindo de propaganda para que outros sujeitos com o “espírito caritativo” se juntassem aos grupos que colaboravam com as instituições.

Enquanto o *Diário Popular* exaltava os filantropos e caridosos, na década de 1930, o semanário *A Alvorada* dirigiu fortes críticas à caridade cristã, uma vez que “em qualquer outra religião não conhece patria, sexo, raça, fronteiras nem religião está na Igreja catholio-romana adstricta á sua gente, aliás autorisadamente no egoistico lemma: ‘Fóra da Igreja não ha salvação” (*A Alvorada*, 01/11/1931, p. 3), pois era no interior da própria Igreja que ocorria episódios de preconceito e racismo com os católicos negros. Algumas denúncias foram acompanhadas nas edições do semanário, principalmente de episódios que ocorreram durante as missas em outras cidades, como a cidade do Rio Grande.

As críticas deram-se não pelo mérito da caridade. Os articulistas simpatizavam com as ações caritativas salientando que “não vale acumular nos

fundos dos cofres o metal sonante, como uma garantia da materia humana, é preciso que se pratique a caridade, que se condôa da miseria alheia” (*A Alvorada*, 01/11/1931, p. 3), mas para a legitimação da caridade, esta deveria ser feita no anonimato. A ideia do anonimato é justificada da seguinte forma:

A esmola, que a maioria da humanidade distribue, por vaidade espalhafatosa, para ver seu nome nas colunas dos jornaes, não é uma esmola sincera, não encerra ahi a expressão nitida da verdadeira caridade cristã, nem Deus toma em consideração esse ato de fantasia. A verdadeira caridade é aquela que pratica no anonimato, sem que o contemplado saiba de onde surgiu um pedaço de pão ou um cobertor para se agasalhar, só podendo agradecer a Deus. Feliz daquele que distribue a caridade sem fazer disso um reclame para se popularisar, como fazem muitos, que ignoram os sãoos principios da verdadeira religião cristã (*A Alvorada*, 06/08/19333, p. 2).

A comunidade negra foi protagonista de várias ações caritativas. O próprio associativismo negro pelotense tem na sua origem, a luta pela liberdade e bem-estar social de crianças, mulheres e homens negros, escravos, livres e libertos⁹³. Porém, no que tange à caridade e à filantropia, foram os homens brancos, detentores de posses, que ganharam visibilidade, não só nos periódicos locais, como também, nas próprias instituições que participavam.

Outro exemplo para fomentar a discussão, são os salões de honras compostos por retratos de benemerentes ilustres, membros da elite branca pelotense. O mesmo acontece no atual Instituto São Benedito, que apesar de ter sido fundado pela comunidade negra, os retratos do salão, na sua maioria, são de pessoas da elite pelotense, que por várias gerações colaboraram com a instituição como membros das diretorias ou na condição de sócios beneméritos. A entidade, fundada em 1901, inicialmente teve suas diretorias compostas por pessoas negras, pelo menos até 1914, ano em que homens brancos juntaram-se aos negros, assumindo cargos diretivos que, aos poucos, foi tendo suas diretorias compostas predominantemente por pessoas não negras (CALDEIRA, 2014; EICHOLZ, 2017).

⁹³ Aponta-se a Sociedade Beneficente Feliz Esperança como exemplo de trabalho beneficente. Fundada no século XIX, tendo como principal objetivo “adquirir fundos para a libertação de escravos, através de apostas lotéricas. Apareceu em 1878, como o nome Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança, provavelmente encontrando-se aí o fundamento para o nome da associação, ou seja, era uma feliz esperança compartilhada por negros, escravos e libertos em, lançando-se à sorte, conseguir fundos para a libertação” (SILVA, 2011, p. 73).

Retomando o texto *Pela orphandade*, o mesmo afirma sobre o pouco auxílio e subvenções dos poderes públicos. De fato, a municipalidade contribuía com os asilos, podendo ser constatado através dos relatórios da intendência, ao prestar contas sobre estas subvenções. O relatório estabelecia o tipo de ensino ministrado, também apresentava dados quantitativos sobre o número de matrículas das aulas públicas e particulares, número de alunos do ensino primário e secundário, discriminando o sexo, idade, nacionalidade, classificação étnico-racial, dentre outras informações. Nestes relatórios também estavam incluídos alguns dados dos asilos Nossa Senhora da Conceição e São Benedito⁹⁴.

Quanto a participação da Igreja nestas instituições, o *Primeiro Lustrô da Diocese de Pelotas*, publicado durante o bispado de Dom Francisco de Campos Barreto, apresenta algumas informações sobre os trabalhos da Diocese (entre os anos de 1911 a 1916), junto às instituições para infância desvalida, principalmente pelo intermédio das congregações católicas, mas conforme sinalizado anteriormente, as poucas informações dão indícios de que ainda naquele período, as instituições contavam mais com a ajuda de voluntários do que da própria Diocese. Esta situação é modificada durante os bispados de Dom Joaquim e de Dom Antônio.

Se tratando de instituições que acolhem meninas desvalidas, o ensino estava voltado para a formação da mulher ideal da época. Este tipo de ensino não era uma particularidade das instituições asilares. Também era ministrado em instituições privadas, instituições públicas municipais e estaduais, dentre elas os colégios elementares que atendiam o projeto educacional do PRR, tendo como público, crianças oriundas de famílias menos abastadas. Tais questões são perceptíveis no texto da coluna *Meu jornal* do periódico *Diário Popular* (09/06/1914) que busca discutir sobre o ensino ministrado nos colégios elementares instalados pelo governo do estado. O autor refere-se ao governador Borges de Medeiros como benemérito e patriótico, pelo empenho de atender as exigências da instrução pública, junto ao dedicado e louvável colaborador Protásio Alves, Secretário do Interior. No decorrer do texto, Paulo enfatiza sobre o ensino voltado para as meninas, conforme o seguinte trecho:

⁹⁴ As políticas e práticas administrativas da municipalidade foi o tema central do artigo *Estratégias políticas e administrativas na assistência de menores desvalidos no município de Pelotas/RS, Brasil (1889-1930): primeiras aproximações* (CALDEIRA; AMARAL; RIPE, 2019).

Alem de instrução por methodos faceis e os mais adeantados, se ministrará nos mesmos o ensino de algumas artes e trabalhos, que concorrerão para dar ás creanças, principalmente do sexo feminino, uma apreciavel *educação social e domestica*. Tratando-se de estabelecimentos em que de preferênciã concorrem *creanças cujos paes não desfructam dos bens e confortos que a fortuna facilita*, o ensino dessas artes e trabalhos, como a musica, o desenho, o bordado, o corte e costura, principalmente estes dois últimos, são de grande incontestavel utilidade, que convem tornar effectiva. Assim, uma menina, ao passo que receber o ensino das letras, que cultivar o civismo, tão indispensavel para que *no futuro molde o caracter de seus filhos*, que desenvolver-se physicamente com o exercicio da gymnastica, que educar o espirito com a aprendizagem da musica, que deleitar com o factura de lindos trabalhos manuaes, *ganhará também o conhecimento, indispensável mesmo ás afortunadas, de cortar e coser uma peça de vestuário, conhecimento que lhe virá ser de valioso auxilio no dia em que estabelecer seu lar e acaso a sorte lhe for menos lisonjeira*. Paulo (*Diario Popular*, 09/06/1914, p. 1, grifos nossos).

As palavras de Paulo dão indícios de que a educação das mulheres estava voltada para a formação de esposa, mãe e dona de casa, mesmo às afortunadas, como mencionou o jornal que, através do aprendizado de trabalhos manuais, da música e do civismo, estariam aptas para futuramente educar os filhos. Salienta-se que esta formação não estava enfocada na individualidade, no cuidado de si, no bem-estar do sexo feminino e na preparação para uma futura profissão, e sim no serviço que a mulher deveria prestar ao marido e filhos, uma vez que estas eram características fundamentais das boas esposas e boas mães.

Quando se trata da educação de uma interna do asilo, o ensino doméstico era uma educação preparatória para o exercício de uma futura profissão: a de empregada doméstica. Caso a menina não tivesse esse destino, como pressuposto na coluna *Meu jornal*, esta educação seria útil para a administração da vida privada, exercendo a carreira doméstica dentro do próprio lar. Nesse sentido, Rago (2014, p. 89) corrobora com estas ideias ao ressaltar que:

[...] a preocupação com sua educação visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica. Os conhecimentos que adquirisse deveriam, portanto, auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoaram sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem.

O controle, a vigilância, a disciplina e a educação moral e doméstica presente nos asilos, fez com que os jornais os representassem como instituições formadoras de potenciais esposas e excelentes trabalhadoras domésticas. Os estatutos das

instituições compactuam com as publicações dos jornais, ao estabelecer as condições para que estas saíssem das instituições, antes ou depois da maioridade. As maiores de 21 anos, eram encaminhadas para o trabalho doméstico em casas de famílias consideradas com boa conduta moral. Antes de completarem a maioridade, saíam dos asilos através da intervenção dos pais, padrinhos ou tutores, ou pelo casamento.

Tendo por base os estatutos do Asilo São Benedito (1902, 1911) e produções acadêmicas com os resultados de pesquisas históricas sobre instituições semelhantes a dos asilos de Pelotas, percebe-se algumas práticas recorrentes. Durante os anos de institucionalização, as meninas poderiam ocupar-se de serviços externos, mediante a aprovação e com o preço estabelecido pela diretoria. As desvalidas realizavam trabalhos de agulhas, lavavam, engomavam, dentre outras habilidades e funções próprias do trabalho doméstico. Metade do dinheiro arrecado era destinado aos cofres da instituição e a outra metade era depositado como pecúlio particular.

Em Pelotas, através da realização dos exames escolares, as órfãs que tinham melhores avaliações eram premiadas. Como reconhecimento de seus esforços, as desvalidas recebiam certa quantia em dinheiro, depositado na caderneta de poupança. Estes são alguns exemplos da aquisição de pecúlio, muitas vezes utilizado para casamento da asilada, na forma de pagamento de dote e da compra do enxoval. Os matrimônios e as festividades ligadas a ele, geralmente eram publicados nos impressos, como na edição do *Diário Popular* do dia 16 de abril de 1914, que noticiou sobre o casamento de uma desvalida, acolhida no Asilo São Benedito desde os 6 anos de idade.

A intenção aqui foi a de fazer alguns apontamentos sobre os discursos produzidos pelos jornais, tendo como parâmetro as instituições asilares destinadas às meninas pobres e órfãs. No capítulo anterior, foi possível perceber que as representações sobre os desvalidos publicadas na imprensa, eram bem diferentes quando se tratava de meninos desvalidos, abandonados, filhos de pais negligentes, vadios, delinquentes. Parcelas destes menores eram recolhidos pela polícia e enviados para instituição correcional, com o propósito de regenerá-los e profissionalizá-los. Já os cuidados e o ensino para as desvalidas, estavam respaldados pela preservação da honra e pela formação da mulher obediente, dócil,

submissa, conhecedora dos afazeres domésticos, seja na vida privada ou no mundo do trabalho remunerado.

No jubileu das Irmãs Franciscanas, responsáveis pela administração interna do Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, o *Diário Popular* (07/09/1913, p. 1) exaltou o trabalho das Irmãs em prol da educação “de meninas desvalidas da fortuna, privadas do amparo e carinho dos pais”. Para o jornal “a criação de um estabelecimento como o Asylo, para agasalho e educação solida até a idade de 21 anos, foi um bello commetimento da philantropia dos pelotenses”. A reportagem sobre os 25 anos em que as irmãs estavam prestando valiosos serviços ao asilo, enfatizava que esta data festiva tinha que ser comemorada, pois para as Irmãs Franciscanas era incumbida a “espinhosa tarefa de educar creanças, trabalho que exige, sobre o amor que os paes tem a seus filhos, a paciencia e que não cança até implantar nos tenros corações a virtude, tantas vezes ameaçada pelo germen do vicio” (*Diário Popular*, 07/09/1913, p. 1).

Os impressos ao discutirem o ensino de meninos das classes mais pobres, modificavam os discursos sobre a minoridade, principalmente quando a instituição educacional oferecia o ensino técnico. A instrução pública do município apresentada no *Relatório Intendencial* de 1912, durante o mandato do intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos, enfatiza que a instrução dos alunos deve incluir os exercícios de profissões elementares técnicas, artísticas e domésticas, ministradas para menores e adultos. Outra informação importante era a proibição de castigos corporais e de outras formas de sanções que possam prejudicar a saúde ou ofender a dignidade do educando.

No que se refere ao ensino técnico, este foi efetivado e formalizado em 1917, a partir de uma instituição própria para este tipo de instrução. Conforme Meireles (2003), em 1911 foi cogitado a fundação da Escola de Artes e Offícios. No *Relatório Intendencial* de 1911, o intendente José Barboza Gonçalves mencionou esta intenção, ao anunciar que pretende iniciar “dentro em breve, a construção de espaçoso edifício para a Escola de Artes e Offícios cuja planta foi organizada pelos architectos F. Viret e G. Marmorat, por solicitação, a meu pedido, do prestimoso conterrâneo dr. Pedro Luiz Osorio” (*Diário Popular*, 24/0/1911, p. 1). Os objetivos do intendente José Barboza Gonçalves não foram atingidos.

Somente em 7 de julho de 1917, durante o mandato do intendente Cypriano Corrêa Barcellos, foi fundado a instituição para o ensino técnico. Segundo o convite

para a fundação do Lyceu, datado no dia 27 de julho de 1917, a escola seria destinada “para a educação dos desprotegidos da fortuna, evitando que se precipitem nos vícios da vadiagem e cheguem ao crime, pela falta de uma escola que lhes ensine o trabalho honrado e methodico” (apud, MEIRELES, 2007, p. 21). Percebe-se que referida instituição foi fundada não só para a qualificação do aluno através do trabalho, como também escola profissional para prevenção e preservação de jovens pobres, muitos destes em situação de rua, uma vez que o texto do convite não cita a regeneração de menores vadios e delinquentes.

O lançamento da pedra fundamental, realizado em cerimônia festiva no dia 28 de maio de 1918, teve como o orador oficial daquela solenidade, o presidente da instituição Fernando Luis Osorio. A escola tinha como objetivo a “reafirmação de altruísmo, conquista da solidariedade, sentimento que é uma combinação, dentro da ordem social, da única liberdade efectiva - pelo trabalho e esforço consciente, como a mais instante aspiração da República” (*Diário Popular*, 29/05/1918, p. 1). A construção do prédio foi iniciada em 1919, em amplo terreno cedido pelo intendente Cypriano Barcellos, situado na Avenida 20 de Setembro. O prédio foi preparado para a instalação da maquinaria das seções de fundição, carpintaria, marcenaria e artes gráficas (*Diário Popular*, 24/06/1924).

O *Diário Popular* de 24 de julho de 1924, dedicou duas páginas do impresso para a Escola de Artes e Officios de Pelotas. O periódico publicou nesta mesma edição, a entrevista realizada com o então presidente da instituição, Fernando Luis Osório, que buscou discutir sobre o seu relatório de 1923. Naquela oportunidade, o presidente mostrou para o jornalista os artigos dos estatutos da entidade que, através do ensino laico, buscava promover a formação do caráter dos educandos, despertando também o dever democrático, o sentimento cívico e o culto a pátria. Além disso, o objetivo maior da instituição era ofertar uma profissão adequada a partir das aptidões dos alunos. Quanto ao público alvo, Fernando Luis Osório fez algumas reflexões.

O problema da infancia abandonada apresenta não sómente a face philantrópica, mas a face juridica, a face social, a face psychologica e administrativa. A todos os aspectos, porém, culmina e resume, o lado técnico principal, isto é, a face educativa. Melhoram-se as plantas pela cultura – já dizia o philosopho – e os homens pela educação! Um ser humano que se educa é uma utilidade que se multiplica (*Diario Popular*, 24/07/1924, p. 4).

As palavras do presidente reafirmam o que foi abordado no decorrer da presente tese, de que o objetivo do ensino profissional era o de preparar os grupos de desvalidos para prestação de serviços para sociedade. O ensino técnico, além de garantir a aprendizagem de um ofício, também os preparava para viverem na sociedade da ordem e do progresso.

Outro elemento presente na entrevista concedida ao *Diário Popular* é o reconhecimento de Fernando Osório, sobre o desprezo dos brasileiros com os trabalhos manuais, advindo do preconceito durante o período do Brasil escravagista. Em outras palavras, é um preconceito estrutural, ou racismo estrutural quando se trata de um operário negro. Fernando Osório conclui estas afirmativas, salientando que:

[...] a disseminação do ensino profissional trará sympathia e respeito para com os operarios como factores concientes, como forças vivas do progresso, pela convicção de que os trabalhos praticos formam o cidadão na escola das obrigações, dos “incommodos” civicos do cidadão, dos direitos e deveres políticos (*Diario Popular*, 24/06/1924, p. 4).

Cabe frisar que apesar da importância da Escola de Artes e Ofícios de Pelotas no ensino de alguma profissão para a minoridade desvalida, esta não foi uma instituição que de fato resolveu os problemas com os meninos órfãos e abandonados, uma vez que não oferecia a modalidade de internato, sendo assim, os meninos ainda necessitavam de um estabelecimento de acolhimento em tempo integral.

Em Pelotas, esta mudança se deu de forma efetiva a partir da fundação do patronato na década de 1920. Foi nesta década também, que aumentou o número de instituições católicas, voltadas para infância desvalida conforme já apontado. Os patronatos foram criados no Brasil, no ano de 1918, estando subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De acordo com o relatório de 1918, apresentado pelo ministro João Gonçalves Pereira Lima, os patronatos foram criados para acudir a infância abandonada, evitando as tentações da vadiagem e do crime nas cidades. No decorrer do referido relatório, o ministro ressalta que:

[...] a falta de um systema generalizado e comprehensivo de educação escolar gerou no seio da nossa nacionalidade estas tres chagas, até agora inextirpaveis: o analphabetismo, a indigencia e a vagabundagem, - causas de males e crimes incalculaveis” (Relatório do Ministro da Agricultura, 1918, p. 135).

O político afirma que o combate do analfabetismo, da indigência e da vagabundagem era feito através do cumprimento do Código Penal e não da imposição da escola, pois preferiam cominar e punir do que propagar a cultura educativa. Diante destes apontamentos, o ministro conclui que “onde a educação social se eleva, o nível da criminalidade descrece. Combatendo-se a ignorancia, desarma-se, com os mesmos golpes, a ociosidade que alimenta os maus instinctos e conduz á miseria e á delinquencia pelo caminho do vicio” (Relatório do Ministro da Agricultura, 1918, p. 136).

De forma geral, o ministro reafirma algumas questões apresentadas neste trabalho, de que as cidades tinham entre as suas populações, meninos abandonados, órfãos de pais vivos, vivendo em meio à ociosidade, aos vícios, praticando atos nocivos e condenáveis, por culpa de pais negligentes e da pobreza que os cercam, enfim, eram estas crianças, os malfeitores do amanhã, que acabavam enchendo as cadeias, ao invés de contribuírem para o aperfeiçoamento de uma nação desceite e mais digna e para os avanços econômicos, na forma de produção ou de consumo.

Com estas pretensões que surgem os Patronatos Agrícolas, “para educação de menores desvalidos, nos postos zootechnicos, fazendas-modelo de criação, nucleos coloniaes e outros estabelecimentos do Ministerio” (Decreto N. 12.893 de 28 de fevereiro de 1918). Segundo Vianna (1999), os patronatos foram verdadeiros viveiros de mão de obra, representando o ponto extremo de valorização da ordem através do trabalho agrícola. Nesse sentido, o trabalho agrícola representa mais um elemento de controle social no espaço rural da ordem e da disciplina, diferente do espaço urbano caótico e potencialmente perigoso. Esta representação de controle social também tem por base o deslocamento da infância desvalida do meio urbano para o campo, fazendo com que esta infância fique afastada das chagas sociais das cidades, transformando os menores abandonados, vadios ou delinquentes, em novos personagens sociais, os trabalhadores rurais.

Apesar do discurso sobre a menoridade abandonada, vadia ou delinquente, as instruções orgânicas dos Patronatos Agrícolas, apresentam elementos de extrema importância, que serão refletidos especialmente na década de 1930, modificando os objetivos da instituição, bem como, o público acolhido por ela. De acordo com as instruções, o estabelecimento admitia internos, menores do sexo

masculino, com idades de 10 a 18 anos. A internação era feita “mediante guia da autoridade judiciaria ou policial competente, da qual deverão constar a idade presumida, os signaes característicos, a circumstancia do abandono e, sempre que for possível, a filiação e a declaração de serem ou não orphãos” (Relatório do Ministro da Agricultura, 1918, p. 146). Através deste excerto, é possível perceber que o público alvo de fato eram os menores abandonados ou órfãos.

Porém, o Art. 5º da Instrução Orgânica colocou de forma explícita que o patronato não tinha a intenção de ser uma instituição correcional e punitiva. Segundo o texto do referido artigo, “não serão admittidos ao internato os menores delinquentes, os relapsos na pratica de vicios immoraes” (Relatório do Ministro da Agricultura, 1918, p. 146), sendo assim, o problema com a institucionalização asilar, educativa e profissionalizante dos menores enquadrados dentro da criminalidade infantil ainda não estava solucionado. Neste mesmo artigo, estava proibido admitir meninos que sofrem de doenças infectocontagiosas ou deficiência orgânica, prejudicando-os no trabalho no campo. Nesse sentido, o ministro justifica que o governo deveria criar estabelecimentos especiais para acolher e educar os menores classificados pela ciência médico-legal como “anormais”.

No ano de 1919, o político pelotense Idelfonso Simões Lopes assumiu o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ficando no cargo até 1922. Durante seu mandato, o ministro se empenhou em instalar um patronato agrícola na cidade de Pelotas. Isso foi possível, através do Decreto N. 15.102, de 9 de novembro de 1921, “Art. 1º Fica creado um Patronato Agricola no municipio de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, com a denominação de ‘Visconde da Graça’, que será regido pelo regulamento approved pelo decreto n. 13.706, de 5 de julho de 1919”.

No *Relatório Intendencial* de 1921, apresentado ao Conselho Municipal, o intendente Dr. Pedro Luis Osorio, fez uma menção sobre a instalação do patronato em Pelotas. De acordo com o texto publicado no relatório:

[...] serão de grande futuro taes institutos bem indica o sucesso alcançado pelos Aprendizes Agricolas de Barbacena, de Pinheiro, de S. Luiz e da Bahia, estabelecimentos que, como disse importante orgam da imprensa do Rio, se destinam a formação de nossos pequenos agricultores, por uma instrucção pratica, mas esclarecida por noções theoricas indispensaveis que lhes proporcionam uma comprehensão exacta da importância da profissão (Relatório Intendencial, 20/09/1921).

É possível perceber neste excerto que o intendente não elucida a população quanto ao público acolhido pelo patronato. Pedro Luis Osorio dirigiu-se aos internos de forma genérica, apenas como pequenos agricultores. Nesta perspectiva, a sociedade não foi informada de que o patronato era mais um mecanismo de poder e de controle para o saneamento urbano e higienização social dos centros urbanos.

A função do Patronato Agrícola corrobora para sustentar as ideias de Foucault (2010) quando afirma que vivemos numa sociedade panóptica, formada por estruturas de vigilância. Sobre esta afirmação, o autor explica da seguinte forma:

O sonho de Bentham, o panóptico, no qual um único indivíduo poderia vigiar todo mundo, é no fundo, penso eu, o sonho, ou melhor, um dos sonhos da burguesia (porque esta sonhou muito). Esse sonho ela realizou. Ela talvez não o tenha realizado sob a forma arquitetural que Bentham propunha, mas é preciso lembrar-se do que Bentham dizia sobre o Panóptico: é uma forma de arquitetura, é claro, mas é sobretudo uma forma de governo; é uma maneira para o espírito exercer o poder sobre o espírito. Ele via no panóptico uma definição das formas de exercícios de poder (FOUCAULT, 2010, p. 71-72).

Pela situação no qual os menores desvalidos se encontravam em Pelotas, pelos discursos propagados pelos jornais que alimentavam o imaginário social pelotense no sentido da representação negativa da infância desvalida, pelas formas de poder e de governo que almejava a ordem e o progresso através do controle social, o Patronato surgiu para atender as aspirações da República e dos grupos dominantes.

Assim, como em outros lugares do Brasil, em 1923 foi oficialmente inaugurado em Pelotas, o Patronato Agrícola Visconde da Graça, de acordo com a organização dos patronatos agrícolas estabelecido pelo Decreto N. 13.706, de 25 de julho de 1919. O *Diário Popular*, noticiou a inauguração oficial na edição do dia 16 de outubro de 1923, no qual separou-se alguns trechos que vão ao encontro das questões propostas nesta tese.

Effectuou-se ante-hontem, com toda solemnidade, a inauguração official do Patronato Visconde da Graça. Ninguem ignora, certamente, o alcance moral e material de tão louvavel empreendimento, que vem incrementar, ainda mais, a tradicional cultura do nosso povo [...] Como se sabe, a função pratica dos Patronatos é destinada prestar os mais relevantes serviços aos povos delles se utilizem, pois que ali se cultivam o espirito do homem para as lidas superiores do trabalho, rasgando-lhe o caminho para seguro triumphos da vida [...] Destina-se o Patronato, como bem dissemos, a preparar o homem para os vastos domínios da agricultura. Ha ali, tambem,

aulas para o ensino primário, gymnastica e exercícios militares (*Diario Popular*, 16/10/1923).

Nesta reportagem, o jornal se eximiu de anunciar o público acolhido pelo patronato, os futuros trabalhadores rurais. O jornalista enfatiza sobre a importância do trabalho para elevação da moral do sujeito. Além disso, a notícia busca destacar quanto à utilidade da instituição. Nesta mesma reportagem, o autor destaca o crescimento das lavouras no Rio Grande do Sul, fonte de riqueza, e por este motivo, estava na expectativa de que o Patronato Agrícola formasse trabalhadores qualificados para contribuir com a agricultura da região.

Sobre as principais intenções da instituição agrícola de Pelotas, Vicente (2010) aponta que o objetivo do patronato era de qualificar internos para o trabalho agrícola e de retirar dos centros urbanos meninos pobres, órfãos e desvalidos, com idade entre 6 a 16 anos. “Para a instalação dos Patronatos no Brasil houve articulação entre o governo federal e as prefeituras municipais, sendo beneficiadas as localidades que possuíam lideranças políticas mais atuantes junto ao poder público” (VICENTE, 2010, p. 59). Este foi o caso de Pelotas, em que o patronato “foi criado por iniciativa de Pedro Luís Osório (na época intendente do município) e Idelfonso Simões Lopes (ex-ministro da agricultura do governo Epiácio Pessoa, filho de João Simões Lopes Filho, charqueador e comerciante, o Visconde da Graça)” (JANTZEN, 1990, p. 81).

A instituição foi instalada na Boa Vista, 2º distrito de Pelotas, em terreno vasto, fértil e com partes arborizadas, distante do centro da cidade. Cabe ressaltar que atualmente esta localidade faz parte da zona urbana do município, no bairro Arco Íris. No ano seguinte da inauguração do patronato, o *Almanach de Pelotas* publicou sobre a inauguração do estabelecimento, trazendo uma abordagem diferente da apresentada pelo *Diário Popular*.

Todos os louvores a esse comemttimento relevante, que é tão benéficos fructos produzirá, instruindo, tornando uteis á, collectividade e a si próprios meninos orphãs e sem amparo, sem meios de se instruiem, arrebatando-os da ociosidade e dos perigos de um abandono criminoso, que acabaria por torna-los, prejudiciaes e perigosos á communhão, todos os louvores a essa piedosa e benemérita obra serão poucos para aquelles que a conceberam e a realisaram [...] E´ocioso resaltar os benefícios moraes e materiaes que esse estabelecimento virá prestar áquella infancia e juventude, abandonadas até então, e bem assim ás industrias agrarias e outras, fornecendo-lhes trabalhadores e operários com a instrucção techica e profissional necessarias á sua maior eficiencia e desdobraimento (*Almanach de Pelotas*, 1924, p. 285-286).

Percebe-se neste texto, um discurso característico dos discursos produzidos pelos jornalistas sobre a prática da caridade religiosa, através das expressões piedosa e benemérita. Em Pelotas, o Patronato é a primeira instituição de cunho asilar, destinada para os meninos, criada através da intervenção estatal, tendo por base os pressupostos da filantropia através da assistência higiênica e científica. Embora o discurso do ensino técnico seja semelhante ao da Escola de Artes e Offícios, o diferencial da instituição era o internato. Pelas instruções orgânicas dos patronatos agrícolas e pelo texto do *Almanach*, pressupõe-se que a instituição foi destinada para meninos não corrompidos, mas que estavam ameaçados pelos perigos das ruas e das chagas sociais.

Sobre a idade dos internos, através de um levantamento estatístico na tentativa de traçar o perfil do aluno acolhido na instituição de Pelotas, Vicente (2010) constatou que entre 1923 e 1934, periodização da sua pesquisa, “a entrada de alunos com menos de 10 anos contrariava o próprio regulamento dos Patronatos e, no entanto, obteve-se um percentual de mais de 6% que entraram com 6, 7, 8 e 9 anos de idade” (VICENTE, 2010, p. 131).

Quanto ao que a autora definiu como etnia relativa aos alunos, no período analisado verificou que “159 alunos eram denominados ‘brancos’ (62%) e 92 alunos estavam entre aqueles denominados ‘pardos, morenos, mixtos e negros’ (36%). O restante, 2%, eram denominados ruivos ou não foram identificados (n/i)” (VICENTE, 2010, p. 132). Estes últimos dados causaram estranhamento, dificultando a análise da autora, principalmente pela baixa porcentagem de alunos classificados como pardos, morenos, mistos e negros. Esta análise é dificultada pelo histórico populacional de Pelotas, com o contingente número de negros escravizados que, no pós-abolição, acabaram constituindo parte dos grupos mais pobres.

Outra possibilidade apontada por Vicente (2010), era a variedade de documentos exigidos para o ingresso na instituição, dentre eles, certidão de idade, atestado de sanidade, de vacina, de boa conduta firmado pela delegacia de polícia, que pela dificuldade de acesso às informações e aos próprios documentos, acabavam sendo um empecilho para a admissão dos alunos.

No que se refere à construção do Patronato, esta foi iniciada em 1921, sendo concluída no ano de sua inauguração em 1923. Os pavilhões foram construídos dentro das condições favoráveis de higiene, sendo instalados secretaria e

almojarifado, salas de aula, dormitório com 100 camas, refeitório, banheiros e aparelhos sanitários, 14 baias para o resguardo dos animais (*Diário Popular*, 16/10/1924). O *Almanach de Pelotas* (1924, p. 286), subsidiado por outro impresso, descreveu que “no dormitório, (referiu o ‘Jornal da Manhã’) um amplo salão de janellas rasgadas para ambos os lados, vimos três filas de leitos, em numero de cem, muito bem guarnecidos de roupa toda nova”. A princípio, essa descrição corresponde a seguinte fotografia (figura 4).



Figura 4 – Internos no dormitório do Patronato Agrícola Visconde da Graça
Fonte: Olhares sobre Pelotas⁹⁵, 17 de jan. de 2013.

A fotografia (figura 4) corresponde ao dormitório da instituição. As informações sobre a data do registro são imprecisas. Salienta-se que este mesmo material imagético foi reproduzido em algumas produções acadêmicas. Na dissertação de Vicente (2010), a autora apenas menciona que a fotografia não está datada. De acordo com a página *Olhares sobre Pelotas*, a imagem corresponde à

⁹⁵ Considerando que as fotografias inseridas neste trabalho são imagens reproduzidas nos periódicos locais, optou-se também, por inserir a fotografia do dormitório publicada em uma rede social de acesso público. A página *Olhares sobre Pelotas* tem por objetivo divulgar fotografias, curiosidades, estudos e temáticas ligadas à cidade de Pelotas. A equipe de produção é composta por Leonardo Tajés Ferreira, Paula Viegas, Fábio Zündler, Henrique Azevedo, Gustavo Mansur, Ires Furtado, Rafa Marin, José Barboza, Beto Fernandes, Alexandre Neutzling, Guilherme Bittencourt e Ingrid Clasen. Alguns membros desta equipe são responsáveis pela produção de alguns documentários com a mesma dominação da página. A página pode ser acessada através do link: <https://www.facebook.com/Olharessobrepelotas/>. Já a fotografia 3 corresponde ao link: <https://m.facebook.com/Olharessobrepelotas/photos/a.352576361516242/487184494722094/?type=3>

década de 1920. O curioso da fotografia é a informação publicada na referida página, de que o alojamento coletivo continha 180 leitos e que o mesmo foi apelidado pelos próprios internos como Pulgão, devido às pulgas que apareciam neste espaço⁹⁶.

A figura 4 é semelhante às imagens dos dormitórios de outras instituições asilares para desvalidos. A diferença do dormitório do patronato, instituição laica, para os dormitórios das instituições asilares confessionais, é que nos estabelecimentos ligados à Igreja Católica, era comum encontrar expostos nos dormitórios, objetos ligados ao cristianismo, como a cruz, o quadro ou imagem de um santo.

Sobre a estrutura do alojamento coletivo do patronato, pode-se perceber que é um espaço amplo, arejado, com várias janelas, grande o suficiente para ventilação e passagem da luz natural no ambiente. As camas estão perfiladas e bem arrumadas, contendo jogo de cama e travesseiro, oferecendo o mínimo de conforto aos internos. Os meninos presentes na fotografia aparentam ter pouca idade (talvez as mencionada por Vicente, entre 06 a 16 anos de idade) estando todos sentados na cama e com o olhar direcionado para a câmera.

No centro da fotografia, nota-se a presença de quem sabe, um homem adulto, que está em pé ao lado da porta que dá acesso ao dormitório. O *Almanach de Pelotas* de 1934, ao referir-se ao Patronato, ressaltou que a instituição tinha capacidade de acolher 180 menores, porém naquele ano já ultrapassava o número de 213. Os menores também eram vigiados diurna e noturnamente, pelos guardas, sob a direção imediata do inspetor de alunos. Quem sabe seja o inspetor, o suposto adulto presente na foto, cumprindo uma das suas funções, a de vigiá-los.

Sobre o uso de fotografias referente à Escola de Artes e Offícios, ao Patronato Agrícola Visconde da Graça e do Asilo Nossa Senhora da Conceição, nesta pesquisa, tomou-se a precaução de não inserir e analisar algumas imagens, pois as fotografias localizadas nos periódicos datados de acordo com a periodização elencada, foram praticamente as mesmas analisadas na tese *Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910-1930): imagens e imprensa* (2011), de Maria Augusta Oliveira. Por conta disso, evitou-se correr o

⁹⁶ Na publicação da página do *Olhares sobre Pelotas*, referente ao alojamento coletivo do Patronato, a informação sobre o apelido Pulgão é atribuída ao professor José Leonel Antunez, autor da obra *CAVG: História de um Patronato* (1996).

risco de fazer uma análise semelhante a de Oliveira (2011), uma vez que ela também é uma das principais referências neste estudo. O mesmo ocorreu com as fotografias do Asilo de Órfãos São Benedito, inseridas no estudo de Caldeira (2014).

Algumas notícias publicadas no *Diário Popular*, periodizadas nas décadas de 1920 e 1930 e, que estavam relacionadas ao Patronato Visconde da Graça, fazia referência a Escola de Escoteiros que atendia os internos da instituição. Oliveira (2012) ao discutir sobre o escotismo, afirma que este junto à educação cívica, se constituiu em mais um elemento disciplinador e propagador do ideário do Brasil republicano. A autora também salienta que entre as décadas de 1910 e 1920 a imprensa pelotense dedicou-se em divulgar imagens e textos sobre o escotismo, pois este estava diretamente relacionado à formação física, intelectual e moral dos alunos. Sobre a prática diária do escotismo, como parte integrante das aulas de educação física no Patronato Agrícola, Vicente (2010, p. 91) elucida que o escotismo “enaltecia a instituição, demonstrando à sociedade eficiência, rigor, disciplina e sabedoria. Por isso, era uma prática comum nas escolas públicas de Pelotas”⁹⁷.

No decorrer da década de 1920, foram localizadas poucas notícias e informações sobre os trabalhos do patronato e da escola de ofícios. Geralmente estes eram mencionados, quando recebiam a visita de personalidades ilustres que elogiavam os estabelecimentos, enfatizando a importância das entidades para o ensino técnico e para a formação de trabalhadores úteis e qualificados. Mesmo sendo escolas que ofertavam o ensino técnico, a intenção foi a de centralizar a discussão sobre a fundação e sobre o que estas instituições representavam para a sociedade pelotense. O trabalho como princípio educativo e não como um elemento regenerador através da ordem, do controle e da disciplina, é uma discussão intensificada durante o governo getulista, tendo as principais pesquisas periodizadas a partir da década de 1930⁹⁸.

Conforme mencionado anteriormente, a Igreja Católica de Pelotas, até a década de 1920, não teve a iniciativa de fundar uma instituição asilar para o acolhimento de meninas e meninos desvalidos. As instituições fundadas antes deste período surgiram através da iniciativa filantrópica. Com o início de um novo bispado,

⁹⁷ Para saber mais sobre o escotismo, a formação moral e cívica e como essa prática se efetivou em Pelotas, consultar a tese de Oliveira (2011).

⁹⁸ Como exemplo, aponta-se a obra de Ciavatta (2009) intitulada *Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores* (Rio de Janeiro, 1930-60) e o livro de Cunha (2005) com o título *O ensino de ofícios no primórdio da industrialização*.

surge em Pelotas, duas instituições asilares, uma para meninos e outra para desvalidas de várias idades.

As instituições asilares fundadas e mantidas pela Diocese de Pelotas, inicialmente era o principal objeto do presente estudo. Porém, as dificuldades de acesso aos arquivos salvaguardados pela Diocese e pelas congregações que atuavam nas instituições, acabaram tornando-se obstáculos na pesquisa.

Nesse sentido, Bacellar (2008) alerta que no Brasil os arquivos de origem religiosa compõem um grande aporte de documentos que nem sempre são de fácil acesso. O autor complementa ao afirmar que:

A amplitude do acesso permitido depende exclusivamente do bispado e, portanto, tende a se alterar com a mudança de seus ocupantes. Alguns interpõem dificuldades quase intransponíveis, enquanto outros são bastante liberais e abrem até mesmo documentação mais sensível, como os processos relativos aos próprios religiosos (BACELLAR, 2008, p. 40).

Além da dificuldade do acesso e da localização das fontes históricas, não foram localizadas produções acadêmicas acerca das instituições asilares fundadas pela Diocese de Pelotas, na década de 1920. O que se rastreou até o momento, foram dissertações e teses que apenas apontam sobre a existência dos asilos fundados na década de 1920. São estudos históricos, que abordam outros objetos de pesquisa, tais como o de Amaral (2003), Karpowicz (2016) e Peruzzo (1997). Dada a premência de tempo, optou-se por investigar sobre as aspirações do ideário republicano na construção da nova nação e na institucionalização da infância desvalida, analisando as representações presentes nos discursos produzidos e propagados pelos impressos locais.

Nesse sentido, para o estudo da institucionalização da infância desvalida, julga-se importante abordar sobre os asilos fundados no período citado, mesmo que não seja de forma aprofundada. O bispado de Dom Joaquim Ferreira de Melo junto à Diocese de Pelotas, que renovou o compromisso e trabalho caritativo em prol da infância desvalida, é o principal ponto de partida.

Dom Joaquim, o segundo Bispo de Pelotas, nasceu no dia 31 de agosto de 1873, na região do Crato, no sul do estado do Ceará. Foi nomeado Bispo da Diocese de Pelotas, em 15 de março de 1921, pelo Papa Bento XV, tomando posse em 14 de novembro do mesmo ano. Em Pelotas, o Bispo assumiu obras sociais e foi responsável pelo grande empreendimento da Igreja naquele período: a criação do

Seminário Diocesano São Francisco de Paula, em 1939 (MENDES, 2006; MENDES; ALVES, 2010; SOUSA, 1964; SOUZA 2014).

Nas palavras de Sousa (1964, p. 38), “organizado o clero, começou o sr. Dom Joaquim, o seu apostolado. Viu que precisava começar pelo princípio; a seu ver era a educação das classes populares”. As notícias sobre o Asilo de Meninos desvalidos começam a ser publicadas no *Diário* de 1922. No dia 16 de julho deste mesmo ano, o referido jornal divulgou os donativos destinados à instituição. No dia 03 de agosto, foi anunciada a cerimônia do lançamento da pedra fundamental, no local escolhido para a construção do prédio da instituição, à rua Gomes Carneiro, esquina da rua Barroso, com missa campal celebrada pelo Bispo da Diocese, junto à Matriz do Porto.

Como resultado do trabalho e empenho do referido bispo, o *Diário Popular* de 16 de abril de 1924, anunciou a fundação do asilo para meninos desvalidos, através do texto *Pelotas e a caridade*:

Pelotas é incontestavelmente uma cidade generosa e protectora [...] Haja vista os innumerados estabelecimentos pios e de protecção aos necessitados que ahi estão disseminados pela cidade e se mantêm exclusivamente da caridade publica [...] A alma da mulher pelotense sempre acalorando, agitando, dando carinho e vida a essas emprezas, não se contentou com o que já se tem feito em Pelotas e está agora empenhada na realização de outra obra grandiosa e digna dos nossos applausos e do nosso amor. Trata-se de um asylo para meninos desvalidos. Eis a obra mimosa de um alcance extraordinário que a mulher pelotense, sob os auspícios paternaes do Exmo. Sr. Bispo Diocesano D. Joaquim de Mello vae offerecer aos pobresinhos filhos desta cidade. P.E. Magalhães (*Diario Popular*, 16/04/1924, p. 2).

O jornal, ao informar sobre a criação de mais um estabelecimento assistencial e caritativo, destacou o perfil generoso e protetor da sociedade, especialmente da mulher pelotense que se ocupa das ações caritativas e filantrópicas. O que causou estranhamento nesta notícia, é que as obras consultadas sobre a referida instituição, não mencionam a participação da mulher na fundação deste asilo. Porém, estas informações foram encontradas no *Estatuto do Asylo de Meninos Desvalidos e da Associação Protectora do mesmo Asylo*, registrado no dia 03 de setembro de 1925. Ressalta-se que a Associação citada, foi criada para manter o asilo e auxiliar na sua administração. De acordo com o referido documento (ver anexo C), entre os nomes de mulheres que fizeram parte da Associação, estão a presidente Sylvia Soares

Tavares, a vice-presidente Julieta de Oliveira e Silva, a tesoureira Francisca de Paula Machado e a 1ª secretária Christina Amaral Ribeiro.

O estatuto em seu Art. 1º afirma que o Asilo de Meninos Desvalidos será administrado e dirigido pelo Ordinário Diocesano de Pelotas, tendo na diretoria da Associação, o auxílio para a manutenção e administração da entidade. Provavelmente trata-se da administração interna, referente aos cuidados com os meninos desvalidos, geralmente desempenhados por mulheres. Esta observação também é possível verificar em outros estatutos de instituições asilares, através das descrições das funções da administração interna e das atribuições das zeladoras, como a manutenção da decência e decoro da instituição, o zelo pelos trabalhos e estudos dos acolhidos, a verificação e providencia para que nada falte para os internos, cuidado dos acolhidos em caso de moléstia, garantindo que as prescrições médicas sejam rigorosamente cumpridas⁹⁹.

O autor da notícia relata que visitou as obras das futuras instalações da instituição, podendo esta ser um dos mais imponentes orfanatos da região. Sobre a fundação do asilo, P. E. Magalhães continua realçando que:

Alli formada por uma solida educação moral, cívica e religiosa, serão os preferidos candidatos á aprendizagem de todos os officios nos estabelecimentos municipaes, estaduaes ou federaes. Que melhor garantia para a grande classe desses infelizes que até hoje, vivem abandonados! Que somma incalculavel de benefícios não irá fazer o Asylo de Meninos Desvalidos, á futura classe operaria de Pelotas! Ah! eu vejo os olhares da infância desvalida voltados para aquella casa que surge e que chamarão de ninho... Adivinho as bênçãos de centenas de lares que deverão mais tarde sua vida a esse centro de trabalho e de bem P.E. Magalhães (*Diario Popular*, 16/04/1924, p. 2).

No dia 03 de julho de 1924, foi oficialmente fundado na região do porto de Pelotas o Asilo dos Meninos Desvalidos de Pelotas. Além da colaboração da Diocese, a obra foi mantida com subvenções governamentais, legados, donativos e esmolas. A Escola Sagrado Coração de Jesus, fundada em 1916, posteriormente anexa ao asilo, ministrava ensino gratuito para os meninos. Em 1926, cinco Irmãos da Congregação Lassalista passaram a colaborar com esta instituição (AMARAL, 2003; INSTITUTO... s/d; MENDES; ALVES, 2010).

⁹⁹ O Estatuto do Asilo de Órfãos São Benedito, de 1902, foi utilizado como referência para as descrições das funções. Porém, os estatutos dos asilos eram semelhantes. Mesmo 59 anos depois da publicação do estatuto do Asilo São Benedito, o Estatuto do Asilo De Órfãos Nossa Senhora da Conceição (1960), apresenta praticamente as mesmas atribuições para o cumprimento do cargo.

Amaral (2003) salienta que os Irmãos de La Salle, inicialmente não demonstraram muito interesse no trabalho junto ao asilo. Os Lassalistas passaram a desenvolver trabalhos na instituição, após assumirem a direção do Colégio Gonzaga, antes de responsabilidade dos jesuítas. Por muitos anos, além de administrarem a instituição privada, ajudaram a manter a Escola e Assistência Social Hipólito Leite. Em 2004 o Colégio Gonzaga passou a ser administrado por chamados “empresários da educação”, deixando de ser uma escola confessional. A Escola Hipólito Leite passou a se denominar Escola La Salle de Pelotas, hoje instituição privada, porém com oferta de muitas bolsas de estudos para estudantes de famílias carentes.

Sobre a fundação do asilo, ela ocorreu em meio às discussões médicas, psicológicas, pedagógicas e jurídicas para a proteção e bem-estar da criança. Esta discussão acabou ganhando as páginas dos jornais, chegando até o conhecimento da população. Em 1925, o *Diário Popular* noticiou sobre o Congresso Internacional da Criança, realizado na cidade de Genebra, localizada na Suíça. Segundo o periódico, o congresso teve como objetivo prover o bem-estar da criança, de acordo com a Declaração dos Direitos das Crianças de 1924, conhecida como a Declaração de Genebra. Destaca-se os seguintes direitos estabelecidos pelo referido documento, destinado mais precisamente à infância pobre e desvalida:

II – A criança que tem fome deve ser alimentada; a criança que esta enferma deve ser tratada; a criança que ignora deve ser instruída; a criança delinquente deve ser corrigida; a criança orphã ou abandonada deve ser protegida e socorrida” (*Diario Popular*, 03/04/1925, p. 1).

Percebe-se neste excerto, que a criança é mencionada como um sujeito de direito e de que, a filantropia deveria intervir em prol dela, sendo garantida alimentação, tratamento de saúde, instrução e amparo. Conforme Rosemberg e Mariano (2010), esta não foi a primeira tentativa internacional de formular um documento que prevê os direitos da criança¹⁰⁰. Os autores também afirmam que o

¹⁰⁰ Apesar da Convenção de Genebra ser mencionada em vários estudos como o primeiro congresso internacional sobre os direitos das crianças, é necessário destacar o 1º Congresso Americano da Criança, realizado em julho de 1916 na cidade de Buenos Aires, tendo sua segunda edição realizada em Montevideu no ano de 1919 e a terceira edição em conjunto com o Primeiro Congresso Brasileiro e Proteção à Infância, que aconteceu em 1922 na cidade do Rio de Janeiro. Destaca-se que no 1º Congresso Americano de 1916, Moncorvo Filho foi encarregado de organizar o comitê nacional brasileiro para a participação deste evento, ocupando a função de presidente do congresso brasileiro de 1922 (FREIRE; LEONY, 2011, DE SOUZA; CORDEIRO, 2015).

Documento de Genebra recebeu duras críticas, como as manifestadas por Janusz Korczak¹⁰¹, precursor dos direitos da criança, ao afirmar que os legisladores de Genebra confundiram as noções de direitos e de dever, pois o referido documento supõe a uma solicitação e não uma exigência.

No Brasil, em 1927, foi promulgado o primeiro Código de Menores. Para Vianna (1999, p. 169), através do código “a menoridade deixa de figurar como condição a ser levada em conta nos diversos tipos de códigos legais para ser tornar um objetivo específico de normatização”. A autora busca fazer uma análise detalhada dos capítulos e artigos do código, principalmente quando faz menção aos menores abandonados e delinquentes.

Um aspecto a ser observado, é que o código separa a infância por idades. O Capítulo I - Das crianças da primeira idade - refere-se às crianças com menos de dois anos, o Capítulo III - Dos infantes expostos - estabelece até a idade de sete anos e o Capítulo IV - Dos menores abandonados - considera abandonados os menores de 18 anos. Ainda não é a mesma divisão estabelecida pelo ECA, mas já busca situar quem é considerado criança e quem é considerado menor.

Os jornais locais, além de publicarem notas, artigos, reportagens, também publicavam textos literários. O semanário *A Alvorada* estava repleto deles. A capa do *Diário Popular* de 11 de novembro de 1910 publicou o seguinte poema:

TRANSVIADA

Heis de sentir vergonha quando, um dia,
Dares balando á tua consciencia
E medires o abysmo da demencia
Em que tu andas a pairar, sombria

Trazes dentro de ti a escura lia
Das paixões que se agitam na existencia,
Perdeu tu'alma a excelsa transparencia
E de crystal tornou-se argila fria.

Falas de amor! Não manche a tua boca
Esse nobre ideal. Ai! Pobre louca!
O amor não se alaparda num covil.

Elle dar-te-ia a coroa do martyrio.

¹⁰¹ Segundo Rosemberg e Mariano (2010, p. 700) “os textos de Janusz Korczak, bem como sua biografia, foram amplamente divulgados na Europa, particularmente após os movimentos contraculturais dos anos 1960. Korczak (1878- 1942), pseudônimo de Henryk Goldshmid, judeu polonês, médico pediatra por formação e educador por opção, criou em 1912, em Varsóvia, uma instituição (Lar de Crianças da Rua Krochalna) na qual acolhia, principalmente, crianças pobres judias. Em parceria com Stefa Wilczinska, implantaram uma organização da instituição governada pelas próprias crianças, o que incluía um parlamento e um tribunal”.

Na alma infecta não viceja o lyrio,
Nem se reflecte nunca o ceo anil

Fecha dentro do seio essa vaidade
Que buscas exhibir publicamente,
Esse desdém pela virtude, imprudente,
Que tens pela virtude e honestidade

Calisa-me tédio, causa-me piedade,
Tu'alma que se alira, incosciente,
Ao charco, onde rasteja, repellente,
A lesma da impureza e da maldade

Si pudesses medir tua desgraça,
Quebrar de vez a venosa taça
Da volúpia, que torna o corpo langue,

Para expiar os crimes commetidos,
Teu coração fundiras em gemidos,
E chorarias lagrimas de sangue!

Henrique de Casaes (*Diario Popular*, 11/11/1910, p. 1)

Assim era definida a transviada, desencaminhada, errante, extraviada, perdida. Mulher adulta ou menor de idade, de moral duvidosa, da honra corrompida, demente, sombria, vaidosa, que gosta de exposição pública, impura, dentre outras expressões utilizadas para vulgarizar a mulher com comportamentos impróprios estabelecidos na época. Mulheres e meninas com este perfil precisavam ser separadas do resto da sociedade, afastadas, segregadas, institucionalizadas e, com essa intenção, surgiu o Asilo Bom Pastor de Pelotas, obra que fez parte do ciclo do apostolado episcopal de Dom Joaquim, idealizado em conformidade com a Associação das Damas da Caridade.

Criada em 1907, tendo como presidente a Sra. Mimosa Assunção, a associação composta por senhoras da sociedade pelotense, influenciada pela caridade religiosa, prestava serviços aos pobres, em especial a mulheres e crianças. O *Primeiro Lustrro* (1916) ao citar as associações, afirma que estas movidas pela fé, prestam auxílio a Igreja, garantindo a vida religiosa nas paróquias, principalmente através da prática do sacramento e do ensino do catecismo. Dentre as associações, algumas se dedicavam à propaganda religiosa e outras à caridade, sendo as Damas da Caridade, uma delas.

Em 11 de janeiro de 1929, o *Diário Popular* informou sobre a inauguração dessa obra do bem. Segundo o jornal, a obra atenderia as infelizes menores desamparadas. O Asilo Bom Pastor foi inaugurado no dia 14 de janeiro de 1929. No

texto referente à inauguração da instituição, o periódico destacou a “relevante obra de caridade e de alta significação moral e religiosa, devida ao nobre espírito de bondade das dignas senhoras da ‘Associação Damas de Caridade’”. Sobre a estrutura do asilo, o impresso salientou que “consta no Asylo duas amplas casas independentes, com comunicação, sendo uma para as irmãs e outras para as penitentes”. Percebe-se uma separação entre as religiosas e as acolhidas pela instituição, porém tem-se a impressão de que comunicação entre as casas, permitia o controle e a vigilância das internas. No dia da inauguração, na qual o impresso classificou como feliz coincidência, o asilo “recebeu o novo mosteiro a sua primeira penitente vinda de Bagé” (*Diário Popular*, 15/01/1929, p. 4).

A reportagem sobre a inauguração, indica alguns elementos que torna a história da instituição ainda mais emblemática, por ser uma instituição fechada e pelo público acolhido e mantido por ela. O asilo faz parte do imaginário social pelotense. Durante os anos de realização da presente pesquisa, surgiram algumas histórias sobre as internas do “Asilo das Arrepentidas”. O estabelecimento causava medo às meninas que, por conta de suas travessuras, eram ameaçadas de serem enviadas para o Bom Pastor. Também despertava a curiosidade daqueles que circulavam no entorno do prédio do asilo¹⁰².

De acordo com os estudos de Karpowicz (2016), a congregação das Irmãs do Bom Pastor de Angers, de origem francesa, passou a atuar no final do século XIX, com o objetivo de auxiliar e proteger meninas e mulheres em situação de miséria e abandono, dirigindo “desde escolas primárias e secundárias, orfanatos, reformatórios, até instituições carcerárias, sendo a última o foco central do trabalho das Irmãs durante boa parte do século XX no Brasil” (KARPOWICZ, 2016, p. 1234). As irmãs construíram um legado, pela administração de várias penitenciárias brasileiras destinadas às mulheres, principalmente entre às décadas de 1930 e 1940, dentre elas a Escola de Reforma (1936) em Porto Alegre, o Presídio de Mulheres de São Paulo (1942) e a Penitenciária de Mulheres de Bangu (1942) da cidade do Rio de Janeiro (KARPOWICZ, 2016).

¹⁰² Durante alguns anos, escutei relatos de pessoas que viveram fora do asilo ou conheciam alguém que foi interna da instituição. São histórias ocorridas entre as décadas de 1960 e 1970. Foram informações adquiridas de maneira informal, sem o uso de métodos de pesquisa, como o da História Oral.

Entre os autores consultados, percebe-se que as pesquisas históricas têm como principal objeto de estudo, prisões e casas de correções que contou com a presença da congregação. Cabe frisar sobre a dificuldade de consultar os arquivos das religiosas. As principais administradoras do “Asilo das Arrependidas”, denominação que fez parte do imaginário social pelotense, se caracterizam por ser uma instituição reservada, dificultando o acesso dos pesquisadores aos arquivos institucionais.

No Rio Grande do Sul, Pelotas foi a primeira cidade a fundar uma instituição com a administração interna das Irmãs da Congregação. Com a intenção de fundar um asilo com as características do Bom Pastor, a Associação das Damas da caridade, que tinham conhecimento dos trabalhos da congregação no Rio de Janeiro, trocaram correspondências com as religiosas até o ano de 1928. Junto com sete Irmãs do Bom Pastor, em 1929, foi inaugurado o asilo, instalado em uma casa que pertencia as Damas da Caridade. Pelo contingente de meninas e mulheres acolhidas, o espaço foi ficando insuficiente, sendo necessário construir um novo prédio para o asilo que, apesar do empenho da comunidade, da congregação e da diocese, teve as obras iniciadas somente em 1945. O novo prédio localizado na Avenida Domingos de Almeida, bairro Areal, foi inaugurado em 1948 (KARPOWICZ, 2016).

Conforme consta na obra intitulada *Dom Joaquim Ferreira de Melo, 2º Bispo de Pelotas*, elaborada por Mons. Francisco de Sousa (1964), as Irmãs do Bom Pastor tinham como ofício especializado, regenerar moças decaídas. A obra de Pelotas, recebeu a missão de salvar mulheres de pouca moral e que não cumpriam os deveres religiosos. Nesse mesmo sentido, o *Diário Popular* (27/08/1936, p. 37) ressalta que o compromisso da congregação era o de “salvar almas”. Ainda sobre as Irmãs do Bom Pastor, o jornal elucida que “é uma instituição de alcance social, floresceu em todos os países, mesmo de infieis e protestantes, onde vem prestando seus valiosos serviços de reabilitação e preservação a mulheres e menores transviadas, sem distinção de classe, idade ou nacionalidade”.

Sobre as instituições asilares administradas e mantidas pelas Irmãs do Bom Pastor, o jornal apresenta informações interessantes. Este afirma que “são sanatórios para as mentalidades enfermas; são oásis de paz, onde convergem todas as energias para abrigar, num mesmo recinto – porém, sem sessões COMPLETAMENTE SEPARADAS, UMAS DAS OUTRAS” (*Diário Popular*,

27/08/1936, p. 37). Esta descrição aguçava o imaginário social, no sentido em que a instituição era representada como um local para o internamento de mulheres associadas à loucura e outras patologias, à prostituição, ao adultério, mulheres de condutas e comportamentos imorais.

Isso também pode ser percebido a partir das categorias em que elas eram separadas:

1º - AS REGENERADORAS OU PENITENTES, isto é, moças e mulheres que se desviaram do caminho da honra; menores que os exemplos permeiosos conduziram ao mal.

2º - AS MADALENAS, isto é, arrependidas que após uma sincera conversão de perfeita reabilitação, sentem-se atraídas á vida do claustro.

3º - AS PRESERVADAS, isto é, menores desamparadas, colhidas nos meios, onde a miséria, o abandono ou os maus exemplos as levariam á perdição, aos maus costumes e pequenos vícios.

4º - AS PRISIONEIRAS DETENTAS CORRECIONAIS – os governos costumam entregar ás Irmãs do Bom Pastor a direção interna das prisões de mulheres e das escolas disciplinares de menores delinquentes.

5º - AS ORFÃS, isto é, meninas inocentes e de bons costumes, que os responsáveis não podem educar conveniente, por falta de meios ou por outros motivos (*Diario Popular*, 27/08/1936, p. 37).

Não se sabe bem quais as categorias mantidas na instituição de Pelotas. Observa-se que a categoria das “Madalenas”, provavelmente era instituída dentro de um mosteiro ou convento, pois estava destinada às mulheres reabilitadas que passariam a viver na clausura, trajando o escuro burel das Carmelitas. Pouco foram as informações obtidas através das consultas nos periódicos. Em 1954, já ocupando o espaço do novo prédio, o periódico *A Palavra* menciona que a instituição estava dividida em duas seções distintas, a das menores e a das maiores.

Foram coletados poucos dados, tanto da Congregação, quanto do próprio asilo. O que se tem, pode ser relacionado ao livro-reportagem de Daniela Arbex (2013) *Holocausto Brasileiro*¹⁰³, que apresenta narrativas de sobreviventes,

¹⁰³ Fundado em 1903, sendo mantido até hoje, de acordo com a autora, foi entre os anos de 1930 e 1980 o período de barbárie. Os motivos de internação eram diversos. Em muitos casos, o sobrevivente não sabia o motivo da sua internação no manicômio. Os eram misturados, abandonados, negligenciados, castigados, viviam em meio ao lixo, dormiam sob o capim, comiam ratos, bebiam esgoto ou urina, além de serem vítimas do estupro todo tipo de violência, como os tratamentos destinados para os pacientes dos hospitais psiquiátricos. No prefácio escrito por Eliane Brum (2013, s/p), a autora relata que “pelo menos 60 mil pessoas morreram entre os muros da Colônia. Tinham sido, a maioria, enfiadas nos vagões de um trem, internadas à força. Quando elas chegaram a Colônia, suas cabeças foram raspadas, e as roupas, arrancadas. Perderam o nome, foram rebatizadas pelos funcionários, começaram e terminaram ali. Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas,

denominado pela autora, como holocausto vivido no Hospital Colônia de Barbacena, o maior hospício do Brasil. A relação consiste nos motivos de internação no hospital psiquiátrico como a gravidez das menores e a prostituição. Outra relação era a internação de crianças, tanto as ditas “anormais”, rejeitadas pelas famílias por conta da deficiência física e mental, como as saudáveis, que eram abandonadas por outros motivos. Pela memória de alguns pelotenses que conheceram o asilo de Pelotas, a gravidez, a prostituição, a “anormalidade” eram umas das causas do recolhimento, internação, separação, institucionalização de mulheres, junto ao Bom Pastor.

A partir da década de 1930, o município passa a contar com o apoio de outros segmentos sociais e religiosos para a fundação de instituições asilares destinadas à infância desvalida. Mesmo com o elevado número de estabelecimentos para acolher os desvalidos, o problema ainda não estava solucionado. Era necessário criar uma instituição com a finalidade de corrigir e reformar os menores. Com exceção do Asilo Bom Pastor e, pelos discursos dos jornais, a correção e reforma não eram os propósitos dos asilos existentes na cidade. Com esta intenção, o *Diário Popular* se engajou na campanha pela fundação de uma instituição para resolver o estado de abandono da infância pobre e desprotegida. Porém, o discurso é modificado quando as publicações sobre a necessidade de uma escola de reforma para a menoridade aparecem de forma recorrente. Na década de 1940, com o apoio da imprensa local, divulgadora destes ideais, as autoridades policiais, jurídicas e religiosas, atingem este objetivo ao fundar o Abrigo de Menores de Pelotas destinados aos meninos.

violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças”.

5. 2 A situação dos menores como um problema a ser enfrentado

Diante do exposto até aqui, nesta última seção busca-se compreender por que a infância desvalida passou a ser um problema para os poderes públicos, religiosos e para as classes favorecidas.

Ao que tudo indica, principalmente nas primeiras décadas do século XX, os menores eram um problema para a emergente República. Embora não fosse colocado de forma direta e explícita, a menoridade, aqui não se refere ao fator idade biológica e sim ao conceito de menor da época, era mais uma chaga social que, junto à prostituição, ao jogo, ao alcoolismo, à mendicância e outros vícios, tornaram-se um empecilho no processo civilizatório da nação que buscava a ordem e o progresso.

Passada a Primeira República (1889-1930), os jornais continuaram a vincular em seu discurso sobre a preocupação com o abandono moral e material da infância, porém, ao mesmo tempo apontavam os menores como um problema a ser enfrentado. Esta relação foi utilizada para justificar uma lacuna ainda existente em Pelotas, qual seja, a necessidade de criar uma instituição que além de abrigar, educar e profissionalizar a infância desvalida, também tivesse como princípio o de reformar, corrigir, regenerar esta infância.

Os discursos jornalísticos que influenciavam a opinião pública, representavam as expectativas dos discursos policiais, jurídicos, políticos e religiosos. Em Pelotas, as autoridades destes segmentos se uniram na campanha para instalação de um abrigo de menores. Nesse sentido, cabe reiterar que este é um período de decadência econômica de Pelotas e de mudanças políticas nacionais.

Conforme abordado no Capítulo 3, a partir da década de 1930, Pelotas sofreu os reflexos da crise econômica. Segundo Amaral (2003), o fim das charqueadas e a quebra do Banco Pelotense, criado em 1906, foram alguns dos fatores que levaram o município a não atingir as expectativas de desenvolvimento urbano e econômico, conforme ocorreu na segunda metade do século XIX. Sobre a situação e características da cidade, Lazzari (2014, p. 283) tece comentários de forma bem crítica, conforme é possível perceber no excerto a seguir.

Filha da escravidão atlântica, Pelotas em seus modos de modernidade sempre quis ser, pelos seus senhores, apanágio de glórias culturais e científicas. Desde modo, toda a violência e a opressão que carrega em sua

história foi dissolvida em nome da sua pretensa conformidade aos tempos modernos. Mas eis que tais tempos modernos, segundo os ditames das políticas de estado e da acumulação capitalista, reservaram para Pelotas a perda do título de mais pujante economia do Rio Grande do Sul, e, desse modo, abriu-se o coro dos lamentos e a elaboração de análises para superar a aludida decadência.

No período em que Pelotas consolida seu declínio econômico e que coincide com Getúlio Vargas no poder nacional, no dia 29 de janeiro de 1933 a cidade passou a contar com outro orfanato, fundado pela Sociedade Auxílio Fraternal Senhoras Espíritas. A sociedade surgiu através de iniciativa de Virgínia Taveira Fróes que, junto a um grupo de senhoras espíritas inspiradas pela caridade religiosa, prestavam auxílio aos pobres e divulgavam a doutrina espírita (HIRAI, 2000).

Antes da fundação do orfanato, o grupo de senhoras espíritas atuaram na educação e escolarização de crianças da cidade. Amaral e Gil (2015) através da análise sobre a influência do Espiritismo no campo educacional pelotense, afirmam que na década de 1920, a Sociedade Auxílio Fraternal Senhoras Espíritas, na qual os autores se referem como centro espírita, foi mantenedora da Escola Assistencial Espírita Jeremias Fróes.

A escola fundada em 1907, com a denominação Colégio União Espírita de Pelotas, inicialmente ofertava ensino primário somente para meninos. Depois de alguns anos de interrupção, após seu ressurgimento na década de 1920¹⁰⁴ com a denominação Escola Assistencial Espírita Jeremias Fróes, passou a admitir a matrículas de meninas (AMARAL; GIL, 2015). O *Diário Popular* (20/12/1923), ao noticiar sobre os exames escolares, mencionou sobre um colégio mantido por esta Sociedade, contabilizando naquele ano 89 alunos matriculados. Ao que tudo indica, o periódico estava se referindo a Escola Jeremias Fróes.

O Orfanato Espírita Dona Conceição fundado em 1933, foi instalado na residência da então falecida benemérita da sociedade, Conceição Barboza Dias, viúva do Cel. Domingos Jacinto Dias. De acordo com o texto do *Diário Popular* (29/01/1933), tratava-se de uma “senhora dotada das mais excelsas virtudes, fez da Caridade um sacerdócio: ela, que não tinha filhos, amparou, desde sua mocidade,

¹⁰⁴ De acordo com as informações do *Diário Popular* (24/01/1940), a escola foi fundada em julho de 1922.

grande numero de orfãos, considerando-os seus filhos e com eles repartindo sua fortuna”.

A instituição acolheu meninas a partir dos três anos de idade, que ficavam sob os cuidados das colaboradoras, até a sua saída através do casamento (VANTI, 2003). Esta prática era comum em instituições asilares, sendo registrada nos estatutos dos asilos e orfanatos, além da divulgação das festividades matrimoniais nos periódicos locais.

De acordo com Hirai (2000), a Sociedade Fraternal Senhoras Espíritas sofreu forte influência dos trabalhos da educadora Anália Franco (1853-1919). Anália era espírita, filiada ao Partido Republicano, fundadora e presidente da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, cujo propósito era o amparo e educação de mulheres e crianças. Entre as instituições fundadas pela educadora, estão asilos, creches, escolas maternais, liceus femininos e noturnos (KUHLMANN Jr., 2015; OLIVEIRA, 2007).

Para o funcionamento e manutenção desta instituição, uma das formas de adquirir recurso financeiro era o aluguel de residências, que pertenciam à entidade. Segundo as informações coletadas no *Diário Popular* (29/01/1933), após a morte do Cel. Jacinto Dias, D. Conceição mandou construir um conjunto residencial denominado Vila Domingos Dias, em homenagem à memória do marido. Das 100 casas previstas no projeto inicial, apenas 30 foram construídas e alugadas. O valor do aluguel era destinado ao orfanato.

Dias antes do sétimo aniversário da instituição, a equipe do *Diário Popular* foi até o estabelecimento, relatando esta visita na edição do dia 24 de janeiro de 1940. De acordo com o periódico, a equipe foi recebida por Virginia Taveira Fróes, diretora da instituição que naquele momento contava com 26 meninas acolhidas. As meninas recebiam agasalho, alimento, assistência médica e odontológica e serviços e farmacêuticos. A figura 5 corresponde à publicação com o título *Obra de alta benemerência que vem realizando o O. Espirita D. Conceição*.



Figura 5 – Orfanato Espírita Dona Conceição
 Fonte: CEDOV, Diário Popular, 24 jan. 1944, p. 8.

Sobre a imagem (figura 5), segundo a legenda elaborada pela equipe do impresso “ao alto, as recolhidas áquela benemérita Instituição, ladeadas da diretora, d. Virgínia Taveira Fróes e exma. irmã, d. Sinhá Taveira, sua dedicada auxiliar. Ao centro, um detalhe do refeitório. Embaixo, aspectos parcial do dormitório” (*Diário Popular*, 24/01/1940, p. 8). Ao fazer a relação imagem e legenda, percebe-se que as fotografias correspondem às representações dos aspectos colhidos pela reportagem do jornal. A imagem publicada complementa o subtítulo da notícia, quando afirma que *Cumpr integralmente as suas finalidades*.

Mesmo que a fotografia não tenha autoria do fotógrafo ligado ao periódico e que, esta também não tenha sido registrada durante a ida da equipe até o orfanato, houve uma intencionalidade em publicá-la. Ela é um texto visual, uma representação do que foi testemunhado pelos jornalistas, dando sentido ao texto escrito. É um elemento que comunica os leitores sobre a situação da entidade. Essa relação pode

ser feita através da interpretação da legenda, quando a mesma afirma que a instituição cumpre o seu papel ao dar assistência, educação moral e material com excelência.

A primeira fotografia que faz parte da montagem da figura 5, provavelmente foi registrada na área externa da instituição, que “possue amplo parque arborizado, onde as recolhidas recebem, diariamente, ar e sol e onde, diariamente, se entregam a brinquedos e esportes” (*Diario Popular*, 24/01/1940, p. 8). A fotografia do refeitório e de parte do dormitório complementam as afirmações presentes no texto, a de que dependências do prédio encontram-se com condições indispensáveis de higiene e conforto. O jornal, através de seus representantes, desempenhou o papel de agente de controle ao inspecionar as condições do local. O que foi visto e verificado, foi comunicado para o público leitor. Assim, a população ficava ciente das condições da instituição e do que acontecia no seu interior.

Quanto à leitura da imagem via impresso, esta não apresenta boas condições para análises muito detalhadas. Na montagem, há duas fotografias com a presença dos atores educativos, uma no espaço externo da instituição reunindo as acolhidas, diretora e auxiliar. A outra fotografia foi registrada no refeitório contando com a presença das internas. Aparentemente, as meninas usam roupas e cabelos de forma padronizada. Todas estão de pé e com a mesma postura. Algumas apresentam um sorriso discreto. Sobre o aspecto físico e emocional das meninas, segundo o jornal, estas apresentavam “fisionomias saudáveis e alegres, atestando felicidade” (*Diario Popular*, 24/01/1940, p. 8). Ao longo da reportagem, o texto enfatiza estes aspectos:

Após haveremos percorrido todas as dependências da benemérita instituição, dirigimo-nos ao vasto belíssimo parque, encontrando as recolhidas em pleno recreio. As suas fisionomias saudáveis e alegres deram-nos, desde logo, o atestado eloquente, incontestável, de que naquela casa impera a bondade, que torna felizes aqueles entes a quem a sorte adversa negou os carinhos paternos. Como diretora interna do Orfanato está desde a sua fundação a exma. sra. D. Virginia Taveira Froes, a “tia nena”, como é tratada pelas órfãs que a adoram, pois nela vêm uma verdadeira e dedicada mãe (*Diario Popular*, 24/01/1940, p. 8).

Este trecho além de descrever sobre a situação da saúde das acolhidas, também atribui todas as condições favoráveis que vivem as órfãs, ao trabalho da associação formada pelo grupo de senhoras espíritas. Além da administração e manutenção do orfanato, as colaboradoras espíritas realizavam anualmente uma festa aos presos recolhidos na cadeia da cidade e nos postos policiais, oferecendo

almoço, dinheiro, doces, bebidas e cigarro. A reportagem dirige vários elogios ao trabalho desempenhado pelo grupo de senhoras que muito colaborou nas ações caritativas em prol da população mais pobre.

O orfanato para meninas foi instalado no período que o trabalho surge como um princípio educativo. Isso não significa que em outros tempos o trabalho não esteve presente no processo de escolarização, mas na década de 1930 o trabalho passou a ser considerado uma pedagogia preventiva e corretiva, conforme a explicação a seguir:

Enquanto pedagogia preventiva, propiciaria o disciplinamento e a qualificação técnica das crianças ou jovens cujo destino era “evidente” o trabalho manual, de modo de evitar que fossem seduzidos pelo pecado, pelos vícios, pelos crimes e pela subversão político-ideológica. Ademais, nas oficinas das escolas correcionais, o trabalho seria o remédio adequado para combater aqueles desvios, caso as crianças e os jovens já tivessem sido vítimas das influências das ruas (CUNHA, 2005, p. 24).

A partir da década de 1930, devido às mudanças políticas e econômicas do país, o princípio educativo do trabalho consistia em preparar o cidadão para novas relações políticas (CIAVATTA, 2009). Para Ciavatta (2009, p. 214), a escola do trabalho apresenta duas vertentes: “a existência de escolas que introduziam o trabalho como atividade modeladora, educativa em sentido amplo, e a discussão sobre como deveriam ser essas escolas do trabalho em face das necessidades da sociedade industrial brasileira”¹⁰⁵. Nesse sentido, a autora complementa afirmando que:

Para os intelectuais da época, educadores e outros profissionais, preocupados com as questões educacionais, primeiro, a educação deveria perder sua característica “beletrista”, “abstrata”, “intelectualista”, a “semicultura do verbalismo”; segundo, as atividades práticas e o trabalho deveriam construir o novo princípio educativo a recuperar a escola para as necessidades futuras do país (CIAVATTA, 2009, p. 214).

¹⁰⁵ É importante elucidar o sobre a compreensão do conceito de industrialização. Para Ciavatta (2009, p. 191), trata-se de um “processo que envolve a produção de bens em unidades empresariais que empregam a manufatura, um avanço progressivo da tecnologia e da divisão técnica e social do trabalho, a introdução de medidas organizacionais que elevem a produtividade, o assalariamento e a consequente formação de uma classe trabalhadora urbana – teve início no Brasil no século XX, embora desde fins do século XIX houvesse centenas de estabelecimentos industriais nos setores hoje chamados tradicionais”.

Seguindo estes pressupostos, foram elaboradas políticas públicas para a formação do trabalhador, através do ensino técnico e profissionalizante. De acordo com Ciavatta (2009, p. 262):

No início do Estado Novo, Vargas reafirma as ideias levadas adiante pelo Governo Provisório, quanto à educação e ao “preparo técnico” e quanto à remodelação do aparelho educacional de estabelecimentos de ensino profissional. Seu discurso expressava, em nova linguagem, o sentido que o ensino industrial passaria a ter a perspectiva do trabalho e da educação para a formação de uma nova nacionalidade. Caberia o governo regular, controlar e fiscalizar o ensino e as profissões, por intermédio de novas instituições, e administrar os conflitos e as crises em termos de política social.

Para atingir este objetivo, era necessário fortalecer e expandir a instrução dos grupos mais pobres. Tanto o periódico *Diário Popular*, quanto o semanário *A Alvorada* aderiram à campanha em prol da educação dos pobres na cidade de Pelotas. Destaca-se o forte engajamento do jornal *A Alvorada*, porta-voz da Frente Negra Pelotense, durante a campanha pela educação da população negra.

É necessário fazer alguns apontamentos sobre a importância desse movimento social e de organização negra, inspirada pela Frente Negra Brasileira. De acordo com os estudos de Loner e Gill (2007, p. 5-6):

Seu nascimento e breve atuação (1933-1935) foi marcada pela polêmica interna, pois muitos membros da comunidade tentavam não ver a discriminação evidente na cidade e com isso, terminaram hostilizando as lideranças da Frente Negra, insistindo em que ela se limitasse a propostas educacionais. Ela se propunha a lutar pela educação e elevação do negro na sociedade, mas seus militantes também tinham uma postura de enfrentamento e denúncia da discriminação racial. Muitos de seus fundadores eram militantes operários, alguns deles socialistas que logo a seguir participariam da criação do Partido Socialista Proletário Brasileiro, e concorreriam sem sucesso a cargos eletivos, como forma de promover seus ideais.

As palavras das autoras reforçam a ideia de que o jornal *A Alvorada* não priorizou, chegando até eximir-se de divulgar as necessidades sociais e educacionais para a população negra de Pelotas. Diferente do impresso *O Exemplo*, um dos principais jornais da imprensa negra e operária do Rio Grande do Sul, que em suas páginas publicavam “denúncias sobre desmandos policiais dirigidos à população ‘de cor’, discussões sobre a ineficácia das leis para os proletários, a perseguição aos cultos de matriz africana, a exigência de licenças para a reunião de famílias negras” (SILVA *et al.*, 2017, p. 73). O semanário pelotense pode ser

considerado o porta-voz dos negros de Pelotas, principalmente durante o período de atuação da Frente Negra Pelotense. Mas vista aqui cabe questionar quais as expectativas voltadas à população negra vinculadas por este jornal? Não deve-se deixar de destacar que ele também representava as expectativas e interesses de uma elite letrada junto à comunidade negra da cidade.

Quanto ao *Diário Popular*, o periódico buscou enfatizar sobre o compromisso e dever da municipalidade em promover a educação dos mais pobres. Em 16 de maio de 1936, o jornal reproduziu alguns trechos do discurso do vereador Pedro Luis Osório, pronunciado na Câmara Municipal. Em sua fala, o vereador advertiu o poder público municipal sobre os cuidados com a infância, assegurando o desenvolvimento de suas faculdades morais e físicas, seja a infância abandonada, explorada perambulando pelas ruas, ameaçada pelos flagelos como a tuberculose e a sífilis, as que ficam expostas aos vícios da vagabundagem, prostituição, álcool, dentre outras situações.

Sobre a assistência à infância desvalida, o político apontou os asilos como obras sociais, e os patronatos que constituem um quadro regenerador. Estas instituições promoviam “proteção contra o abandono, a miséria, os maus hábitos e em harmonia com os preceitos religiosos o estímulo à eugenia construindo gerações sadias de corpo e espírito” (*Diário Popular*, 16/05/1936). Observa-se na fala do político, que este se mostra simpatizante ao pensamento eugenista, que estava em voga naquele período, sendo incluída na Constituição de 1934, quando esta incumbiu à União, aos Estados e aos Municípios o estímulo da educação eugênica¹⁰⁶.

Dias após a publicação do discurso de Pedro Luis Osório, o *Diário Popular* publicou um texto intitulado *Instrução dos pobres*, no qual apresenta alguns elementos presentes no discurso do vereador, acrescentando que:

Com um pouco de boa vontade e mais um pouco de trabalho, podemos organizar uma exemplar Assistência Pública Infantil que além de zelar pela conservação da saúde e pelo conforto moral da tenra idade, também cuide

¹⁰⁶ Este assunto é o tema do documentário *Menino 23: infâncias perdidas no Brasil*, inspirado na tese de Doutorado de Sidney Aguilar (2011), intitulada *Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)*.

do seu imprescindível aperfeiçoamento intelectual”. Dr. Edison Fagundes (*Diário Popular*, 21/05/1936, p. 1).

Em julho do mesmo ano, o periódico político-partidário, que em seu cabeçalho ainda se apresentava como Órgão do Partido Republicano, publicou o seguinte texto com o título *Menores abandonados*.

E´ verdadeiramente lamentavel o estado de abandono em que se encontra, em Pelotas, a infancia pobre e desprotegida. As nossas autoridades não despensam a mínima atenção a esse problema, que acima de qualquer um outro, deverá preocupar as administrações zelosas. Esses minusculos seres humanos, que a má sorte arrojou tão cedo dos carinhos paternos e do aconchego do lar, ás soltas na liberdade do vício. Perambulam, sem destino pelas nossas ruas, mesmo a horas tardias da noite. Essas infelizes criaturinhas, de oito, dez anos, apenas, nem tanto que arrastam os seus andrajos, pelas nossas vias publicas, sobaçando jornais, oferecendo bilhetes, vendendo revista, no ganha pão de todo dia, já nem buscam mais á noite, os casebres de seus pais, quase sempre distantes, nos arrebaldes, para descansarem da tarefa quotidiana. E, então, é comum encontrar-se pela madrugada, esses menores, recostados nos bancos das praças, nas humerais das portas e nos recantos escuros dos bares noturnos, dos botequins do Mercado a ressonarem o seu cançasso por entre o gargalhar aguardentado de boemos beberrões. E dizer-se que as nossas autoridades assistem, impossíveis, o quadro doloroso, para ele não, voltam siquer, as suas visas!... (*Diario Popular*, 21/07/1936, p. 3).

Pela forma na qual o texto foi escrito, percebe-se que o jornalista ao se compadecer com os problemas cotidianos dos menores, denuncia o descaso dos governantes do município. O discurso é centralizado no estado de abandono dos menores, no trabalho infantil e nos perigos que as ruas oferecem, bem como, a exposição destes menores aos vícios dos adultos. Estes problemas encontravam-se na situação de abandono moral e material dos sujeitos infantis.

A partir destas publicações, o jornal passou a discutir sobre a importância da instalação de uma instituição própria para abrigar e regenerar menores, considerando que as instituições assistenciais existentes na cidade, não tinham estes princípios. Estas publicações são caracterizadas pela variação dos discursos que abordam os menores como o próprio problema social e não como consequência dele, passando a atentar para o debate sócio educativo de inclusão e recuperação da menoridade.

Nesse sentido, o *Diário Popular*, inicia uma campanha para a instalação da Escola de Reforma para a menoridade. Os textos surgem acompanhados de títulos com expressões que reforçam esta ideia, apreendendo a atenção dos leitores do impresso e das autoridades locais responsáveis no trabalho da assistência e

proteção da infância¹⁰⁷. Na edição de domingo, dia 09 de abril de 1939, foi publicada uma matéria intitulada *O DIARIO POPULAR prossegue na campanha pró instalação de um Abrigo de Menores*, ocupando grande parte da página. A primeira parte do texto começa informando sobre seus primeiros resultados.

A campanha agitada pelo DIARIO POPULAR em prol da instalação, nesta cidade, de uma escola de Reforma de Menores, continua merecendo incondicionais aplausos de todos os elementos representativos de Pelotas, assim como de todos aqueles que zelam pelo bom nome da cidade. E outra não era licito esperarforse a repercussão da referida campanha, de vez que aos olhos dos pelotenses e dos forasteiros se desenrolam, diuturnamente, cenas profundamente contristados, tais como a mendicância exercida por menores e a quadrilha de pequenos larápios que age nos trapiches do porto desta cidade (*Diário Popular*, 21/05/1939, p. 8).

É válido ressaltar que em 1934, o patronato passou a ser denominado Aprendizado Agrícola Visconde da Graça, conforme explica Pereira (2018, p. 129):

A passagem para o Aprendizado Agrícola, cuja alteração dada pelo Decreto 24.115 de 12 de abril de 1934 foi experimentada com alterações no ordenamento burocrático institucional, que a singularizaram. Seguindo as orientações emanadas do novo Decreto e das mudanças instauradas, um longo período que se iniciava em 1934 e findava em 1947 marcou-se a modernização desejada em relação ao Patronato.

O decreto foi essencial para atender à proposta inicial dos patronatos, a de não admitir internos menores delinquentes¹⁰⁸. Com o objetivo de desconstruir a ideia de que o Patronato era uma escola de reforma, o *Diário Popular* publicou uma entrevista realizada com o diretor do Aprendizado Agrícola na tentativa de elucidar a população sobre as atribuições da instituição, tendo o objetivo também, o de fomentar a campanha em prol da escola. A entrevista é anunciada da seguinte forma:

¹⁰⁷ Alguns textos publicados no *Diário Popular* não serão discutidos na íntegra, mas até o funcionamento do Abrigo de Menores, foram localizados os seguintes títulos: *Não haverá ninguém que deixe de aplaudir a criação em Pelotas, do Juizado de Menores: torna-se realidade aquela inadiável providencia social* (15/12/1940, p. 6). *O coronel Cordeiro Farmas está cogitando a instalação de abrigo para menores, em Pelotas* (14/01/1941, p. 8). *Instituto para reeducação de menores delinquentes* (24/09/1941, p. 8-2). *Grande reunião amanhã, para estudo das bases definitivas do futuro abrigo para menores* (13/11/1941, p. 8-6). *Início da construção, nesta cidade do Abrigo de Menores: entra, assim, na sua fase concreta, uma aspiração dos pelotenses* (29/03/1942, p. 8). *Funcionará em breve, o Abrigo para Menores: a reportagem do "Diário Popular" visita as obras de reforma do edifício onde funcionará o Abrigo* (28/10/1942, p. 6-3). *O Abrigo de Menores já pode funcionar: concretiza-se mais uma obra de assistência social em Pelotas* (02/02/1943, p. 8).

¹⁰⁸ Sobre as mudanças ocorridas no Aprendizado Agrícola Visconde da Graça, antigo Patronato, consultar Pereira (2018) e Vicente (2010).

Falando ao “Diario Popular”, o dr. Jaime de Oliveira, diretor do Aprendizado Agrícola “Visconde da Graça”, aborda o momentoso assunto, demonstrando a impraticabilidade de se recolher áquele estabelecimento, menores delinquentes – Só uma Escola de Reforma preencherá, devidamente, os fins almejados – O Aprendizado Agrícola não tem a finalidade de corrigir menores, nem reeduca-los (*Diario Popular*, 21/05/1939, p. 8).

É possível perceber que é apresentada a intenção da entrevista, dando uma prévia das justificativas do diretor, para que não fossem recolhidos menores delinquentes junto à instituição, havendo necessidade de uma instituição própria para o acolhimento/recolhimento dos delinquentes. Segundo as colocações de Jaime Oliveira, o Aprendizado Agrícola não tem o compromisso de reeducar e corrigir, uma vez que não possui aparelhagem para este fim. O diretor elucida que os Aprendizados Agrícolas foram criados para a educação técnica e profissional da infância rural, filhos de pequenos e médios proprietários e de operários das indústrias agrícolas. O ensino é voltado para a formação de capatazes e operários rurais que, através desta formação, estarão aptos para qualquer tipo de trabalho agrícola.

Por último, Jaime Oliveira menciona sobre as tentativas frustradas de reinserção no período que a instituição admitia menores delinquentes. Estes ao saírem do estabelecimento, acabavam retornando para o mundo da criminalidade infantil que, nas palavras do diretor, “isso comprova, sobejamente, que para reformar e reeducar menores torna-se necessario um estabelecimento com essas finalidades e atendido por profissionais especializados” (*Diário Popular*, 21/05/1939, p. 8).

A campanha para a criação de uma instituição que abrigasse os menores ganhou grandes proporções na década de 1940. Até o início de 1944, quando foi oficialmente inaugurado o Abrigo de Menores, o *Diário Popular* buscou informar o público leitor sobre os resultados da campanha, as reuniões para instalação da chamada Escola de Reforma, as etapas da reforma do prédio, as articulações entre os representantes pelotenses e o Governo Federal, entrevistas com autoridades locais que atentavam à sociedade sobre a necessidade de uma obra de assistência social.

Cabe mencionar que antes da inauguração oficial do abrigo, foram localizadas notícias sobre o funcionamento de mais dois orfanatos no município¹⁰⁹. Primeiro, o Orfanato Evangélico fundado em 1936 que, em 1940 foi denominado Orfanato Reverendo Severo da Silva. A nova denominação foi em homenagem ao Reverendo José Severo da Silva, diretor espiritual da comunidade anglicana pelotense de 1912 até 1939, ano do seu falecimento (BICA, 2006)¹¹⁰. Localizado no Passo dos Carros, distante 18 km do centro de Pelotas, o Orfanato Rev. Severo da Silva, destinado para acolher meninas, fez parte dos trabalhos da Igreja Episcopal Anglicana, através da iniciativa do religioso que dá nome ao orfanato (*Diário Popular*, 14/07/1942).

Outra instituição asilar instalada na cidade, surgiu através do Exército da Salvação. Segundo a publicação do *Diário Popular* (25/09/1940), o Exército da Salvação foi fundado em 1865, por iniciativa do inglês William Booth, que promoveu uma campanha para combater o álcool, o pecado e a miséria, através dos ensinamentos de Jesus Cristo. No Brasil, a atuação deste grupo teve início em 1922. Em 1940, ano da reportagem, o Exército da Salvação atuava nas cidades gaúchas de Santana do Livramento, Santa Maria, Alegrete, Quaraí e Rio Grande. Em Porto Alegre mantinham clínica médica e dentária, um posto de socorro e escolas e dois asilos. De acordo com a reportagem mencionada, um asilo era para menores e outro para meninas. Percebe-se que ainda está presente a distinção da infância por idades e por gênero.

Em entrevista realizada com o capitão Florisbelo Alves Pereira, publicada nesta mesma reportagem, o capitão explica sobre a iniciativa de fundar uma instituição asilar em Pelotas.

A nossa atividade, em Pelotas foi-nos sugerida pelas notícias de que estava aqui sendo pleiteada a instalação de um abrigo para menores, campanha benemérita, de que foi pioneira o "DIÁRIO POPULAR" e através do qual tivemos do fato total conhecimento. Florisbelo Alves Pereira (*Diário Popular*, 25/09/1940, p. 6).

O Abrigo de Menores do Exército da Salvação funcionou inicialmente em dois prédios localizados na Rua Marechal Floriano, nº 370 e 372. Em 1940, tinha

¹⁰⁹ As instituições asilares mencionadas, não foram pesquisadas de forma aprofundada, mas considera-se importante informar o leitor sobre a existência destes estabelecimentos educacionais fundados e mantidos por outros segmentos sociais e religiosos. As instituições também se apresentam como potenciais objetos de pesquisa para estudos futuros.

¹¹⁰ Para saber mais sobre o Reverendo José Severo da Silva e sobre a atuação da Igreja Anglicana no campo educacional de Pelotas, consultar Bica (2006).

capacidade para acolher de 20 a 25 meninos. Atualmente a entidade mantém sede localizada na Avenida Fernando Osório¹¹¹.

Estas duas instituições antecedem a criação do Juizado de Menores de Pelotas. Em 12 de dezembro de 1940, foi publicada no *Diário Popular*, a entrevista realizada com o professor da Faculdade de Direito de Pelotas, mencionado apenas como Dias da Costa. Ressalta-se que a fala do professor oscila entre a piedade e compaixão e a marginalização dos menores, como é possível perceber nos seguintes excertos:

E de sobejo conhecida por toda gente, a triste situação em que se encontram, nesta cidade e mesmo em todo o Estado, são chamados menores abandonados. Perambulam pelas ruas maltrapilhos, descalços e talvez famintos, praticando travessuras, em que não raro, expõem a própria vida (*Diário Popular*, 15/02/1940, p. 12).

Este excerto indica a preocupação com a situação dos menores da cidade e com o bem-estar da criança. Em seguida, o professor complementa o discurso, adotando a mesma representação da menoridade exosta pelos jornais da década de 1910, ao afirmar que “as linhas dos bondes ‘Varzea’, ‘Tres Vendas’, ‘Fragata’ e ‘Areal’ e até mesmo no centro da cidade, é comum ver-se a garotada a jogar pedras nos carros, quebrando vidros e algumas vezes com elas atingindo passageiros” (*Diário Popular*, 15/02/1940, p12). Por último, Dias da Costa reforça sobre a necessidade de fundar um estabelecimento “onde pequenos infelizes” possam receber instrução e cuidados higiênicos.

Ainda sobre a criação do Juizado de Menores, em 14 de janeiro de 1941, o *Diário Popular* divulgou a iniciativa do Rotary Club de Pelotas, secundado pela imprensa e por diversas autoridades locais. Em setembro deste mesmo ano, com o título *Instituto para a reeducação de menores delinquentes*, o jornal noticiou sobre a instalação do abrigo para menores, através da mediação do juiz de direito da comarca, José Alcina e do delegado de polícia do município, Galeão Xavier de Castro. Nesta mesma reportagem foram divulgados alguns crimes cometidos por

¹¹¹ O objetivo do Exército da Salvação, através do Centro Integrado de Pelotas é oferecer atendimento de convivência e fortalecimento de vínculos familiares de crianças e adolescentes, de ambos os sexos, com idades de 6 a 14 anos, moradoras de bairros próximos à sede da instituição, dentre eles Cohab Pestano, Getúlio Vargas, Cohab Lindóia, Santa Terezinha e Vila Princesa. Estas informações estão disponíveis através do site da instituição, <https://www.exercitodesalvacao.org.br/centro-integrado-de-pelotas>

menores e sobre a expectativa de que a instituição que os abrigasse fosse uma solução para os problemas enfrentados. De acordo com a publicação do *Diário*:

Demonstramos que o caso assumia, como ainda assume, proporções alarmantes, de vez que até uma quadrilha organizada para a prática do roubo, da qual eram componentes menores de 10 a 14 anos, fora descoberta no porto desta cidade, quadrilha que bastante incômodos dera á policia, pois se utilizava dos mais variados e estranhos ardis para levar a efeito o assalto á propriedade alheia. Além disso, era comum como ainda o é hoje, bandos de menores, de ambos os sexos, numa promiscuidade de consequências fatais, andarem pelas ruas, pelos cafés e pelas portas dos cinemas e teatros, estendendo a mão á caridade pública, choramingando palavras previamente ensaiadas ou talvez mesmo ensinadas por pais inescrupulosos, ou melhor, criminosos. Todo esse rosário de misérias, todos esses espetáculos chocantes e mesmo deprimentes cessarão desde que seja instalado um instituto de recolhimento e reeducação para menores (*Diario Popular*, 24/09/1941, p. 8).

Cabe mencionar que juiz José Alcina é um personagem importante para a instalação do abrigo. Isso é possível perceber tanto nas notícias do *Diário Popular*, quanto nos documentos da própria instituição. Além de convocar reuniões também foi responsável por expedir correspondências (ver anexos) para o Governo Federal. Nas falas reproduzidas pelo *Diário Popular*, o juiz se refere aos menores, como “sujeitos desamparados”, tendo as autoridades locais, a responsabilidade de tomar providências de caráter definitivo e eficaz, para acabar com cenas constrangedoras e chocantes, presenciadas nas ruas da cidade, tais como a prostituição, os roubos, os vícios, geralmente acompanhada da extrema miséria. Considerando estas situações, José Alcina relata que:

É profundamente doloroso termos constantemente diante dos olhos, pertubando-nos o espírito o quadro de abandono, de tristeza e de miséria que oferecem os bandos de menores, sem pão, sem lar e sem proteção eficiente, quadro que nos dá a certeza de que aquelles pequenos miseráveis de hoje, serão os grandes delinquentes de amanhã (*Diario Popular*, 13/01/1941, p. 8).

No final da entrevista, o juiz afirma que o Abrigo de Menores será o primeiro e grande passo seguro e eficiente para a benemerência e assistência aos menores desamparados. O delegado de polícia Galeão Xavier também foi uma figura participativa para a fundação do abrigo, com instalação provisória prevista para o prédio da rua XV de Novembro, esquina da rua Uruguai, onde funcionou uma delegacia de polícia. O projeto inicial era a compra de um terreno para a construção de um prédio próprio para o Abrigo. A primeira planta do prédio foi idealizada por

Galeão Xavier e executada pelo engenheiro Júlio Delanoy. Por sua vez, o Governo Federal se comprometeu de enviar verba especial para a construção das futuras instalações da instituição, através do Departamento Nacional da Criança (DNCR), responsável pela execução de serviços que atendem à infância (*Diário Popular*, 13/11/1941, 29/03/1942).

Um importante aspecto a ser mencionado, é sobre o início da participação da Igreja Católica local na instituição, que posteriormente passou a ser a responsável pelo seu funcionamento e manutenção. Na reunião realizada em novembro de 1941, período em que a diocese não estava sendo representada por um bispo, por conta do falecimento de Dom Joaquim Ferreira de Mello, em setembro de 1940, o monsenhor Silvano de Souza, administrador da diocese, ofereceu o Internato dos Meninos Desvalidos para instalação provisória do Abrigo de Menores (*Diário Popular*, 13/11/1941). Esta informação fomenta a discussão sobre a fundação do Abrigo de Menores, apontadas no final deste capítulo.

Em algumas edições, o *Diário Popular* foi noticiando sobre as obras da instituição, através de visitas de membros de sua equipe que acompanharam as reformas do prédio, situado na antiga propriedade da família Simões Lopes, no Arrabalde do Areal, que futuramente receberia as instalações do Abrigo de Menores (figura 6).



Figura 6 – Dois aspectos do edifício onde funcionará o “Abrigo para Menores”
Fonte: CEDOV, *Diário Popular*, 28 out. 1942, p. 6.

Em 02 de fevereiro de 1943, o jornal noticiou sobre a finalização das obras. De acordo com o repórter do jornal que visitou o local:

O edifício está enquadrado dentro das mais serias e modernas prescrições técnicas, compreende dois pavimentos. Na parte térrea, logo na frente, há dois espaçosos salões, um destinado á sala de aula amplo, arejado e higiênico e outro reservado para o seus da direção do estabelecimento.

Mais para o interior foi construída uma sala de espera, também já completamente mobiliada um refeitório com bancos e mesas giratórias que se escondem assim que deixam de ser utilizados, dispondo esse refeitório de capacidade de 28 menores. Também para o uso dos empregados da casa foi construído um moderno e elegante refeitório, logo seguido da dispensa e cosinha aliás muito bem instalada, servida de fogão e pias. Finalmente, mais para o fundo, o banheiro com seus chuveiros, banheiras esmaltadas pias laboratórios etc., tudo de feição higiênica e elegantemente disposto. Na parte alta fica o dormitório com 40 acamas confortáveis, novas, apesar de simples, com colchões e roupas acessórias. As instalações sanitárias são completas, dispondo de luz elétrica todo o edifício, assim como água encanada extraída de um poço artesiano trabalhado por um moinho. Para os funcionários do abrigo foram construídos três quartos externos (*Diário Popular*, 02/02/1943, p. 8).

Apesar de concluídas as reformas dos edifícios, a instituição não pôde ser oficialmente inaugurada, mantendo-se o prédio fechado, uma vez que não havia recursos e nem equipe de voluntários para a manutenção do abrigo e para os cuidados dos menores. Com inauguração prevista para março de 1944, o *Diário Popular* (10/03/1944) informou que instituição seria constituída de duas seções, uma infantil para meninos de 3 a 8 anos, funcionando em um espaço separado, na Casa de Saúde do Circulo Operário e outra para maiores, de 10 a 15 anos, com capacidade para 30 acolhidos.

No impresso do dia 16 de março de 1944, o nome de Dom Antônio Zattera é mencionado. Segundo a notícia do *Diário Popular*, o bispo da diocese convocou uma reunião com os representantes e com as associações católicas locais, com o fim de organizarem comissões para percorrem o comércio, angariando fundos para o preenchimento de todas as necessidades existentes, que impediam o funcionamento do Abrigo de Menores. Esta foi a primeira notícia localizada, que relaciona o nome do bispo à instituição.

Sobre o terceiro Bispo de Pelotas, cabe fazer algumas considerações. Antonio Zattera era o caçula de sete filhos do casal Bortolo e Marina Evangelista Zattera, que em 1888 saíram da Itália rumo a América portuguesa. Instalaram-se em Garibaldi/RS, onde no dia 25 de julho de 1889 nasceu Antônio. O convívio na infância com frades capuchinhos influenciou Antônio à desenvolver a vocação sacerdotal. Sua ordenação como sacerdote ocorreu em 1923, na capela do seminário de São Leopoldo/RS. Em fevereiro de 1924, o então padre Zattera passou a atuar na cidade de Caxias do Sul/RS. Foi nessa região, que padre Zattera preocupado com a formação dos jovens recebeu o título de “Apóstolo da Educação”. No dia 31 de maio de 1942, em cerimônia ministrada pelo Arcebispo Dom João

Becker, o padre foi sagrado Bispo da Diocese de Pelotas, tomando posse no dia 9 de julho do mesmo ano (HAMMES, 2005; POERSCH, 1991).

Considerado um homem empreendedor (HAMMES, 2005), Dom Antonio Zattera muito colaborou para o desenvolvimento do cenário educacional pelotense e de toda a Diocese de Pelotas, fundando em pouco espaço de tempo o Colégio Diocesano e mais tarde a Universidade Católica de Pelotas, ambos na década de 1950. Além do bispo Dom Antônio ter atuado de forma significativa no ensino secundário e ensino superior, teve expressiva colaboração na institucionalização da infância desvalida. A partir de 1944, o nome do bispo é conseqüentemente relacionado ao Abrigo de Menores, principalmente pelas iniciativas para adquirir verbas para a instituição.

Antes da inauguração oficial do Abrigo de Menores, o *Diário Popular* (19/03/1944) publicou uma fotografia (figura 7) que, segundo o periódico, corresponde à primeira turma de meninos acolhidos na instituição, que encontravam-se recolhidos na delegacia de polícia.

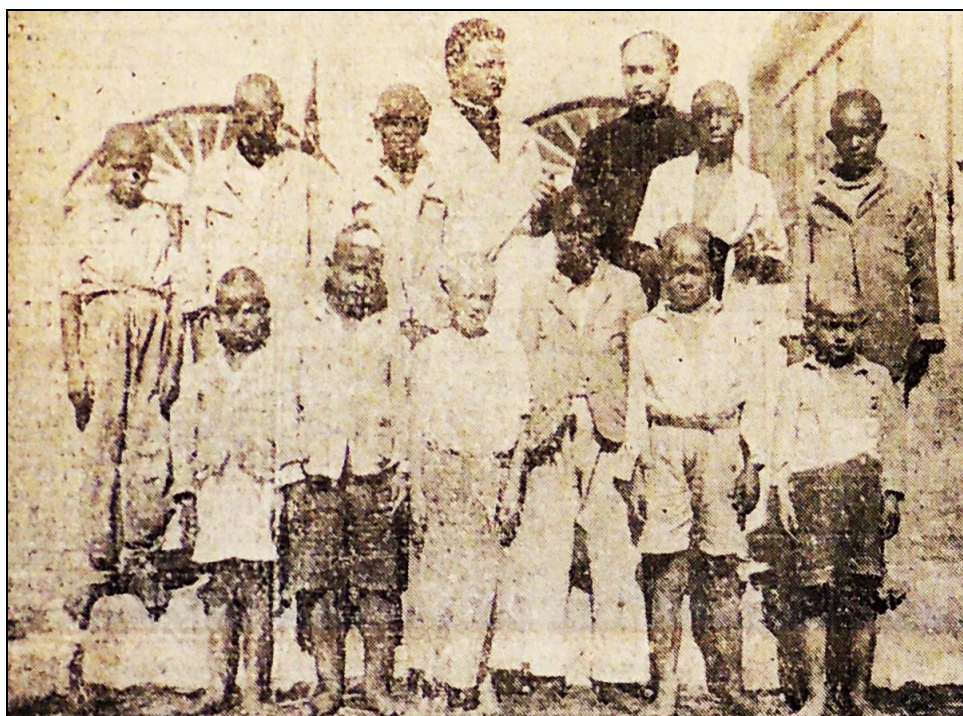


Figura 7 – Internos do Abrigo de Menores, junto ao Padre Onzi à esquerda e Padre Costa à direita

Fonte: CEDOV, *Diário Popular*, 26 mar. 1944, p. 12.

Embora a qualidade da imagem coletada no impresso não esteja em boas condições, percebe-se que quase todos os dos meninos eram negros, estavam

descalços, com vestuário simples e com a cabeça raspada. De acordo com o texto do jornal:

Quando a nossa reportagem policial visitava, ontem, a Delegacia de Polícia encontrou a petizada que foi recolhida para ser encaminhada para o Abrigo de Menores em franca alegria. Indagando a causa daqueles pulos e gritos de alegria, fomos informados que os mesmos seguiram de poucos minutos para Abrigo de Menores que ficariam internados. O repórter aproveitou então para saber dos próprios meninos se estavam satisfeitos com que ia acontecer e as respostas foram as melhores possíveis. Todos estavam contentes com abertura do Abrigo. Houve até que se apresentou como “voluntário” para seguir para o “campo de concentração”, é conhecido “Chamichunga”, o maior de todos e o que mais adiantado se achava na matéria da malandragem e, portanto mais próximo do crime e do vício. “Alemãozinho” também é outro que sente satisfeito com o Abrigo. Diz ele: “agora sim tem onde morar e comida boa”. É elogiável a atuação da polícia local nesse sentido, destacando-se a do delegado Dr. Galeão Xavier de Castro, de quem partiu a iniciativa da fundação do Abrigo de Menores, seguindo-se o Sr. Rubens de Oliveira Martins, atualmente substituindo o delegado de polícia, que determinou e dirigiu a captura dos menores desamparados [...] Desde o princípio da semana que 10 meninos se encontravam na Delegacia de Polícia, vivendo de sses com as possibilidades de acomodações local. Embora o local não satisfaça as exigências da higiene moderna, tudo foi feito para que os referidos menores tivessem uma assistência razoável. Ontem seguiram para o Abrigo 10 primeiros meninos que integraram uma turma de 30, que deverão inaugurar a escola de correção o próximo dia 26 do corrente. Amanhã, talvez, esses 10 garotos recebam fardamento que está confeccionado pelas componentes da comissão central do Abrigo. Desde ontem, o Abrigo de Menores de Pelotas entrou, praticamente, em execução. Por isso, a nossa cidade sente-se ufana ao ver uma velha aspiração do seu povo com que não podemos deixar de salientar, também a atenção do bispo diocesano D. Antônio Záttera, que destacou um missionário para servir de orientador aos meninos que até agora não tiveram iniciação religiosa nem noção de sociabilidade (*Diário Popular*, 19/03/1944, p. 6).

O texto do jornalista atende algumas questões colocadas neste trabalho. O título, *Recolhida, ontem, ao Abrigo a 1ª turma de dez menores*, indica que a função da polícia era a de recolher, já que o grupo de meninos foram recolhidos pelas autoridades policiais, tendo a instituição asilar, a função de acolher. Apesar de a delegacia de polícia não ser um ambiente ideal para institucionalizar a infância, isso realmente acontecia. O próprio jornalista reconhece essa questão, ao falar das condições do local.

Outro elemento importante apresentado nesta mesma reportagem é a colocação de que voluntários se apresentavam para seguir para o campo de concentração. É importante salientar, que o ano da referida publicação é próximo do final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Aquele período foi o auge dos campos de concentração da Alemanha nazista na Europa. Os campos de concentração são

construções militares, sendo que no período da Segunda Guerra, estes locais tinham como principal função a de manter judeus que eram presos, sendo que muitos foram executados. Nesse sentido, quando o jornal faz referência ao encaminhamento dos meninos recolhidos pela polícia e enviados para o Abrigo de Menores, tem-se a ideia de que estes seriam aprisionados e castigados por conta de seus delitos. A instituição além de acolher, instruir e profissionalizar, também era considerada uma instituição de correção. Esta instituição é própria para manter menores capturados, assim como as senzalas que eram espaços de moradias de negros que foram capturados para o trabalho escravo.

O jornal publicou um texto se mostrando satisfeito com o resultado da sua campanha, alertando e ao mesmo tempo tranquilizando a população pelotense, pois a cidade passou a contar com uma instituição para reformar criminosos infantis. Porém, a fala dos meninos que estavam na delegacia de polícia, não demonstrava que estes consideravam a institucionalização no Abrigo como uma medida punitiva. O *Diário Popular* apresentou relatos de crianças alegres e felizes, pois teriam no abrigo, alimento e instrução moral e religiosa. As falas dos meninos também pode ser utilizada como justificativa para os delitos cometidos pelos mesmos, uma vez que a fome, a rua e a falta de um acompanhamento educacional, são elementos que podem impulsionar os sujeitos para o mundo da criminalidade.

A fotografia (figura 8) publicada no impresso, depois da inauguração oficial do Abrigo de Menores, apresenta uma representação bem diferente da fotografia anterior (figura 7).

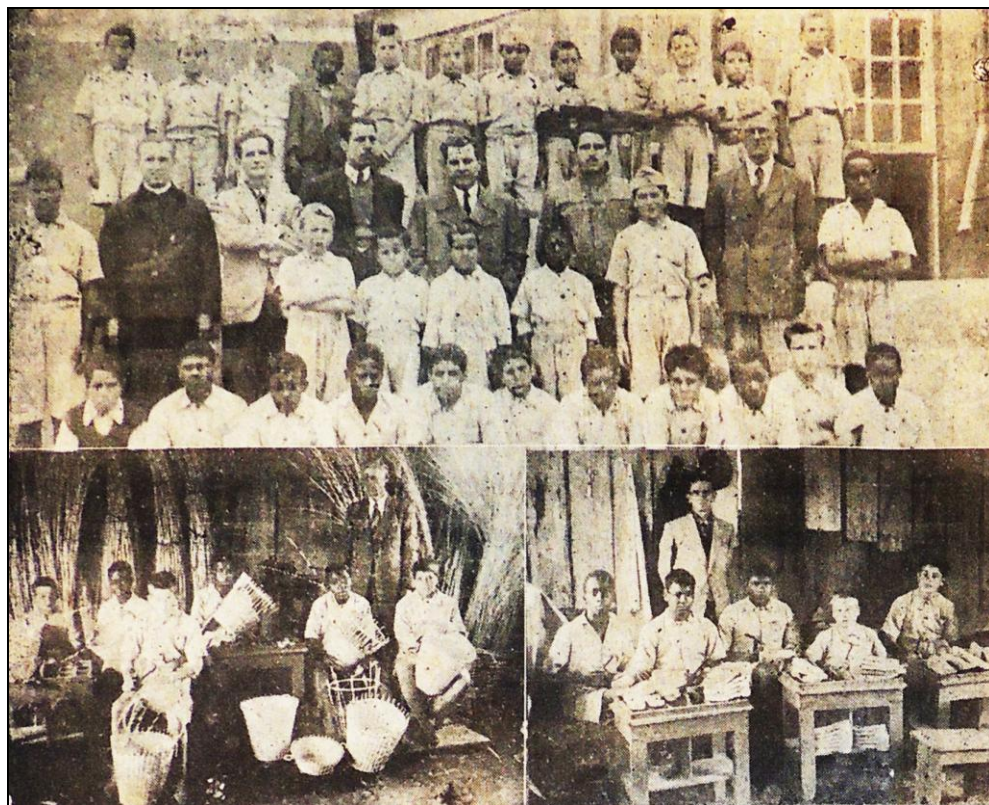


Figura 8 – Internos do Abrigo de Menores e oficinas de trabalhos em vime e trabalhos de sapataria.

Fonte: Fonte: CEDOV, *Diário Popular*, 15 jul. 1944, p. 6.

Segundo a legenda elaborada pelo jornal, a imagem (figura 8) corresponde aos aspectos apanhados durante a visita da equipe do *Diário Popular* ao Abrigo de Menores.

No clichê acima, no plano superior: grupo em que aparecem, os abrigados, o seu diretor e professores e ainda os drs. José Alsina Lemos e Rubens Oliveira Martins, juiz de direito e sub-delegado de Pelotas, respectivamente, cuja presença ali demonstra bem o interesse que dispensam àquela instituição: no plano inferior: um aspecto da oficina de trabalhos em vime e de trabalhos de sapataria (*Diário Popular*, 15/07/1944, p. 6).

A figura 8 comunica a população que a instituição estava cumprindo sua função. Os meninos estavam bem vestidos e desempenhando trabalhos manuais. Nota-se a presença de homens adultos em todas as imagens, dando a impressão de que estes menores eram constantemente monitorados¹¹². Sobre as oficinas, o jornalista que acompanhou a visita, mencionou no texto escrito que um dos menores, o João Campelo, estava orgulhoso, mostrando o segundo par de

¹¹² Algumas fotografias publicadas no impresso apresentam a assinatura de Barros, o que exige maiores estudos para saber se o fotógrafo é um profissional vinculado ao *Diário Popular* ou se foi contratado para fazer o registro em ocasiões especiais.

tamancos que havia fabricado. De acordo com o jornalista, o calçado foi fabricado com perfeição.

O título referente à reportagem e a figura 8, intitulado *Servindo a pátria e dignificando a sociedade no meticoloso preparo dos homens de amanhã*, indica estar relacionado às atividades de 7 de setembro, período em que os jornais noticiavam sobre as participações das instituições educacionais em homenagem à pátria. Além disso, é um enunciado que reforça os pressupostos que adotam o trabalho como um princípio educativo, dignificando não só o homem, mas toda sociedade.

As duas últimas imagens aqui apresentadas (figura 7 e 8), ao serem publicadas na imprensa, serviram para reforçar que o objetivo do Abrigo de Menores não era apenas regenerar, também tinha como propósito ressocializar a infância pobre e desvalida. A instituição representava um local que atendia às necessidades de crianças que não encontravam na instituição da família, condições favoráveis para o desenvolvimento moral, intelectual e profissional.

Por outro lado, a instituição atendia às leis de assistência e proteção a menores, o Código de Menores. Destaca-se em especial o Capítulo VI – Das medidas aplicáveis aos menores abandonados:

Art. 55. A autoridade, a quem incumbir a assistência e proteção aos menores, ordenará a apreensão daquelles de que houver noticia, ou lhe forem presentes, como abandonados os depositará em logar conveniente, e providenciará sobre sua guarda, educação e vigilancia, podendo, conforme, a idade, instrucção, profissão, saude, abandono ou perversão do menor e a situação social, moral e economica dos paes ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda.

Na função de cumprir estas medidas previstas pela legislação e pela propaganda da mídia impressa que enaltecia a instituição, não só como uma entidade para recuperar menores, também, como uma instituição para assisti-los e para atender suas necessidades, o Abrigo de Menores acabou atraindo menores que, de forma voluntária, passaram a ser internos na instituição. Nesse sentido, o *Diário Popular* acompanhou a história de um dos voluntários, que conseguiu acolhimento através da intervenção do bispo Dom Antônio junto ao jornal.

Na cobertura da semana da Pátria, o *Diário Popular* entrevistou o menino Milton Cardoso, que manifestou o desejo de ser um dos internos do Abrigo de Menores. No dia seguinte da publicação da entrevista realizada com Milton, Dom

Antonio Zattera ligou para a redação do periódico, oferecendo uma vaga no Abrigo. Ressalta-se que segundo as informações do jornal, Milton era católico e patriota, brasileiro disposto a lutar e vencer, tinha 13 anos e morava em condições precárias, junto à avó, senhora muito idosa. Em uma das visitas da equipe do jornal no Abrigo, Milton conversou com os jornalistas, manifestou sua felicidade, demonstrando estar disposto a adotar a disciplina de trabalho e estudo (*Diário Popular*, 29/10/1944, 15/11/1944, 04/03/1945).

As últimas edições do *Diário Popular* consultadas para esta pesquisa estão periodizadas até a metade de 1946. De acordo com as edições consultadas, durante a década de 1940 o periódico centralizou as notícias sobre o destino dos menores abandonados e delinquentes. Os discursos jornalísticos passaram a apresentar um teor mais científico, desconstruindo pressupostos adotados no início do século XX. A infância desvalida continua sendo indesejada na sociedade, porém, dessa vez, não bastava simplesmente institucionalizá-la em prisões correccionais, puni-la. A causa tinha que ser tratada. A menoridade tinha que ser assistida. Esta era uma das funções do Abrigo de Menores.

Quanto ao teor científico adotado nos discursos jornalísticos, estes aparecem nos textos introdutórios que antecedem a reportagem sobre as instituições de assistência, mais precisamente sobre o Abrigo de Menores. É uma explicação científica para justificar sobre os cuidados com a infância desvalida e sobre a necessidade de manutenção das instituições de acolhimento ao menor. Como exemplo, cita-se o texto que serviu de base para discutir sobre o desejo do menino Milton em ser um dos internos do Abrigo de Menores.

Em verdade, muito se tem discutido, através os anos e os séculos, sobre as questões de raça e de hereditariedade, aliás de ligações tão íntimas sobre as causas biológicas e psicológicas; próximas ou remotas de ordens as mais várias possíveis, que determinam a superioridade do homem sobre o outro homem, indivíduo sobre o indivíduo, do cidadão sobre cidadão. Revestidas de uma complexidade sem par que o pouco conhecimento da sua essência só fazia aumentar, tais discussões, até bem pouco tinha um lugar somente entre as rodas privilegiadas do saber e da cultura, da visão intuitiva e profunda, necessária para estudo de tais cousas, e, sobretudo, acima de quaisquer circunstancias do famoso valor intelectual, dos que possuíssem tempo suficiente de lazer para ler o que em torno do assunto se publicava a audácia e atrevimento bastantes para comentar tais leituras trazendo á baila conclusões personalíssimas, não raro completamente inversas daquilo que escritor, psicólogo ou cientista teria querido dizer (*Diário Popular*, 29/10/1944, p. 8).

O texto apresenta elementos relacionados à popularização do conhecimento. Alguns segmentos da população eram privados de informações e de saberes, por conta de vários fatores, dentre eles o analfabetismo. Como estes fatores não atingiam de forma direta as classes dominantes, eram os grupos abastados que davam conta de divulgar tais saberes, muitas vezes, propagados através de uma interpretação equivocada. Utilizavam de pressupostos científicos sobre as raças, hereditariedade e degeneração, para sustentar a ideia de que eram grupos superiores. Aos poucos, estes pressupostos foram sendo desconstruídos, através de novas concepções científicas. Essa desconstrução aparece no texto do jornalista do *Diário Popular*, quando este afirma que:

As famílias de nobre e orgulhoso passado vão perdendo a sua importância na sociedade porque também delas saem os degenerados, porque o fato do avô haver sido um talento em nada assegura de que o neto não será um incapaz. Os homens valem pelas suas qualidades pessoais, e, ao se procurar um cidadão para estas ou aquelas funções leva-se em consideração as suas qualidades e não as dos seus antepassados (*Diário Popular*, 29/10/1944, p. 8).

Sendo assim, a visão que se tem pelo o que foi publicado no *Diário Popular* sugere de que as famílias abastadas aos poucos não estavam tendo mais o mesmo alicerce promovido pelos discursos científicos propagados no final do século XIX e início do século XX, para justificar a sua superioridade.

A construção do conceito de discernimento, combinado ao de degeneração e de hereditariedade, discutida no início do capítulo anterior, culminou para a construção da representação negativa da infância desvalida, dos bêbados, das prostitutas, da mendicância, enfim, dos sujeitos indesejados na sociedade, entregues aos vícios sociais, que prejudicavam a ordem e o progresso da nação. As chagas e os vícios tinham que ser combatidos, o sujeito que não apresentava boa conduta, tinha que ser punido. Tudo isso, aliado ao poder e controle presente na sociedade de vigilância e nos próprios discursos dos jornais.

A diferença dos textos jornalísticos da década de 1910, para os textos da década de 1940, consiste na representação que se tinha sobre a infância desvalida. Para o imaginário social no início do século XX, o menor era um sujeito indesejado na sociedade, sendo a polícia, a instituição responsável em reprimir à ação dos abandonados, delinquentes e vadios. Aos poucos, a representação sobre a infância desvalida, foi sendo modificada. Isso não significa que esta infância deixou de ser

considerada um problema para a sociedade, porém, na década de 1940 alguns textos jornalísticos, que alimentavam o imaginário social e influenciavam a opinião pública, passam a abandonar parcialmente o discurso do senso comum e de estudos científicos que naturalizam as ações dos sujeitos infantis, para combater a causa do abandono, da vadiagem e da delinquência.

No geral, buscou-se fazer algumas discussões subsidiadas pelos textos publicados nos jornais locais entre a década de 1910 até meados de 1946, mais precisamente o *Diário Popular*. As instituições asilares continuaram sendo noticiadas nos periódicos. Algumas dessas instituições tomaram novos rumos, principalmente na década de 1940. O jornal *A Alvorada*, produziu algumas reportagens sobre os trabalhos de Luciana de Araújo no Asilo São Benedito de Pelotas e no Orfanato São Benedito de Bagé¹¹³, porém, foram localizados apenas textos após a morte da benemérita, em 1930. As outras instituições asilares existentes na cidade, não foram mencionadas, pelo menos nos exemplares analisados.

Em Pelotas, a Escola de Artes e Offícios foi municipalizada em 1930, passando a chamar-se Escola Técnico Profissional. No Brasil, em 1942, durante a gestão do Ministro Gustavo Capanema, surgiram as Leis Orgânicas do Ensino (ensino industrial, comercial e agrícola) que estruturaram o ensino técnico-profissional (ROMANELLI, 1986). Estas leis foram essenciais para a constituição da Escola Técnica de Pelotas, inaugurada em 1943, com a presença do presidente Getúlio Vargas¹¹⁴. Depois de várias modificações na legislação e das nomenclaturas da instituição, atualmente, a antiga escola técnica funciona como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul). Assim como a Escola de Artes e Offícios, o Patronato Visconde da Graça também passou por várias modificações e hoje, é um dos campus do IFSul de Pelotas, conhecido como CaVG - Câmpus Pelotas Visconde da Graça.

Os Asilos de Órfãos São Benedito e Nossa Senhora da Conceição, continuam em pleno funcionamento, recebendo a denominação de Instituto. O Instituto São Benedito oferece educação em turno integral para meninas carentes, que durante o turno da manhã estão distribuídas nas turmas de anos iniciais (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental) realizando atividades extracurriculares no turno da tarde. O

¹¹³ Estas reportagens constam na dissertação de Caldeira (2014).

¹¹⁴ Para acompanhar o processo histórico do ensino profissional em Pelotas, consultar Meireles (2003).

Instituto Nossa Senhora da Conceição funciona apenas no turno da tarde, desenvolvendo atividades extracurriculares com meninas que cursam os anos iniciais, principalmente as da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Ondina da Cunha.

O Asilo Bom Pastor encerrou suas atividades na década de 1970. O prédio com as instalações da instituição, inaugurado em 1948, foi destruído. A construção localizada no entorno do Parque da Baronesa, rodeado por eucaliptos, hoje faz parte da memória daqueles que conheceram a instituição das meninas e mulheres, transviadas, arrependidas. Não foram localizadas fotografias tanto do prédio, quanto das internas.

A Sociedade Espírita Assistencial Dona Conceição, mantém o Lar da Criança Dona Conceição, oferecendo a etapa de Educação Infantil para meninos e meninas das comunidades carentes próximas da entidade. Também realiza atividades extracurriculares com alunos da educação básica, matriculados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jeremias Froes.

O Asilo de Meninos Desvalidos e Abrigo de Menores de Pelotas, apresentam divergências por conta de suas origens. Uma discussão protagonizada por Victorino Piccinini, defende que o Abrigo de Menores é uma continuidade da obra fundada por Dom Joaquim na década de 1920. De fato, os documentos da instituição mencionam o Asilo de Meninos na constituição do Abrigo de Menores, porém, a crítica de Piccinini (2004), manifestada através de uma correspondência enviada para a instituição, está direcionada à obra de Walney Hammes (2005) que atribuiu a fundação do Abrigo de Menores ao bispo Dom Antônio Zattera. O que se percebe nos jornais foi que, a discussão sobre a criação de uma escola de reforma, que culminou na inauguração do Abrigo de Menores, se deu através da iniciativa de particulares. Este é um assunto que ainda necessita de maiores estudos, para além das publicações dos periódicos da época. Em 1946, a instituição passou a denominar-se Instituto de Menores de Pelotas (IMP) e atualmente recebe a denominação Instituto de Menores Dom Antônio Zattera (IMDAZ).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação e da institucionalização da infância desvalida de Pelotas é um tema que oferece muitas possibilidades de pesquisas dentro da dimensão micro e macro, levando-se em vista o contexto local, regional e nacional em dada temporalidade. Essa infância como objeto de estudo, proporciona pesquisas e análises nas suas singularidades, que envolvem instituições educativas asilares, fontes iconográficas, narrativas coletadas a partir da metodologia da história oral, arquitetura escolar ou dos diferentes objetos da cultura material, trajetória educacional de determinado grupo étnico-racial, trajetórias individuais, dentre outras. Observa-se que as particularidades mencionadas são algumas das lacunas presentes na História da Educação da infância desvalida da cidade de Pelotas. Há que se ressaltar que o estudo e análise específica dependerão das escolhas epistemológicas, historiográficas e metodológicas, das fontes coletadas, da bibliografia alusiva ao tema e das próprias aspirações de quem pesquisa.

Nesse sentido, aqui, o objetivo geral deste estudo foi analisar aspectos da institucionalização da infância desvalida, o controle e o ordenamento social desta infância, investigada a partir da imprensa periódica local produzida durante o recorte temporal que abrange as décadas de 1910 até meados da década de 1940. Buscou-se pesquisar aspectos políticos, administrativos e sociais que envolvem o acolhimento e instrução dos menores. Na imprensa, o que foi investigado, coletado e escrito, se deu a partir da visão de jornalistas, articulistas, colunistas e de outros agentes sociais, que fizeram da imprensa, uma ferramenta propagadora de ideias e de informações.

Cabe salientar que a imprensa periódica era o maior veículo de divulgação e de constituições de ideias da época. Deve se ter ciência de que além de informar, a imprensa também se apresenta como uma ferramenta de formação da opinião pública. Mesmo que os textos publicados fossem a reprodução de discursos e pronunciamentos, de relatórios dos poderes públicos ou de notícias produzidas por outros jornais, havia uma intencionalidade na sua publicação.

É importante assinalar que para o estudo dos jornais elencados nesta pesquisa, foi necessário considerar o contexto nacional e local. Tendo por base o

Brasil republicano em suas primeiras décadas, inspirado no lema positivista da “ordem e progresso”, adotou-se a questão social como um dos principais pilares para o desenvolvimento do tema referente à infância desvalida. Isso devido às preocupações dos grupos dominantes, não pelo bem-estar social dos subalternos, mas pelas novas formas de subordinação do trabalhador livre e assalariado e pela nova nação que estava sendo constituída.

Portanto, para a constituição de uma nação moderna e civilizada, se fez necessário investir na educação das camadas mais pobres e na formação de um trabalhador apto, dócil e útil para a pátria. Além disso, tinha também que eliminar os vícios sociais que se tornaram um empecilho no progresso da nação, tais como a vadiagem, a mendicância, a prostituição, o alcoolismo e a capoeira, que eram mais comuns a este grupo. Com essa intenção, foram elencados dois jornais locais para a pesquisa apresentada; o *Diário Popular* e *A Alvorada*.

Pelo fato de o jornal *A Alvorada* fazer parte da imprensa negra pelotense, sendo considerada “a voz do negro” de Pelotas, a hipótese inicial era de que se encontraria neste semanário, manifestações explícitas sobre as necessidades da comunidade negra de Pelotas e as condições em que ela estava vivendo.

Como resultado, compreende-se que apesar do semanário indicar os problemas da população negra de Pelotas, este foi realizado através de textos de alguns articulistas, como Rodolpho Xavier e, pela Frente Negra Pelotense que atuou por um curto período. No geral, este periódico literário, noticioso e crítico, pouco colaborou nas discussões sobre os encaminhamentos da infância desvalida e sobre as formas mais fervorosas de exclusão deste grupo étnico-racial, tais como a coibição policial, a perseguição aos cultos de matriz africana, as invasões e destruições de cortiços.

O que pode ser observado é que o jornal incentivou ascensão da comunidade através da educação, orientou mulheres para os cuidados dos filhos, estimulou a luta por direitos da classe operária, denunciou e combateu os vícios sociais, ao mesmo tempo em que, “perseguir” e ditou normas e condutas para mulheres e homens negros. Porém, ao que tudo indica, tais normas e condutas tinham como parâmetro a educação, a cultura e o comportamento da sociedade branca. O jornal representava as expectativas de um grupo que, pode-se afirmar, constituía-se como uma “elite letrada” diante do grande contingente daqueles que não tinham acesso a educação.

Diante do que foi apontado, o jornal *Diário Popular* surgiu como uma fonte potente para a realização do estudo, uma vez que este era o Órgão Oficial do Partido Republicano que, naquele período, era a maior liderança política local, regional e nacional. Nas páginas do *Diário Popular* constatou-se que a educação e os assuntos alusivos à infância, bem como, o controle e ordenamento social das classes mais pobres, iam ao encontro dos ideais republicanos. Em várias edições as instituições asilares, a mendicância, a vadiagem, delinquência e criminalidade infantil, a fuga de menores, a infância abandonada ou tutelada, foram temas de artigos e de notícias do periódico, corroborando para a construção desta tese.

Respalhada pela História Cultural, considerando as categorias de representação e imaginário, objetivou-se nestes jornais e em outros documentos, identificar como a infância desvalida era vista e tratada. Primeiro, atentou-se para a diferença na representação da infância, dividida entre criança e menor. Apesar de essa diferença ser uma construção jurídica, presente no Código Penal de 1890 no qual o fator idade biológica é pouco considerado e, posteriormente no Código de Menores de 1927, em que idade surge ao definir criança da primeira idade, infantes e menores, percebeu-se que nos periódicos locais, essa construção aparece de forma diferente.

Nos jornais, a infância é mais uma construção social do que jurídica, em que a criança corresponde ao sujeito infantil oriundo das classes abastadas e o menor está relacionado a todas as expressões dirigidas aos que viviam em condição de abandono moral e material ou que apresentavam desvio de comportamento. Dentre eles os menores vadios, terríveis, larápios, pedintes e delinquentes. Essa percepção foi essencial durante a pesquisa, pois elas aparecem nos enunciados dos jornais, sinalizando que ali poderia haver informação importante para a composição deste estudo.

O uso do termo “menor”, como construção social, é utilizado para dar sentido a uma infância indesejada presente nas ruas de Pelotas. Crianças abandonadas, à margem do crime ou já corrompidas, entregues a vadiagem e a delinquência, manchavam a imagem de uma cidade moderna e urbanizada, conhecida como “Princesa do Sul”. Assim, se construiu um discurso, observado no jornal *Diário Popular*, que apresentava os menores como um mal para a sociedade.

Apesar dos conceitos de degeneração, de eugenia e de hereditariedade estarem em voga naquele período, sabe-se que o sujeito infantil não nasce

delinquente, infrator, vadio, ele se torna um. Ao que tudo indica, os fatores externos como a situação social, moral e econômica, foram favoráveis para que os menores cometessem práticas reprimidas pela polícia, imprensa e sociedade. Acredito que a forma como a imprensa representava os menores, fomentando também o imaginário social, colaborou para a marginalização da infância desvalida. Optaram por exaltar as consequências das condutas imorais e infratoras e as enquadrar, ao invés de denunciar as causas que levavam ao abandono, vadiagem e delinquência. Estimularam mais o castigar do que o prevenir, o punir ao invés do vigiar.

Sobre as práticas de encaminhamento, acolhimento ou recolhimento, buscou-se nos estudos de Michel Foucault, analisar como se deu o controle da infância a partir de uma ordem operada pelos “agentes de normatização” que, além da imprensa e da sociedade local, também estavam representados pelas autoridades policiais, jurídicas, políticas e religiosas. Sendo assim, os “agentes de normatização” surgem da união da família, do Estado e da Igreja, para a aplicação dos mecanismos que governam a infância. O governo da infância tem por objetivo conduzir as condutas dos sujeitos infantis através da disciplina. Nesse sentido, embasado nos estudos foucaultianos, percebe-se que é mais benéfico institucionalizar o sujeito infantil, do que puni-lo.

Na cidade de Pelotas, umas das primeiras formas de institucionalização da menoridade, conforme a representação dos desvalidos da época, foi a delegacia de polícia, sendo a polícia responsável em acabar com a vadiagem e a delinquência infantil, ao perseguir meninos e meninas que perambulam pelas ruas em altas horas, que praticavam a jogatina, um vício social proibido, que incomodavam senhoras agindo como pedintes, esmoladores e mendigos, causando baderna e proferindo palavrões. Os policiais reprimiam todo tipo de prática que importunavam a sociedade. A pressão popular, principalmente propagada pelos discursos dos jornais, não deixava outra saída, uma vez que não havia uma legislação própria para proteger e assistir a infância. Embasavam-se no o Código Penal, que por sua vez cumpria a sua função, a de penalizar.

A polícia apresentava-se como uma solução imediata até a definição dos destinos de meninos e meninas que estavam sob a guarda da polícia. A instituição da polícia é marcante em todo o período de análise deste estudo. Os jornais, ao noticiarem sobre a prisão de menores, se mostravam simpatizantes tanto com a ação dos policiais, quanto com a vítima que faz a denúncia. Geralmente o sujeito

que faz a denúncia, seja por roubo ou fuga do menor tutelado, é tratado como “um amigo” do jornal, um “homem de bem”. Já os menores, além de serem julgados pela imprensa, eram descritos através de atributos que reforçavam os estigmas, como a cor da pele, se era órfão de pai ou de mãe ou se viviam em situação de rua.

Nos primeiros anos analisados, praticamente não foram localizados discursos por parte da imprensa em defesa do menor e/ou considerando as condições nas quais viviam. Haja vista a ação da polícia e a divulgação destas ações via imprensa, observou-se que, a representação e o imaginário social colaboraram para o aumento do estigma da infância desvalida ao marginalizá-la, corroborando também para as reincidências.

No imaginário social, o abandonado, o delinquente, o vadio, tinha na cor da sua pele, um agravante, um reforço para este estigma. Pela forma que estes sujeitos foram representados e, aliado ao imaginário social que além de produzir sentidos fortalece as identidades, a menoridade foi naturalizada, sendo a cor da pele um agravante. Mesmo desconsiderando os fatores de degeneração e de hereditariedade, pois ainda na atualidade são empregados como justificativa da homofobia, do machismo, do racismo, na contemporaneidade, ainda sente-se os reflexos desta naturalização, pois esta faz parte da estrutura da sociedade, está enraizada. Hoje um menor de idade negro, andando nas ruas, são características suficientes para ser considerado tanto pelos transeuntes, quanto pela polícia, um potencial infrator, é o que chamamos de racismo estrutural. Para tanto, cabe consultar os dados estatísticos sobre as abordagens policiais ou de seguranças no interior de um estabelecimento comercial. Os adolescentes negros são frequentemente abordados, confundidos com autores de outras infrações ou até mesmo mortos pela ação policial.

Em Pelotas, os meninos recolhidos pela polícia quando não ficavam sob a tutela da família com a garantia de vigilância e controle dos responsáveis, eram enviados para a Escola de Aprendizes Marinheiros. Este estabelecimento vinculado a Marinha, localizado na cidade do Rio Grande, era uma escola de reforma, considerada pelos jornais como uma instituição disciplinada, que ofertava moradia, alimentação e instrução para os meninos pobres, abandonados ou delinquentes. As escolas de aprendizes não tinham apenas a função de punir e regenerar menores através de práticas militarizadas e do ensino de um ofício, estas também buscavam aumentar o contingente de sujeitos para servirem as bases militares, como o ofício

de marinheiro. Dessa forma, o corpo sadio também era moldado para ser dócil, obediente e útil para a pátria.

Em relação às meninas, estas recebiam diferentes formas de abordagens, tanto pelos jornais, quanto pelas instituições. A preocupação maior era com a sua honra, educação moral e religiosa própria para a mulher da época. A menina desvalida era ensinada a servir a elite, através do serviço doméstico, servir aos homens, através da vocação do matrimônio, cuidar e educar os filhos. Estas eram as principais intenções do Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, fundado pela Maçonaria, e o Asilo São Benedito criado pela comunidade negra de Pelotas. Este tipo de educação continuou durante o período analisado. As instituições ganharam a simpatia da imprensa, que por sua vez, enalteciam os trabalhos dos asilos, promovendo campanhas para arrecadar donativos e atrair voluntários beneméritos, principais mantenedores destas instituições. Uma importante observação a ser feita, é que os asilos surgiram a partir da prática da caridade e da filantropia, na qual o objetivo maior era oferecer uma vida digna para as acolhidas.

Com as instituições fundadas na década de 1920 pela iniciativa estatal e religiosa, surgiu em Pelotas, uma nova forma de assistência e novas alternativas de instituições asilares para os meninos desvalidos. Em 1923, seguindo o modelo dos patronatos criados no Brasil no final da década de 1910, o Patronato Agrícola Visconde da Graça foi instalado através da intervenção de políticos pelotenses reconhecidos no cenário nacional e pelas ações do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Tendo por base o ensino agrícola, o objetivo da instituição era o de transformar meninos pobres em trabalhadores aptos para o exercício de todo tipo de serviço do campo. Embora, inicialmente a instituição admitisse menores encaminhados pelo juiz de órfãos, o projeto inicial do patronato não era o de regenerar crianças entregues à criminalidade infantil. Esta questão vai ser essencial nas mudanças do Patronato e na campanha para uma escola de reforma em Pelotas.

Quanto às ações da Igreja Católica de Pelotas em prol da infância desvalida, estas são intensificadas com o trabalho do bispo Dom Joaquim. Além da Igreja colaborar com os asilos para órfãos já existentes na cidade, em 1924 fundou o Asilo de Meninos Desvalidos e 1929 o Asilo Bom Pastor. Até a fundação deste último asilo, as instituições de acolhimento às meninas desvalidas procuraram educar e formar uma mulher obediente, dócil e submissa, desta vez, Pelotas passou a contar

com uma instituição destinada para regenerar meninas e mulheres corrompidas. Por conta dessa intenção e da missão das Irmãs da Congregação do Bom Pastor, o asilo hoje faz parte imaginário social como uma instituição fechada, cercada de mistérios, que tinha a função de enclausurar meninas e mulheres “arrepentidas”.

Ao que tudo indica, a fundação do Asilo Bom Pastor fechou um ciclo de assistência às meninas desvalidas. Apesar de outros dois orfanatos para meninas, criados na década de 1930, um pelo movimento espírita de Pelotas e outro pela Igreja Anglicana, o problema quanto à institucionalização das meninas desvalidas estava resolvido. Se antes havia instituições para meninas tuteladas, filhas ilegítimas, negras, oriundas de famílias desprovidas de recursos financeiros, meninas moralmente e materialmente abandonadas, agora, meninas e mulheres que desviaram do caminho da honra, perdidas, arrependidas, infratoras, tinham no Asilo Bom Pastor, um espaço de acolhimento, de regeneração, de penitência, de preservação, bem como, de vigilância e punição, uma vez que para algumas meninas e mulheres a clausura em uma instituição religiosa já era uma forma de punição, sanção, castigo.

Apesar do elevado número de instituições que acolhiam e profissionalizavam meninas e meninos desvalidos da cidade, o menino desvalido, neste caso, o menor, ainda continuava sendo tratado como um problema para Pelotas. Permaneciam os delitos, a vadiagem, a jogatina e a prática de outros vícios. Não bastava apenas tirar os menores das ruas, era preciso institucionalizá-los, reformá-los e profissionalizá-los, para que fossem reinseridos na sociedade. Isso não significa que as instituições asilares para meninos já existentes, não tivessem estes princípios, porém, as legislações vigentes pós década de 1930, bem como, a questão do trabalho como princípio educativo, o processo de industrialização do país, a campanha da nacionalização vigente do governo getulista e a estruturação do ensino técnico profissional, exigiu uma instituição para estes fins.

Nesse sentido, mais uma vez a imprensa ganhou o protagonismo ao divulgar a campanha para a instalação de um Abrigo de Menores de Pelotas. Através do que foi analisado, pela primeira vez em Pelotas, a fundação de uma instituição asilar foi resultado dos esforços de um coletivo que reuniu representantes do poder público municipal, estadual e federal, autoridades policiais e jurídicas, representantes da Igreja de Católica de Pelotas e de outros segmentos sociais. Durante a campanha para a criação da escola de reforma, do acompanhamento das obras dos edifícios

do Abrigo e das visitas à instituição após o seu funcionamento, percebeu-se que a imprensa aos poucos foi mudando o discurso sobre o menor.

De forma parcial, os textos publicados no *Diário Popular* foram abandonando a ideia de que o menor era um problema para sociedade, para discutir e refletir sobre os problemas que faziam parte do cotidiano dos menores. Esta mudança proporcionou o início da desconstrução do menor como um mal para a população.

Diante do exposto, é possível apontar que em Pelotas, o controle e o ordenamento social da infância, através da institucionalização, durante as quatro décadas analisadas, pode ser dividida em três tipos de instituições semelhantes na forma de controlar e ordenar, porém com princípios distintos. Primeiro a instituição da repressão protagonizada pela instituição da polícia, Escola de Aprendizes e Marinheiros e a instituição da família através da tutela privativa. Segundo através das instituições técnicas fundadas pela iniciativa estatal, sendo uma asilar, voltadas para o cuidado e ensino técnico profissional e agrícola. Terceiro a instituição de assistência filantrópica como continuidade da assistência caritativa do século XIX e início do século XX, porém, adotando preceitos médicos higienistas, psicológicos, pedagógicos e jurídicos, através do ensino profissionalizante. Por último, a junção de todas as instituições e formas de assistências mencionadas, resultando na criação Abrigo de Menores de Pelotas.

Assim, a municipalidade, a imprensa, a sociedade e outros “agentes de normatização”, buscando inicialmente a higiene social, o sanitarismo urbano e posteriormente o encaminhamento social da infância desvalida, aos poucos, resolveram parte dos problemas com os e dos menores.

Buscou-se neste estudo, não centralizar na história das instituições educativas e asilares existentes em Pelotas e sim, como as instituições colaboraram nas práticas de controle e de ordenamento social durante o período analisado. Esta tentativa de estudo foi feita através do “olhar” da imprensa, uma vez que os impressos foram as principais fontes documentais. Para maiores análises e outros olhares, é necessário o cruzamento com outros documentos, principalmente das instituições abordadas.

Por fim, é necessário mencionar a consciência de que este trabalho apresenta ainda muitas lacunas a serem preenchidas sobre o tema proposto. Há muito o que ser estudado. Há muito para ser analisado. O que foi aqui apresentado e discutido constitui-se em fragmentos da institucionalização da infância desvalida de Pelotas,

no sentido de atender as demandas de uma República que desejava a ordem e o progresso. De uma nação em seu processo de nacionalização, que buscava formar uma população que enaltecesse a pátria e fosse comprometida com o trabalho. Busquei com este estudo, trazer a minha interpretação através das narrativas da imprensa local. Por várias vezes me vi sensibilizada pela forma que esta infância foi representada. Uma infância que desde a implantação da República, até os dias atuais, continua sendo marginalizada por diferentes veículos midiáticos, segmentos sociais e pelo poder público.

Como pesquisadora que dedica anos de estudos sobre esta infância, desejo que a sociedade e as políticas públicas olhem para as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. A minha narrativa está diretamente ligada a minha história de vida. Algumas das questões colocadas neste trabalho, por vezes são incompreendidas, principalmente por aqueles que não passaram pela educação pública, que não necessitam do Sistema Único de Saúde, que não tem no transporte público como o único meio de locomoção, que não residem em moradias situadas em lugares periféricos, entre tantos outros exemplos. É necessário mencionar que tais colocações não buscam generalizar aqueles de alguma forma não vivem nestas condições e quem tem um “olhar sensível” com o próximo.

Ainda há muitas crianças em situação de rua e crianças moralmente e materialmente abandonadas. Apesar das políticas públicas sociais que visam o bem-estar da infância, como projetos de acolhimento, adoção e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, nossa sociedade ainda carrega muitas “chagas”, tais como a da corrupção, do privilégio, da meritocracia, o que corrobora no aumento dos obstáculos enfrentados pelos sujeitos infantis e por seus responsáveis.

Mesmo com as políticas públicas sociais vigentes, estas ainda são insuficientes, fazendo com que o governo transfira responsabilidades para parte da sociedade, como os projetos sociais, ONG's e outras iniciativas. Esta é ainda a forma que temos de continuarmos com os trabalhos desempenhados pelas ações caritativas e filantrópicas e que buscam preencher lacunas deixadas pelo Estado.

REFERÊNCIAS

A SOCIEDADE do charque. Diretor e produtor Leonardo Tajes Ferreira. Pelotas: Leonardo Tajes Ferreira, 2018. 90 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LuSDyg964LY&t=2872s>. Acesso em: 04 de jun. de 2019.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **A exaltação das diferenças**: racialização cultura e cidadania negra (1880-1890). 2004. 247f. Tese (Doutorado em História Social) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2004.

ALMANACH de Pelotas, 1924. Pelotas: Oficina Tip. Livraria do Globo, 1924.

ALMANACH de Pelotas, 1934. Pelotas: Oficina Tip. Guarany, 1934.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras**: por que educar meninas e mulheres? São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo: Campinas: Autores Associados, 2007.

AMARAL, Giana Lange do; GIL, Marcelo. A Maçonaria e o Espiritismo no campo educacional em Pelotas-RS, Brasil nas primeiras décadas do século XX. In: **Interacções**, Lisboa, v. 11, n. 35, p. 53-64, 2015.

_____. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas**: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960). 2003. 338 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2003.

_____. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria**: uma face da História da Educação em Pelotas. 2. ed. Pelotas: Seiva Publicações, 2005.

_____. **Memorial para a promoção à Classe E – Professor Titular, do Plano de Carreira do Magistério Superior Universidade Federal de Pelotas**. 2019. 115 f. Memorial. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, RS, 2019.

_____. O periódico católico pelotense “A Palavra”: aspectos sobre a Igreja católica e a educação nas primeiras décadas do século XX. In: **Cadernos de Educação**, n. 29, Pelotas: jul./dez. 2007, p. 153-171.

AMEZAGA, Bernardo Riego. Las imágenes como fenómeno cultural: una necesaria mirada en etapas para abordar los retos actuales. **Historia y Memoria de la Educación**, n. 10, p. 17-49, 2019.

ARAUJO, José Carlos Souza; CARVALHO, Carlos Henrique; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de (Orgs.). **A infância na modernidade**: entre a educação e o trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA. Elomar. **Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Coleção Documentos da Educação Brasileira [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. – Brasília: Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

_____. Uma história editorial: tipografias, editoras e livrarias de Pelotas. In: RUBIRA, Luis (Org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Santa Maria: Gráfica e Editora Pallotti, v. 2, 2012. p. 227- 2258.

ARROYO, Miguel. Apresentação. In: VEIGA, Cyntia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

BANDEIRA, Ana da Rosa. **Diário Popular de Pelotas, RS: a forma gráfica de um projeto editorial (1890-2016)**. 2018. 269 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2018.

BARBOSA, Francisco de Assis. Prefácio. In: BARRETO, Lima. **Recordações do escrívão Isaías Caminha**. São Paulo: Penguin Classis Companhia das Letras, 2010. p. 37-52.

BARRETO, Lima. **Recordações do escrívão Isaías Caminha**. São Paulo: Penguin Classis Companhia das Letras, 2010.

BARROS, José D'Assunção. A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. In: **História em Reflexão**, v. 4, n. 8, Dourados: jul./dez. 2010, p. 1-29.

_____. A fonte histórica e seu lugar de produção. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 25, n. 2, 2012.

_____. **O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund *et al.* **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BICA, Alessandro Carvalho. **Ginásio Santa Margarida: um estudo sobre a gênese e a consolidação de uma instituição escolar anglicana de ensino na cidade de Pelotas**. 2006. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, RS, 2006.

BONI, Paulo César; ACORSI, André Reinaldo. A margem de interpretação e a geração de sentido no fotojornalismo. **LÍBERO**, n. 18, p. 127-137, 2016.

BOSCHI, Caio César. **Por que estudar História?** São Paulo: Ática, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 17 de dez. de 2019.

_____. **Decreto Nº. 1.517, de 4 de Janeiro de 1855**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1517-4-janeiro-1855-558302-publicacaooriginal-79450-pe.html>. Acesso em: 3 jan. de 2020.

_____. **Decreto nº 1.331-a, de 17 de fevereiro de 1854**. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 11 de ago. de 2019.

_____. **Decreto nº 12.893, de 28 de Fevereiro de 1918**. Autoriza o Ministro da Agricultura a crear patronatos agricolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootechnicos, fazendas-modelo de criação, nucleos coloniaes e outros estabelecimentos do Ministerio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 de jan. de 2020.

_____. **Decreto Nº 17.943-a de 12 de outubro de 1927**. Código dos Menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm. Acesso em: 22 nov. de 2019.

_____. **Decreto-lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 15 ago. de 2018.

_____. **Decreto nº 15.102, de 9 de Novembro de 1921**. Crêa um Patronato Agrícola no municipio de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15102-9-novembro-1921-522003-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 de jan. de 2020.

_____. **Decreto nº 13.706, de 25 de Julho de 1919**. Dá nova organização aos patronatos agrícolas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13706-25-julho-1919-521010-republicacao-95833-pe.html>. Acesso em: 02 de jan. de 2020.

_____. **Decreto N. 119-A.** Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. De 7 de jan. 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm. Acesso em: 25 mar. de 2019.

_____. **Decreto Nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm [imprensa.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm). Acesso em: 11 de ago. de 2019.

_____. **Decreto-lei Nº 6.865, 11 de novembro de 1944.** Redefine a competência do Serviço de Assistência a Menores, cria e transforma funções gratificadas e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6865-11-setembro-1944-386457-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 de ago. de 2019.

_____. **Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.** Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071imprensa.htm. Acesso em: 11 de ago. de 2019.

_____. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 de Nov. de 2019.

_____. **LEI Nº 6.697, DE 10 DE OUTUBRO DE 1979. Institui o Código de Menores.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697imprensa.htm. Acesso em: 22 de Nov. de 2019.

_____. **Decreto de lei nº 3.799, de 05 de novembro de 1941.** Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 de ago. de 2019.

BRASIL, INFOPEN. Levantamento nacional de informações penitenciárias. **Brasília: Departamento Penitenciário Nacional-Ministério da Justiça**, 2016. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf. Acesso em 15 de ago. de 2018.

BUFFA, Ester. A questão das fontes de investigação em História da Educação. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 12, p. 79-86, jul./dez. 2001.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e Maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BULCÃO, Irene. **Investigando as Políticas de Assistência e Proteção à Infância: Psicologia e ações do Estado**. 2006. 272f. Tese (Doutorado em Psicologia) –

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales, 1929-1989** - A revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. A Nova História, seu passado e seu presente. **A escrita da História: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 8- 37.

_____. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAETANO, Rosendo. A evolução da tinta: o Diário Popular de Pelotas nos anos 1920. **História em Revista**, Pelotas, v. 19, p. 361-371, dez./2013.

CALDEIRA, Jeane dos Santos; AMARAL, Giana Lange do; RIPE, Fernando. **Estratégias políticas e administrativas na assistência de menores desvalidos no município de Pelotas/RS, Brasil (1889-1930): primeiras aproximações. Sarmiento, Revista Galego-Portuguesa de Historia da Educación**. n. 23, p. 95-11, 2019.

_____. **O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional**. 2014. 249f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Pelotas, RS, 2014.

CAMARGO, Paola de Oliveira. **Entre trocos e trocas: uma etnografia das relações entre redutores de danos e pessoas que usam drogas na região central da cidade de São Paulo**. 2019. 284 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Pelotas, RS, 2019.

CAMARA, Sônia. Infância pobre e instituições assistenciais no Brasil. In: **História da Educação e da assistência à infância no Brasil**. ARAÚJO, Vânia Carvalho; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). Vitória: EDUFES, 2011. p. 17-56.

_____. **Sob a guarda da República: a infância memorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CARDOSO, José Carlos da Silva et al. **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2016.

CARVALHO, Carlos Henrique, ARAÚJO, José Carlos Souza, GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia- MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI, Décio Júnior (Org.). **Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, Autores Associados, 2002, p. 67-90.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CASTRO, Renata Brião de. **A Escola Garibaldi e o professor José Rodeghiero na Colônia Maciel – Pelotas/ RS (1928 – 1950)**: grupo local e etnia. 2017. 221f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Pelotas, RS, 2017.

CELLARD, André. A análise documental. In: Poupart, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação**: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Portugal: Difel, 2002.

_____. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 37-47, 1995.

_____. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

CORSETTI, Berenice. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNlrevista**, v. 1, n. 1, p. 32-46, 2006.

_____. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). **Cadernos de Educação**, n. 31, p. 55-69, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 89-107, 2000.

_____. **O ensino de ofícios no primórdio da industrialização**. São Paulo: UNESP, 2005.

DE SOUZA, Gizele; CORDEIRO, Andréa. Os primeiros Congressos Americanos da Criança e a pan-americanização dos debates sobre a infância (1916 a 1922). **Revista Tempo e Argumento**, v. 7, n. 14, p. 5-28, 2015.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos Annales à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 1993.

DUSSEL, Inés. La verdad en la imagen propagandística. Reflexiones sobre un corpus enigmático (Westerbork, 1944) y su remontaje en la historia. **Historia y Memoria de la Educación**, n. 8, p. 23-95, 2018.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1**: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ESTATUTOS do Asilo de Orfãs N. S. da Conceição. Pelotas: Oficinas Gráficas do Instituto de Menores, 1960. 16p.

ESTATUTOS do Asylo de Orphãs São Benedicto. Pelotas: Typographia do Arauto, 1902. 9p.

_____. Pelotas: Diário Popular, 1911. 18p.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-96.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.) **A infância e sua educação** – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, sujos e malvados sob medida-do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)**. 2005. 379f. Tese (Doutorado em História Econômica). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Ditos e escritos III**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Ditos e escritos IV**. Estratégia, poder-saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FONTOURA, Adriana Raquel Ritter; GUIMARÃES, Adriana Coutinho de Azevedo. História da capoeira. **Journal of Physical Education**, v. 13, n. 2, p. 141-150, 2002.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 18, p. 199-225, 2011.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GERMANO, Íris. Carnavais de Porto Alegre: etnicidade e territorialidades negras no Sul do Brasil. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs.). **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 100-119.

GILL, Lorena Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. **História Unisinos**, v. 10, n. 1, p. 45-52, 2006.

_____. **O mal do século**: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930. Pelotas: EDUCAT, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIOLO, Jaime. Estado & Igreja na implantação da República gaúcha: a educação como base de um acordo de apoio mútuo. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, n. 27, p. 243-256, 2013.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória**: reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 1988.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. **Tempo: Revista do Departamento de História da UFF**, v. 13, n. 26, p. 1-14, 2009.

_____; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores: p´raticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Nilma Lino et al. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v. 10639, n. 03, 2005. p. 39-62.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cyntia Greive (Orgs.). **500 Anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 325-346.

GONÇALVES, Mariana Couto. A narrativa fotográfica da Princesa do Sul a partir do Álbum de Pelotas (1922). **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 2, n. 2, p. 36.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. Imprensa e representações de educação, disciplina e ordem social: Uberabinha (MG), 1907-1920. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2, 2002, Natal. **CBHE – História e memória da educação brasileira**. Natal: Editora do Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002, p. 250-270.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GROSSMAN, Eloisa. A construção do conceito de adolescência no Ocidente. **Adolescência e Saúde**, v. 7, n. 3, p. 47-51, 2010.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HAMMES, Wallney Joelmir. **Dom Antônio Zattera 3º Bispo de Pelotas**: uma cronobiografia. Pelotas: EDUCAT, 2005.

HENRIQUES, Helder MG; VILHENA, Carla Cardoso. A preservação da infância: análise de discursos sobre a criança em perigo moral (Portugal, 1910-1916). **Educação em Revista (on line)**, 2015.

Disponível em:
https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/41471079/A_PRESERVAO_D_A_INFNCIA_ANLISE_DE_DISCURS20160123-31123-umhnmv.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1534904959&Signature=iWyd1QhuQnEI7GRtJyKlcrFBO2U%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_PRESERVACAO_DA_INFANCIA_ANALISE_DE_DIS.pdf. Acesso em: 15 de ago. de 2018.

HIRAI, Wanda Griep. **Gênese e Trajetória da Política Pública de Educação infantil no Município de Pelotas – RS**. 2000. 124f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Católica de Pelotas – UCPel, Pelotas, 2000.

HUNT, Lynh. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynh (Org.) **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 1-32.

ITUASSU, Arthur. Apresentação. In. HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. P. 9-15.

JANSEN, Gilciani Soares; NOVACK, Paula Neumann; OLIVEIRA, Giovana Mendes. Vila Catinga: uma análise socioeconômica. In: SEUR – COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E ENSINO DE GEOGRAFIA. 7, 2011. Pelotas: UFPel, p. 80-89.

JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick. **A ilustre pelotense: Tradição e Modernidade em Conflito**. Um Estudo Histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalização. 1990. 332f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 1990.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

KARPOWICZ, Débora Soares. **Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D'Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981)**. 2017. 334f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2017.

_____. Legado da Congregação Bom Pastor D'Angers na institucionalização do cárcere feminino no Brasil. In: EPHIS – ENCONTRO DE PESQUISAS HISTÓRICAS. 3. Porto Alegre: PUCRS, p. 1227- 1240.

_____. Prisões femininas no Brasil: possibilidades de pesquisa de fontes. In: ANPUH – ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 13, 2016. **Ensino, direito e democracia**. Santa Cruz: UNISC, p. 1-14.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUHLMANN Jr., Moysés; FERNANDES, Rogério. Sentidos da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.) **A infância e sua educação** – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-33.

_____. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 7. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015.

LAZZARI, Jarbas Rosa. Pelotas, os espectros da escravidão e o mundo atlântico. In: RUBIRA, Luis (Org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Santa Maria: Gráfica e Editora Pallotti, v. 2, 2012. p. 281- 294.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITÃO, Poliana Dayse Vasconcelos; PEREIRA, Regina Celi Mendes. Da palavra neutra à palavra própria: formas de conceber a palavra na escrita acadêmico-científica. **Raído**, v. 8, n. 16, p. 57-78, 2014.

LEITE, Miriam Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 19-52.

LEONARDI, Paula. Congregações católicas docentes em São Paulo e a educação feminina. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6,

2006. **COLUBHE - Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da Educação**. Uberlândia: UFU, 2006. P. 1255-1265.

LIMA, Aline Mendes. “**Ofereço minha foto como recordação**”: Representações negras em álbuns familiares. Pelotas (1930-1960). 2009. 129f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2011.

LIMA, Ana Laura Godinho; RODRIGUES, Flávia Sílvia. Um mapeamento das instituições de assistência à infância no Brasil nas décadas de 1880 a 1960. In: RUFINO, César; LIMA, Ana Laura Godinho; RODRIGUES, Flávia Sílvia. **Para uma História da reeducação e assistência aos menores em Portugal e no Brasil dos séculos XIX e XX**: Discursos e instituições. Lisboa: EDUCA, 2003. P. 71-123.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 129-145.

LONER, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Boabad. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2. 2013. **Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 1-17.

_____. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (188-1930). Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2001.

_____; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório. **Dicionário de História de Pelotas**. 3. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2017.

_____; GILL, Lorena Almeida. Organização negra em Pelotas: características e evolução (1870-1950). **3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Universidade Federal de Santa Catarina Campus Universitário, 2007.

_____; GARCIA, Sônia Tavares. Relação de jornais existentes na Biblioteca Pública Pelotense. **História em Revista (UFPel)**, Pelotas, v. 6, p. 133-164, 2000.

LOPES, Alberto, FARIA FILHO, Luciano Mendes, FERNANDES, Rogério (Orgs.). **Para compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica: 2007.

LUCA, Tania Regina. A revista do Brasil (1916-1925)-na história da imprensa. **Travessia**, n. 32, p. 94-123, 1996.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezzi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, v. 18, n. 43, p. 145-161, 2014.

LUSTOSA, Isabel. Lima Barreto em seu tempo. In: BARRETO, Lima. **Recordações do escrivo Isaiás Caminha**. São Paulo: Penguin Classis Companhia das Letras, 2010. p. 53-58.

MACIEL, Patrícia Daniela. Formação das meninas órfãs e da elite pelotense no século XIX: similaridades e/ou diferenciações? In: ASPHE - ENCONTRO SUL-RIOGRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **ASPHE – História da cultura escolar: escritas e memórias ordinárias**. Gramado: Seiva, 2004. p. 293-300.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Editora da UFPel – Livraria Mundial, 1993.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. Agentes sociais no Paraná. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 6, n. 3, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 53-79.

_____. **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **História Social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARÔPO, Lidia Soraya Barreto. Crianças como fontes de informação. **Revista Vozes & Diálogo**, v. 14, n. 2, p. 5-17, 2015.

MARRONI, Fabiane Villela. **Pelotas (re)vista**: A Belle Époque da cidade através da mídia impressa. 237 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo, SP, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MAUAD, Ana Maria. Usos e funções da fotografia pública no conhecimento histórico escolar. **Revista História da Educação**, v. 19, n. 47, p. 81-108, 2015.

MAUCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade**: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

MEIRELES, Céres Mari da Silva. **Das artes e ofícios à educação tecnológica**: 90 anos de história. Pelotas: Ed. UFPEL, 2007.

_____. **Educação profissional**: uma visão histórica sobre o processo de criação, fins e princípios da Escola Técnica federal que tornou Pelotas centro de referência.

2002. 229f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, RS. 2002.

MELLO, Marco Antônio Lirio de. Para o recreio e a defesa da raça: a imprensa negra no RS. **Cadernos Porto & Vírgula**, Porto Alegre, n. 11, p. 90-97, 1995.

MENDES, Fábio Raniere da Silva; ALVES, Marcelo Möller. **Centenário da Diocese de Pelotas 1910-2010**: uma história de Evangelização. Pelotas: do autor, 2010.

_____. **Dom Joaquim Ferreira de Melo: 2º Bispo de Pelotas e a fundação do Seminário São Francisco de Paula – uma introdução**. Pelotas: EDUCAT, 2006.

MENESES, Tobias Barreto de. **Menores e loucos e fundamento do direito de punir**. Edição do Estado de Sergipe, 1926. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/DominioPublico/146962/pdf/146962.pdf>. Acesso em 19 de nov. de 2019.

MENINO 23: Infâncias perdidas no Brasil. Produção: Maria Carneiro da Cunha, Claudia Lima, Belisário Franca. [S.l.]. Giros, 2016. (84 min).

MICHELON, Francisca Ferreira; SCHWONKE, Raquel Santos (Orgs.). **Retratos de uma cidade e catálogo de fotografias impressas 1913/1930**. Pelotas: Ed. E Gráfica Universitária UFPel, 2008.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blank. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Isabel Moura et al. **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 31-38.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Historico da protecção á infância no Brasil 1500-1922**. Rio de Janeiro, Empreza Graphica Editora, 1927.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt et al. **Instituições e práticas de controle social**: perspectivas de pesquisa. São Leopoldo: Oikos ; Editora Unisinos, 2016.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. **Revista brasileira de História**, v. 19, n. 37, p. 85-102, 1999.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global Editora, 2006.

NEVES, Helena de Araújo. **O ensino privado em Pelotas-RS na propaganda impressa**: séculos XIX, XX, XXI. 2012. 412 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, RS, 2012.

NÓVOA, António. Para uma análise das instituições escolares. **As organizações escolares em análise**, v. 3, p. 13-43, 1992.

NUNES, Clarice. História da educação: espaço do desejo. **Em aberto**, v. 9, n. 47, 2008.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. **A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada–1920-1935**. 2017. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, RS, 2017.

OLIVEIRA, Eliane de Crhisto. **Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: idéias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870-1920)**. 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, **Universidade São Francisco, Itatiba, SP**, 2007.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro; AMARAL, Giana Lange do. A distribuição do Cópo de Leite: análise da fotografia de uma forma de assistência instituída em Pelotas durante o governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928). **Cadernos de História da Educação**, v. 8, n. 1, 2009.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. Escola Maria Teresa Vilanova Castilhos – escola polivalente: acervos fotográficos e história da educação. **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 3, n. 2, p. 323-336, jul./dez. 2017.

_____. **Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910 -1930): imagens e imprensa**. 2012. 403f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, RS, 2012.

OLIVEIRA, Sérgio de Freitas. As vozes presentes no texto acadêmico e a explicitação da autoria. **Pedagogia em ação**, v. 6, n. 1, 2014.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e modernidade no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 3-12, 2001.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2016. 347-375.

PENNY, José. Híbrido. **A Alvorada**. Pelotas, 21 mar. 1934, p. 2.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 38, p. 165-198, 1999.

PEREIRA, Fabíola Mattos. **"Nestes termos, pede deferimento"**: uma etnografia das dinâmicas de intervenção e das práticas da assistência em uma instituição de ensino agrícola, na cidade de Pelotas, RS, Brasil (1923-1990). 2018. 234f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2018.

PEREIRA, Marcos Villela. A escrita acadêmica: do excessivo ao razoável. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, p. 213-228, 2013.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 4, p. 75-102, jul./dez. de 2002.

_____. **Templo de luz**: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915). 1995. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 1995.

PERUZZO, Rosária Sperotto. **Abrigo de Menores**: Híbridas na Constituição de Si. 1997. 302 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

_____. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho – 1880-1920. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1994.

_____. **O cotidiano da república**: elite e povo na virada do século. 3 ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.

PESQUEI. **A Alvorada**. Pelotas, 01 nov. 1931.

_____. **A Alvorada**. Pelotas, 27 dez. 1931.

PICCININI, Victorino. (2004). [Correspondência]. Destinatário: João Francisco Neves da Silva. Pelotas, 13 mai. 1 carta.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de pesquisa**, n. 114, p. 179-195, 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. Entre o silêncio e o esquecimento: a questão das fontes e dos métodos na história da educação em Goiás. **Roteiro**, Joaçaba, p. 127-152, 2013.

POERSCH, J. Léo. **Universidade Católica de Pelotas 30 anos**. Pelotas: EDUCAT, 1991.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?. **Educar em revista**, v. 17, n. 18, p. 13-28, 2001.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 4. ed. São Paulo: Paz e terra, 2014.

RAMOS DO Ó, Jorge. **O governo dos escolares: uma aproximação teórica às perspectivas de Michel Foucault**. Lisboa: EDUCA, 2001.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho municipal em 20 de setembro de 1912, pelo Intendente Cypriano Corrêa Barcellos. Pelotas: Off. do Diário Popular, 1911.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho municipal em 20 de setembro de 1921, pelo Intendente Pedro Luis Osorio. Pelotas: Off. do Diário Popular, 1921.

RELATÓRIO do Ministro da Agricultura, 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=873730&PagFis=22047>. Acesso em: 6 de jan. de 2020.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, 1888. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>. Acesso em: 30 de jan. de 2020.

RELATÓRIO do Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, Coronel Alberto Roberto Rosa, de 1887 a 1900. Pelotas: Imprensa a vapor da Livraria Universal, 1902.

REIS, José Carlos. Os Annales: a renovação teórica-metodológica e "utópica" da História pela reconstrução do tempo histórico. In: **História e história da educação**. LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). 3. ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2006. p. 25-49.

REIS, Letícia Vidor de Souza. A capoeira: de "doença moral" à "gymnástica nacional". **Revista de História**, n. 129-131, p. 221-235, 1994.

RESENDE, Haroldo (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Revista do 1º Centenário de Pelotas, 1912. In: RUBIRA, Luis (Org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. v. 1. Santa Maria: Gráfica e Editora Pallotti

RIDENTI, Marcelo. Graciliano ramos e suas Memórias do cárcere: cicatrizes. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 475-493, 2014.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: São Paulo: Loyola, 2004.

_____. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para infância no Brasil. In. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011a. p. 97-149.

_____. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Ano 1. **Congresso Internacional de Pedagogia Social**, Março, 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100019&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 22 de nov. de 2019.

RIZZINI, Irma. A assistência à infância na passagem para o século XX: da repressão à reeducação. In: **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 77-94, mar./maio 1990.

_____. **Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

_____. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 225-286.

RODRIGUES, Raimundo Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755.pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2020.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. O Castilhismo e as outras ideologias. In. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Org.). **República Velha (1889-1930)**. vol. 3. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 57-88.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 693-728, 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Isabel Moura et al. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 75-93.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. - São Paulo : Cortez, 2008.

SANTOS, José Antonio dos. Etnicidade, não e culturas: intelectuais negros, educação e militância. In: CBHE – CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2, 2002. **CBHE – História e Memória da Educação Brasileira**. Natal: UFRN, 2002. p. 1-10.

_____. Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs.). **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 83-99.

_____. **Prisioneiros da História: Trajetórias intelectuais na Imprensa Negra Meridional**. 2011. 281f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2011.

_____. **Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa- Pelotas (1907-1957)**. Pelotas: Ed. Universitária, 2003.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século XX. In: In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2016. 211-230.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os porões da República: a Colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 445-476, 2006.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Internatos, asilos e instituições disciplinares na história da educação brasileira. In: **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 1-7, dez. 2009.

SCHVAMBACH, Janaina. **Memória visual da cidade de Pelotas nas fotografias impressas no jornal A Alvorada e no Almanaque de Pelotas (1931 – 1935)**. 2010. 180f. Dissertação (Dissertação em Memória Social e Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Pelotas, RS, 2010.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)**. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

_____. **Os negros, as constituições de espaços, para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas**

(1820-1943). 2011. 228 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2011.

_____. Porto Alegre: uma cidade negra?. **Nossa Voz**, São Paulo, p. 8 - 10, 01 nov. 2015.

SILVA, Jacira Reis da; MATTES, Karine de Freitas; SILVA, Luciane Kmentt. Memórias que fazem história: escritos de mulheres negras na luta por educação através do jornal “Alvorada”. In: ASPHE - ENCONTRO SUL-RIOGRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **ASPHE – História da cultura escolar: escritas e memórias ordinárias**. Gramado: Seiva, 2004. p. 191-200.

_____. Vozes de mulheres negras: a luta por educação através do jornal “A Alvorada”. In: ASPHE - ENCONTRO SUL-RIOGRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **ASPHE – História da educação, literatura e memória**. Pelotas: Seiva, 2003. p. 263-270.

SILVA, Maria Aparecida Moraes; APPOLINÁRIO, Andreia Peres. Memória silenciada. **Cadernos CERU**, v. 16, p. 69-92, 2005.

SILVA, Silvana Cristina Hohmann Prestes da. **De órfãos da gripe a trabalhadores: o Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937**. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SILVEIRA, Diego Soares da. Governamentalidades, saberes e políticas públicas na área de Direitos Humanos da criança e do adolescente. In: RESENDE, Haroldo (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 57-83.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 65-91, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SODRÉ, Olga. Apresentação. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p. I-XXXVIII.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v. 10639, 2003.

SOUSA, Francisco S. de. **Dom Joaquim Ferreira de Melo: 2º Bispo de Pelotas**. São Paulo: Editora S. Ciro, 1964.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. In: **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 75-101, 2001.

STUART, Hall. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo. **Coletânea de Leis sobre o Ensino Primário e Secundário no Período Imperial Brasileiro**. (Lei de Instrução 1827, Reforma Couto Ferraz-1854 e Reforma Leôncio de Carvalho-1879). Pelotas: Seiva, 2005.

TAMBARA, Elomar. Educação e positivismo no Brasil. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. 2, p. 166-178, 2005.

_____. **Positivismo e educação**: a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1995.

TAVARES, Viviani dos Santos. DR. Pescadinha em cena. 2007. 22 f. **Trabalho de conclusão de Curso**. Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, RS, 2007. Disponível em: Núcleo de Documentação Histórica (NDH-UFPel).

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das Instituições Escolares: de que se fala?. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura, (orgs). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004. (Coleção Memória da Educação) p. 13-35.

WESTIN, R. Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920. Senado Federal, 07 julho 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920>. Acesso em: 15 de ago. de 2018.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 188-241.

VALLE, Hardalla Santos do; DO AMARAL, Giana Lange. A Escola de Aprendizizes Marinheiros na cidade do Rio Grande/RS (1861-1889). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 12, n. 28, p. 295-306, 2019.

_____. **A infância desvalida na cidade do Rio Grande (1889-1930)**: uma análise sobre o ensino de ofícios. 2017. 244f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, RS, 2017.

VANTI, Elisa dos Santos. **Cultura de primeiríssima infância em pelotas (1906 – 1936)**: discursos e imagens da educação infantil doméstica. 2003. 352 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2003.

_____. **Lições de infância**: reflexões sobre a História da Educação Infantil. Pelotas: Seiva Publicações, 2004.

VEIGA_NETO, Alfredo. Por que governar a infância? In: RESENDE, Haroldo (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 49-56.

VEIGA, Cynthia Greive. Veiga. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 90-103, 2002.

_____; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VENANCIO, Renato Pinto. Os aprendizes de Guerra. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 192-209.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **O mal que se adivinha: polícia e menoridade no Rio de Janeiro 1910-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VICENTE, Magda de Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934): gênese e práticas educativas**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, RS, 2010.

VIEIRA, Maria Pilar de Araújo. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989.

XAVIER, Rodolpho. Instrução e mais instrução. **A Alvorada**. Pelotas, 07 fev. 1932, p. 1.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 4, 1985. p. 89-102.

ANEXOS

**ANEXO A – Exemplos do jornal *A Alvorada* microfilmados
Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS**

A ALVORADA

A ALVORADA: periodico litterario, noticioso e critico.
Pelotas: [s.n.], 1911-1916.

Ano 5 - 2 maio- 15 out. 1911 - 1912 - N. 2, 5-12, 31, 15,
21, 23-24.

Ano 6 - 25 fev.- 16 abr. 1912 - N. 8, 11-12, 15-16.

Ano 7 - 19 maio- 29 dez. 1912 - N. 20, 43, 45, 49-52.

Ano 8 - 5 jan.- 14 dez. 1913 - N. 1-4, 6-11, 14, 19-35,
44-45, 47, 49.

Ano 9 - 4 jan.- 1 nov. 1914 - N.1-8, 11-18, 20, 22, 24-
29, 44-49, 40, 43.

Ano 10 - 8 fev. 1915- 30 abr. 1916 - N. 8, 10, 12-13,
15-20, 27, 29, 34, 37-39, 41-42, 44-45, 48,
51, 4, 15-16, 18.

Ano 11 - 14 maio- 26 nov. 1916 - N. 20-23, 26, 30-
31, 33, 42-44, 46, 48.

OBSERVAÇÕES:

- Proprietários: Durval Penny & Irmao.
- Local de impressão: Rio Grande do Sul.
- Dimensão: 46x30 cm.
- Periodicidade: semanal.
- Ano de fundação: 5 de maio de 1907.
- Foram microfilmados os originais pertencentes à Fundação Biblioteca Nacional.
- Os originais apresentam páginas mutiladas, manchadas e/ou ilegíveis.
- As faltas localizadas após a microfilmagem serão reunidas em rolo complementar.
- A coleção foi microfilmada com muitas faltas.
- Anotações manuscritas.

**ANEXO B – Exemplos do jornal *A Alvorada* microfilmados
Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS**

A ALVORADA

A ALVORADA: periodico litterario, noticioso e critico.
Pelotas: [s.n.], 1918-1944.

Ano 13 - 6 jan.- 28 abr. 1918 - N. 1-4, 6-17.

Ano 14 - 5 maio 1918- 11 maio 1919 - N. 19-24, 26-29,
32, 35, 38, 44-45, 47-50, 3-12, 14-18.

Ano 15 - 25 maio- 23 nov. 1919 - N. 19-36, 40-41, 43, 45,
46.

Ano 31 - 5 maio 1938 - N. 1.

Ano 36 - 5 maio 1943 - N. 1.

Ano 37 - 5 maio 1944 - N. 1.

OBSERVAÇÕES:

- Proprietários: Juvenal M. Penny e Durval Penny.
- Secretário-redator: Humberto de Freitas.
- Local de impressão: Rio Grande do Sul.
- Dimensão: 46x30 cm.
- Periodicidade: semanal.
- Ano de fundação: 5 de maio de 1907.
- Foram microfilmados os originais pertencentes à Fundação Biblioteca Nacional.
- Os originais apresentam páginas mutiladas, manchadas e/ou ilegíveis.
- As faltas localizadas após a microfilmagem serão reunidas em rolo complementar.
- A coleção foi microfilmada com muitas faltas.
- Anotações manuscritas.
- Apresentas páginas não numeradas em alguns fascículos.
- Inclui um panfleto no final do fascículo n. 7 (17 fev. 1918).

**ANEXO C – Estatutos do Asylo de Meninos Desvalidos e da Associação Protectora do mesmo Asylo
Acervo pessoal da autora**



ROCHA BRITO

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Av. Dom Joaquim 1515 Loja 02 Telefone: 53 3026-1500
CEP 96020-260 - Pelotas – RS

FILIADO A:



RSCNB



C.F.C.N.B.



UINL



CLCR

Tabelião Registrador:
JOSÉ ALBERTO DA ROCHA BRITO

1º Registro de Títulos e Documentos e Civil de
Pessoas Jurídicas

CERTIDÃO

ROCHA BRITO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL,

por seu responsável infra-assinado, **CERTIFICA**, a requerimento da parte interessada, e revendo o arquivo deste Serviço, do **1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**, dele consta no Livro "A"-1 do registro de Sociedade Civil, dele às **fls. 361/363**, costa **sob nº de ordem 57**, datada de **03 de setembro de 1925**, o registro dos Estatutos do **Asylo de Meninos Desvalidos e da Associação Protectora do mesmo Asylo**, com o seguinte teor:

ANO 1925 FLS. : 361/363 Nº DE ORDEM 57 MES: SETEMBRO. INSCRIÇÃO: REGISTRO DOS ESTATUTOS DO ASYLO DE MENINOS DESVALIDOS E DA ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DO MESMO ASYLO. (dactilographado) – Estatutos do Asylos Meninos Desvalidos e da Associação Protectora – do mesmo Asylo – Artº 1º O Asylo de Meninos Desvalidos, abreviadamente – A.M.D., é uma instituição pia fundadan em Pelotas para abrigar e educar creanças desvalidas do sexo masculino e é administrado e dirigido pelo Ordinário Diocesano de Pelotas, que o representa activa e passiva, judicial e extra judicialmente. Artº 2º - Para manter o Asylo e auxiliar na sua administração, fica – fundada nesta cidade de Pelotas, a Associação Protectora do Asylo de Meninos Desvalidos, em breve: A.P.A.M.D , representada como Asylo pelo Ordinário Diocesano de Pelotas, da qual fazem parte os abaixo assinados e todas as pessoas que adherirem a estes Estatutos. - Artº 3º – A Associação Protectora será administrada por uma directoria composta de um presidente, um vice-presidente, um primeiro e um segundo Secretário, um thesoureiro, um procurador, eleitos de dois em dois annos pela assemblea geral, e um assistente e eclesiastico, nomeado pelo Ordinário Diocesano de Pelotas. § único – a directora elegerá cada anno tantos m ordomos quantos bastem para ajuda-la na manutenção e provimento do Asylo Artº 4º – A directoria terá a administração do patrimonio do Asylo, e de sua gestão prestarpa, digo, sua gestão prestará contas contas annualmente ao Ordinário Diocesano, e de dois em dois annos à assemblea geral. § único – nenhuma remuneração haverá a directoria por seus serviços na administração da sociedade ou do patrimonio do Asylo. - Artº 5º – A assemblea geral funcionará com dois terços dos sócios votantes, estando presente a directoria; e esta funcionará com quatro directores e o assistente acclesiastico. § único – depois da terceira convocação a assemblea geral funcionará com o numero de votantes que



ROCHA BRITO

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Av. Dom Joaquim 1515 Loja 02 Telefone: 53 3026-1500
CEP 96020-260 - Pelotas - RS

Tabelião Registrador:
JOSÉ ALBERTO DA ROCHA BRITO

1º Registro de Títulos e Documentos e Civil de
Pessoas Jurídicas

FILIADO A:



R.S.C.N.B.



C.F.C.N.B.



U.I.N.L.



C.L.C.R.

comparecerem, inclusive a directoria. - Artº 6º – As deliberações da directoria e da assemblea geral serão, tomadas por maioria absoluta de votos. Artº 7º – Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociaes. Artº 8º A directoria organizará de accordo com os presentes estatutos e sem contrariá-los um regimento social, que regule a vida interna da associação, a administração do patrimonio do asylo, e particularmente: a) a admissão, classes, direitos e obrigações dos sócios. b) as attribuições direitos e deveres peculiares dos directores e mordomos; c) o tempo, lugar e forma das reuniões da directoria e da assemblea geral. § único – esse regimento deve ser aprovado pela assemblea geral e pelo Bispo Diocesano de Pelotas. - Artº 9º – Asylo de meninos Desvalidos extinguir-se-á quando não puder servir aos fins de sua instituição, e for, por isso decretada a sua extinção pelo Bispo Diocesano de Pelotas, ouvida a assemblea geral da Associação Protectora. § único – Não sendo possível reunir-se-a, digo reunir-se a Assembleia geral da Associação, o Bispo Diocesano decretará sem a sua audiencia a extinção do Asylo. - Artº 1º A Associação Protectora, extinguir-se-á com o Asylo, ou pela mesma razão e do mesmo modo que elle. - Artº 11º – Extincto o Asylo será o seu patrimonio applicado pelo orginario Diocesano, de Pelotas a fins semelhantes aos de sua destinação ou à educação de meninos pobres. - Artº 12º – Os presentes estatutos poderão ser reformados pelo Bispo Diocesano de Pelotas, ouvida a assemblea geral da Associação Protectora e respeitados os direitos adquiridos. Pelotas, 5 de agosto de 1925 (assignado): D.Joaquim Ferreira de Mello, Bispo de Pelotas. Presidente, Sylvia Soares Tavares. V. Prestª Julieta de Oliveira e Silva – Thesª Francisca de Paula Machado 1ª secretária Christina Amaral Ribeiro – Reconheço as firmas supra de D.Joaquim Ferreira de Mello, Sylvia Soares Tavares, Julieta de Oliveira e Silva, Francisca de Paula Machado. Tulia Luz de Oliveira, Christina do Amaral Ribeiro, do que dou fé. (Estão colladas seis estampilhas do sello estadual do valor total de dois mil e setecentos réis, assim devidamente inutilizadas. Pelotas 1º de setembro de 1925. Em Testemunho estava o signal publico – de verade. Admar Ernesto Ficher. Primeiro notário. Apresentado no dia 3 de setembro de 1925 para registro. Apontado sob numero 714 a folhas 5 do protocolo nº “A” - 1. Pelotas, 3 de setembro de 1925. Em testemunho estava o signal público – de verdade. O Official Provº do Registro Especial, Luis Gonzaga Leal. (Estão impressos a carimbo os seguintes dizeres) : Nihil. Admar Ernesto Fricher. 1º Notário. Pelotas. Cartorio do Registro Especial. Exp. das 10 às 16h. Pelotas 3 – de setembro – 1925. Luis Gonsaga Leal Official



ROCHA BRITO

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Av. Dom Joaquim 1515 Loja 02 Telefone: 53 3026-1500
CEP 96020-260 - Pelotas - RS

Tabelião Registrador:
JOSÉ ALBERTO DA ROCHA BRITO

1º Registro de Títulos e Documentos e Civil de
Pessoas Jurídicas

FILIADO A:



Provº. - Certifico que registrei hoje a fls 361 do livro nº1 de Registro de Sociedades Civis, sob numero de ordem 57 estes estatutos do Asylo de Meninos Desvalidos e da Associação Protectora do mesmo Asylo; bem como arqueei em Cartório em exemplar – o de numero 185, de data de 11 de agosto de 1925, - do Jornal A Federação, Orgam oficial, que se edita na Capital do Estado, - do qual constam publicados os Extractos dos mesmos Estatutos. O referido é verdade e dou fê. (Estão collocadas duas estampilhas do sello estadual do valor total de quathrocentos réis, assim devidamente inutilizadas) : Pelotas 3 de setembro de 1925. Em testemunho estava o signal publico – de verdade. O official Luis Gonzaga Leal. (Estão o carimbo com os dizeres): Cartorio do Registro Especial. Exp. das 10 às 16h. Pelotas 3 – de setembro – 1925. Luis Gonzaga Leal. Official Provº. Nada mais se continha e declarava nos referidos Estatutos que me foram hoje apresentados para registro pelo doutor José Francisco Dias da Costa e que aqui bem e fielmente registrei e o cujo original com que conferi e achei conforme, me reporto e dou fé. Pelotas aos 3 de setembro de (1925) mil novecentos vinte e cinco. Eu Luis Gonzaga Leal. Official Provº do Registro Especial escrevi e assigno. Official, Luis Gonzaga Leal. E nada mais constava do supra transcrito registro do qual bem e fielmente copiei. O referido é verdade e dou fé. Pelotas, quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte. Eu, Francisco José Bueno da Rocha Brito, Substituto do Tabelião de Rocha Brito Serviço Notarial e Registral, o subscrevo.

Emolumentos: Total: RS41,30 + RS5,50 = RS46,80
Certidão de PJ (3 pgs): RS27,60 (0430.03.1100006.04723 = RS2,70)
Busca: RS8,70 (0430.01.1100006.22042 = RS1,40)
Processamento eletrônico: RS5,00 (0430.01.1100006.22041 = RS1,40)

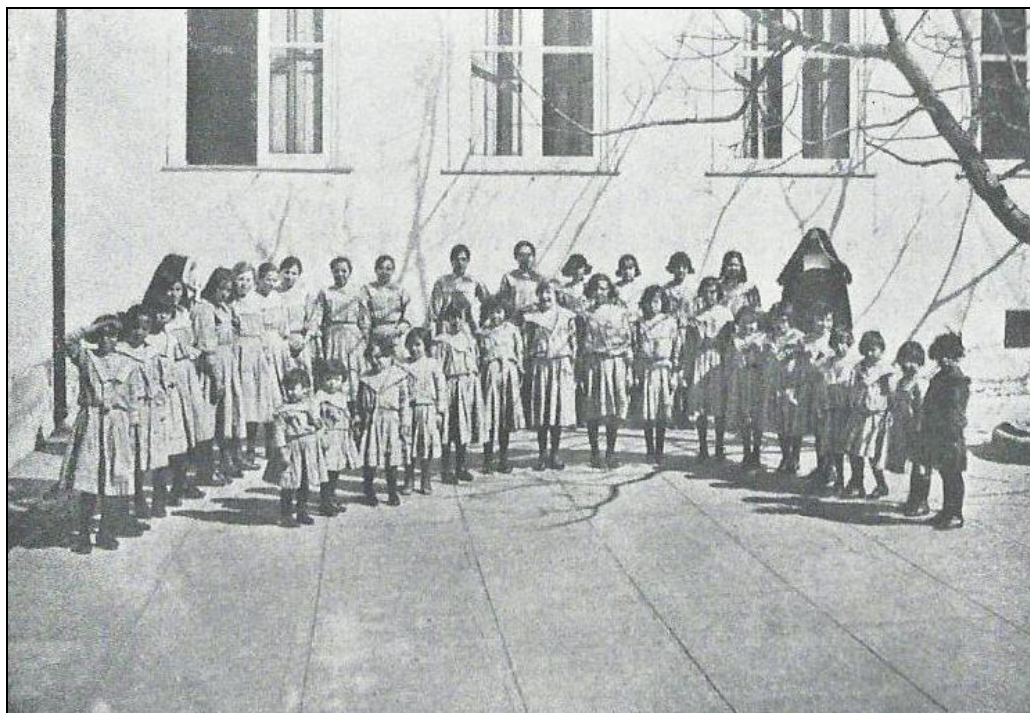
Francisco José B. da Rocha Brito
SUBSTITUTO DO TABELIÃO

30



A consulta estará disponível em até 24h
no site do Tribunal de Justiça do RS
<http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta>
Chave de autenticidade para consulta
099572 54 2020 00000335 19

**ANEXO D – Grupo de acolhidas do Asilo Nossa Senhora da Conceição
(MICHELON; SCHWONKE, 2008)**



**ANEXO E – Grupo de acolhidas do Asilo de Órfãos São Benedito
(Diário Popular, 20/11/210)**



**ANEXO F – Grupo de alunos e professores da Escola do Exército da Salvação
(Diário Popular, 25/09/1940)**



**ANEXO G – Internos do Orfanato do Exército da Salvação
(Diário Popular, 26/07/1944)**



ANEXO H – Internas do Orfanato Reverendo Severo da Silva à esquerda e internas e alunos da Escola Visconde de Mauá à direita (Diário Popular, 14/07/1942)



ANEXO I – Telegramas de José Alcina

TELEGRAMAS EXPEDIDOS AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E AO MINISTRO DA FAZENDA

Estava assim concebido o telegrama que o dr. José Alsina Lemos, expediu, em setembro último, ao dr. Getúlio Vargas, presidente da República :

“Exmo. sr. dr. Getúlio Vargas, Palácio do Catete, Rio de Janeiro.

Assume aspecto de verdadeira calamidade pública a situação dos menores abandonados e delinquentes deste município e comarca, principalmente depois do flagelo das enchentes que se vêm repetindo, com pequenas intermitências, desde fins do ano passado.

De dia e de noite, aos magotes, sem lar, sem teto, sem pão, como cães vadios, famélicos e pervertidos, depredando, furtando, iniciando-se na prática de todos os vícios, de todos os crimes, enchameiam a cidade, atestando uma grande lacuna de assistência social, e agravando, como é obvio, esse problema, cuja solução de delicadeza e dificuldade inescurecíveis, o governo de vossência com tanto afã e superior entendimento tem procurado resolver.

Confiante na colaboração dos poderes públicos e população locais, espero, dentro da sábia orientação do Código de Menores, poder instalar, o primeiro, Abrigo de Menores, e depois, sucessivamente, escolas de preservação e reforma, completando, assim, todo o aparelhamento que aquele Código prevê.

De mim, não regatearei esforços, nem esmorecerei dificuldades, mas, conheço que a magnitude dessa obra reclama e exige contribuições de ordem financeira o quanto possível ponderáveis e seguras na sua prestação certa, e nunca inferior a um determinado quantum previamente estabelecido. Somente assim não se empreenderá obra de aventura. O espírito superior de vossência sabe a exatidão do que afirmo. Em face do que expuz, e ainda dentro das normas estabelecidas pelo decreto-lei 2.024, de 17 de fevereiro de 1940, particularmente dos artigos dois e dezoito desse decreto-lei, tomando a iniciativa de articular esse movimento, venho solicitar uma contribuição áquele fim do Governo da União, certo de que será ela prestada, solicitando, outrossim, que vossência tenha a bondade de mandar comunicar se o Juízo de Direito desta Comarca poderá contar, periodicamente, com essa contribuição e o seu quantum, para segura orientação do desenvolvimento daquela obra.

Atenciosamente cumprimentos. (Ass.) José Alsina Lemos, juiz de direito“.

Ao ilustre conterrâneo, sr. Artur de Souza Costa, ministro da Fazenda, remeteu o dr. José Alsina Lemos, cópia do telegrama acima aerecionado dos seguintes tópicos :

“Recorro á prestigiosa interferência de vossência para a obtenção daquela contribuição, que se destinará a resolver um problema transcendente e inadiável e que vem, como frizei, assumindo aspecto de verdadeira calamidade pública.

Nossa terra lhe ficará devendo, assim, mais esse serviço de inestimável valor social e moral.

Cordiais saudações. (Ass.) José Alsina Lemos, juiz de direito“.